



UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

CENTRO DE ESTUDOS GERAIS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
DOUTORADO EM PSICOLOGIA

MIGUEL ANGELO BARBOSA MAIA

**Usar de si, sair de si:
estranha experiência: um trabalho...**

**Niterói/RJ
Junho/2015.**

MIGUEL ANGELO BARBOSA MAIA

**Usar de si, sair de si:
estranha experiência: um trabalho...**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Departamento de Psicologia da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Psicologia. Área de Concentração: Subjetividade e Clínica.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Cláudia Elizabeth Abbês Baeta Neves

Coorientadora: Prof^ª. Dr^ª. Maria Elizabeth Barros de Barros

Niterói/RJ

Junho/2015.

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá

M217 Maia, Miguel Angelo Barbosa.

Usar de si, sair de si: estranha experiência, um trabalho... /
Miguel Angelo Barbosa Maia. – 2015.
288 f.

Orientadora: Claudia Abbês.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense,
Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de Psicologia,
2015.

Bibliografia: f. 282-288.

1. Trabalho – Aspectos psicológicos. 2. Psicologia do
trabalho. I. Abbês, Claudia. II. Universidade Federal Fluminense.
Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. III. Título.

**Usar de si, sair de si:
estranha experiência: um trabalho...**

MIGUEL ANGELO BARBOSA MAIA

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Cláudia Elizabeth Abbês Baeta Neves

Coorientadora: Prof^a. Dr^a. Maria Elizabeth Barros de Barros

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Departamento de Psicologia da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Psicologia. Área de Concentração: Subjetividade e Clínica.

Banca Examinadora:

Prof^a. Dr^a. Cláudia Elizabeth Abbês Baeta Neves (Orientadora)
Universidade Federal Fluminense

Prof^a. Dr^a. Maria Elizabeth Barros de Barros (Coorientadora)
Universidade Federal do Espírito Santo

Prof^a. Dr^a. Claudia Osorio da Silva
Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Eduardo Henrique Passos Pereira
Universidade Federal Fluminense

Prof^a. Dr^a. Fernanda Spanier Amador
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Ricardo Rodrigues Teixeira
Universidade de São Paulo

Niterói/RJ
24 de junho de 2015.

Resumo

Essa tese consiste numa análise das interfaces do trabalho no contemporâneo, com foco no trabalho em saúde. Visa ampliar o plano de problematização acerca das análises do trabalho, apostando no trabalho como obra aberta e processual, cuja distância entre o trabalho prescrito e o trabalho realizado indica um nomadismo constante e o estabelecimento de uma relação de terceiro tipo que, inspirada em Blanchot, remete ao um lado de fora do trabalho como motor das atividades laborais. Assim, o trabalho em saúde é analisado pelo viés da atividade situada e, portanto, do trabalho vivo em ato, como uma agonística em que se embatem forças da experiência do labor e as formas de organização do trabalho no sistema capitalista, num interjogo que torna complexo o plano do trabalho. Considera-se que nada está dado de antemão, dependendo de uma rede de relações macro e micro políticas que faz da atividade de trabalho uma imanência na estranheza, um indecifrável enigma. Trabalha numa perspectiva filosófico-política no viés dos autores do trabalho imaterial, filosofia da diferença, formulações pós foucaultianas acerca do biopoder que dialogam com as pesquisas do trabalho francófonas, principalmente nas formulações recentes de Yves Clot e Yves Schwartz. Dialoga, também, com as formas de situar a problemática do trabalho em saúde pelo viés da Saúde Coletiva no Brasil, principalmente a partir de Gastão Wagner e Emerson Merhy. Opta-se por uma certa antropofagia catacrética que desvia os conceitos de suas filiações iniciais, intentando ampliar o plano de problematização acerca das análises do trabalho. Se aposta, então, na formação de uma Máquina Expressiva da Produção na qual colaboração, linguagem e subjetividade se entrelaçam de maneira inextricável, formando um Corpo Sem Órgãos do Trabalho, em tudo rearranjado constantemente pela Inteligência Coletiva, conforme Paolo Virno. Conclui-se pela necessidade da busca de construção coletiva constante em regime de cogestão do trabalho, cuja efetuação se dá na produção de um comum heterogêneo e radicalmente inclusivo como forma de promover a saúde nos processos laborais. Pelo viés de uma Clínica da Experiência do Labor, busca-se a democratização das relações no trabalho, seja no labor, seja em suas pesquisas, indicando a necessidade de construir-se sempre mais uma Máquina Expressiva Ampliada.

Palavras-chaves: Clínica da Experiência do Labor; trabalho como atividade; trabalho e relações de força; trabalho em saúde, trabalho imaterial e construção de comum no trabalho.

Abstract

This thesis consists of the analysis of contemporary work interfaces focused at work in health. It aims to extend the query chart of work analyzes, it aims as an open and procedural *creation*, where the distance between prescribed and accomplished work indicates a continuous nomadism and the establishment of a relation of the third kind that, inspired on Blanchot, leads to an outside, alien to work, as the motor of labor activities. Thus, health work is analyzed from the perspective of a situated activity and therefore of live work in action, as an agonistic relationship in which experience of labor forces and forms of work organization in the capitalist system clash, in interplay that turns the work bias more complex. It is considered that nothing is given beforehand, and depends of a network of macro and micro political relations that make labor activities an immanence of strangeness, an indecipherable enigma. It is developed from the political-philosophical perspective of the authors of immaterial labor, philosophy of the difference, post Foucault biopower formulations that dialogue with Francophone labor research, especially on recent Yves Clot and Yves Schwartz formulations. It also dialogues with the forms of situating health labor matters by the Brazilian Collective Health perspective, mainly from Gastão Wagner's and Emerson Merhy's points of view. We opted for a certain *catachrestical anthropophagy* which deviates concepts from their initial affiliations, intending to enlarge the query chart on labor analyzes. Thus we aim at the creation of an Expressive Production Machine in which collaboration, language and subjectivity intertwine in an inextricable way, leading to a Labor Body Without Organs, in a constant rearrangement by Collective Intelligence, in conformity to Paolo Virno. We conclude there is the necessity of a collective construction quest in a labor co-management regime, whose implementation is given by the production of a heterogeneous and radically including common (ground) as a way to promote health in labor processes. From the perspective of a Clinic of Activity Experience democratization of work relations is tried, be it at work, or in researches, indicating the need to always construct another Expressive Expanded Machine.

Keywords: Clinic Work Experience; work as activity; work and power relations; work in health, immaterial labor and building common at work.

Dedicatória

A possível leitores:

Este livro é como um livro qualquer. Mas eu ficaria contente se fosse lido apenas por pessoas de alma já formada. Aquelas que sabem que a aproximação, do que quer que seja, se faz gradualmente e penosamente - atravessando inclusive o oposto daquilo que se vai aproximar. Aquelas pessoas que, só elas, entenderão bem devagar que este livro nada tira de ninguém (LISPECTOR, 1998, p. 7).

Essa tese é dedicada às forças da vida e a tudo e todos que, mantendo-se vivos, não esmorecem quando o momento é adverso, por entenderem que quanto mais escura à noite mais se aproxima o amanhecer.

Àqueles que desviantes e nômades, só acreditam num Deus que dança e que fazem da dança uma forma potente de re(ex)sistir ante a dureza da pedra, porque estão confiantes que também elas guardam porosidades que suavizam sua concreta forma de personificar-se como uma aparência daquilo que, pó pulverizado da história, tornou-se força solidificada do que, fragilidade, a constituiu em sua fortaleza.

Assim, dedico essa tese a minha mãe Iranyr Barbosa Maia: O cais de onde partiu esta estranha fragata armada de velas ao vento e canhões de estranhezas que todos conhecem como um pretenso Miguel, mas cujo nome é fluxo incessante de águas revoltas.

Dedico também ao meu padrinho Rafael Maia que, impulsionando as velas, soube nutrir de letras seu afilhado que, cedo, ávido de leitura, talvez procurasse outros mundos para um desassossego que só mais tarde compreendeu como sendo um excesso de vida querendo se lançar a outros possíveis. E aos doze anos num grito, via Clarice Lispector, a quem também dedico essa tese, soube ensaiar sua aproximação com aquela que seria sua eterna namorada, a poesia:

Vou ao infinito,
Nada tem limite.
Impossível?!
Só a possibilidade!
Sigo e, sob o vento,
Meus cabelos esvoaçam,
Minhas mãos se abraçam
E num grito louco
De frio e brasa
Me encontro,
Fora de mim,
Dentro do meu eu
E, enfim,
Me descubro (Miguel Maia, 1976).

Começava assim uma busca de um sempre fora que não me definisse em mim. Talvez isto tenha me levado à Psicologia e, por um viés de quem labora, à Psicologia do Trabalho. Dedico essa tese também a todos os Mestres com os quais aprendi a aprender e que muniram os canhões com a total estranheza disto que chamamos conhecimentos.

E como ser eterno aprendiz é o eterno ofício daquele que sabe pouco e cada vez menos, dedico essa tese aos meus amigos e aos meus amores que, marcando minha carne, inscreveram em brasa na alma o reconhecimento. Também a todos os meus companheiros de trabalho, profissionais e pessoas da vida, porque trabalhar é antes de tudo saber construir mundos possíveis e eles foram os tijolos que assentaram e desassentaram o que a argamassa do conhecimento foi tentando modelar.

Por fim, dedico essa tese a um amigo especial, de quem ela depende de alguma forma, pois foi quem, martelador e martelo, me convenceu a me arriscar na empreitada: meu querido irmão de alma Wagner Sousa.

E como agradecer é pouco, já neste ciclo de peripécias, dedico essa tese a três mulheres excepcionais que, corajosas e encorajadoras, se embrenharam comigo nesta sopa de letrinhas do fingir que conseguimos expressar a experiência viva em palavras:

Claudia Osorio que, confiando, soube generosamente emprestar força para as incipientes asas que sobrevoavam o Mestrado, numa orientação magistral daquele que é naturalmente desorientado por não acreditar em um eu ordenado r.

Elizabeth Barros, minha tão querida Beth, que da banca de Mestrado, intrépida, ousou aceitar a coorientação dessa tese e sem a qual ela certamente não seria possível. Como a agradeço por se permitir “sujar” comigo nas delícias e agruras das pesquisas do trabalho!

Cláudia Abbês, minha parceira irmã nesta orientação atual que, sabendo habitar os verbos da vida, deixa a vida que há em nós habitar livre e solta, na delicadeza da seda e do chicote, como uma verdadeira domadora da intrepidez que sabe bem a conduzir sem diminuir-lhe a potência.

Três mulheres/meninas de mãos de tesoura, como mulher/menina é essa tese em seu devir, porque soube enfrentar as dores, as lágrimas e os prazeres do parto que dá como resultado uma filha que agora é oferecida aos leitores, como uma dádiva da vida: a minha experiência acumulada.

Dádivas de uma vida para quem, afinal, se dedica verdadeiramente essa tese.

Agradecimentos

Difícil agradecer sem parecer injusto com aqueles que não nomeamos em nossos agradecimentos, muito embora formem o corpo sólido do reconhecimento em mim de que a vida só vale a pena pelos encontros com pessoas que, sem elas, a alma não conseguiria ter o tamanho que tem. Porém, no bojo do agradecimento geral, impossível não deixar de destacar alguns que, mais que encontro, o substancializaram com suas singularidades de tal modo que essa tese não teria o escopo que tem, caso não houvesse estes intercessores mais diretos e diretivos a burilar a alma do narrador.

Para alguns, mais que simples agradecimento, dedico essa tese, como o fiz, porque foram o fermento vivo que a substancializaram, não só fazendo crescer a massa, mas tornando-se parte dela de forma inextrincável. Assim, como agradecer nunca é demais, minha mãe, meu padrinho, Wagner Sousa e, especialmente, Claudia Osorio e, mais atualmente, Claudia Abbês e Elizabeth Barros. Essa tese é nossa, narrada por mim, com certeza, mas vocês são mais do que as letras, palavras e frases, vocês são aquilo que inventaram o sentido dessa existência. A vocês, toda minha admiração, todo o meu respeito, todo o meu coração.

Agradeço, também, especialmente a Eliani Colla, minha ex, mas eterna terapeuta, que me ensinou a ver a vida muito mais do que uma tese, mas uma construção contínua de possíveis em meio a todas as pessoas que encontramos pela vida. Você certamente ferramentou esse narrador com um “pensando e sentindo” que fez toda a diferença.

A todo o Coletivo Nacional da PNH e a todos aqueles que, já não nele, não deixam de nele estar e a todos os companheiros de militância que a labuta diária na PNH me fez encontrar. Todos vocês fazem parte da minha família política, estética e ética. Nada seria possível sem vocês.

Em especial, a Gustavo Nunes com quem aprendi as táticas do bom combate enquanto norteou na Coordenação da PNH o barco com o qual singrávamos mares

bravios. Cathana de Oliveira, menina/mulher guerreira, com sua lucidez, solidariedade e cuidado na partilha das alegrias e das tensões, de perto, no perto, no entre e no dentro.

Ao Coletivo Regional Sudeste da PNH, com quem convivo mais de perto e que tem me ensinado muito e, dentro dele, em especial, à Andréia Thurler que tantas vezes, na solidariedade, repartiu comigo cargas de trabalho.

Muito especialmente à Claudia Mathias, a própria delicadeza encarnada que, num banho de solidariedade cuidadosa, me deu forças e incentivo para atravessar tempestades, clareando os caminhos aonde a luz tremeluzia.

A todos os companheiros da Câmara Técnica de Humanização, tripulantes antigos e novos da nau que singra, tentando fazer diferença, o complexo cenário político da saúde pública no Rio de Janeiro.

Ao querido amigo Serafim Santos que, além de ser o “homem do método”, tem como metodologia de vida o cuidado, a solidariedade e a partilha do saber. Com você, amigo, minha capacidade de análise e de partilha só se potencializou.

Ao Grupo de Orientação Coletiva da UFF, no qual as trocas intensivas permitiram a experiencição do pensamento enquanto ele foi se compondo. Verdadeiro ensaio de orquestra que não só marcou essa tese, mas deixará saudades no narrador. Em especial ao Bruno Gama e ao Everson Rach que, mais de perto, ajudaram a burilar essa narrativa.

Aos meus familiares e amigos que, complacentes e compreensivos, amargaram minhas ausências e omissões em eventos importantes.

Por fim, um agradecimento muitíssimo especial a Eduardo Passos, Fernanda Amador e Ricardo Teixeira que, em conjunto com as três mulheres guerreiras, Claudia Osorio, Claudia Abbês e Elizabeth Barros, compuseram essa sinfonia que vai começar a se narrar por si mesma, certa de que todos e ninguém somos dela autores. Vocês fizeram toda a diferença para essa tese.

Fui pego num devir devir, no qual tudo que eu devesho ainda está por devir, no qual tudo que devem é muito pouco para o devir que vem, embora já seja tanto que nada falte, tudo exceda. Neste excesso do excesso, tudo me excede, nada me falta, porém estranhamente eu me estranho...

Miguel Maia, setembro/2013.

Haverá um tempo em que entre o nascer e o por do sol, nessa correria de poucas horas, o sol possa ser sol sem ter que nascer nem se por? Haverá um tempo sem tempo no qual até a luz dita natural não tenha que seguir um curso determinado? Haverá um tempo infantil aonde o brincar seja tudo o que precisamos para crescer e viver? Não é o escrever este tempo? O tempo de um riso no mundo...

Miguel Maia, setembro/2013.

Eu nada sei de mim, eu nada sei disto que insistem em dizer que eu sou. Nem mesmo este eu reconheço. E é tão duro para um ser que escorre fluido em completa falta de solidez! Eu sou rios e margens de rios, eu sou braços de rios. Aliás, nem rios, eu sou o movimento que faz dos rios sua fluidez e das margens dos rios algo ilusório, pois se modificam a cada segundo, embora pareçam permanecer sempre as mesmas margens. É quando a intensidade do que acontece faz com que rios e margens sejam indiscerníveis, num trasbordamento catastrófico para o mundo ordenado, que eu mais me revelo. Eu sinto a catástrofe do mundo, eu aposto naquilo onde o ser não tem primazia nenhuma, se arruinando.

Miguel Maia, setembro/2013.

SUMÁRIO

1. O RONCO SURDO DAS BATALHAS OU QUANDO O SILÊNCIO É CANTILENA OU QUANDO SE AFINAM CORDAS TENSAS: OS BASTIDORES DE UMA MÚSICA POR VIR.....	14
I. Da morte de Deus ao novo Homo Economicus.....	14
II. Trabalho Imaterial nos estilhaços do Capital: agonística de forças em movimento. .	24
III. Quando se ousa uma sinfonia outra do trabalho por um pouco de possível.....	30
2. PARTITURA DA ATIVIDADE OU AQUILO QUE PERMITE SUA SINFONIA OU DE ONDE PARTE NOSSA ORQUESTRAÇÃO: PRELÚDIOS QUE COMEÇAM A TECITURA DO TRABALHO COMO OBRA DE ARTE ABERTA.	37
I. Do pré-texto das implicações ao pretexto da narrativa de uma memória ao mesmo tempo pessoal e coletiva.	37
II. De quando se constrói a tupinização de uma Cartografia Antropofágica Catacrética como método de pesquisa.	41
III. Considerações éticas acerca dessa tese.....	48
3. PRELÚDIOS OU INTERFACES DE UMA SINFONIA POLIFÔNICA.....	50
I. Questões com a Filosofia Política: a organização política do trabalho no contemporâneo.....	50
II. Composições com pesquisas do trabalho francófonas.....	52
i. <i>Gênero/estilo e a atividade como uma história em processo: a clínica da atividade.</i>	54
ii. <i>Intricada rede de relações: a ECRP e as dramáticas do uso de si no trabalho: Yves Schwartz .</i>	65
iii. <i>Sinfonia incidental: algumas considerações sobre o 'bom trabalho' a partir dos autores francófonos...</i>	74
iv. <i>Primeira incipiente afinação de instrumentos ou quando aparentes dissonâncias convergem para uma possibilidade de sentido ou uma precipitada experiência de orquestração...</i>	80
III. Incursões na Saúde Coletiva Brasileira: possibilidades para o trabalho em saúde. .	83
IV. A Política Nacional de Humanização no Brasil: um plano de experientiação, um plano de inflexão... ..	101
4. COMPOSIÇÕES COM A EXPERIÊNCIA OU PROCURANDO SINFONIAS POSSÍVEIS OU TENTANDO SINTONIA COM OS RUÍDOS: POTÊNCIAS E IMPOTÊNCIAS NO TRABALHO.....	115
I. Peripécias de uma ré à revelia com a máquina burocrática ou o insurgir-se do ronco surdo das batalhas.....	115

II. Entre embates de gêneros e atropelos de estilos, trabalhadores sob o fio da espada ou a violência de uma abstração normatizadora e castradora.	147
III. Um engenheiro engenhoso ou a invenção de possíveis diante do que parece impossível ou o dribble das forças livres diante dos obstáculos.	165
5. QUANDO OS ACORDES DISSONANTES RESSOAM ENTRE SI E/OU QUANDO SE ABOLEM IDIOSSINCRASIAS COGNITIVAS OU QUANDO A ANTROPOFAGIA GANHA OUTRO CORPO OU QUANDO O TRABALHO É CLÍNICA DA EXPERIÊNCIA.	178
I. Escarafunchando o conceito de experiência ou o que se entende quando se diz: é uma experiência.	178
II. Imanência: uma vida...; imanência: um trabalho...: perigosos acoplamentos.	196
III. A sinfonia do impessoal ou quando Blanchot traz a letra da música ou quando o impessoal é a partitura de um maestro translo(u)cado.	211
IV. O orquestrador do trabalho ou quando o imaterial toma corpo ou quando um corpo sem órgão é o maestro translo(u)cado de uma sinfonia de acordes dissonantes em desordenamento.	234
6. CLÍNICA DA EXPERIÊNCIA OU AMPLIAÇÃO DA MÁQUINA EXPRESSIVA DA PRODUÇÃO OU AMPLIAÇÃO DO PODER DE AGIR NO TRABALHO: QUANDO O FOCO SÃO AS RELAÇÕES E SEUS EFEITOS SOBRE A POTÊNCIA DE AGIR NO TRABALHO.	263
7. ALINHAVOS DO DIÁRIO DE BORDO OU TRAÇADOS DE NOVAS ROTAS OU QUANDO FIM E COMEÇO SE IMBRICAM EM UMA OBRA ABERTA AGUARDANDO VIRTUOSISTAS.	277
8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.	282

1. O RONCO SURDO DAS BATALHAS OU QUANDO O SILÊNCIO É CANTILENA OU QUANDO SE AFINAM CORDAS TENSAS: OS BASTIDORES DE UMA MÚSICA POR VIR.

I. Da morte de Deus ao novo *Homo Economicus*.

Deus está morto! Eis o grito de Zaratustra ecoando ainda nos ouvidos de uma multidão que teve, como garantia de seus pés fincados na terra, certa providência caída dos céus que fundamentava certo sentido e direção da vida, a segurança que ao final do caminho todas as respostas adviriam, sepultando a dúvida e instaurando uma Cidade Eterna, o mundo de felicidade dos justos sobre a face da Terra.

Mas se Deus está morto e a vida seguiu seu transcurso sem muito alarde, que sentido teria isto para nós, restolhos de uma Modernidade que se esfumaça e que, em seu pálido espectro, leva com ela nossos rostos mascarados em um instantâneo que desbota e, no confiante sorriso de nosso álbum de família da humanidade, desenha o assombro e o espanto de um contemporâneo estilhaçado, que não pode ter nenhum retrato, por não ter nenhum rosto, porque descobriu que a morte de Deus inevitavelmente assassinava o Homem, seu duplo refletido?

Nos contorços daquilo que Nietzsche chamava de niilismo reativo, há ainda, não sem muita esperteza capital, quem queira salvaguardar um pouco dos jardins da Universalidade, descobrindo na essência de tudo quanto existe um fundamento mecânico. Seríamos todos *cyborgs* regidos por uma ordem que ela mesma, em seu fluxo de informação, permitiria compreender enfim, a ordem natural que fundamenta o mundo. Campo fértil para a árvore do conhecimento do bem e do mal abundar em sedutores frutos de vil metal significante, enquanto deixada de lado, sempre nova e renovante, a árvore da vida resplandece em potência de sentido e significado.

Morto Deus, morto o Homem, numa eterna repetição do mesmo, parece que restaria ainda a possibilidade, estranhíssima, mas nem por isto não tentada, de reificar a máquina com seus maquinismos como o fundamento da racionalidade, como uma ordem primeira que garantiria a permanência de um sujeito consciente, capaz de ordenar

e dar ordenamento a um mundo que, se aparentemente caótico, também seria passível de uma ordenação racional, já que, como engenho mecânico, teria em suas engrenagens uma equação de funcionamento passível de ser descoberta por uma racionalidade que evolui linearmente e se aprimora.

Assim, se a transcendência não é mais possível por certo ângulo de teocentrismo e de antropocentrismo histórico, quem sabe certo mecanismo não resolveria o problema? Mas, como diz um velho provérbio, não se remenda com pano novo um tecido gasto, do contrário o velho irá puir e tornará maior o rasgo.

Morto Deus, morto o Homem, parece-nos que a máquina é apenas um prolongamento de um cadáver que se quer manter vivo, bem à moda do controle da vida no contemporâneo, perpetrado por certo ideário médico, que não consegue decidir, tão afastado do vivo, sobre os limites deste irritante e incontrolável fenômeno chamado vida.

Ante o assombro dos sábios e o desespero dos que confiavam nos sábios, surgem crianças que brincam – seguiremos estas crianças. Crianças que se enroscam na árvore da vida como gramíneas e com ela se fazem rizomas do re(ex)sistir. Porque a vida não se proíbe, ela viceja em sua árvore frondosa ao lado da robusta árvore do conhecimento, tão sedutora por tão cheia de enxertos espúrios.

Talvez porque seja a vida um processo que não se constitua e nem se afirme na transcendência. Talvez, enfim, porque a vida não se dê a comer, mas produza a si mesma como alimento, sendo autônoma. Uma vida que não conhece hierarquia de causas, mas que em seu serpentear livre é constituinte de si mesma. Uma vida que não se dá a conhecer na distância estratégica, mas que se doa, quando nela mergulhamos e nos lambuzamos no desejo de estarmos vivos.

Uma vida que, digna de ser vivida, difere daquelas que Pelbart (2006) denomina vida nua, nos passos de Agamben: vida reduzida ao seu estado de mera atualidade, indiferença, disformidade, impotência, banalidade biológica; e vida besta: exacerbação e disseminação entrópica da vida nua, no seu limite niilista, na luxúria por

um consumismo de uma vida formatada, tediosa e sem sentido próprio – vida mercadoria.

Uma vida que, ao contrário destas duas anteriores, se afirma nessa tese como virtualidade, diferença, invenção de formas, potência impessoal, beatitude (DELEUZE, 1997), desfazendo-se do que a aprisiona e permitindo-se redistribuições de afetos as mais inusitadas.

Uma vida insurgindo-se contra “o sobrevivencialismo biológico que a põe a mercê da gestão biopolítica, com a cultivoação de formas de vida de baixa intensidade, submetida à morna hipnose consumista, mesmo quando a anestesia sensorial é travestida de hiperexcitação” (PELBART, 2006, p.4).

Uma vida a qual Deleuze (1997) acentua a importância do uso do artigo indefinido ‘uma’, afirmando-a como povoamento de variações intensivas, de dobras, que se atualizam em nós e nas coisas como ‘entre-tempos e entre-momentos’ que não marcam um tempo entre dois instantes, mas coexistem com o instante em seu porvir. Desse modo, ‘uma vida’ que não encontra referência numa pessoa ou num fato que a transcende, mas em si mesma, como potência singular em imanência com aquilo que age e faz agir os corpos em suas múltiplas combinações e invenções.

Uma vida aqui afirmada em seu processo de conectividade intempestiva, um fora absoluto, em constante estado de criação e recriação. Pois quando ancoramos a vida num transcendente e em abstrações interrompemos a errância, a experimentação, introduzindo uma interpretação e uma fixação mesmo que temporárias.

Uma vida, então, pensada como potência de combate, compondo-se em meio a processos plurais de racionalização, em meio a negociações de políticas cognitivas. Pensada na perspectiva em que Foucault (2002) afirma a liberdade como um exercício, como práticas de liberdade que acontecem naquilo que fazemos para nos transformar. Exercício que opera uma crítica no limite de nós mesmos e se afirma como processo permanente de problematização e de ultrapassagem dos limites históricos, que nos constituem em seu estado de coisas e de enunciados.

Nesta direção, ao desnaturalizar a ideia de vida como pressuposto de uma essência humana, como latência à espera de resgate por uma ação sobre o que a constrange, seja esta ação individual ou coletiva, Foucault afirma a vida em sua plasticidade imanente e nos incita à ativação de um devir ativo que se compõe como movimento de exploração de vizinhanças, segundo conexões não previamente estabelecidas¹.

Apostamos que, assim, morto Deus, morto o Homem, ilusões de uma razão por demais confiante em si mesma, insista a potência vívida do inumano em seu agenciamento maquínico². Agenciamento que transborda e rompe com a lógica da razão, perpetuando-se num movimento que não se deixa estancar e que, se é lógico, só o pode ser por uma lógica dos sentidos, do afetar e do ser afetado por uma criação que ela mesma é criadora, não se deixando reduzir por uma lei de inteligibilidade por demais asséptica e pura, seja ela fundamentada em Deus, no Homem ou na Máquina.

Talvez fosse hora já de libertar o humano do Homem, retirá-lo das garras dessa idealidade transcendental que, estabelecendo um padrão, acaba por assujeitar o homem à sua medida ideal, tentando formatar sua experiência com a vida.

Talvez já devêssemos, como crianças que no riso e na alegria se produzem a sério com a vida, encarar o plano de imanência no qual há a produção de ações que se transversalizam e, num jogo de forças, agenciamento maquínico do desejo (DELEUZE; GUATTARI, 1972), engendram a história que fazemos diferente daquela que nos tem sido contada e ensinada.

Neste cadinho do dia a dia, neste lugar sem honra científica, os entulhos desprezados como lixo por uma razão por demais iluminada e iluminista pululam de vida real, aquela que todos nós vivemos sem precisar pensar; aquela que transforma

¹ Os quatro últimos parágrafos, levemente modificados, fazem parte de um artigo sobre Apoio Institucional escrito em intercessão entre o narrador dessa tese e a orientadora. Vide Maia e Neves (2014).

² O adjetivo maquínico que atravessará muitas vezes nossa análise não se propõe a descrever a realidade tendo por modelo a máquina. Pondo de lado toda e qualquer ideia de maquinismo e mecânica, o maquínico proposto por Deleuze e Guattari (1972) privilegia a ideia de funcionamento, de produção, de interação, uma vez que toda máquina é uma rede complexa de partes em interação, em que cada parte é ela mesma uma máquina que se conecta a outras partes da máquina e engendra uma ação da qual não saberíamos mais dizer de qual parte específica se origina, mas que somos tentados a sintetizar no funcionamento da máquina como um todo.

cada ser humano em uma humanidade possível, uma singularidade em construção. Processo contínuo de produção de si no qual já não se separam certa estética, certa política, certa ética.

A vida como obra de arte, dizia Foucault (1994, p. 609-631), uma prática de si mesmo que faz nascer, nova no sol do milênio, uma aposta na criação de si na imanência. Uma humanidade que está sempre em processo de humanização, liberta de qualquer nome próprio, seja Deus, Máquina ou principalmente, a maior das falácias, livre do Homem que insiste em humanizar e subjugar o homem através de padronizações.

Se a transcendência é obrigada a se retirar, descobertos seus anéis de seda difíceis de romper, – e digamos com júbilo: já vai tarde – talvez fosse hora de encarar ‘uma vida’ de frente, percebendo-a como fundamentação do mundo em que nossos pés não só caminham sobre a face da Terra, mas, ao caminharem, em cada passo se descobrem como pés, passos e caminhos de uma história. Não uma história necessária, mas uma história criativa, contingente, que pode ser mudada e que muda em meio à potência de um desejo que o que mais quer, acima de tudo, é sua liberdade de fluxo.

Submissão a um poder ordenador? Um mundo constituído pela ordem e hierarquia e/ou desejo e autonomia nas quais ordem e hierarquia não determinam nada, mas são determinadas pela ética de ‘uma vida’? Neste impasse começa o contemporâneo, assim começa essa narrativa, apenas mais uma ousando acreditar na potência da vida, recontando certa dramática de um ser que já não constitui fundamento de nada. Ser que não resolve a dúvida, que não pode se afirmar como existente pela mediação do pensamento, como queria o velho Descartes.

Ser envolto nas brumas de uma vida autônoma que, antes de reconhecer a reverberação de um presunçoso ‘eu sou’, já serpenteia pelo mundo, que também não vem antes, mas é constituído pelo desejo. Desejo que não é nunca falta ou necessidade, mas antes produtor e produção (DELEUZE; GUATTARI, 1972). Desejo que não é fruto de uma fricção elétrica com seus polos positivos e negativos, mas desejo que é desdobramento no encontro, no qual as dobras se constituem todas em uma superfície

que é ela mesma a profundidade. Desejo que não existe como coisa mesma, mas insiste real, produzindo mundos.

Não mais um caduco verbo ser que a tudo iguala num repetitivo e redutor ‘é’, mas um ‘e’, conectivo conectante que investe para si multiplicidades de territórios móveis nos quais o embolorado ‘eu’ da modernidade perde seu centro, sua arrogância e, longe de ser fundamento da existência, ele mesmo é uma mera dobra, resíduo de uma dobra na qual a vida sempre criadora o constitui e, ao fazê-lo, instiga-o a se diferenciar daquilo que, embora sincrônico, na sua miopia vital lhe aparece como diacrônico ao seu surgimento.

Mas se a racionalidade em seu afã de saber tentou paralisar o movimento, reduzindo à abstração o pulsar da vida, as táticas de poder ao contrário, numa modulação, incluíram a vida em seus planos, de modo que encarar ‘uma vida’ de frente na contemporaneidade passa a ser um imperativo.

Depois de certa ortopedia dos corpos, como indica Foucault (2002), para transformá-los em corpos produtivos e corpos de consumo, atendendo aos parâmetros de uma sociedade pautada sob a equivalência universal do capital, o Capitalismo se viu obrigado a uma nova modulação. Pois, com a necessidade imperiosa de transformar certo corpo produtivo em trabalhador “livre”, para negociar sua força de trabalho como mercadoria, o capital se viu em embate constante com esta mesma força livre que se queria apenas formal, mas que aparece na história em sua potência de resistência, insurreição e poder constituinte.

Mais do que corpos disciplinados e docilizados, as táticas de poder se concentram hoje no controle da própria vida, derivando para o que Foucault (2002) denominou o biopoder. Com isto, o que se queria como uma subsunção formal da força de trabalho tenta se transformar em uma subsunção real, na qual não é mais a força de trabalho que deve se adequar aos parâmetros de uma sociedade de consumo, mas é a própria força, a própria vida enquanto potência que deve ser controlada em um modelo ao mesmo tempo individualizante e totalizante, transformando-se em bem consumível.

...o poder tomou de assalto à vida. Isto é, ele penetrou todas as esferas da existência, e as mobilizou inteiramente, pondo-as para trabalhar. Desde os genes, o corpo, a afetividade, o psiquismo, até a inteligência, a imaginação, a criatividade, tudo isso foi violado, invadido, colonizado, quando não diretamente expropriado pelos poderes (PELBART, 2006, p.1).

Assim sendo, se este corpo produtivo foi identificado anteriormente como um operário e, principalmente, como um operário industrial, com o desenvolvimento da tecnologia tornando possíveis os meios de produção em massa, típicos da fase do Capitalismo em expansão hoje, em épocas de Globalização, o que se demonstra como plano do trabalho parece sofrer profundas modificações.

No entanto, partindo do trabalho do ponto de vista da atividade, como aqui apostaremos, foram também as forças livres em movimento e o arranjo em rede necessário ao desenvolvimento das ações laborais para dar conta das infidelidades do meio, frente às prescrições, que tornaram cada vez mais evidente a distância existente entre o trabalho prescrito e o trabalho realizado.

Mais do que isto, a expansão das redes de cooperação, de comunicação e de afecções, necessárias para a efetuação das atividades laborais, explodiram as representações de um operário industrial por todos os lados e colocaram em xeque a própria forma de gerência do trabalho. Aqueles representados como simples operários industriais, força livre formal à venda no mercado como força de trabalho, maquinando-se com ‘uma vida’, reafirmaram-se e continuaram reafirmando-se como forças vivas desejantes, como reais forças livres em movimento. Assim sendo, não pensamos o trabalhador social como modulação imposta pela organização política do trabalho, mas ao contrário, pela corporização³, posta em movimento pelo *General Intellect*, da maquinação dos corpos no cotidiano das atividades de labor, explodindo os modelos abstratos verticalizados de representação do trabalho.

Numa certa inflexão, poderíamos indagar se foi afinal o capitalismo que investiu a vida em seus cálculos e se foi, dentro dele, a organização política do trabalho que se modulou ou, ao contrário, foi uma vida que, explodindo todas as algemas representativas, se reinvestiu da política, da ética e da estética e, enquanto multitudes,

³ Corporização é um conceito forjado pelo narrador em outro trabalho (MAIA, 2006) e que estamos reutilizando nessa tese. Na página 43 dessa tese o explicitaremos.

enquanto força livre em movimento, arrastou para dentro do trabalho aquilo que só forçadamente foi retirado dele: a cooperação, a comunicação e a subjetividade, tripé que Lazzarato e Negri (2001) nomeiam a máquina biopolítica do trabalho imaterial.

Sustentamos como Virno (2013, p. 33):

...Afirmo que foi todo o oposto do que acredita Hannah Arendt: não é a política que se conformou como o trabalho, mas o trabalho é que adquiriu as conotações tradicionais da ação política. A minha, é uma argumentação oposta e simétrica à de Hannah Arendt. Sustento que no trabalho contemporâneo descobre-se a “exposição aos demais”, a relação com a presença dos outros, o início dos processos inéditos, a familiaridade constitutiva com a contingência, o imprevisto e o possível. Sustento que o trabalho pós-fordista, o trabalho produtivo de mais-valia, o trabalho subordinado, introduz na cena dotes e requisitos que, segundo uma tradição secular, pertenciam à ação política.

Esta “exposição aos demais, a relação com a presença dos outros, o início dos processos inéditos, a familiaridade constitutiva com a contingência, o imprevisto e o possível” é tudo mesmo que, como veremos, levou Yves Clot a estender sobremaneira o conceito de atividade e passar a se interessar pelo poder de agir no trabalho e Yves Schwartz a propor o ponto de vista enigmático da atividade e formular o debate de valores e as dramáticas do uso de si no trabalho. Enigma que aqui transformaremos em estranha experiência: um trabalho e que nos levará a propor a atividade laboral como o estabelecimento de uma relação de terceiro tipo e o trabalho como obra aberta nos passos de Blanchot.

Porém, se há tendência da produção baseada no trabalho imaterial, no qual a cooperação, a comunicação e a subjetividade se veem reconhecidas como produção de riqueza, já não se saberia discernir quem é trabalhador ou quem não o é. O fato de não receber salário por trabalho prestado não exclui ninguém da produção, que não é mais só de mercadorias, mas de subjetividades. O operário industrial é substituído por um trabalhador social no qual o consumo de serviços, mutantes e mutáveis, torna a novidade de horas atrás um produto defasado e fora da moda.

Trabalho imaterial que aqui seguiremos nos passos de Lazzarato e Negri (2001) e de Hardt e Negri (2004), para os quais este tipo de trabalho tornou-se

hegemônico ou ao menos tendencial no contemporâneo, mas ao qual daremos nossa própria inflexão mais a frente.

No entanto, as reflexões sobre o trabalho imaterial levam a pensar que a verdadeira modulação não foi realizada pelo capitalismo. Muito ao contrário, nos passos de Alliez e Feher (1988), diríamos que, estilizado, o capitalismo fez de seus próprios estilhaços meio de sobrevivência. Assumindo a crise, tornou-a ordinária, se alimentando dela para sobreviver. Precarizado, ele fez de sua própria precarização a realidade do trabalho.

“O espaço produtivo dominado pelas grandes fábricas tende a se disseminar pelo tecido urbano e, até mesmo, invadir o espaço doméstico, correlativamente, o tempo de trabalho, até então regulamentado por rigorosas convenções coletivas, cada vez mais se acomoda às necessidades e eventualidades da produção” (ALLIEZ; FEHER, 1988, p.152). O incremento da noção de informação no processo de valor de troca subsume integralmente o tempo sob a lei da troca desigual, tornando desnecessária a organização do espaço em esferas funcionais. Nos novos circuitos da valorização os limites das esferas funcionais se desvanecem.

Cinicamente, o novo regime de assujeitamento identifica formalmente trabalhador e empresário como partes integrantes do capitalismo, como se ambos pudessem usufruir da acumulação de forma equivalente. Emerge o *homo economicus* e o trabalhador, atraído a usufruir da acumulação, não se rebela contra a forma-mercadoria, sendo convocado a tornar a sua própria vida uma empresa. A vida torna-se uma filial da empresa e o tempo de trabalho se estende para todo o tempo de ‘uma vida’.

Desmorona-se o muro que separa esferas produtivas e reprodutivas, maximizando a rentabilização do espaço e do tempo livre. Na sociedade empresa aparecem extensas formas de vinculação ao capital, com miríade de formas de contratação que segmentam as forças livres entre ‘assegurados’, ‘contratados’, ‘engajados’ e ‘partícipes sem vinculação’ que concorrem entre si na nova produção de subjetividade de assujeitamento do *homo economicus* em todos os poros do corpo social.

Todas estas considerações, extraídas a partir de Alliez e Feher (1988), levam estes autores a afirmar que o capitalismo de ‘doador de trabalho’ passou a ‘doador de tempo’, ‘dando’ a todos um tempo indiviso, dividido apenas em suas afetações, num regime de escravização em tempo integral. O que não é tempo rentável, na engrenagem do capital escoa como tempo perdido. Na era do *homo economicus*, como diz Mario Bruno (2009, p. 36):

Vivemos um regime de acumulação extremamente perverso, propiciando por desativação espaços e corpos vacantes e/ou vagantes. E com isso uma multiplicação antes não imaginável de guetos, favelas, mendigos, pedintes etc. Muitos desses vacantes/vagantes passam a pertencer ao que cinicamente se chama de “economia informal”. Os espaços desativados são “bolsões” de miséria, mas acabam se tornando rentáveis.

Enfim, estamos em tempos de sínteses disjuntivas, aquilo mesmo que as forças livres realizaram como potência se rebate sobre elas como poder e, como diz Pelbart (2006), “não estamos mais às voltas com um poder transcendente, ou mesmo repressivo, trata-se de um poder imanente, produtivo”. Não há mais lugar para binarismos e oposições. No plano de imanência não há dramáticas do uso de si, porque as relações são agonísticas, assim, transitamos no corpo mesmo do trágico.

Ao apostarmos aqui na produção como uma rede aquecida de heterogêneas relações de forças orquestradas por um Corpo Sem Órgãos do Trabalho, não deixaremos de reconhecer que neste Corpo Sem Órgãos também escorre a axiomática capitalista. Aquilo mesmo o que liberta é também o que aprisiona, urgindo reinventar ações de libertação. ‘Uma vida’ tomada de assalto se retoma em sua invenção e, numa peripécia, está sempre assaltando o assaltante, esta a nossa aposta enquanto vivente formos. Porém, não basta expressar o possível, urge efetua-lo!

II. Trabalho Imaterial nos estilhaços do Capital: agonística de forças em movimento.

Notamos que cada vez mais no contemporâneo o trabalho produz principalmente bens comuns imateriais como a informação, o conhecimento, relacionamentos e afetos, exigindo a utilização daquilo que Merhy (2002) denomina tecnologias leves, ou seja, aquelas voltadas para o estabelecimento de relacionamento com os usuários de um serviço ou os consumidores de um produto, que postulamos aqui como inerentes a todo processo de trabalho. Este tipo de tecnologia, podemos dizer, é o carro chefe dos serviços de saúde que, assim, poderiam ser considerados paradigmáticos do Trabalho Imaterial. Por isto e também porque toda a experiência laboral do narrador se desenvolveu no campo da saúde pública, priorizaremos e daremos bastante relevância ao trabalho em saúde, ainda que entendendo que algum trabalho imaterial seja pertinente a todas as atividades laborais.

Porém, estas ferramentas, apropriadas e incitadas ao uso pela racionalidade do trabalho no capitalismo atual, muitas vezes se transformam em violenta prescrição de subjetividade. Estão aí os Serviços de Atendimento aos Clientes (SAC) para provar este tipo de ‘valorização’, até então típicas de um modelo empresarial.

Numa outra vertente, há a volatilidade daquilo que chamaríamos os muros concretos das fábricas ou das instituições produtoras. A central de uma empresa parece querer debandar o espaço terreno e, para quem já tentou através dos SACs, sabe o quão difícil, quase impossível mesmo, é localizar aquilo que nos acostumamos a pensar como uma administração local. Parece não haver mais nenhum centro de comando, substituído por um relacionamento que aparenta se localizar fora deste mundo, já que estabelece uma distância quase inalcançável com aquele mesmo público que diz valorizar.

Até mesmo as empresas lutam para ser etéreas, como se encarnassem certo transcendentalismo, podendo mudar de localização geográfica a qualquer momento ou mesmo não existindo, na medida em que o que produzem não é um produto concreto, mas uma marca vendida como franquia para aquilo que entendíamos até então como

fábrica. Produtores que assim se beneficiam largamente do público de um ‘mundo’ criado por uma estratégia de *marketing*, pelo qual pagam seu preço.

Volatilização dos centros de comando, numa dispersão constante para aonde melhor se acumula e expande, sem nenhuma consideração pelos impactos sociais causados pela debandada de uma dada região geográfica. Alisamento estratégico do *socius*, no qual até mesmo os vínculos de trabalho são completamente fluidos, segmentados em formas inimagináveis de contratação, que vem sendo chamadas de precarização do trabalho. Precarização talvez melhor explicável como uma expropriação da potência criativa do trabalho, por fabricar uma miséria que conduz as massas a pactos que levam a formas indignas de trabalhar e de sobreviver por meio de uma escravização maquínica, como indicam Alliez e Feher (1988).

O emprego também é propalado como verdadeira forma de cidadania num controle de duplo viés. Dentro dele só se consegue sobreviver e fora dele se é enjaulado na cínica assistência de um conceito de vulnerabilidade, em tudo inventado para justificar e perpetuar a miséria, como se esta fosse irremediavelmente necessária. Diante de quaisquer sinais de resistência e de insubordinação à fabricação da miséria, a empresa faz as malas e migra para outra localidade na qual uma massa fabricada de indigentes passa a ser um novo potencial de expansão e acumulação.

Portanto, o trabalho imaterial, conforme discutido por Negri, Lazzarato e Hardt, muitas vezes mal entendido, não significa que não exista mais uma classe operária industrial ou que não existam mais trabalhadores agrícolas, para quem o trabalho corpóreo é realidade cotidiana. Imaterial, como os autores o postulam, não se opõe a material, muito menos o substitui. Também não quer dizer que o trabalho assalariado deixou de ser predominante ou importante, coisa, aliás, que nossa realidade brasileira facilmente desmentiria e que, de maneira geral, o próprio Lazzarato confirma:

A fábrica, por exemplo, e o trabalho tal como Marx e os economistas o compreendiam, não recuou, mas, ao contrário, encontra-se em pleno desenvolvimento. A Organização Internacional do Trabalho (OIT) já reportou que 246 milhões de crianças, entre idades de 5 a 17 anos, trabalham. Da mesma maneira, nos países ocidentais, a relação salarial encontra-se em expansão, em comparação com a época do fordismo. Mas isto não impede que o plano sobre o qual tais fenômenos se inscrevem tenham mudado radicalmente. E a impossibilidade de acompanhar essa

mudança, tendo como ponto de partida o paradigma sujeito/trabalho, manifesta-se de maneira ainda mais nítida no plano político que no plano teórico (LAZZARATO, 2006, p. 87-88).

Pensamos, portanto, que o importante na proposta destes autores é a afirmação de uma inflexão na forma de organização política do trabalho, uma modulação necessária para que o capitalismo se mantenha e perpetue. Uma nova forma de controle sobre uma atividade que até então parecia explicável por determinismos econômicos e que, de repente, como tudo o mais no contemporâneo, parece ruir por terra, ou melhor, fluidificar-se como uma substância líquida impalpável e inapreensível.

Para quem critica a postulação do trabalho imaterial como utópica ou, no mínimo, otimista, esquece que todas estas ponderações nada libertárias estão no cabedal de reflexão dos autores. Acelera-se o tempo de viver, comprime-se o espaço e o controle se faz sobre o próprio movimento, no qual a circulação do capital deve ser máxima, mas o movimento dos corpos não deve ultrapassar certos limites estipulados, já que se tenta homogeneizar os espaços, que vão se tornando sempre os mesmos, e tornar qualquer tempo um tempo de produção, esteja-se ou não num trabalho formal.

Prova disto é que as redes de trabalho no contemporâneo, produtora de riqueza, não reconhecem mais fronteiras nacionais. Para a produção de um produto, como na informática, por exemplo, vários países de norte a sul e de leste a oeste do mundo participam do processo:

(...) Os chips e o material são produtos de uma indústria globalizada, cujas fábricas se encontram entre as *maquiladoras* e as zonas industriais do México, da América Central, da China do Sul, da Malásia, das Filipinas, de Taiwan ou de Coreia⁴. Poderíamos afirmar que a criatividade do trabalho imaterial concentrado no Norte global apoia-se assim sobre um pedestal de trabalho pauperizado, no Sul planetário (LAZZARATO, 2006, p. 122-123).

Assim, se a produção da riqueza tem como base o trabalho globalizado, sua distribuição não se faz de modo equânime e nem tampouco as condições de trabalho e de usufruto do próprio trabalho produzido pelos trabalhadores são as mesmas em todo o mundo, nem mesmo dentro de um território nacional.

⁴ Lazzarato, discorrendo sobre o trabalho da Microsoft, faz esta citação de Nick Dyer Whiteford, “Sur la contestation du capitalisme cognitif, composition de classe de l’industrie des jeux vidéo et sur ordinateur”, *Multitudes* n. 10, Éxils, 2002.

Se a base da riqueza é o trabalho globalizado, desconhecendo fronteiras, o mesmo não acontece com os trabalhadores, que muitas vezes são utilizados como mão de obra barata por países que ‘reconhecem’ a necessidade destes trabalhadores, mas que, contudo, os deixam na ilegalidade, baseados nas leis de imigração, fazendo desta uma massa indigente e fugitiva, vivendo sob o fio da espada, numa espécie de Homo Sacer⁵ do contemporâneo.

Simultaneamente, para corpos produtivos em espaços comprimidos e tempo zero, em que toda vida é conclamada ao produtivismo sem limite de tempo cronológico, extraviada do trabalho como tempo/criação, aos desarranjos desta máquina de produzir consumo e consumir produção é proposta certa manutenção. Manutenção que, a depender da importância e do valor de uso da peça, é tratada apenas como recursos humanos em equivalência com os recursos materiais. Vil estratégia de transformar o tempo/criação em tempo/produção, vampirizando a cooperação entre os cérebros, em tudo produção de bem comum, na forma de valor privado e privativo daqueles que supostamente detém os meios de produção.

Desta forma a própria produção no contemporâneo aparece num viés agonístico. Se por um lado temos uma hiperinflação do produtivismo na escravização maquínica (ALLIEZ; FEHER, 1988), por outro, o desejo também comparece como produtor e produção (DELEUZE; GUATTARI, 1972), produzindo mundos que, muitas vezes impossíveis, ainda assim convivem e se embatem no plano heterogénico do trabalho, de forma que no mesmo plano de imanência encontramos as forças livres em movimento e as capturas destas mesmas forças livres disputando por efetuação de possíveis.

O capital, como instância produtiva estéril, se apropria de uma potência de ilimitação, ao rebater, distribuir e registrar a produção e a reprodução social em sua axiomática, apresentando-se como empreendedor, ao mesmo tempo econômico e

⁵ Seguimos aqui Agamben (2002) quando postula que é a vida nua que entra nos cálculos do biopoder, desqualificada de tal forma, que algumas vidas tornam-se prescindível para o mercado globalizado, sendo “vidas matáveis e não sacrificáveis”, propondo, então, a figura do “Homo Sacer” e a imagem de “campos de concentração sem muros” como paradigmas da sociedade contemporânea. O Homo Sacer é uma estranha figura da lei romana que excluía uma pessoa de todos os direitos civis, marcando-a para morrer de uma forma obscura, pois podia ser morta por qualquer um, porém não podia ser sacrificada.

ontológico. Esta apropriação é afirmada na produção social da existência quando toma seletivamente “o cérebro do trabalhador” (intelecto coletivo, mais que geral) e a “potência vital” (singularidade/multiplicidade de uma vida) como combustíveis para seus deslizamentos/deslocamentos (NEVES, 2002).

O capital faz a seleção da diferença que a ele interessa no campo das diferenças; ele precisa de partículas que operem favoravelmente a sua acumulação, e necessita vitalmente que toda diferença seja conduzida ao sempre mesmo axioma, o seu próprio. Controlando de fora a invenção dos cérebros em cooperação, ele extravia a criação de novos possíveis. Em assim o fazendo, ele acaba acorrentando a bifurcação da invenção a possíveis binarizados, já dados de antemão, a escolhas nas quais nada mais se escolhe (NEVES, 2002).

Diante desses mundos normalizados, nossa “liberdade” é exercida exclusivamente para escolher dentre possíveis que outros instituíram e conceberam. Ficamos sem o direito de participar da constituição de mundos, de formular problemas e inventar soluções, a não ser no interior de alternativas já estabelecidas. E a definição destas alternativas é atribuição de especialistas (da política, da economia, das cidades, das ciências, *do trabalho*) ou dos “autores” (da arte, da literatura, *da academia*). É por esta razão que temos a desagradável sensação de que, uma vez que tudo é possível (desde que no âmbito das alternativas preestabelecidas), nada é mais possível (a criação de algo novo). A sensação de impotência e de aborrecimento que todo capitalismo contemporâneo nos causa foi criada pelo afastamento da dinâmica do acontecimento (LAZZARATO, 2006, p. 101-102 – introduções nossa em itálico).

Impotência, no trabalho, gerada pela constatação de que se trocam trabalhadores como se trocam máquinas em desuso, contratam-se trabalhadores na mesma lógica de lucro máximo com o menor custo. Pauperiza-se o trabalhador e o trabalho, como se estes não tivessem nenhum impacto sobre a produção, como se esta não tivesse nenhum impacto sobre a vida.

Socialmente, força-se de todo o jeito o trabalho formal, o emprego pauperizado e miserabilizado, quando o motor da riqueza aponta para o trabalho em sua dimensão de cooperação, de comunicação e de criação comum. Abunda trabalho no

mundo contemporâneo, mas é o emprego precário que ainda é apontado como o fator de cidadania e compromisso social.

Na outra vertente, a ascensão do *homo economicus* ao topo da cena, faz com que a própria autonomia dos empresários torne-se escravização maquínica. Não vinculado a um emprego e a um salário miserabilizado, nem por isto ele tem maior liberdade. Transforma sua própria vida em trabalho, funcionando dentro da mesma axiomática, de tal forma que ‘subjetividades luxo’ e ‘subjetividades lixo’ (ROLNIK, 2004) quase se equivalem na cafetinagem da estratificação social dos trabalhadores. Todos contra todos, todos competindo por ascensão, mas profundamente entranhados na axiomática capitalista, sem escolher outra escolha que não aquela pré-fabricada e formatadora de uma vida.

O capitalismo procura o limite máximo de monetarização do tempo, revendo as relações entre tempo de trabalho e tempo de valorização.

Na prática, essa inversão da relação entre o espaço e o tempo conduz a uma ampla rede de circulação produtiva das informações que não mais respeita a fronteira entre as esferas – a compartimentação do tempo entre espaços produtivos e reprodutivos – e onde homens e máquinas “inteligentes” são relés equivalentes de direito, peças do capital como máquina social. Mas essa inversão conduz também a desativação dos espaços e dos homens que não podem ser “ligados” nessa rede, seja porque não são suficientemente “informados”, seja porque as informações que produzem são consideradas rebeldes à forma-mercadoria. Para cada trabalhador a complementaridade entre um tempo de trabalho e um tempo livre espacialmente limitado e sua articulação regulamentada pelo *welfare state*, é sucedida por uma segmentação da população entre os que estão integrados aos novos circuitos de valorização e os que, por estarem excluídos deles, veem as suas existências especialmente precarizadas (ALLIEZ; FEHER, 1988, p.154).

No entanto, em épocas em que o trabalho acirra a precarização, levando alguns a entenderem que ele é uma espécie em extinção, esquecidos de que cooperação, comunicação e subjetividade, ao menos por enquanto, não prescindem do ser humano, é este mesmo trabalho que os pensadores do trabalho imaterial apresentam como alternativa, como fonte fecunda de re(ex)sistência, de criação de mundos possíveis.

É, então, nesta última inflexão que queremos explorar o trabalho como fonte alternativa, como atividade criadora de uma vida que faz de cada trabalhador um

verdadeiro gestor de seu trabalho. Não existe trabalho sem atividade criadora de mundos, sem que aquele que produz seja também produzido, sem que a produção seja um plano imanente que, ao mesmo tempo, engendre um produtor, um produto e um processo de produção. É a outra vertente da agonística do trabalho que procuraremos desenvolver, afirmando que produzir é também processo de criação de comum, é processo de produção de mundos possíveis e que nem “tudo está dominado” como diz a letra de um Rap brasileiro.

III. Quando se ousa uma sinfonia outra do trabalho por um pouco de possível...

Essa tese é a narrativa dos encontros de um profissional de psicologia do trabalho que, durante sua vida, foi se aproximando de várias maneiras de pensar o mundo, oriundas de diversos campos de estudo e que compuseram uma forma de agir que muito deve aos intercessores com os quais se defrontou. Trata-se de interfaces que se compuseram e tensionaram toda uma maneira de habitar os verbos da vida, entre eles o trabalhar, especialmente o trabalhar em saúde.

É neste sentido, utilizando outras ferramentas, apostando no diálogo com a tradição dos estudos do processo de trabalho (ergologia e clínica da atividade mais especificamente), com a filosofia da diferença e com a saúde coletiva brasileira, através de uma bricolagem que, embora não divergindo das postulações de Lazzarato e Negri acerca do trabalho imaterial, procuramos defender aqui que o trabalho imaterial não é fruto do contemporâneo. A aposta aqui é que o processo de trabalho sempre exigiu a dimensão imaterial; dimensão esta que conduziu toda a história do trabalho, tanto que nas novas modulações do capitalismo ela vem à tona e, numa expropriação desta força coletiva criativa, o capitalismo, sem poder comandar o processo, tenta dar conta desta força alternativa, como bem dizem Lazzarato e Negri (2001), e com isto temos uma nova configuração política do trabalho no contemporâneo. A novidade é, portanto, a configuração política e não o trabalho imaterial propriamente dito.

Por outro lado, também nos deslocamos das conclusões de Lazzarato (2006) quando, no limite de suas ideias, chega a dizer que a civilização não se organiza mais através do trabalho, o que poderíamos entender, então, como uma desqualificação das

pesquisas das atividades de trabalho como plano de resistência, já que este não mais fundamenta a organização da sociedade. Conforme apostamos aqui, e este é o motor principal dessa tese, o trabalho em sua própria organização, quando o enfocamos por meio da experiência que ali se desenvolve, pelo agenciamento maquínico dos corpos em atividade laboral, é uma potência alternativa.

Focar o trabalho do ponto de vista da atividade é uma aposta que fazemos para inflexionar e equivococar o entendimento de que a modulação atual na política do trabalho se deveu somente às ‘Revoluções do Capitalismo’. Outrossim, preferimos pensar que foram também as modulações cotidianas da cooperação, da comunicação e da afetividade construídas passo a passo no cotidiano, no suor do labor dos trabalhadores que, fazendo e ampliando redes, transformaram o trabalho em intelecto coletivo, mas que geral, como diz Neves (2002), tornando aquilo que, por falta de nome, chamamos imaterial, o corpo mesmo inventivo e alternativo do trabalho.

O trabalho então não é somente uma atividade subordinada, não é simplesmente o uso de uma força comprada pelos que detêm os meios de produção, nem tampouco somente valor de troca, mas também valor de uso, criação de bem comum, orquestrada por uma dimensão cooperativa, expressiva e afetiva que, a despeito da dureza com que veio sendo conduzida, tornou-se uma fonte alternativa de produção de mundos.

Assim, mergulhar na atividade laboral, cartografando suas forças micropolíticas em ação, nos parece uma forma proveitosa de radicalizá-la como uma potência alternativa, a fim de contribuir para aquilo que Yves Clot (2010) tem chamado de incremento do poder de agir no trabalho.

Poder de agir que, como entendemos, no interstício da Organização Científica do Trabalho veio tomando corpo na História. História que não se fez sem luta e sangue. História experimentada no corpo de cada trabalhador, na luta incessante de ‘uma vida’ que nunca deixou de resistir. História de anônimos, de infames, de centelhas moleculares vibráteis que, aglutinando-se através do desejo produtor de mundos, insistiu, para além da existência pessoal, na defesa da vida, de ‘uma vida’. História que

se incorporou em uma literatura menor, escrita e marcada nos corpos que, re(ex) sistindo, impulsionaram a história, legando-a até nós.

Talvez tenha sido mesmo o taylorismo o que chamou atenção para esta dimensão imaterial do trabalho, interditando o gesto, tentando formatar o pensar, a fim de tornar cada trabalhador apenas força de trabalho. Ao encarar o trabalhador como aquele que executa o que foi planejado por cérebros mais brilhantes, numa verdade irrecusável de subjetividade que impunha certo modo de funcionar e coibia a autonomia, o taylorismo pôs a nu a impossibilidade de fazê-lo. Afinal, ficou evidente que o vivo jamais é simples recurso, ainda que humano.

Lutando contra a fragmentação, a mecanização, a alienação provocada pelo engessamento do prescrito, a massa que se queria acéfala virou multidão instituinte. A recusa do trabalho fez com que o capital tivesse que modular, não sem prever meios de controle para aquilo que, como dizem Lazzarato e Negri (2001), tornou-se alternativa, intelecto geral.

É esta dimensão alternativa, apontada por Negri, Lazzarato e Hardt que vamos aqui enfatizar. Não como algo novo, mas como o que sempre acompanhou o trabalho vivo em ato, aquele que produz mundos, aquele único que reconhecemos como trabalho capaz deste nome, se por trabalho queremos entender a criação de mundos por ‘uma vida’.

É este trabalho vívido, vibrante e pulsátil que queremos aqui por a nu, apontando a nudez de um rei por demais ordenado, racional e ‘científico’. Como a criança que revela o interdito, afirmamos: “o rei está nu”! É preciso escrutinar, como um míope, esta nudez para que então avancemos na aproximação desta estranha experiência: um trabalho...

Pois, se Lazzarato postula:

Se, como já dissemos, as instituições não são as fontes das relações de poder, mas delas emanam, então não é mais das instituições que devemos partir para poder descrever a cooperação entre cérebros. Porém, tal maneira de pensar já está tão cristalizada e enraizada nas nossas mentes que aqueles que ousam recusá-la são logo tachados de “ingênuos”. Se, por outro lado, o

trabalho não é o que constitui o mundo, mas é um modo de captura da cooperação entre os cérebros, não é mais do trabalho, nem de sua exploração, que devemos partir para compreender o capitalismo. Porém, este modo de pensar está de tal maneira ancorado em nossas mentes... (LAZZARATO, 2006, p.98).

Indagamos o que ele está chamando de trabalho e de onde está partindo para descrevê-lo. Em meu modo de ver o trabalho sempre foi cooperação entre os cérebros e continua constituindo o mundo, para além de todo formato que lhe seja imputado. Portanto, talvez não seja mais da exploração perpetrada pelo capitalismo que tenhamos que partir para enfrentar o enigma do trabalho.

Se os próprios autores o definem como alternativo, queremos nos esforçar para assim entendê-lo, inclusive aonde ele se dê sob toda forma de violência que, muitas vezes, invisibiliza a potência dos corpos que laboram, fazendo parecer que o trabalho é somente atividade subordinada. O instituído não tem a última palavra da história, as instituições não são cristais perfeitos em sua clareza dura, porque dentro delas, nas entranhas, uma força viva, vibrátil e pulsante move-se em historização. Apesar dos pesares, a força instituinte é uma realidade. Como aqui apostamos, o trabalho contém em si uma força que institui, capaz de transformar as formas dadas e compor uma nova maneira de habitar o mundo.

Contra toda verticalidade, contra todo assujeitamento, contra todo domínio e exploração, queremos demonstrar que ainda aí o trabalhador é gestor de seu trabalho, que ainda aí é a cooperação, a comunicação e os afetos que permitem a geração da riqueza através de um trabalho vivo, processado por uma rede viva autônoma, protagonista e inventiva. Controla-se a dimensão política, estética e ética do trabalho, sem dúvida, mas isto não faz do trabalho uma mera operação técnica programada de fora, pois quem trabalha é vivo, normativo e mantém-se assim em cada uma de suas atividades.

Fragmentado, precarizado, muitas vezes ultrajado e usurpado, o trabalho, como gestão de vivos em complexa rede heterogênea de agenciamentos, exige que para trabalhar e fazer o que deve ser feito os trabalhadores se impliquem integralmente, não saindo imunes deste processo. O trabalho não é neutro, ele pode ser fonte de alegria e

potência, mas também, infelizmente, muitas vezes de tristeza e de dor (SANTOS-FILHO; BARROS, 2007).

É através do que ouvimos de Ricardo Teixeira (2008, informação verbal) que acreditamos que se dê esta dimensão imaterial em todo o cotidiano de trabalho:

O trabalho imaterial, isto que a gente chama de trabalho imaterial; isto que a gente está fazendo e que às vezes nem parece que é trabalho, porque não aparece como trabalho, é este trabalho desta regulação fina. Esta inovação continuada, esta singularização criativa de cada um nas redes.

Talvez, para encerrar, se isto ainda estava sendo abstrato, eu diria o seguinte: com certeza, cada vez que a gente se indigna com o trabalho; que a gente tem a sensação de indignação, de que nosso trabalho foi violentado; de que há alguma coisa ali que não dá para aceitar, é porque esta dimensão de inovação criativa no trabalho não está podendo ser exercida.

Aquilo contra o qual a gente mais resiste e se indigna no trabalho é contra a impossibilidade de exercer criativamente a inovação na relação.

Voltaremos, sem dúvida, a discorrer sobre o trabalho imaterial nessa tese. No entanto, adiantamos que é esta regulação fina, esta cogestão no trabalho, esta atividade criadora o que consideramos a diretriz que nos move. Problematização guia que espero nos conduza ao entendimento do que aqui se postula: estranha experiência: um trabalho...

Nosso objetivo ao deslocar o trabalho de um centro ordenador, de uma produção de um sujeito que se exterioriza para produzir um objeto através de uma dada técnica previamente determinada, não é diminuir a importância do trabalhador no processo, como se o capitalismo tivesse conseguido, enfim, prescindir da força de trabalho para continuar sua existência. Não é, muito menos, diminuir a importância do trabalho na constituição do mundo, este que habitamos.

Muito ao contrário, postular o trabalho como um complexo heterogêneo de relações, como algo que extrapola a relação sujeito objeto por todos os lados, não se baseando somente em uma relação intersubjetiva, não diminui em nada, como veremos, a atividade do vivo. A atividade laboral é e sempre foi movida por uma força viva, pela colaboração entre os cérebros, por uma afetação de corpos que se comunicam, efetuando o mundo. Sem isto todo o patrimônio histórico, todo o cabedal teórico/técnico acumulado seria marco fossilizado de um ordenamento sem sentido - um monumental.

Em outra pesquisa (MAIA, 2006) já havíamos formulado a subjetivação como motor da produção, nomeando-a como o corpo invisível do trabalho. Invisibilidade que não remetia a subjetividade a uma interioridade psíquica, nem o trabalho a algum transcendente ou transcendental. Porque, como discorremos, é do corpo que se trata, da mistura dos corpos, do agenciamento maquínico dos corpos.

Agenciamento este que, como nos diz Teixeira (2008, informação verbal) “(...) a gente está fazendo e que às vezes nem parece que é trabalho, porque não aparece como trabalho (...)”, tratando-se de uma “regulagem fina”, difícil de ser percebida, difícil de ser expressa. O trabalho vai muito além do ver e do falar e, como diz Blanchot (2010 p.63), falar não é ver. Nenhuma visibilidade, nenhuma dizibilidade pode dar conta do enigma do trabalho.

Não dá conta, certamente, mas na relação de parceria que se estabelece entre aquele que estuda e aquele que faz o trabalho, numa espécie de comunidade ampliada de pesquisa, na qual o trabalhador é convocado a ser também pesquisador de sua atividade, com o seu saber fazer, é que vamos levantando os problemas que começam, então, a aclarar para ambos a complexidade disto que chamamos atividade laboral.

O que nos faz propor o trabalho como clínica é esta imperativa necessidade de participação do trabalhador para o estudo do trabalho, ao qual o pesquisador deve se aproximar com prudência (SCHWARTZ; DURRIVE, 2010), por saber que toda atividade vai além de uma mera execução de técnicas e extrapola em muito o meio de trabalho, não se resumindo àquilo que podemos ver e dizer sobre o que vemos.

Clínica do desvio, clínica da transversalidade, conforme postulada por Eduardo Passos e Regina Benevides (2000, 2001 e 2003) foi como lá (MAIA, 2006) pensamos a dimensão clínica do trabalho. Porque devia levar em consideração aquilo que se produz naquele que produz enquanto produzindo, terminamos por postular uma clínica da visitação, ou seja, incluir o trabalhador na pesquisa do trabalho não é nenhuma dádiva acadêmica, mas a certeza de que sem isto jamais avançaremos neste plano de estudo.

Avançando nesta direção problemática, sem diminuir a importância da subjetivação como motor da atividade laboral, sem negar a importância da visitação como propusemos (MAIA, 2006), trata-se nessa tese de outra inflexão. Para além da subjetivação, para além da visitação, enfocando mais que a atividade, o que estamos em vias de construir é a defesa do trabalho como clínica da experiência. Experiência que não é aquela que um sujeito interioriza ou que exterioriza numa relação identitária com um sujeito exterior, em tudo idêntico a si.

Outrossim, experiência que acontece numa relação de terceiro tipo (BLANCHOT, 2010), que irrompendo ali no indecível do trabalho, num debate de valores, para usar Schwartz, obriga a uma relação com um fora, um dentro/fora um fora/dentro que, como veremos, arrasta o instituído, o prescrito e todas as circunstâncias envolvidas no trabalho, inclusive o próprio trabalhador, para uma relação com uma exterioridade que é em tudo estranha, na medida mesma em que é uma não-relação.

Não que aqui não nega a relação, mas a coloca no intempestivo, na desmesura, na desmedida de um acontecimento que só acontece no acontecer e ao qual só se vive na experienciação⁶. Acontece o trabalho, acontece o trabalhador, acontece a produção. Um estranhíssimo processo em que é sempre preciso usar de si, sair de si, estranha experiência: um trabalho...

⁶ Seguindo uma inspiração literária (LISPECTOR, 1974) deslocamos intencionalmente a palavra de seu uso correto na língua portuguesa, que seria experimentação, a fim de distanciá-la das correlações com a palavra experimento. Como não queremos indicar, sob hipótese alguma, a ação de um experimento, mas a ação que se inicia e se processa através da experiência, experienciação parece ser a forma correta de expressar o que se quer, embora seja forma incorreta de utilização da língua culta. No corpo dessa tese enfrentaremos este novo conceito, no momento em que considerarmos mais oportuno.

2. PARTITURA DA ATIVIDADE OU AQUILO QUE PERMITE SUA SINFONIA OU DE ONDE PARTE NOSSA ORQUESTRAÇÃO: PRELÚDIOS QUE COMEÇAM A TECITURA DO TRABALHO COMO OBRA DE ARTE ABERTA.

I. Do pré-texto das implicações ao pretexto da narrativa de uma memória ao mesmo tempo pessoal e coletiva.

Feita a cartografia de uma das visadas possíveis do trabalho no contemporâneo, a qual essa tese toma como bússola, e nossa aposta em afirmar o trabalho por dentro como potência alternativa através da estranheza da atividade do labor, desenvolvendo uma clínica da experiência, necessário agora nos determos nos prelúdios desta sinfonia que orquestramos aqui.

Em primeiro lugar, é preciso afirmar que essa tese é a narrativa de uma experiência laboral, fruto da atuação do narrador já há três décadas na área do trabalho, especialmente na área da saúde e, mais especificamente, da saúde pública no contexto brasileiro.

Ao atuar na área de Recursos Humanos, mais especificamente no acompanhamento de trabalhadores de saúde de um hospital público carioca, uma gama de experiências foi se acumulando, como resultado das intercessões e do mútuo aprendizado que ali se desenvolvia, na busca de problematizar a extensa, rica e nem sempre harmônica rede de trabalho que o setor saúde exige. Fazendo parte de uma equipe de psicólogos que desde o final da década de 80 entendia que promover maior autonomia, ao mesmo tempo em que estimular a criação de coletivos, é importante fator de saúde no trabalho, militávamos no sentido da defesa do Sistema Único de Saúde (SUS) e da maior democratização das relações organizacionais.

Em torno de oito anos, a militância em prol da efetuação na prática organizacional da Política Nacional de Humanização da Gestão e da Atenção em Saúde (PNH), com seus princípios, diretrizes e dispositivos, passou a integrar as metodologias e o cabedal conceitual de ação do narrador sobre os processos de trabalho, como

resultado da forte intercessão que o afetou, ao ouvir, em 2004, uma conferência com Regina Benevides, quando, representando o Ministério da Saúde, esteve presente na unidade de saúde em que o narrador trabalhava, visando clarear o que, à época, se propunha como HumanizaSus.

Em 2006, outra experiência importante viria acrescentar elementos do qual essa tese é também tributária. Trata-se da rica e intensa intercessão ocorrida entre o corpo discente e docente do mestrado da UFF e da aproximação do narrador, agora de forma mais sistemática, com a filosofia da diferença e a filosofia política, que propiciaram encontro com autores que hoje fazem parte importante do grupo de intercessores dessa tese.

A potente intercessão com a orientadora Claudia Osorio, importante referência na área do trabalho, só veio enriquecer e ampliar a análise do trabalho a que esse profissional de Recursos Humanos estava acostumado, abrindo campos até então insuspeitos de pesquisa e atuação.

O intenso envolvimento com a humanização resultou, em 2010, na cessão do narrador para prestar colaboração técnica ao Ministério da Saúde, atuando como consultor da PNH. Abre-se, então, um leque de outras experiências em saúde, para além dos muros hospitalares, quando vários atravessamentos importantes aconteceram na vida pessoal e profissional do narrador que, desta forma, se defrontou com interfaces várias que, nem sempre convergentes, lhes era, no entanto, caras, exigindo tomadas de decisão que compuseram o norte de sua atuação. Debates de valores e apostas que se concretizaram em um estilo singular de enfrentamento da problemática do trabalho.

Completando o quadro de implicação, a volta à UFF, em 2011, agora na qualidade de doutorando, o reencontro com Claudia Abbês, agora orientadora, e Elizabeth de Barros, coorientadora, bem como a intensiva troca, em tudo proveitosa, com o grupo de orientação coletiva, prática usual na UFF, tornam esta tese realmente uma polifonia de intercessores, ainda mais se acrescentarmos a rica experiência de troca com todo o Coletivo Nacional de Consultores da PNH e a primorosa banca de qualificação, reenvolvendo Claudia Osorio na narrativa e convidando Eduardo Passos, Fernanda Amador e Ricardo Teixeira, que só vieram comprovar o acerto da aposta.

Mais que orientadores e avaliadores, todos se transformaram em parceiros na condução da bússola dessa tese que ora se narra.

Seguindo Blanchot, se “a narrativa não é o relato do acontecimento, mas precisamente esse acontecimento, a aproximação desse acontecimento, o lugar onde este é chamado a produzir-se, acontecimento ainda por vir e graças a cujo poder de atração a narrativa pode esperar, também ela, realizar-se” (BLANCHOT, 1984, p.14), são estes acontecimentos que compõem, para além de uma história de lembranças pessoais, a memória coletiva de uma militância pautada em intervenções e interfaces heterogêneas, obrigando a tomadas de decisões e escolhas por parte de um profissional de saúde, pelo viés da psicologia do trabalho, que aqui pedem passagem e se presentificam.

Portanto, acredito que essa tese possa interessar àqueles que militam nas pesquisas do trabalho, especialmente do trabalho na área de saúde pública e que, inquietos, buscam questões que possam ampliar e fazer avançar este campo de estudos, incrementando pesquisas que venham a contribuir para que o trabalho se expresse de forma prazerosa na vida daqueles que o desenvolvem, aumentando seu poder de agir e sua potência de habitar os verbos da vida (NEVES, 2004).

Prazer que aqui tomamos no sentido de potência do desejo, na abertura para ser normativo, atuando de forma participativa, com autonomia e corresponsabilidade, ainda que a vida nua e a vida besta comentada por Pelbart (2006) continuem lançando suas redes de paralisia. Como pensamos, não são os obstáculos, as adversidades, as frustrações, a baixa temporária da potência o que causam o desprazer. Não pensamos em um prazer do equilíbrio, da falta de conflitos e tensões, mas naquele que, apesar dos pesares, estimula nossa capacidade de normatividade, afirmando a saúde, já que, seguindo Canguilhem (2000), a doença e o desprazer estariam em não conseguir ou não poder realizar os enfrentamentos necessários diante das adversidades normais aos estar vivo.

Essa tese é, portanto, dirigida àqueles que, mantendo-se abertos, ousam mesclar seus referenciais com outros que, muitas vezes divergentes, causam um tensionamento interno que os deslocam de qualquer norte dado de uma vez por todas, fomentando a crítica e a clínica como uma política cognitiva sempre em construção, abertas ao

intempestivo e às intempéries da experiência, ingrata companheira das evoluções lineares, ardilosa disruptora das continuidades, fiel companheira dos desviantes e nômades.

A questão geral é aqui a narrativa destas interfaces, um diálogo com a tradição dos estudos do processo de trabalho (ergologia e clínica da atividade mais especificamente), com a filosofia da diferença e com a saúde coletiva brasileira, trazendo a problemática da tese do biopoder e de suas discussões, pós Foucault, indagando então que tipo de pressão se provoca nos estudos dos processos de trabalho.

Nessa interface, tomo alguns autores, na verdade algumas ferramentas teórico/práticas destes autores e, numa catacrese⁷, forço seu uso em comum, inventando talvez outros sentidos, que são aqueles que o próprio narrador da tese vivenciou nesta intercessão, correndo o severo risco de distorcer os pensamentos originais. Forço, através de como fui atravessado por estes encontros, diálogos entre interfaces que nem sempre conversam e muitas vezes parecem mesmo divergir ou divergem entre si e com a estilização do narrador, mas que, no entanto, compuseram, na afirmação da diferença, minha própria estilização em lidar com a problemática do trabalho e da atividade laboral. Diferença de estilização que essa tese, então, delata e afirma.

Portanto, antes de discorrer sobre estas interfaces, penso ser necessário esclarecer qual é então a escolha metodológica, que apostas se faz aqui para ir ao encontro deste usar de si, sair de si: estranha experiência, um trabalho...

⁷ Termo utilizado por Yves Clot para referir-se à atribuição pelo operador de novas funções às ferramentas, desviando-a do seu uso tradicional (CLOT, 2006, p. 181). Com isto, pensamos, se enfatiza a mobilização por inteiro daquele que trabalha, reorganizando em um verdadeiro retrabalho a sua atividade para poder efetivamente realizar aquilo que deve ser feito, ainda que com deslizes do prescrito.

II. De quando se constrói a tupinização de uma Cartografia Antropofágica Catacrética como método de pesquisa.

O escrever que aqui se processa é entendido, através de Blanchot, como uma narrativa:

(...) A narrativa é o movimento para um ponto, não apenas desconhecido, ignorado, estranho, mas tal que parece não ter, antecipadamente e fora desse movimento, qualquer espécie de realidade, e tão imperioso, no entanto, que só ele atrai a narrativa, de modo que esta nem sequer pode “começar” antes de o ter atingido, e, no entanto, apenas a narrativa e o movimento imprevisível da narrativa fornecem o espaço onde o ponto se torna real, poderoso e atraente.

(...) Eis uma das estranhezas, digamos uma das pretensões da narrativa. Ela não “relata” senão a si própria, e este relato, ao mesmo tempo em que se efetua, produz o que conta, só é possível como relato se realizar o que se passa nesse relato, pois detém então o ponto ou plano onde a realidade que a narrativa “descreve” pode incessantemente unir-se à realidade enquanto narrativa, garanti-la e encontrar nela a sua garantia (BLANCHOT, 1984, p. 14-15).

A narrativa como algo que se processa exatamente no processar, como uma polifonia de vozes que põe abaixo qualquer pretensão de autoria pessoal, como uma obra que, na medida mesma em que se inicia, jamais iniciou ou jamais será concluída.

Obra aberta, exposta à heterogênese, que não controlo, mas sou controlado por ela, de forma que não escrevo propriamente, mas sou escrito, inscrito, marcado por ela que, ainda que vinculada a um modo todo próprio de uso das ferramentas, neste sentido podendo identificar um autor singular, por outro lado faz de mim uma ferramenta em uso por ela, afastando qualquer ilusão de identidade fixa, de autoria única. Autoria que aqui postulamos como de uma multiplicidade.

O Eu desta obra é Ninguém e, por sê-lo, são todos aqueles do passado, do presente e de um futuro já arquitetado, numa comunicação entre cérebros, para usar um conceito de Tarde (2003, 2005), que nos encontros de uma vida afetaram esta

singularidade múltipla que é narrada e narra esta narrativa. Falo em meio a uma multidão em mim.

A autoria desta obra, se responsabilidade do autor sem dúvida, deve ser remetida a uma polifonia de vozes, cujo autor, como *médium*, é apenas um acorde ínfimo, mas que, com seu ritornelo, faz a música que se toca por si mesma, independente dele. Portanto, se faz necessário que ajustemos todas as ferramentas neste comum que inventamos para elas, remetendo-as ao complexo sinérgico de acordes dissonantes com os quais essa sinfonia for se compondo.

Quando falamos no autor como *Médium*, queremos aqui nos referir mesmo ao conceito utilizado pelos praticantes da religião espírita. Porém, como utilizo o conceito, o médium não se refere a um mediador entre o plano espiritual e o plano terreno, uma vez que, como veremos, postulamos a imanência no trabalho, na qual não cabe nenhum espaço para transcendentais.

O autor como *médium* é entendido aqui como uma corporização, ou seja, a materialidade do encontro entre duas dimensões que atuam no mesmo plano, sendo ele, *médium*, o ponto singular vibrátil que dá liga a uma formação de rede. Desta forma, *médium* estará sendo um conceito forjado através de uma catacrese e terá este sentido quando aparecer.

Possui certa analogia com o conceito de gênio em Tarde (2003, 2005), para quem a genialidade não é genética ou individual, mas uma confluência de pequenos inventos, de verdadeiros anônimos, que se encarna num cérebro singular, concretizando-se e fazendo parecer que é completamente inédito, quando em realidade é resultado de uma ampla rede que se forjou na comunicação entre cérebros, tendo possuído o dado gênio inventor a competência de agrega-la em uma dada forma.

No entanto, preferimos *médium*, apesar desta proximidade, porque gênio é uma palavra com vários sentidos diferentes, aliada a certa meritocracia individualizante, enquanto médium tem a vantagem de poder ser considerado um ponto vibrátil de uma ampla rede, dando ressonância e encarnando um determinado fluxo de forças, do qual sua individualidade como tal quase não conta, como querem os espíritas.

Atuando então como *médium*, porém singularizando uma multiplicidade de vozes, a hibridação de ferramentas e de autorias é neste trabalho considerada aposta metodológica. O que se pretende não é polemizar, se opor, criando assim uma nova disciplina, mas aproximar campos de pesquisas heterogêneos, transversalizando suas ferramentas no intuito de contribuir para o plano problemático do trabalho, no qual a atividade laboral tem sempre a dimensão da estranheza, como veremos a frente.

Já as corporizações, conforme discutimos anteriormente (MAIA, 2006), são ações que tomam corpo naquilo que acontece, não se referindo a um sujeito como intermediário ou princípio de ação, sendo da ordem das transformações incorporais que ocorrem através da maquinação dos corpos. Corpos que já não separam o humano do inumano e que, portanto, podemos pensar como artefatos, como aquilo que se produz numa produção que também produz algo.

Preferimos chamar de corporização, no mesmo sentido em que Deleuze e Guattari (1972) descrevem os territórios móveis, para afastá-la de qualquer imaterialidade ou transcendência que a ideia de trabalho imaterial e incorporeal pode erroneamente fazer crer. A imaterialidade não se separa da matéria, mas é algo que, agenciada pelos corpos, processa algo que transforma aquilo que é instituído, sem que nada de material possa ser visto ou dito ali onde, contudo, um importante movimento ocorreu. Movimento que, acontecendo, arrastou todo o dado para um arranjo completamente novo, só sensível, se tanto, para aquele que o experienciou.

Por isto afirmamos que, em se querendo pesquisar o trabalho, a inclusão daquele que o processa é prerrogativa primeira, sem a qual nada percebemos da dimensão que, sem outro nome melhor no momento, denominamos trabalho imaterial ou transformações incorporais, sem, contudo, sair da dimensão material na qual tudo se processa. A postulação do trabalhar como imanência, como aqui o fazemos, o exige.

De imediato, já se percebe que a participação dos trabalhadores é fundamental nessa análise do trabalho, uma vez que, como aqui se aposta, a atividade que os mesmos realizam se processa por meio da própria subjetivação, singularizando o gênero que é como “(...) alguma coisa que nos escapa: é como se houvesse por trás desses

comportamentos um “não sei o quê”, feito de regras de condutas e de estratégias individuais que em parte unificasse os trabalhadores e em parte os diferenciasse. Eles, enquanto sujeitos, não estavam plenamente conscientes disso e nós, psicólogos, não estávamos em condições disto coletar” (CLOT, 1999, p.5) ⁸.

Este “não sei o quê” que parece exorbitar o visível e o dizível, dificultando sua expressão, com Blanchot diremos mais a frente que é o ‘morre-se’, o mergulho no impessoal, um salto para o caos criativo. Porém, concordamos com Deleuze que não se pode ficar mergulhado, é preciso reemergir desta experiência que impede o sujeito de ser o mesmo (Foucault) e, a partir dela, como outro, reorganizar o mundo para poder produzir.

Assim, pensamos que o trabalho, apesar de, mas também graças ao prescrito e seus tentáculos centralizadores, apesar das capturas e da expropriação de uma máquina de fazer sempre o mesmo, não se processa por centros, mas por rizomas, por redes. Atualmente a produção se pulverizou por todo o tecido social, independente do exercício de uma atividade econômica, se falta emprego, abunda trabalho, porque o trabalho tomou toda a vida e porque produzimos pelo simples fato de estar vivo. O tempo de produção e o de reprodução não mais se separa, não há nenhum fora do trabalho produtivo. Assim, estamos em um momento que exige uma crítica do trabalho conforme vinha sendo entendido no pensamento econômico clássico.

No esforço desta problematização, então, é a mão do narrador dessa tese que, ao utilizar-se destas ferramentas, numa catacrese ou antropofagia, as utiliza com a intenção de argumentar sua própria maneira de entender este plano de estudo, sendo responsável por todas as distorções que porventura provoque no pensamento dos autores utilizados, não só se responsabilizando por elas, mas apostando nelas como método de trabalho.

Com Suely Rolnik, afirmamos:

A inspiração da noção de antropofagia vem da conhecida prática dos índios tupis que consistia em devorar seus inimigos, mas não qualquer um,

⁸ Tal citação de Yves Clot (1999) foi referenciada pelo autor como: Odonne, I; Rey, A. & Briante, G.(1981), *Redécouvrir l'expérience ouvrière. Vers une autre psychologie du travail*, Paris, Éditions Sociales: p. 212.

apenas os bravos guerreiros. Ritualizava-se assim uma certa relação com a alteridade: selecionar seus outros em função da potência vital que sua proximidade intensificaria; deixar-se afetar por estes outros desejados a ponto de absorvê-los no corpo, para que partículas de sua virtude se integrassem à química da alma e promovessem seu refinamento (ROLNIK, 2001, p.12-13).

Neste sentido realizamos com orgulho certa tupinização de nossa metodologia, trazendo intercessores externos, principalmente europeus, mas que nessa tese serão utilizados de forma catacrética e submetidos à força a uma forma *brasilis* de habitar os verbos da vida, dialogando com pensadores tupis.

Devoramos nossos intercessores não como inimigos, mas certamente como bravos guerreiros. Afirmamos a diferença não pelo prazer de ser diferente, mas porque acreditamos que assim, nessa afirmação, pode surgir um comum coletivo que, longe da homogeneização, longe do equilíbrio, é e continua a ser intensivo, tensionante, agonístico, heterogêneo, sempre e para sempre provisório.

Como *médium*, incorporamos “partículas de sua virtude”, entendida aqui como “potência vital que sua proximidade intensifica”, mas só a intensifica a partir da ação catacrética que se exerce com a intercessão feita com as “partículas de virtude” e a “potência vital” contidas na experiência de ‘uma vida’ desse narrador, que se deixa guiar agora por esta intercessão e, entre polifonias e interfaces heterogêneas, não pretende criar escola, mas incrementar a problematização do plano do trabalho, mas abrindo que respondendo questões.

Lembremos que aqui o ‘e’ é conectivo conectante que investe para si multiplicidades de territórios móveis e, portanto, os autores utilizados não fazem parte de um somatório que conduziria a um comum homogêneo. Ao contrário, são territórios sempre móveis que se transversalizam e, como diz Blanchot:

(...) A narrativa quer percorrer esse espaço, e o que a move é a transformação exigida pela plenitude vazia desse espaço, transformação que, exercendo-se em todas as direções, por certo transforma fortemente aquele que escreve, mas não transforma menos a própria narrativa e tudo o que está em jogo na narrativa, onde em um sentido não se passa nada, à exceção precisamente dessa passagem (BLANCHOT, 1984, p.16).

Tal passagem, denominada aqui transversalidade de interfaces heterogêneas, forma a “plenitude vazia desse espaço” em que se movimenta a tese. Plenitude vazia porque não se trata de falta, mas de excesso de um triscar de diferenças potentes, como o *clinamen*⁹ de Epicuro, que num desvio, torcem e contorcem pensamentos díspares, podendo muitas vezes os distorcer mesmo, mantendo-os ainda assim diferentes e tensionantes, mas de tal forma que transforma não só aquele que escreve, mas todos aqueles que nesse escrito comparecem. Transformação levada a cabo pela passagem antropofágica de uma cartografia catacrética.

Cartografamos, assim, ferramentas diversas que intervieram e pressionaram a expansão da análise do narrador sobre o plano do trabalho em direções nem sempre previsíveis, nem sempre tranquilas, mas vividas na intensidade daquele que vê os pensamentos como operadores de mundos, como efeitos de realidade que exigem transformações conceitual/metodológicas e implicação política, ética e estética daquele que atua no plano da pesquisa e da atividade laboral.

A antropofagia que fazemos com todos os autores não ocorre, portanto, sem que estes autores também sejam nossos antropófagos. É uma espécie de devora das personalidades e das filiações, em busca daquela construção comum que, sem autoria, passa a ser uma genialidade coletiva, no sentido tardiano, ou um intelecto coletivo, mais que geral, no sentido de Neves (2002). Porém, não precisamos inventar outro conceito para este tipo de relação, porque ele já o foi bem descrito por Deleuze (1992), trata-se daquela relação entre intercessores.

Portanto, não tomamos nenhum destes autores como uma autoridade, mas como aqueles que, ao pensarem, instrumentam uma política cognitiva, uma prática de resistência ao instituído, como forma de configuração de forças com a qual visam à transformação da realidade imediata. Assim, não partimos de nenhuma fidelidade a supostas escolas de pensamento, como se objetivássemos comprovar certa teoria, reforçar certa disciplina ou como se nos propuséssemos um saber totalitário que abarcasse toda a realidade que estudamos.

⁹ Referimo-nos ao pensamento de Epicuro, filósofo grego, que entendia o *clinamen* como um desvio provocado pelo choque entre os átomos que, ao caírem no vazio, em virtude de seu peso e velocidade, geram tudo quanto existe. É desta concepção que extraímos a ideia de desvio criador como uma dobra que constitui mundos possíveis.

O propósito aqui é bem mais humilde, poderíamos dizer que se trata de uma experiencição, uma tentativa de, conversando com a experiência, construir ferramentas pertinentes para pôr em análise isso que designamos estranha experiência: um trabalho... Em uma diversidade de caminhos, procuramos os pontos em que nossos trânsitos se atravessem e determinam uma propulsão de forças capaz de nos conduzir por/ entre/ com este plano problemático.

Percebendo os conceitos como agenciamentos, entendo que eles são frutos do encontro entre os corpos, ou seja, eles surgem da prática, dos agenciamentos maquínicos que se expressam nos agenciamentos de enunciação, criando territórios, isto é, operando realidades, mas portando em si mesmos um potencial de desestabilização, as linhas de fuga, as desterritorialiações e, assim, o mundo criado nunca é dado de todo, mas é sempre um possível a ser efetuado (DELEUZE; GUATTARI, 1972; LAZZARATO, 2006).

Os conceitos/ferramentas instrumentam, então, uma política cognitiva que, mais que descrever, faz funcionar uma determinada realidade. Pensando os conceitos desta maneira, encontro um instrumento potente para a pesquisa dos novos sentidos que busco para o trabalho e, de quebra, justifico a antropofagia como um posicionamento no agenciamento de enunciação, agenciando com os próprios autores que utilizo.

III. Considerações éticas acerca dessa tese.

Essa tese não é uma pesquisa com seres humanos, trata-se de uma pesquisa teórica em construção que parte do desafio de, a partir da experiência, mergulhando nela, enfrentando seus desafios, seus desvios, seus nomadismos, sua distância e munidos de uma caixa de ferramenta heterogênea, construída através de diversos planos de pesquisas, também eles heterogêneos, procurar convergir num comum que contribua para a problemática do trabalho.

Assim, as experiências com as quais relataremos e comporemos nosso plano de argumentação não provém de pessoas encarnadas como indivíduos concretos, sobre os quais caberia manter suas particularidades de viva, para que não pudessem ser identificadas e, assim, resguardá-las de inconvenientes trazidos pelo desenvolvimento da pesquisa.

Em realidade, as experiências narradas não são das e sobre as pessoas que as vivenciaram, mas indagações e experimentações de análise do narrador dessa tese. As experiências, em última instância, são as do narrador e, assim sendo, não nos interessa identificar pessoas, instituições ou quaisquer outras características que possam a vir revelar identidades de quaisquer naturezas.

Por atuar como consultor da PNH e, atualmente, ser um dos coordenadores da Câmara Técnica de Humanização dos Hospitais do Rio de Janeiro (CTH), que possui como integrantes hospitais federais, institutos nacionais, hospitais universitários, englobando cerca de duas dezenas de instituições, o autor tem acesso a várias experiências que ocorrem no campo da saúde pública brasileira, em instituições ligadas a toda a extensão do território nacional.

Esta amplitude nos dá como garantia a possibilidade de falar das experiências de forma que elas dificilmente possam ser localizadas e remetidas às pessoas reais envolvidas nelas. Mesmo assim, dificultaremos este reconhecimento de todas as formas, já que é nosso único objetivo, a partir de experiências reais, instrumentar nossa caixa de

ferramentas a fim de ampliar o poder de análise e contribuir para os argumentos aqui desenvolvidos.

Certos de que resguardamos todas as pessoas e instituições com as quais tivemos contato, estamos seguros de não infringir nenhum princípio ético inerente a pesquisas com seres humanos, a qual essa tese não se aplica, mas possui o mesmo cuidado.

3. PRELÚDIOS OU INTERFACES DE UMA SINFONIA POLIFÔNICA.

I. Questões com a Filosofia Política: a organização política do trabalho no contemporâneo.

Os autores chaves dessa primeira interface com a filosofia política são Maurizio Lazzarato, Antônio Negri e Michel Hardt, principalmente na reflexão que fazem sobre a nova organização política do trabalho no contemporâneo, postulando o trabalho imaterial como uma inflexão do capitalismo atual que, segundo eles, modifica de forma importante a produção de mercadorias. O mais importante e o que transforma radicalmente a questão do trabalho, como entendo destes autores, é que estaríamos em uma época na qual é a produção de bens comuns que passa a reaquecer os circuitos de mercado de uma maneira muito especial. Um mercado que tem agora como produto, como mercadoria, estes bens comuns.

No limite destas reflexões, há então um desinvestimento das instituições e do trabalho como tal, “(...) não é mais das instituições que devemos partir para poder descrever a cooperação entre cérebros (...) não é mais do trabalho, nem de sua exploração, que devemos partir para compreender o capitalismo” (LAZZARATO, 2006: p.98).

Ora, para nós que atuamos nas instituições de saúde e tentamos criar formas de ampliar o poder de agir dos trabalhadores, preocupados em entender o enigma do trabalho e destrinchar os interstícios das atividades laborais, esta proposição nos causa imenso espanto e preocupação. Pois, procuramos nelas e com elas, sentidos/modos da(e) transformação dos modelos de gestão e execução do trabalho, buscando parâmetros mais democráticos para a organização do trabalho.

O que apostamos nessa tese é que o trabalho continua a ser um dos importantes baluartes da constituição do mundo; o trabalho é também produção de bem comum e de subjetividade. Sua base, queremos concordar, é hoje a cooperação, a expressividade e a afetividade ao mesmo tempo, que Negri (2003) denomina máquina biopolítica,

articulada e posta em marcha pelo *General Intellect*, produção de comum produzida por uma multidão ou multidão.

A isto Lazzarato (2006) acrescenta a noção de noopolítica¹⁰, para além do biopoder de Foucault, baseando-se em Gabriel Tarde, na sua tese de comunicação entre os cérebros. Esta comunicação dos cérebros em redes é a forma da cooperação no contemporâneo, mas, por outro lado, também a forma da expropriação da potência criativa da multidão pelo capitalismo atual, quando é o ‘espírito’ que entra nos cálculos do poder, quando é a ‘alma’ que deve baixar e conduzir a produção no chão da fábrica, agora social, uma sociedade empresa. Se para Foucault (2002) o ‘espírito’ era o limite dos cálculos do biopoder, Lazzarato afirma que este limite foi transposto na atualidade.

Isto não é trivial para quem milita no plano heterogêneo do trabalho, sendo preciso então mais que simplesmente se contrapor aos autores, enfrentar a problemática que eles levantam. E enfrentá-la em meio às nossas experiências junto com os trabalhadores nas instituições de saúde, procurando possíveis a partir da cooperação, da expressividade e da afetividade, no sentido de maior democratização das relações dentro das organizações do trabalho em todas as suas instâncias.

Este então o nosso intento, demonstrar que, analisando a estranha experiência: um trabalho, a atividade laboral se constitui realmente como uma forma alternativa de resistência ao capitalismo, uma insurreição e um êxodo, como querem Hardt e Negri (2003), porém ainda em meio às instituições e sob condições que merecem toda uma transformação do *status quo*, o que pensamos não se fazer sem uma militância ‘no chão da fábrica’ e, principalmente, com parceria sincera entre o saber-fazer dos trabalhadores e o fazer-saber dos pesquisadores, nas quais se aumente o poder de agir e de saber de ambos na direção das transformações necessárias.

Convocamos então para a conversa outros intercessores.

¹⁰ Em nota de rodapé, Lazzarato (2006, p.86) explica que o prefixo noo foi tomado justapondo-se o sentido do termo em Aristóteles, como a parte mais elevada da alma (nôus) e a designação de um provedor da internet (noos), encontrando assim um nome para sustentar sua tese de que, para além do biopoder, viveríamos em tempos em que as “novas relações de poder têm como objeto a memória e o seu conatus (a atenção)” e “se exerce sobre os cérebros, atuando em primeiro lugar sobre a atenção, para controlar a memória e sua potência virtual”.

II. Composições com pesquisas do trabalho francófonas.

Para esta interface os autores chave serão Yves Clot e Yves Schwartz, tomados como representantes de toda uma tradição em pesquisas de análise do trabalho que culminam naquilo que chamaríamos, seguindo Tarde (2003, 2005), uma genialidade de ferramentas construídas e inventadas tendo por trás um enorme patrimônio histórico. Deixamos aqui nosso agradecimento a todos estes pesquisadores e pedimos desculpas se, sem citá-los explicitamente, os utilizamos através dos autores escolhidos, certos de que eles, reconhecidamente em suas obras, afirmam e confirmam toda esta tradição de pesquisa, coisa que não faremos aqui por motivo da economia necessária a uma tese.

Enfatizamos que utilizaremos de forma cartográfica apenas aquelas ferramentas instrumentadas por ambos que nos auxiliam a entrar na problemática do trabalho apresentada nas páginas acima, na direção de entendê-lo como uma clínica da experiência e de instrumentá-lo com modos de fazer que avancem no sentido das mudanças nos modelos de gestão e efetuação do trabalho nas instituições, principalmente nas instituições voltadas para a atenção em saúde.

Aqui já uma primeira dificuldade, ambos os autores não priorizam a saúde como campo de pesquisa, porém, nem por isto deixam de contribuir de maneira importante para a compreensão do trabalho para aqueles que militam nesta área. Uma segunda dificuldade decorre do fato de que estes autores, embora sem divergirem entre si, não se referendam com frequência, conduzindo-se por ferramentais teórico/metodológicos singulares, cada um dentro de um referencial construído de forma consistente e, assim pensamos, eficaz para seu foco de estudos.

Portanto, aqui haverá uma dupla inflexão forçada. Primeiro, convidaremos os autores a conversarem entre si através dessa narrativa; segundo, os faremos conversar com a filosofia política, respondendo através de nós algumas questões que nos parecem de suma importância para as pesquisas do trabalho. Pedimos desculpas pela liberdade tomada, principalmente se de alguma forma pudermos distorcer aquilo que eles pensam, mas aqui consideramos esta licenciosidade como “ossos” do ofício de pesquisador.

Yves Clot é professor no Conservatoire National des Arts et Métiers (CNAM), em Paris, e integra o *Centre de recherche sur le travail et le développement* (CRTD) desta instituição, na qual, a partir de sua entrada, organiza-se uma equipe de Clínica da Atividade. Reconhece como suas principais influências diretas o ergonomista Alain Wisner; os psicólogos Lev Vygotsky e Alexei Leontiev; Louis Le Guillant, teórico que teve um papel central no campo da Saúde Mental e do Trabalho; Ivar Odonne e sua relevância para a Psicologia do Trabalho e o filósofo da linguagem Mikhail Bakhtin (CLOT, 2010).

Yves Schwartz é diretor-científico do Departamento de Ergologia da Universidade de Provença (França), ex-aluno da *École Normale Supérieure*, professor de Filosofia na Universidade de Provence, membro do Instituto Universitário da França.

De certa forma, ambos os autores se preocupam com pesquisas que venham a explicar a distância sempre existente entre a atividade prescrita e a atividade realizada e, para isto, partem do conceito de atividade situada, que é aquela que efetivamente ocorre no cotidiano de trabalho. Assim, para ambos, o trabalho vivo, aquele realizado em ato, é o objeto prioritário e, dentro dele, o conceito de atividade que tomarão como central, porém de maneira singularizada em suas pesquisas. É focando naquilo que realmente ocorre durante a efetivação do trabalho que o conceito de atividade ganha prioridade em seus estudos.

Partindo da tradição ergonômica francesa, a Clínica da Atividade formula um conceito ampliado da atividade, como veremos, enfatizando que esta possui uma história que a desloca do aqui e agora do posto de trabalho. Baseando-se no conceito de gênero e estilo, haveria como que um corpo social que intermedia a atividade, fazendo com que ela tenha um desenvolvimento possível ou não. Assim, a preocupação guia de suas pesquisas é o desenvolvimento da atividade, mais que a atividade em si mesma, com o objetivo de aumentar o poder de agir no trabalho que, como nos diz Clot (2010), é fundamental para a saúde do trabalhador. Partindo do princípio que o trabalho não tem, mas é uma função psíquica (CLOT, 2006), obstar a ação, impedir de trabalhar é ao mesmo tempo favorecer o sofrimento psíquico.

Schwartz, partindo da mesma tradição, também tem um entendimento ampliado da atividade, porém seu foco de estudos é o Corpo-Si do trabalho, uma espécie de rede relacional estratégica que se articula para a efetuação da atividade situada, enfrentando as infidelidades do meio. Assim, a ênfase maior recairá sobre o uso de si por si e uso de si pelos outros, fazendo com que haja sempre debates de valores e dramáticas de uso de si no trabalho. Portanto, seu foco estará mais nas redes de relações que se desenvolvem em meio à efetuação do processo de atividade em ato que propriamente nas redes de relações da atividade como o desenvolvimento de uma história possível, como na Clínica da Atividade.

Tomaremos ambos como complementares, percebendo em Clot uma maior possibilidade de compreendermos a formação das redes de desenvolvimento da história da atividade em seu aspecto mais molar ou macropolítico e, em Schwartz, os processos de formação de redes locais da atividade em seus aspectos moleculares ou micropolíticos. Porém, isto somente de maneira bastante genérica, pois ambos em suas pesquisas abarcam fatores relevantes e se preocupam com estas duas dimensões políticas do trabalho, já que elas jamais se separam.

Entenderíamos, então, que em Clot o gênero e estilo formam uma espécie de arcabouço estrutural que vai do macro para o micropolítico, sempre em afetação recíproca, como veremos. Já em Schwartz parte-se da micropolítica que, estruturando-se em rede, acaba por afetar os aspectos macropolíticos do trabalho que, por sua vez, também afetam as redes micropolíticas numa interação constante.

i. Gênero/estilo e a atividade como uma história em processo: a clínica da atividade.

Clot e os pesquisadores da clínica da atividade, seguindo a tradição francófona de análise do trabalho, veem a atividade como sempre mais do que a tarefa realizada, passível de descrição para fins de análise, pois inclui os conflitos oriundos do seu processar. Entendida como se realizando entre intenções concorrentes, a atividade exige a mobilização física e psíquica do trabalhador frente a um meio em constante variação, indo além de um simples gesto realizado, passível de observação direta e mensurável para fins de avaliação de produtividade, definindo-se, então, pelas operações manuais e

intelectuais realmente postas em práticas a cada instante pelo trabalhador a fim de atender seus objetivos, que sempre extrapolam aqueles prescritos pela organização do trabalho em face de um meio que se modifica constantemente (CLOT, 2006).

Para além de uma concepção amorfa da atividade de trabalho, nós propomos incluir neste conceito os conflitos do real. A atividade não é somente aquilo que se faz. O real da atividade é também o que não se faz, aquilo que não se pode fazer, o que se tenta fazer sem conseguir – os fracassos - aquilo que se desejaria ou poderia fazer, aquilo que não se faz mais, aquilo que se pensa ou sonha poder fazer em outro momento. É necessário acrescentar aqui – um paradoxo frequente – atividade é aquilo que se faz para não fazer o que tem que ser feito ou ainda o que se faz sem desejar fazer. Sem contar o que deve ser feito. A atividade possui então um volume que transborda a atividade realizada. Em matéria de atividade, o realizado não possui o monopólio do real. A fadiga, o desgaste violento, o estresse se compreende tanto por aquilo que os trabalhadores não podem fazer, quanto por aquilo que eles fazem (CLOT, 2001, p. 6).

Desta forma, a atividade se realiza em um plano de interferências de intenções, exigindo decisões do operador que deve, então, proteger as suas de outras intenções concorrentes, tornando necessário que a análise do trabalho tenha que incluir em seus estudos o que se produz naquele que produz enquanto produzindo (MAIA, 2006), pois:

As atividades suspensas, contrariadas ou impedidas, e mesmo as contra-atividades, devem ser admitidas na análise assim como as atividades improvisadas ou antecipadas. A atividade removida, oculta ou paralisada não está ausente da vida do trabalho. A inatividade imposta – ou aquela que o trabalhador se impõe – pesa com todo o seu peso na atividade concreta. Pretender deixar estas coisas de lado em análise do trabalho significa extrair artificialmente daqueles que trabalham os conflitos vitais dos quais eles buscam “se livrar” no real. O conceito de atividade deve então, incorporar o possível ou o impossível a fim de preservar nossas possibilidades de compreender o desenvolvimento e a sua entrada em sofrimento (CLOT, 2001, p. 6).

Com este conceito estendido, para a Clínica da Atividade não basta, então, considerar somente a atividade explícita e delimitada do trabalho, o posto de trabalho e suas tarefas, porque a atividade tem uma história em desenvolvimento. Ela é um processo sempre inconcluso, inesperado, tendo como unidade de ação o tripé si mesmo, objeto de trabalho e os outros. A atividade é sempre dirigida. Ela se dirige a um destinatário, a alguém, ainda que se trabalhe sozinho. É então preocupado consigo mesmo, com o objeto de trabalho e com os outros que o trabalhador se insere em sua atividade laboral (CLOT, 2006, 2010).

Desta forma, para Clot (2006, p. 68-75) o trabalho não tem, mas é uma função psicológica, ele remete o trabalhador para uma atividade que está eminentemente voltada para os outros. Agindo para produzir algo que não necessariamente se volta para uma produção pessoal, o trabalho exige uma saída de si, sendo uma importante função de construção de solidariedade e colaboração humana. Portanto, para além da atividade como tal, o objeto de pesquisa da Clínica da Atividade é muito mais o desenvolvimento e os impedimentos da atividade, aumentando ou diminuindo o poder de agir do trabalhador, com consequentes efeitos sobre sua saúde física e psíquica.

Porém, este sair de si não remete a uma dessubjetivação, já que é uma espécie de limiar entre o singular e o coletivo. Clot não diminui o valor do trabalho para o próprio trabalhador, já que os conceitos de gênero e estilo relacionam a atividade a uma intensa implicação do vivo em toda a sua integridade. O ‘sair de si’, utilizado no título dessa tese, é tributário desta intensiva implicação que não se liga primordialmente a interesses meramente pessoais e egocêntricos. Sem ousar afirmar que o trabalho é uma função psicológica, tomamos este sair de si como uma dimensão importante do trabalho, sem a qual ele não pode ser levado a cabo.

A dimensão coletiva, inseparável da dimensão singular para a Clínica da Atividade, se expressa no conceito de gênero, que é “uma referência social para cada trabalhador, ao mesmo tempo suporte indispensável de troca e lugar de expressão de sua personalidade” (JOUANNEAUX, apud CLOT, 2006, p. 35-36). O Gênero é, então, um referencial ao qual o trabalhador recorre, fazendo frente às variabilidades que se apresentam e que permite analisarmos os coletivos de trabalho considerando que há um dispositivo¹¹ aberto de regras transpessoais, historicamente construído, ao qual esse coletivo se refere na relação com os objetos e nas relações entre sujeitos, sendo um meio de agir de cada um, uma singularidade, mas que o é levando em conta a história do grupo e a memória social do meio de trabalho. Coletivo e singular em uma mescla impossível de desvencilhar.

¹¹ A despeito das formulações da Clínica da Atividade, se utiliza dispositivo nesta passagem em um sentido amplo, como “aquilo que permite funcionar a prática”, “macular o sagrado” (RODRIGUES, 1993, p. 73-74), na medida em que desvela as relações de poder existentes no que está estabelecido como unidade indiscutível. Assim, o gênero, como o entendemos da formulação de Clot, desestabiliza a ordem, a organização, a métrica equilibrante do prescrito, enxertando nela um jogo de relações de poder no qual a ação se processa entre ações concorrentes, mobilizando um estilo que, também plural, faz de toda atividade profissional uma decisão política na qual o formal e o não formal se debatem e combatem, revelando o real, sinônimo de atividade para a Clínica da Atividade.

Este referencial comum, do qual o gênero é constituído e constituinte, não deve ser entendido como o somatório dos referenciais individuais, como se ele fosse o todo do qual os indivíduos seriam as partes, pois ele possui um componente social, ou genérico, no sentido de que sendo de todos a ninguém pertence. Ele, na realidade, é uma espécie de “corpo intermediário” (CLOT, 2006) que permite, por exemplo, que dois trabalhadores que não se conhecem possam ser capazes de se coordenarem eficazmente para realizar um objetivo difícil dentro de um contexto complexo de trabalho, por possuírem um gênero de atividade semelhante que lhes facilita a maneira de “pegar as coisas e lidar com as pessoas” (CLOT, 2001) dentro de um contexto profissional. Este referencial estabelece as regras não escritas e não imutáveis em uma situação comunicacional que supõe a elaboração comum. Ele inscreve o saber-fazer considerado na história de um coletivo.

Singular e coletivo ao mesmo tempo, o gênero é sempre plural, de forma que podemos entender que em toda atividade concorrem gêneros diferenciados, exigentes de um tempo diferente do prescrito para que possa haver a elaboração comum, só possível se privilegiarmos a formação de coletivos de trabalho. O tempo de produção sem considerar o tempo necessário a esta elaboração comum, tão característico da organização do trabalho contemporâneo, em realidade impede de trabalhar, já que, na acepção da Clínica da Atividade, ter acesso ao gênero e o tempo necessário para dele se apropriar e o expandir é fundamental para o processamento da atividade. Sem essa formalização, combinando regras escritas e não escritas, dificulta-se que o gênero exerça sua função de meio de ação, fazendo com que “aqueles que trabalham estejam entregues a si mesmos em uma situação que se degrada”, amputados em sua capacidade de agir, em sofrimento psíquico (CLOT, 1999, p. 30).

Diremos que a memória coletiva, o gênero da atividade, fruto da história física e social de uma dada atividade, contribui com seus “toques” e suas “falas”, gerando formas coletivizadas de um saber-fazer que permitem ao trabalhador se orientar por regras que o ajudam a antecipar e transpor obstáculos com maior agilidade, permitindo inclusive que, em um mesmo meio profissional, possa haver um elo facilitador da atividade em conjunto de trabalhadores que se encontram pela primeira vez, como naqueles casos em que, tendo experiência no meio profissional, ao ingressar em outro meio de natureza semelhante, o novo operário rapidamente “pega o espírito da coisa”.

O gênero é, ao mesmo tempo, uma referência social e meio de expressão de cada trabalhador. Funciona como uma memória social, um instrumento que faz existirem as atividades fora de sua única realização aqui e agora e que as prepara, sustenta e orienta. Por meio do acesso ao gênero, o trabalhador desenvolve a competência profissional, o que torna possível a atividade, mas não o faz sem que, simultaneamente, expanda o gênero da atividade, com seu saber-fazer todo singular. Assim, a atividade deve ser entendida como mescla indissociável entre singular e coletivo, uma ação sempre em processo.

Com a Clínica da Atividade nos aproximamos do entendimento de que singular e coletivo já não se separam, mas é um interjogo em que estão presentes desvios daquilo que é predeterminado, daquilo que é prescrito, fazendo a atividade de trabalho ser uma abertura para o possível. Ou seja, haveria uma multipertinência de atividades em jogo que engaja os trabalhadores em vários mundos possíveis, exigindo então destes protagonistas a construção de sentido para a ação, ou, de forma paradoxal, uma autogestão cogeriada da atividade em que está envolvido. No desenvolvimento dessa tese esta relação entre autogestão e cogerção será desenvolvida.

A dimensão singular da atividade, inseparável da dimensão coletiva, se expressa através do conceito de estilo. O estilo é uma espécie de marca singular que o trabalhador impõe à sua atividade, um jeito de organização própria que rearranja o gênero para que ele seja aplicável e dê sentido à ação que está sendo posta em movimento, deixando pistas que, se exploradas junto àquele que trabalha, permitem concluir que aquele que opera também planeja o seu trabalho, no esforço de gerir um sentido, a fim de conseguir a eficácia e eficiência que dele são esperadas.

Por haver gênero, patrimônio cultural, que orienta e reorienta a ação, orquestrado pelo estilo, uma forma dos trabalhadores trazerem para si este patrimônio, dando sentido singular às suas ações, resulta que há um desvio em processo em toda atividade laboral que acaba por fazer com que o prescrito e o realizado jamais coincidam exatamente.

Construindo um sentido para ação e, em assim o fazendo, pondo em movimento e ao mesmo tempo transformando o gênero, todo trabalhador é então cogestor de seu trabalho. A este tipo de processo é que Clot nomeia estilo da atividade, que envolve o

trabalho vivo em ato, com o trabalhador dando vida ao gênero e dando um sentido a sua ação, contribuindo com uma estilização própria.

Ora, este intensivo trabalho de maquinação entre gênero e estilo é o que torna possível qualquer atividade e, vale dizer, é o que possibilita que aquilo que deve ser produzido chegue à sua conclusão. Com base nisto, o que se postula nessa tese é que todo trabalhador é também gestor do seu trabalho.

Também as prescrições, o impessoal em Clot, são importantes, necessárias e fazem parte do patrimônio social e, tal como o gênero transpessoal, também evitam que se erre cego entre acertos e erros, antecipando e organizando a ação. Sem ambos, é como se toda a atividade tivesse sempre a necessidade de reiniciar do zero, sem nenhum norte para orientar a ação.

Apostamos, a partir da Clínica da Atividade, que gênero e estilo formam uma espécie de arcabouço estrutural que possibilita a atividade laboral. Pensamos que a genialidade de Clot, no sentido tardiano, foi precisamente a de compreender que o trabalho se processa nos interstícios do patrimônio histórico, do patrimônio local, do patrimônio singular, na interface da colaboração social e da colaboração singular de cada trabalhador, que ativa o gênero e deixa nele sua marca, seu estilo, numa colaboração em que ambos saem enriquecidos.

É através do estilo, competência do vivo, que o patrimônio ganha vida e vive na mutação histórica. É através do gênero que o vivo se orienta e conduz, guiado pela colaboração social que não o deixa estar continuamente às cegas, entre acertos e erros. Neste sentido, o prescrito e sua superação são a alavanca de uma produção viva, de um trabalho vivo sempre em ato, de uma criação contínua.

Não há trabalho sem prescrição, ela é necessária e bem-vinda, porém só enquanto não engessa a ação, pois a criação no trabalho é primeira, por ela foi constituído o gênero, por ela ele é reatualizado incessantemente, por ela ele é vívido e vivível. Se o gênero pode ser entendido como a alavanca, é o vivo que a aciona, com seu estilo singular.

Porém, sem a orquestração coletiva, sem o tempo para a construção comum da atividade e de seu sentido, gênero e estilo também correm o risco de deteriorações, caso em que há o desarranjo da atividade.

Torna-se importante para a continuidade da discussão que aqui se desenvolve que diferenciemos o conceito de prescrição daquele de gênero da atividade. A prescrição é uma dimensão impessoal, própria à tarefa, no sentido que é dada antes do desenvolvimento da atividade, ela compõe um conjunto de normas, protocolos, aspectos legais inerentes a cada profissão e a cada instituição que norteia e normatiza regras de condutas e de operações que devem ser seguidas, pois suas infrações têm efeitos drásticos sobre a vida profissional, que podem por vezes envolver mesmo prestação de contas no judiciário.

O prescrito é aquilo que o trabalhador já encontra dado e que, embora possa ajudar a modificar algumas vezes, lhe aparece com a marca impessoal da lei, do dever fazer. Impessoal, como entendemos do uso em Clot, é aquilo que já foi estruturado previamente e os trabalhadores encontram como uma norma já estabelecida por outros. No corpo dessa tese, outras maneiras do entendimento deste conceito irão se apresentar, como veremos.

O gênero, por sua vez, embora considerando esta dimensão impessoal, própria da tarefa, tomando em conta o que está normatizado e regulado, é uma espécie de memória social da atividade, um meio de ação construído nas relações entre os trabalhadores, de caráter cultural, para Clot (2006, 2010) também um meio simbólico, que permite antecipar, organizar, rearranjar, enfim, se orientar no trabalho através de um referencial comum, transpessoal, construído por aqueles que vieram antes e reconstruído permanentemente por aqueles que estão em atividade.

No prescrito, diríamos com Merhy (2002), o grau de protagonismo do trabalho vivo em ato é mínimo, enquanto no gênero ele é médio, já que esta é uma dimensão transpessoal, ou seja, atravessa a história de um determinado modo de fazer, que está sempre sendo posto à prova. Já na dimensão interpessoal, a da negociação e a articulação entre as pessoas frente às infidelidades do meio, e na dimensão pessoal, a do estilo com cada qual dando um sentido para aquilo que faz, o grau de protagonismo é máximo.

Por isto, Clot considera o gênero transpessoal, já que ele ultrapassa cada um individualmente, sendo um construto que está para além das relações profissionais imediatas. Porém, como vimos, ele é rearranjado por uma dimensão pessoal, necessária para fazer uso dele, quando cada trabalhador estiliza, o trazendo para si e o reorientando, buscando um sentido para ação que, por sua vez, também rearranja o gênero.

O impessoal relativo à tarefa e o transpessoal relativo ao gênero são os instrumentos da atividade, os objetos que a antecipam. Já o pessoal e interpessoal, para Clot (2010, p. 290), seriam dimensões instituintes da atividade, reorganizando-as através de um retrabalho, já que são estas duas últimas que tomam a dimensão instituída da tarefa (impessoal) e do patrimônio social (transpessoal), rearticulando-as através dos estilos e da negociação coletiva (pessoal e interpessoal).

Toda esta diferenciação entre as dimensões impessoal, transpessoal, interpessoal e pessoal são discutidas rapidamente em nota de rodapé (CLOT, 2010, p.290), na qual Clot diferencia o que é próprio da tarefa, do gênero, do estilo e da atividade, englobando, então, de forma óbvia, todas estas como dimensões do ofício que para ser efetuado necessita de todas elas.

Simplificando em demasia, uma dimensão impessoal que se impõe, sem levar em conta as pessoas presentes no ato de trabalho; uma dimensão transpessoal que ultrapassa as pessoas, fazendo com que o Gênero seja de todos, sem pertencer a ninguém; uma dimensão interpessoal que se dá nas relações entre as pessoas que trabalham, negociando e, por fim, uma dimensão pessoal, levada a cabo pelo estilo atualizado em ato pelos trabalhadores que se orientam singularmente neste plano complexo, compõem o ofício e suas articulações com o prescrito, com o gênero, com o estilo e com a atividade que, se na prática acaba os imbricando por ser sempre situada, para a Clínica da Atividade são conceitos que não devem ser confundidos.

Desta forma, não se pode reduzir ou igualar o gênero da atividade ao prescrito, isto seria deixar de entender que, para além de um simples meio regulatório e simbólico, ele porta principalmente um meio afetivo, um meio de afecção, de afetabilidades que interferem – ferem dentro, fazendo do trabalho um plano vivo e vívido, para além de uma simples subordinação econômica, para além de uma simples relação de troca.

A dimensão do Gênero nos permite afirmar, seguindo Marx (2003), e já dialogando com Lazzarato, Negri e Hardt, que a reorganização política atual põe a nu algo que antes não estava dado de forma clara: para além de uma relação entre Capital x Força de Trabalho, no qual um dos polos vende sua força àqueles que detêm os meios de produção, o trabalho é, e cada vez mais, uma relação de uso, na qual a produção é exponencialmente de bens comuns. Querendo-se radicalizar, se o motor do trabalho passa a ser a cooperação, a linguagem e a subjetividade não poderíamos questionar se os trabalhadores não são quem, como corpo social, detêm hoje os meios de produção? Em sendo, haveria que se repensar toda a equação de entendimento e de valorização do trabalho, objetivos para além dessa tese.

Porém, por ser esta uma relação agonística, como se desenvolverá por todo o corpo dessa tese, lembremos com Alliez e Feher (1988) o processo de escravização maquínica, com a assunção do *homo economicus* que, na cafetinagem (ROLNIK, 2004) das forças criativas, nos põe a todos, justo aí, como produto-produtor do ponto dos processos de subjetivação, de modos de existência baseados em “subjetividades luxo e subjetividades lixo” (ROLNIK, 2004) em que o sequestro da escolha da escolha acaba por nos colocar entre alternativas que nada alternam, de modo que até mesmo o uso vira também valor de troca e, como veremos adiante, abuso de si no trabalho (COSTA, 2008). Afinal, como diz Alliez e Feher (1988), trata-se da subsunção integral do tempo sob a lei da troca desigual, quando o capitalismo de ‘dador de trabalho’ quer se transformar no ‘doador de tempo’.

Tentar transformar os bens comuns em mercadoria de consumo, reduzindo a tecnologias duras o que é próprio das tecnologias leves (MERHY, 2002), não seria, em última análise, o que os proponentes do Trabalho Imaterial chamam de expropriação das forças criativas, mais que exploração na atualidade? Não seria uma violenta força de alisamento do *socius*, para que a cooperação, a expressividade e subjetividade, máquina biopolítica em Negri, máquina noopolítica em Lazzarato, caiam sobre o controle daquilo que não se pode mais dominar, reduzindo tudo à mesma axiomática?

Não seria isto, em última instância, aquilo que Clot (2006), que não dialoga com estes autores em suas pesquisas, aponta como desrealização do trabalho no contemporâneo, causando imenso prejuízo para a saúde física e psíquica dos trabalhadores?

Enfim, não podemos deixar de lembrar que em tempos de agonística o mesmo terreno em que há libertação há também aprisionamento, cabendo um intensivo esforço de análise política e ética para que, distraídos, não acabemos reforçando aquilo mesmo que contestamos e queremos mudar.

Voltando à Clínica da Atividade, o gênero e o estilo, apesar de se diferenciarem bastante do prescrito, podem, como entendemos, sofrer um processo de degradação que os estratifiquem a tal ponto que dificultam a sua dimensão de afecção, tornando-se tão ou mais frio que os aspectos prescritivos, como se fossem uma máquina burocrática.

Se a flexibilidade necessária para a manutenção do gênero se enrijece e a construção coletiva é dificultada, o gênero pode degenerar numa espécie dura de corporativismo que se fixa sobre o modo de pensar de um único grupo que passa, conseguindo algum grau de hegemonia, a ditar o seu gênero como uma prescrição inquestionável, reduzindo todas as axiomáticas as suas próprias. Situação que, *mutatis mutandi*, é típica de todas as formas de gestão verticalizadas. O gênero se transforma então em dogma e tabu inquestionável.

Quando é o estilo que se degrada, se descolando da dimensão coletiva, podemos ter a personalização das formas de gestão¹² que passam a sofrer de uma única direção possível, com um único protagonista que pensa poder subordinar a todos, como se o seu modo de fazer fosse o único possível.

O corporativismo selvagem e o personalismo egocêntrico, respectivamente, espécies de gênero e estilo degradados, é aquilo que tenho encontrado em larga escala em minha experiência nas instituições de saúde como um entrave e uma severa resistência a qualquer processo proposto de cogestão.

Neste ponto, vamos orientando nosso diapasão para outra orquestra, certos de que deixamos para trás outras importantes ferramentas da Clínica da Atividade que merecem um mergulho maior. Porém deixamos aqui as referências para esta visão de

¹² Lembramos que estamos aqui utilizando gestão de forma ampliada, já que propomos que todo trabalhador é também gestor do seu trabalho. Assim, tanto faz ser um gestor no sentido tradicional, um administrador empoderado, ou um trabalhador na linha de ponta, se o estilo se degrada, sempre teremos, por analogia, uma espécie forçada de oligarquia ou monarquia em alto grau.

conjunto, já que nosso objetivo é realizar uma cartografia, narrando as formas com as quais estas diferentes interfaces atuaram na experiência laboral do narrador e, principalmente, construíram essa tese.

Desta interface, agradeceria ao leitor reter o conceito ampliado de atividade e os referenciais de gênero, diferente da prescrição, e estilo como uma forma de se debruçar sobre o trabalho vivo em ato, preocupado com o desenvolvimento e os impedimentos da atividade, em busca da ampliação do poder de agir no trabalho, tida como importante inflexão sobre os efeitos da atividade laboral na saúde integral dos trabalhadores, em seus aspectos biopsicossociais.

Gênero e estilo são os arcaibouços estruturais da atividade, como pensamos, porém, faltaria entender como eles realmente se articulam na prática, como eles interagem no corpo daquilo que estamos aqui concordando que é uma organização do trabalho contemporânea eminentemente cooperativa, expressiva e subjetiva, como, diante deste tripé constitutivo, podemos lidar com o enigma do trabalho num referencial ao mesmo tempo político, ético e estético, dimensões sobre as quais, aqui apostamos, a intervenção deve atuar para compreender o enigma do trabalho.

Sem desqualificar o importante ferramental teórico/metodológico da Clínica da Atividade que deixaremos de lado, são sobre estes últimos conceitos que trabalharemos daqui para frente, são eles que, neste momento, fazem com que essa tese seja tributária da Clínica da Atividade, sem nenhuma intenção de filiação, sem nenhuma intenção de foco, sem nenhuma intenção de divergência ou contraposição, e que sobre a qual, em breve, faremos importantes catacreses, na medida em que comporão com outras interfaces que atravessaremos.

ii. *Intricada rede de relações: a ECRP e as dramáticas do uso de si no trabalho: Yves Schwartz.*

Começamos a cartografia das ferramentas que usaremos de Schwartz através de uma breve digressão sobre a sistematização deste pesquisador sobre o que ele denomina as quatro proposições gerais especificamente ergológicas para toda e qualquer atividade humana (SCHWARTZ, 2010, p. 42-46):

Primeira proposição: há sempre uma defasagem entre aquilo que foi prescrito e aquilo que foi realizado. Vale dizer, a antecipação do trabalho através de seu ordenamento prévio, por mais racional e científico, nunca coincide exatamente com aquilo que é realmente realizado pelo trabalhador através da atividade. No próprio ato de realizá-la há desvios que não são falhas de operação, mas imperativos daquele que se põe em ação a fim de realizar a contento o que dele se espera. Há sempre uma distância a ser procurada entre o trabalho prescrito e o realizado, já que esta distância é universal, no sentido de estar presente em toda e qualquer atividade humana.

Antes de prosseguirmos com as outras proposições, é preciso alertar o leitor sobre o fato de ser sobre esta primeira proposição geral da ergonomia que essa tese se debruçará. Apesar de, como dissemos, os autores-chaves desta interface, Clot e Schwartz, se inquietarem em pesquisar sobre esta distância, é muito mais sobre a atividade laboriosa ou, ao menos, o que a habita, favorecendo ou desfavorecendo, que as pesquisas dos autores incidem.

O que apostamos aqui é que nos manter nesta distância, neste limiar entre prescrito e realizado, flertando e inquirindo desta distância o que ela nos fornece como pistas para a atividade laboriosa, é uma maneira não de solucionar de uma vez por todas a sua problemática, mas tomá-la como norteamento dessa cartografia exploratória, narrando esse sobrevoo sobre a enigmática distância - estranha experiência, componente do título dessa tese. A própria experiência da distância toma a mão do narrador e o obriga a narrar, muitas vezes com sobressaltos e catacreses, suas peripécias de uma dimensão que, embora sem se esconder, continua sem se mostrar por completo.

Dito isto, voltemos para a segunda proposição: esta distância é sempre parcialmente ressingularizada, isto é, embora esta distância possa ser esperada e ocorra sempre, o sentido da distância não pode ser previsto. Nunca se pode saber previamente qual, como e onde será este desvio. Isto porque é na própria atividade, no seu processamento, que aquele que se põe em ação cria um sentido para o que faz. Desta forma, nem mesmo a ação do mesmo trabalhador será desviada sempre do mesmo modo, dependendo da situação em que ele a vive, do interjogo das relações que a cada momento se faz presente no espaço em que se vive o trabalho.

A terceira proposição: Há uma “entidade coletiva”, “corpo-si” como Schwartz a denomina, que orquestra todo este trabalho de ressingularização frente à distância onipresente que este ‘corpo-si’ busca arbitrar.

A quarta proposição: A arbitragem desta distância se faz por meio de valores construídos socialmente e dá sentido, por meio deste retrabalho, às atividades concretas dos trabalhadores, de tal forma que toda atividade laboral exige debate e negociação de valores, o que Schwartz denomina dramáticas do uso de si por si e do uso de si pelos outros no trabalho.

Como Schwartz propõe o conceito, o Corpo-Si refere-se ao fato de que o trabalhador se situa num atravessamento de um complexo de relações que o obrigam a fazer escolhas, se quiser efetivamente realizar sua atividade. Vale dizer, toda atividade remete a um debate de valores, a uma “dramática do uso de si por si e do uso de si pelos outros”, que faz de todo trabalhador um cogestor de sua atividade. Todo trabalho realizado remete a um retrabalho, já que o vivente, para trabalhar, o preenche de sentido, tornando-o vivível para e por si mesmo.

Partindo da normatividade do vivo diante de um meio infiel, conforme este narrador apreende de Georges Canguilhem, e aplicando-o ao meio técnico, Schwartz remete o trabalho a uma complexa relação entre o ambiente técnico, o ambiente humano e o ambiente cultural.

Desta forma, “(...) o meio é sempre mais ou menos infiel e, aliás, nunca se sabe onde e em que proporções. Ele jamais se repete exatamente de um dia para o outro, ou

de uma situação de trabalho a outra (...)” (SCHWARTZ; DURRIVE, 2010: p.189), o que faz com que o trabalhador tenha que gerir estas infidelidades e, conseqüentemente, jamais seja apenas um executor de tarefas. Atuando em meio a uma complexa trama de interferências sobre a qual, então, é obrigado a usar de si (uso de si por si, uso de si pelos outros), decidindo a todo instante, na precariedade do prescrito face aos imprevisíveis, sua própria forma de ação, construindo um *ethos* e formando um corpo em meio a estes embates que é, como entendo, o que Schwartz denomina como um Corpo-Si, um construto necessário diante das dramáticas do uso de si no trabalho.

O Corpo-Si remete, portanto, não ao sujeito do trabalho propriamente dito, não àquele que o executa, seja consciente ou inconscientemente, mas, misto disto, a uma rede intrincada de relações que exige do trabalhador um reordenamento de sentido que podemos chamar de criação em ato, pondo em articulação de uma forma ao mesmo tempo singular e coletiva aquilo que dele se espera e aquilo que ele espera a fim de poder realizar sua atividade.

O Corpo-Si, assim, não remete nem a um sujeito, nem a um assujeitamento, mas à produção de sentido durante a atividade, que faz daquele trabalhador alguém que não só dá sentido ao que faz, mas faz aquilo que é esperado exatamente porque lhe dá um sentido, sem o que nenhuma atividade seria possível. É exatamente no descolamento de si e dos outros e em um reposicionamento de si e dos outros sem nenhum centro, no ponto limiar do singular e do coletivo, que se dá a possibilidade da atividade humana. Ponto limiar que, assim entendemos, Schwartz nomeia Corpo-Si.

Este Corpo-Si, que descentra a atividade laboriosa tanto de um sujeito interior, apesar do nome, quanto de uma subordinação exterior, nos parece remeter exatamente à distância, como algo que toma corpo e que, de certa forma, é o motor da atividade laboriosa. Diríamos, então, que é uma espécie de passeio esquizo movido pelo desejo de produzir para o mundo e, ao mesmo tempo, ter um sentido para si, de um trabalho vivo levado avante por um estranhíssimo ser laborioso. Estranhíssimas esquizas de uma estranha experiência: um trabalho...

É então este importante sair de si, que mais à frente apostaremos como um fora/dentro do trabalho, que entendemos como índice de saúde, no sentido de

Canguilhem, já que é ele que conduz à capacidade normativa do vivo. Paradoxalmente, para usar de si, no sentido que entendemos de Schwartz, torna-se necessário sair de si, e este usar saindo e sair usando forma um outro corpo, um Corpo-Si construído em meio à dramáticas do uso de si no trabalho.

A este uso de si no trabalho, de um ser vivo normativo, uma pessoa em meio à construção de mundos possíveis entre infidelidades concorrentes, provocando debates de valores, Schwartz considera paradoxal:

É de fato um pouco paradoxal, porque com a predominância dos modelos tayloristas, teve-se a impressão de que nada era mais oposto que subjetividade e trabalho, na medida em que o trabalho era incluído no registro do mecânico, da “execução”, do assujeitamento. Consequentemente, o sujeito não poderia se expressar a não ser fora do trabalho.

Sem dúvida, esse movimento de reexame do taylorismo... - um movimento desigualmente partilhado, mas no qual estamos todos inscritos -, nos obriga, ao contrário, a isolar uma entidade que não é muito clara, mas que se pode chamar “sujeito”, no coração mesmo do trabalho, sem o qual não há trabalho, sem o qual nada acontece” (SCHWARTZ; DURRIVE, 2010: p.189).

Percebemos então como sujeito e subjetividade se entranham de tal modo na atividade laboriosa que se faz necessário enfrenta-los, ainda que evitando resvalar para uma interioridade subjetiva que, como nos esforçaremos por demonstrar, é em tudo estranha ao trabalho. Um usar de si obrigatório: mas que uso, que sujeito, que subjetividade?

Usar de si que, tendo Schwartz como intercessor, acoplamos com o sair de si, já referido a Clot e que, forçados assim juntos, põem a nu um enigma, ou estranha experiência, que chamaremos aqui um trabalho...

Outra ferramenta fundamental para o desenvolvimento do que aqui apostamos é o que Schwartz denomina, termo que o próprio autor considera bárbaro e estranho (SCHWARTZ; DURRIVE, 2010, p. 149), entidades coletivas relativamente pertinentes (ECRP). Mais uma vez, para nos fazermos claros, necessário que nos detenhamos em como a entendemos através de Schwartz.

A ECRP remete a toda àquela trama de relações que o trabalhador põe em ação para desenvolver sua atividade e que extrapola o espaço restrito daquilo que se descreve tradicionalmente como posto de trabalho, uma vez que põe em ação a colaboração de toda uma rede complexa, intra e/ou extra institucional, com a qual o trabalhador faz articulação para que seja possível organizar e decidir aquilo que ele deve fazer.

Com isto, podemos dizer que a atividade laboral não é individual, mesmo que podendo ser executada por um único trabalhador, por envolver sempre a colaboração social, um debate de valores e a negociação e escolhas sobre o melhor meio de agir em uma situação concreta, com todos os imprevistos do real.

São entidades porque extrapolam sujeitos, engendram um corpo de ação (Corpo-Si) todo próprio, numa relação que torna a noção de unidade limitada, já que é um complexo jogo social que exige comunicação, colaboração e trocas. Verdadeira usinagem de ações que se atravessam para que uma atividade seja possível.

São pertinentes porque respondem às necessidades e aos desafios da ação presente, tornando-a possível, mas são relativas porque não se fixam e cristalizam, estando sempre em mutação, a depender dos protagonistas envolvidos, dos desafios a enfrentar face à situação e de todo o interjogo que ela põe em cena.

Esta ação de constante construção de sentido da atividade laboriosa, articulando um complexo de relações nem sempre facilmente visíveis para aqueles que pesquisam e para aqueles que se põem na atividade, ultrapassando em muito um posto de trabalho como o centro em que ocorre uma dada atividade, é o que Schwartz nomeia como o enigma do trabalho.

Aqui, como fizemos com a Clínica da Atividade, embora sem desconsiderar outras importantes contribuições desta vertente de pesquisas, que sintetizamos no nome próprio de Schwartz, começamos um deslocamento para outros intercessores, compondo um caminho que vai se narrando na própria narrativa.

Antes, porém, algumas considerações diferenciais. O debate de valores presente em toda atividade laboriosa pode ser facilmente transposto para o gênero da atividade em Clot e a ECRP e o Corpo-Si confundidos com o estilo, porém são conceitos outros, desenvolvidos em diferentes perspectivas, que devem manter suas diferenças, a fim de não deturparmos os autores. Em suas obras estes conceitos não se integram, não se misturam, não se acoplam e, muito menos, se referem uns aos outros.

Nesta antropofagia que fazemos, porém, ousamos misturar nomes próprios e ferramentas, numa catacrese intencional de equivococar não a tese dos autores ou delas divergir, mas buscar outro plano de problematização, outras questões que, instigados pela experiência profissional daquele que lida no cotidiano com o trabalho vivo, sem pedir licença a ninguém, compôs uma singular política cognitiva e uma política de ação.

Através de intensos debates de valores frente à atividade real, utilizamos os autores como norte de ação, num encontro heterogêneo de gêneros que, frente aos imprevisíveis e às infidelidades do meio, nos levou a uma estilização, ou seja, singularização do autor, hibridizando o que, no entanto, permanece ‘puro’ em suas fontes, por acreditarmos que, apesar das singularidades das pesquisas destes autores, ambas permitem uma ampliação da problematização daquilo que nos aparece como enigmático em nossa própria prática.

Aqui, portanto, seja antropofagia, bricolagem, catacrese ou simplesmente debandada geral, desvio criativo, *clinamen*, realizamos uma ECRP com nossos intercessores, formando um corpo próprio (Corpo-Si), entidade. Corpo polifônico que sem temer ruídos, procura enfrenta-los de maneira própria (coletivo/singular); relativo porque temporário e sujeito a tantas outras interferências do vivo que se experimenta em experiência com aquilo que encontra e que não controla, as experiências vitais e permanentes que modificam o percurso que, sem se determinar ou cristalizar, vai em frente compondo com as ferramentas que encontra, autogerindo e cogerindo ao mesmo tempo uma permanência que só pode ser relativa, frente a uma ‘entidade’ que, por ser coletiva, não existe, mas insiste na experiência, navega e sobrevoa, buscando problematizações para questões vitais, vívidas e enigmáticas.

Clot, ao postular gênero e estilo, procura demonstrar como a atividade laboral tem uma história e um desenvolvimento que a remete para muito além de um meio de trabalho localizado em um espaço/tempo definido e fechado, sendo executada por um ser vivo que responde às infidelidades, se utilizando de um vasto patrimônio histórico cultural, desenvolvido antes dele, mas que ele alimenta e torna vivo, e que dá sentido comum ao seu fazer, não o deixando errar às cegas.

Porém, a este patrimônio histórico, “corpo intermediário”, o protagonista trabalhador responde gerindo seu trabalho, utilizando-se de sua própria história, porém levando em consideração o objeto de seu trabalho e os outros envolvidos nele, outrem próximo ou distante daquilo que é efetivamente realizado.

A distância, em Clot, nos parece estar remetida aos enfrentamentos dos imprevisíveis, causando ‘brechas’ do prescrito diante de um real intempestivo que obriga o trabalhador a uma autogestão da situação que, ao mesmo tempo, necessariamente é uma cogestão. Gênero e estilo, embora tenham um forte componente de enfrentamento do poder de agir no trabalho, o fazem através do desenvolvimento da atividade que mescla passado, presente e futuro se utilizando de um ‘porto seguro’, sempre utilizado como bússola nas intempéries que oscilam o barco do produzir.

A distância em Clot, assim, não é efeito de um sujeito interiorizado que subjetiva aquilo que faz, nem de um sujeito exteriorizado que simplesmente se submete aquilo que lhe foi ordenado, mas um desvio, um nomadismo necessário, movido por um arcabouço estrutural que norteia a ação e lhe dá sentido, justamente porque é ao mesmo tempo gênero (patrimônio histórico sedimentado) e estilo (patrimônio pessoal vivo).

Portanto, em Clot, só há trabalho vivo, porque até mesmo aquilo que poderíamos chamar de trabalho morto, o que já está dado antes de sua atividade (MARX, 2003), é retrabalhado, é revificado, é dinamizado numa usinagem ao mesmo tempo coletiva e singular. O impessoal, transpessoal, interpessoal e pessoal que Clot remete às dimensões constituintes do ofício, sintetizam-se em um só corpo, embora tríplice, que é a unidade de ação de toda atividade: o ‘eu’, o objeto de trabalho e os outros.

Embora todas estas questões se apresentem em Schwartz, elas os fazem com outros conceitos, com outra focada, com outros propósitos.

Schwartz também apresenta um trabalho vivo em ato, também leva em conta o patrimônio histórico da atividade e, sem utilizar o termo, está fortemente implicado com a transformação do poder de agir, no sentido do aumento da potência, não só do trabalhador, mas de todas as dimensões heterogêneas que compõem o trabalho.

No entanto, seu foco é muito mais as dramáticas do uso de si, como um Corpo-Si do trabalho, como um mergulho nas redes de relações que se fazem em meio ao trabalho em ato, como Clot parece mergulhar nas redes de relações que constituem a atividade como uma história possível, na sua importante contribuição do entendimento do espaço/tempo no trabalho considerando-se o patrimônio humano, desenvolvendo-se e sendo desenvolvido, construtivamente, sem cessar.

Entidade coletiva relativamente pertinente (ERCP) que, no final, remete a um Corpo-Si misto de coletivo/singular, não se confunde com gênero e estilo, embora como penso, poderia ampliar nosso foco da problemática, em dialogando.

Entendemos que em Clot há uma verdadeira rede viva patrimonial e histórica que sustenta e alimenta a atividade, enriquecida por um patrimônio singular nas estilizações, o que Schwartz nos demonstra, no dia a dia, no cotidiano, como uma verdadeira rede cooperativa, não comandada, não somente dada antes por um patrimônio, mas atuada e vivida no entre as atividades, que é o que faz o trabalho funcionar a contento. Ambos os autores, portanto, partindo de ferramentas conceituais diversas parecem convergir para a mesma premissa: a de que a cogestão, o gerir do trabalho no cotidiano forma um corpo, ‘intermediário’ em Clot, mas que, no entanto, para Schwartz é o corpo que atua, ele não intermedia a atividade, é o seu próprio corpo.

Diante de um real imprevisível, de um meio infiel, exposto a uma vasta rede de interferências heterogêneas, na qual cada uma disputa a primazia, o trabalhador se vê, então, diante de uma situação indecível diante do que está dado e que, para ser vivível, exige dele sua implicação completa. É dos debates de valores, da negociação, em meio ao uso de si por si e o uso de si pelos outros que uma vasta rede de cooperação vai se

formando, fazendo aparecer um ‘corpo imaterial’ que atua nos interstícios, com seus próprios ditames, com suas próprias sutilezas e artimanhas.

Diríamos que Clot e Schwartz juntos nos permitem entender que há um arcabouço estrutural, formando ‘um corpo intermediário’, porém que este arcabouço, longe de ser apenas estrutural, se monta através de um diagrama de forças em marcha, formando um ‘corpo imaterial’, sustentando a atividade, mas ardiloso em suas armadilhas. Macro e micropolítica em tudo inseparáveis.

Se gênero e estilo podem deteriorar, como já dissemos, em corporativismo selvagem e personalismo egocêntrico, ECRP e Corpo-Si, por sua vez, podem degenerar em redes frias de captura e exigências, quando se estratificam numa normatização cruel, posto que desta vez completamente alheia aos desejos de qualquer sujeito encarnado, mas oriunda de um arranjo pertinente que já não satisfaz a seus participantes, mas que, acordo encarnado, tornou-se a norma fria do fazer bem feito, a única forma possível, funcionando não como um patrimônio, mas como uma ‘mortalha a carregar’ pelo ‘contrato social’ e as responsabilidades e pactos dele advindos. Ou seja, ao invés de continuar relativa e pertinente, como uma entidade coletiva negociada, a ECRP torna-se uma entidade transcendente, categórica e impertinente, verdadeira máquina burocrática.

O Corpo-Si, instrumental da vivificação e do vivível coletivamente, transforma-se em um ‘corpo em si’, desumanizado, arbitrário e despótico. O dever fazer e dever fazer de um único modo solapam quaisquer escolhas de possíveis. O debate de valores torna-se monólogo verticalizado, solilóquio e monofonia de um morto-vivo, zumbi simulacro de coletivo que não é mais um comum em construção, mas o comum homogêneo imposto e axiomático.

Assim, estamos navegando dentro daquilo que Foucault em suas obras já indicava, argumentando que o biopoder tomou a vida em seus cálculos. Aquilo mesmo que é a captura deve ser também a forma de resistência. Encarar a vida de frente tornou-se imperioso e urgente, principalmente o questionamento de qual vida queremos proteger e o que é realmente querer proteger uma vida que merece ser vivida.

Não apostamos em qualquer vida, em qualquer trabalho, em qualquer saúde. Como Canguilhem, referido por Clot e Schwartz, apostamos na normatividade do vivo como índice de sua saúde; apostamos na cooperação, na expressividade e na afecção do vivo como bens comuns que não podem e não devem se transformar em produtos consumíveis, inexistindo ao sabor de um simulacro de comum produzido como uma 'boa política' da vida, a única que mereceria ser vivida frente a um mercado que as explora, ou melhor, expropria sua força criativa, sua comunidade, sua capacidade normativa.

iii. *Sinfonia incidental: algumas considerações sobre o 'bom trabalho' a partir dos autores francófonos...*

Percebemos na intercessão com Yves Clot e Yves Schwartz a potência para as pesquisas do trabalho quando focadas na atividade laboral. Vimos como os estudos destes autores fazem surgir a produção de subjetividade como um fator primordial do trabalho, podendo-se concluir de forma sintética que o trabalho é bem mais que eficácia e eficiência, mas sobretudo, talvez mais importante, produção de sentido.

É a construção coletiva em sua dimensão colaborativa, expressiva e afetiva que, ao final, permitem que o trabalho seja realizado, a despeito das adversidades, dos imprevistos e do vazio de normas com as quais as situações vivas desafiam aqueles que estão em atividade. Na distância entre o prescrito e o real, estes autores encontram uma verdadeira usinagem que desloca espacial e temporalmente a atividade do meio em que se processa e que, ainda que posta em marcha por apenas um único trabalhador, na realidade é efetuada por uma intrincada, heterogênea e complexa rede de relações.

Neste sentido, vale a pena nos determos um pouco para considerações sobre a eficácia, a eficiência e a efetividade da maneira como são pensadas pelos quadros de gerência, baseados na Organização Científica do Trabalho, porque tais considerações escamoteiam um fator que, seguindo os autores franceses, é da maior relevância para a saúde não só do trabalhador, mas também do trabalho: a produção de sentido que fica obstaculizada quando a gestão coletiva e participativa é denegada.

De maneira bem genérica, a eficiência é considerada a obtenção de resultados com foco nos meios. É ‘fazer certo as coisas’ administrando os custos, reduzindo as perdas e os desperdícios. A eficácia é a obtenção de resultados através da ênfase nos próprios resultados e nos objetivos a serem alcançados, com a exploração máxima do potencial dos processos, ou seja, é ‘fazer a coisa certa’. No ‘fazer certo as coisas’ podemos ser mais ou menos eficientes; no ‘fazer a coisa certa’ somos ou não somos eficazes. Se a consideração da eficiência foca os meios, a eficácia foca os resultados. Aqui uma primeira consideração.

Como vimos, entre o prescrito e o real há sempre uma distância retrabalhada pelos coletivos de trabalho, ou seja, entre os meios e os resultados há algo que não é focado por nenhum dos dois conceitos: a produção de sentido que, diríamos, consiste maciçamente em trabalho imaterial em processo, trabalho que é invisibilizado, não considerado. Seria por que ele não tem equivalente universal? Porém aquilo que não pode ser medido por uma escala de valores abstrata não é sem valor vital e, portanto, não pode ser desvalorizado.

Assim sendo, podemos falar de uma efetividade considerando-se a obtenção de resultados tendo por ênfase a percepção daquele que usufrui do produto do trabalho e, por que não, também daquele que o produziu. Assim, podemos dizer que um trabalho eficiente e eficaz pode não ter efetividade para aquele é consumidor e, mesmo, pode não ter nenhuma efetividade para o trabalhador. Ou seja, pode-se ‘fazer certo as coisas’ e ‘fazer a coisa certa’ sem acertar no sentido pretendido pelo cliente ou no sentido vivido pelo trabalhador, para quem a coisa feita não é a desejada.

Com este jogo de palavras, queremos dizer que ‘fazer certo as coisas’ (eficiência) e ‘fazer a coisa certa’ (eficácia) não finalizam tudo aquilo que entendemos como atividade laboral, porque não considera a efetividade da ação e, portanto, é uma maneira pouco acertada de gerência.

Ora, até mesmo por considerar os meios e os resultados é que os trabalhadores precisam ‘se virar’ diante do vazio de normas, porque a vida sempre escapa das normatizações e desafia o trabalhador a ser saudável no sentido de Canguilhem, ou seja, ser normativo. Não pode haver trabalho bem feito se aquele que processa a atividade

e/ou aquele que recebe o resultado do trabalho não são considerados. Se constatamos com os autores franceses que o trabalho é sempre processado e organizado por construção de coletivos, e ainda mais, que só assim ele pode ser realizado, como justificar uma gerência não participativa? Como justificar que uma parte importante do trabalho seja deixada de lado, seja mesmo obstaculizada ou impedida, quando é ela que é responsável pelo trabalho bem feito?

O trabalho bem feito que aqui consideramos não exclui ou diminui, portanto, a eficiência e a eficácia, mas busca uma efetividade que não remeta somente a uma monetarização da vida, com economia de meios e otimização de resultados, sem consideração pelo esforço e desgaste daquele que o processa, sem consideração pelas necessidades vitais daquele que o consome, principalmente porque aqui enfocamos os serviços, dimensão produtiva na qual há sempre envolvida uma necessidade social, uma dimensão pública e que deve continuar pública, como pensamos.

Se os serviços passam a ser a ‘menina dos olhos’ da organização política do trabalho no contemporâneo, devemos exigir enquanto cidadãos que eles não se reduzam à produção em série de necessidades forjadas e imputadas como de ‘qualidade total’, mas ao contrário, que considerem o público capaz de normatividade, capaz de desejo e de capacidade para interferir e organizar o processo. Público aqui que quer englobar trabalhadores e usuários como também gestores corresponsáveis do destino do trabalho no contemporâneo.

Apostamos, como Clot, incluindo, além dos trabalhadores, os usuários dos serviços:

Como podemos fazer na organização do trabalho, não para dizer o que seria necessário dizer para os trabalhadores, produzindo conhecimento sobre a sua atividade, mas como fazer para que os trabalhadores com quem nós trabalhamos façam a demonstração no vivo, como diz Tosquelles, que são capazes de transformar a situação. Eles são capazes. Fazem a demonstração de que são capazes. Isto é um ato transformador profundo na história da análise do trabalho. Evidentemente é o contrário do positivismo.

Significa dizer que primeiro agimos, junto com os trabalhadores, e que, se não agimos, agimos muito mal – não se pode tudo prever – temos a chance de apreender alguma coisa, mas apreender no final. Não se busca, junto aos trabalhadores, confirmar a ciência. Isso não quer dizer que não se faça ciência (...) (CLOT, 2010a, p.222-223).

Enfim, é contra a taylorização do trabalho e do consumo que nos insurgimos, é contra um modelo gerencial que exclui por inclusão aqueles que trabalham e aqueles que consomem, produzindo subjetividades sujeitadas e ávidas de simulacros, por exclusão dos processos de decisão, mas inclusas como capital humano, como vidas empresas acorrentadas numa escravização maquínica (ALLIEZ; FEHER, 1988) solapadora de sua potência vital, de sua normatividade.

E, voltando a Clot com sua importante reflexão sobre a atividade nos passos de Tosquelles:

Não se pode confundir o conceito de atividade com a simples prestação de movimentos, com a aplicação de esforços concordantes, com a simples aplicação e a simples resistência, submetidos aos desejos do mestre de escola ou do chefe de obras. Atividade quer dizer atividade própria. Poderia dizer se sentir ativo. Atividade que se enraíza nos sujeitos ativos que se desenvolve eventualmente nos contextos social. A simples ocupação, não é sinônimo de atividade. (CLOT, 2010a, p.225).

A despeito dos modos de trabalhar no sistema capitalista, há uma dimensão importante e maciça de trabalho que é desconsiderada e que escamoteia uma forma de habitar os verbos da vida que não se pauta pela axiomática do produtivismo a qualquer preço, visando mais-valia máxima. Há uma dimensão de constituição de redes que se aquecem em vínculos de solidariedade, em arranjos para tornar vivível o insuportável de outra maneira, passando por construção de um comum não homogêneo, sempre relativo, buscando pertinência e avanço, que é obra aberta de infames como forças livres, como seres vivos que compartilham uma vida através de uma Inteligência Pública, que a despeito dos pesares faz a riqueza relacional do trabalho e o reinventa como obra aberta, para além e aquém de qualquer Organização Científica do Trabalho.

Há um pulsar de veias, um suor de corpos e uma fraternidade de afetos que decidem e vão em frente, exatamente ali aonde o isolamento, a solidão e a exclusão seriam invivíveis. Há uma potência chamada capacidade de comunidade, construção de comum e re(ex)istência nas lutas inglórias contra as chibatas do verticalismo e da escravização maquínica que, apesar de tudo, faz do trabalho uma construção comum, faz da experiência do labor um desvio para um fora dentro, um salto no envolvimento

com a vida que, quando impossível, faz do trabalho um fardo pesado, um tédio mortífero, um namoro com a queda para o alto chamada morte.

Pensando a escravização maquínica e monetarização do tempo de vida, postuladas por Alliez e Feher (1988), articulamos com Clot ao dissertar sobre o suicídio entre os trabalhadores. Clot lembra que diante do tédio enfadonho e mortífero, da total falta de sentido e da solidão de uma sociedade na qual todas as relações vão se tornando meio que parecidas com o que se vive no trabalho:

(...) o conhecimento que temos hoje do percurso dos que se suicidam, das histórias pessoais daqueles que chegam a este ato dramático, são percursos que são tristemente bem interessantes, significativos. Significativos daquilo que compreendemos ao curso destes vários anos. Essas pessoas não são qualquer um. Em 80% dos casos, são pessoas que se suicidam porque são apaixonadas, são pessoas que não aceitam que maltratem a sua atividade profissional, não são pessoas que estão afastadas do trabalho, são pessoas que estão muito próximas do trabalho, que não aceitam que seu trabalho seja maltratado. Portanto, no fundo, os suicidas do trabalho, de certa forma, são pessoas que não transigem mais com a atividade profissional, não suportam mais que sua atividade profissional seja tratada como ela é tratada em muitas situações. Dito de outra forma, não são sujeitos desinvestidos, são pessoas sobreinvestidas, poderíamos talvez dizer investidas demais, que, no fundo, não chegam a instalar entre eles e a sua atividade profissional a distância que permitiria encontrar outros meios à situação que está posta. Terceira observação, essa distância e seus recursos entre eles e a sua situação é o buraco do coletivo de trabalho, o drama da falência do coletivo como instrumento de resistência à descompensação individual, à solidão simplesmente. Sabemos muito bem que o suicídio no trabalho se produz na conjunção de dois fenômenos. Primeiramente, as paixões destruídas no trabalho, a intolerância e a impossibilidade de continuar a suportar o insuportável, de suportar não se reconhecer naquilo que faz, principalmente isso: sair do trabalho no fim do dia dizendo a si mesmo “a gente não se pode olhar no espelho tendo feito aquilo que foi feito, que não é aquilo que se deveria fazer, nosso trabalho não é esse”. Primeiramente, a conjunção disso, poderíamos dizer, da atividade contrariada e da falência do coletivo é que faz com que, nessa situação, não se tenha recursos para trabalhar com os colegas. Não há ao menos uma situação em que se possa constituir pelo coletivo um distanciamento para proteger um assalariado de sua própria vontade de desaparecer. Eu penso que, se juntamos o trabalho no qual cada um não pode mais se reconhecer com a falência dos coletivos, temos todos os ingredientes para que todos os assalariados cheguem a essa situação. Quando não podemos mais mobilizar, na nossa experiência, outros recursos para introduzir esta distância, não há mais coletivo (de trabalho) e também não há mais nada” (CLOT, 2010a, p. 230).

E o que mais pode haver numa sociedade empresa em que todos são convocados e muitas vezes se submetem ao papel de *homo economicus*? Estaria a vida, ‘uma vida’, ‘abusando de si’ (COSTA, 2008) e estendendo para todas as esferas as relações

individualistas, competitivas e solitárias da vida estimulada nas esferas profissionais? Teria mesmo tudo se transformada em sociedade empresa? Difícil, muito difícil afirmar.

Mas não poderíamos deixar de notar, aqueles envolvidos com os trabalhadores, que esta desistência aparece com muitos indicadores, sintomas, sinais, seja lá o que for. Do suicídio premeditado, testemunhado em nossas práticas, nunca comprovadamente correlacionado às situações de trabalho, ao “casaco pendurado na cadeira” para fingir uma presença que não mais se faz presente, quanta atividade paralisada, quanto desejo amordaçado em um grito silenciado de não suporte mais? Quanta ‘blindagem de corpo e alma’ que, por fim, é tão morrer-se em vida que morrer já não assusta mais.

Diante de tantas violências e violentações, indagamos se, num voo a deriva, se jogar contra as Cordilheiras com um avião lotado¹³, numa espécie de sobre grito que não pode mais calar, é mesmo questão de ‘desvio mental’ ou uma questão de uma vida que, sem ver nenhum desvio de potência, sem ver nenhuma possibilidade de continuar morrendo-se, numa queda para o alto, mira seu alvo, numa pontaria desesperada, contra os rochedos duros de uma vida que não mais vale a pena ser vivida por aquilo que, na falta de saída individual, se estende ao coletivo estilhaçado como um todo.

Enfim, não se trata aqui de minimizar a atitude desesperada deste trabalhador, mas acentuar que o ‘bom trabalho’ envolve muito mais que ser investido, amar a profissão e não saber como viver sem ela. O bom trabalho necessita de construção coletiva, de espaços de negociação, de possíveis do desejo que, sem isto, mortifica e mata ‘uma vida’, solapa a potência ao ponto de um domínio sem perspectivas, fazendo com que a morte seja um possível medonho, uma queda para o alto.

E não é apenas questão de idiosincrasia ou de fraqueza individual, mas de falta de um suporte coletivo que nos ajude a analisar, para além do domínio, a construção de possíveis vivíveis e que façam viver. Trata-se de levar a sério o fato de que nenhum ser humano, nenhum ser vivo consegue continuar vivo sem possibilidade de gerenciar seus possíveis, sem possibilidade de ser normativo para enfrentar as dificuldades e as

¹³ Referência ao copiloto Andreas Lubitz, considerado psicótico e com ideias suicidas, que jogou ‘propositadamente’ o avião da Germanwings, em 24 de março de 2015, contra os Alpes Franceses, matando 150 pessoas.

adversidades. Construção que muito dificilmente se faz na solidão de uma aparente e completa falta de perspectivas de solução viável.

Enfim, numa síntese arbitrária da problemática exposta por Clot, diríamos que se morre também, não porque o trabalho é pesado demais e se gostaria de não trabalhar, mas porque, não havendo possibilidade de escolha, não havendo nenhuma inclusão real naquilo que se define como o ‘bom trabalho’ e o sentido do trabalhar, não havendo como interferir, continuar assujeitado com chances esmaecidas de normatividade é um peso por demais insuportável, é um estorvo invivível.

iv. Primeira incipiente afinação de instrumentos ou quando aparentes dissonâncias convergem para uma possibilidade de sentido ou uma precipitada experiência de orquestração...

Através da experiência que habitamos neste percurso pelo plano do trabalho, ousamos apostar que, sem esquecer suas heterogêneas fontes de pesquisa e suas diretrizes, os autores que aqui hibridizamos nesta bricolagem, menos que divergirem, se tangenciam em questões que, pensamos, muito ganhariam com uma interlocução.

Yves Clot e Yves Schwartz, através de outros caminhos, afirmam e reafirmam a dimensão cooperativa, expressiva e afetiva da atividade laboriosa que, em tudo, a nosso ver, remete às questões apontadas pelos autores da filosofia política, Lazzarato, Negri e Hardt, ao afirmarem o trabalho imaterial como a nova organização política e forma principal de produção do capitalismo contemporâneo.

Entendemos aqui o gênero e o estilo como arcabouços estruturais da atividade laboriosa, como formas sem as quais ela não consegue se processar a contento, o que quer dizer, sem provocar sérios entraves às metas institucionais ou às metas singulares de seus trabalhadores.

A inextricável e não binarizada relação coletivo/singular, em tudo uma entidade presente nas pesquisas, que não é um ser, mas um arranjo coletivo, um certo desfuncionar do prescritivo para um funcionamento possível no real, provoca uma distância

enigmática que rompe com qualquer forma de relação – impessoal, transpessoal, interpessoal e pessoal – que queiramos, isoladamente, tomar como plano de estudo do trabalho.

Embaralhando todos os códigos, sem se codificar em algo permanente e palpável, dado de uma vez por todas, a atividade insiste em seu nomadismo, arrastando como nômades todos os trabalhadores para uma deriva ao mesmo tempo autogerida e cogerida, pública e privada, coletiva e singular, visível e invisível, fascinante e irritantemente fugidia, numa distância que, quanto mais a adentramos, mais se torna distante, numa proximidade familiar completamente estranha ao que conhecemos como o instituído.

Trabalhar é, para a filosofia política e para os pesquisadores franceses que estamos discutindo, sempre uma ação instituinte. Há um lado de fora de um Eu, de um Nós, de um entre nós, de um inter nós, um aquém e além de relações que, embora relacional, parece uma coisa, uma entidade diferente. Um relacionar que é muito mais laços revoltos, envoltos, quase soltos, sem se desprenderem, que fazem da des-ordem a palavra que ordena o que, como aparece, é uma ordem arranjada e rearranjada a todo instante, apesar da insistência da Organização Científica do Trabalho e sua orientação taylorista.

Trabalhar é, assim, uma atividade alternativa às formas completa de domínio, uma re(ex)istência àquilo que está dado como o jeito certo e regulamentado, se querendo legitimado, de fazer sempre o mesmo. O trabalho, um eterno repetir daquilo que não é nunca somente repetição, um eterno retorno daquilo que, desejando, o trabalhador se vê disposto e indisposto, querendo querer, sem, no entanto, resolver de uma vez por todas as questões postas por uma experiência que, estranha às formatações, se forma entre forças que se disputam e, mesmo em silêncio, murmura, dissimula, fissura e se resolve com a vida, “o ronco surdo das batalhas” (FOUCAULT, 2004, p. 254).

Portanto, a atividade laboriosa, ousaremos dizer nesta primeira síntese apressada feita com as duas primeiras interfaces, filosofia política e pesquisas do trabalho francesas, é sempre tomada em seu caráter agenciador de vários cérebros (cooperação),

comunicando-se de perto ou à distância, numa rede que rompe as divisões simplistas entre passado, presente e futuro (expressividade) e num interjogo vivo em que nenhuma força e forma conseguem se estabelecer de uma vez por todas. Todo poder e todo saber compõe um bailado provisório de hegemonias que tende ao desarranjo pela produção imaterial de corpos vivos, que insistem em permanecer vívidos (afecção ou afetividade).

Como apostamos, Clot visibiliza com a formulação do gênero e do estilo esta profunda cooperação social, este *General Intellect* que se processa por contágio, por comunicação entre os cérebros à distância (LAZZARATO, 2006; TARDE, 2003, 2005) e que se maquina criativamente no cotidiano de trabalho. Clot indica, como entendemos, uma dimensão viva macro, que Schwartz com a ECRP ajuda a compreender na dimensão viva micro.

É porque toda atividade é uma rede inextrincável de ações concatenadas e cooperativas; é porque no cerne do labor há corpos que afetam e se afetam, numa produção incorpórea que, mais que existir, insiste nas atividades; é porque conteúdo e continente da atividade se fazem através de territorializações, desterritorializações e reterritorializações num embate, mais que dramático, trágico, pelo usar de si e sair de si, que o trabalho se apresentou e continua se apresentando como alternativa ao *status quo* da axiomática capitalista.

Taylor parece ter apostado na construção de uma máquina burocrática, fria e impessoal de Organização Científica do Trabalho, afastando do vivo sua normatividade e querendo impor uma norma racional. Os gerentes atuais, em maior ou menor grau, apostam que a multidão de trabalhadores é um povo disciplinarizado, despersonalizado e descodificado o bastante para ser transformado em títere de um empresarismo que toma suas vidas e as manipula como recursos humanos, em nada discerníveis dos outros recursos materiais.

Taylor, pelas portas dos fundos, abriu caminho para a vivência dos trabalhadores de que o trabalho sem sentido e sem vida – individualmente, inexpressivamente e maquinalmente – verdadeira máquina burocrática, não é um verbo da vida possível de ser habitado. Fez com que a genialidade coletiva, poeira de infames em êxodo,

construísse uma máquina de guerra, biopolítica, noopolítica, política de uma multidão que, na pobreza, proletária, se embrenhasse na construção de mundos possíveis.

Cedeu o capitalismo, mas nem tanto... Cedeu a multidão, mas nem tanto... Outras formas de capturas dissimuladas foram tentadas: fordismo, toyotismo, empresarismo... Até quando e em nome de o quê se fará resistência à real inclusão dos trabalhadores e ao entendimento de que sem cogestão, sem participação e inclusão efetiva na construção de um plano do trabalho comum, entre quem está na gestão dos trabalhadores e quem está na ação entre trabalhadores, na conclusão, enfim, de que planejamento e execução das atividades não podem se separar, sem prejuízos inevitáveis para ambos os lados? Sem entender que não se faz gestão de pessoas, mas sim gestão com pessoas?

Urge então enfrentar o problema da cogestão e de uma metodologia apropriada que aumente o poder de agir e a saúde no trabalho. Para continuar a discutir esta problemática e avançarmos, convocamos a terceira interface dessa tese.

III. Incursões na Saúde Coletiva Brasileira: possibilidades para o trabalho em saúde.

Até aqui foram utilizadas ferramentas conceituais de distintas fontes que, numa bricolagem, vão afirmando o trabalho contemporâneo como um por a nu aquilo que diríamos que sempre o constituiu, mas que não era dado com a clareza que parece estar tomando hoje em dia.

Uma complexa e heterogênea rede cooperativa, expressiva e afetiva na qual entre o prescrito e o realizado há uma distância que não os separa como polos binários, nem tampouco os sintetiza em um terceiro termo equilibrador, uma vez que a distância não se desfaz, mas torna-se inerente à atividade real posta em marcha por uma engenhosidade viva que, capaz de normatividade, não pode mais, sem escamotear a realidade, ser binarizada entre uns que planejam e outros que executam, muito menos remetida a categoria de recursos humanos que vendem a sua força de trabalho, se tornando uma maquinaria luxuosa daqueles que detém os meios de produção.

Planejar, monitorar e avaliar a atividade tal qual ela é executada não é tarefa ou privilégio de uma entidade única, mas de uma formação em rede viva que faz de todos os seus pontos vetores vibráteis que, numa relação comunicativa intensiva, produz algo que se gesta num espaço para além de um meio de trabalho e num tempo desmedido que presentifica o passado e constrói o futuro num presente ele mesmo elástico e aberto à dimensão acontecimental, quer dizer, aos imprevistos e infidelidades do meio. Trabalhar passa então a ser visto como gerir possíveis na construção de um mundo que emerge em meio às experiências face àquilo que acontece.

Um gerir em que se mesclam uma cogestão e uma autogestão inseparáveis, inextrincáveis, que não devem ser antagonizadas, mas acopladas em um mesmo movimento em que usar de si, sair de si realizam a estranha experiência: um trabalho...

Ora, estamos lidando historicamente com modelos gerenciais que vêm entendendo e praticando formas binarizadas de lidar com a gestão e a efetuação do trabalho, na qual se planeja para outros executarem, fragmentando o trabalho em áreas nas quais os considerados recursos humanos devem também eles entrar segmentados em especificidades de funções e de atribuições mais gestoras ou mais executoras. Assim, o próprio método de gestão e a organização do trabalho tornam-se problemáticos, porque voltados para uma produção que não se dá por pontos individuais que, ainda que bem organizados por critérios supostamente racionais, se juntariam para compor um todo de organização ótima, no qual todas as variáveis intervenientes estariam controladas e, entre elas, o fator subjetivo.

Como estamos articulando através de diferentes interfaces, a produção se dá por cogestão e autogestão de uma complexa rede viva, na qual a cooperação, a expressividade e a afetividade são aquilo mesmo que, em conjunto, sem separação, efetua a produção. As variáveis intervenientes não podem ser completamente controladas porque o trabalho é sempre vivo e posto em marcha por vivos que, capazes de normatividade, cooperam, se comunicam, se afetam mutuamente, numa afetação que é todo o tempo de muitos para muitos e que, orquestradora da ação, supera as infidelidades do meio e produz um real de trabalho, a atividade, que é então o que possibilita a produção daquilo que é esperado.

Desta forma, concluímos que os modelos de gestão verticalizados estão na contramão daquilo que possibilita o que se quer gerir, organizar, planejar, controlar e, portanto, são contraproducentes e dificultam o trabalho, tornando a atividade um verdadeiro peso e desgaste para aqueles que, apesar dos pesares, têm que a por em marcha. No dizer de Clot:

(...) a desrealização das organizações oficiais do trabalho contemporâneo (...) O real em situação de trabalho, necessariamente semeado de armadilhas, é um continente abandonado pelos quadros gerenciais, cada vez mais chamados a focalizar as preocupações relativas à gestão. Se bem que o “trabalho bem feito”, quando ele é realizado, só o é em razão da eficácia, “apesar de tudo” demonstrada por aqueles que trabalham, “se virando”. A prescrição da subjetividade, sinônimo de engajamento de si e de disponibilidade para a empresa ou para o serviço, se faz mais frequentemente hoje, abandonando as preocupações lancinantes da organização da atividade aos assalariados da “linha de ponta”, diretamente envolvidos com um real do qual eles podem dificilmente se subtrair.

(...) trabalhar atualmente é ter frequentemente que fazer face a uma injunção: assumir responsabilidades sem ter responsabilidade efetiva na definição do trabalho, amplamente submetido a objetivos fictícios. Responsabilidades sem responsabilidade: eis aí uma das maiores dissociações do trabalho atual (CLOT, 2001, p.4).

É então enfrentando esta questão e buscando alternativas que convocamos outros intercessores, preocupados com a saúde coletiva e com a modificação dos modelos de gestão e atenção em saúde, ainda hegemônicos na realidade brasileira.

Embora os pesquisadores do trabalho de linhagem francesa instrumentem metodologias próprias para enfrentar aquilo que Clot denomina o incremento do poder de agir no trabalho, faremos a cartografia de outros métodos, utilizados no plano da saúde coletiva no Brasil, por três principais motivos: I- o debate se dá na realidade territorial em que se desenvolve a experiência do narrador dessa tese; o contexto brasileiro, diferente daquela dos outros intercessores convocados; II- o debate se orienta prioritariamente para o trabalho em saúde, especialmente a saúde pública no Brasil, plano no qual o narrador foi sempre militante, até o momento atual; III- o debate se contextualiza tendo em conta o trabalho imaterial, característico da produção em saúde, que é aquele que estamos aqui desenvolvendo, estando, portanto, os novos intercessores problematizando um plano que também é o de desenvolvimento dessa tese e que, apostamos, enriquecem a problematização, se introduzidos nessa bricolagem.

Por ser essa uma bricolagem/antropofagia cartográfica, precisamos novamente alertar o leitor de que não se tratará aqui de abarcar todo o campo da saúde coletiva, muito menos de recensar os importantes pesquisadores deste campo, mas de pinçar, desta rica e heterogênea pesquisa, alguns autores-chaves, com o pensamento dos quais o narrador se aproximou e que teve influência na experiência que desenvolveu em sua vida profissional, militando no plano da saúde pública no Brasil.

Também não se trata de valorizar estes autores em detrimento de outros, muito menos de elegê-los como representantes exponenciais, como se encarnassem a síntese ou a última palavra da saúde coletiva no Brasil. Trata-se apenas de, como fizemos com os outros intercessores, cartografar alguns de seus métodos como aqueles dos quais esse narrador se aproximou e teve alguma experiência proveitosa com eles, ferramentando-os de forma estilizada.

Dito de forma mais clara, não nos interessa apregoar estes métodos como aqueles a seguir, porém, embasar a discussão que fazemos com argumentos que estes autores nos ajudam a desenvolver. Aqui importa menos o método utilizado como tal que a discussão que os autores fazem para introduzi-los como ferramentas em suas pesquisas. Discussão que, apostamos, pode nos conduzir a uma nova maneira de lidar com as questões do trabalho, principalmente do trabalho em saúde, que é o plano que essa tese privilegia.

Convoquemos então Gastão Wagner de Souza Campos e seu método para a análise e cogestão de coletivos, já retomando a discussão que fazíamos acima, porque no cotidiano das instituições de saúde o que testemunhamos até os dias de hoje de maneira predominante é a Racionalidade Gerencial Hegemônica que, conforme Campos, “produz sistemas de direção que se alicerçam no aprisionamento da vontade e na expropriação das possibilidades de governar da maioria. Estes sistemas, mais do que comprar a força de trabalho, exigem que os trabalhadores renunciem a desejos e interesses, substituindo-os por objetivos, normas e objetos de trabalho, alheios (estranhos) a eles” (CAMPOS, 2000, p.23).

Como podemos perceber, Gastão Wagner segue a mesma vertente de argumentação de Clot, quando fala da desrealização do trabalho no contemporâneo. Ao

não promover a autonomia e a corresponsabilidade no planejamento das atividades laborais; ao dificultar aos trabalhadores uma visão de conjunto da linha de produção do qual participam, trabalhando com normas prescritas e de forma fragmentada, como se fossem meros executores de um trabalho pré-programado, a Racionalidade Gerencial Hegemônica “aprisiona” e “expropria” a normatividade do vivo, não levando em conta nem mesmo o que aqueles que trabalham pensam ser a melhor forma de trabalhar.

Da mesma forma, não leva em conta àqueles que usufruem dos produtos do trabalho, como se fossem meros receptores de uma ação da qual não teriam nada a acrescentar e, assim, podemos entender porque Campos afirma que há uma “expropriação da possibilidade de governar da maioria”, como se só o pequeno grupo de administradores tivesse algo a dizer de válido sobre a organização do trabalho, muito embora chame hoje em dia o trabalhador de colaborador e afirme valorizar os usuários.

Assim, o trabalho se torna estranho e penoso para os trabalhadores, já que contrafeitos com seus interesses e preocupações, nem assim eles conseguem não se implicar e sentir-se responsáveis pelo que fazem. Porém, uma responsabilidade que se torna mais um pesado fardo a carregar, uma vez que, não tendo autonomia para intervir nos processos de trabalho, se veem abandonados na linha de ponta e, apesar dos pesares, tendo que dar conta dos imprevisíveis, tão abundantes nos serviços de saúde, sem contar com o fato de ainda serem responsabilizados pessoalmente quando algo dá errado.

Como já ouvimos de uma auxiliar de enfermagem: “é tanta coisa para dar conta, com tão poucos profissionais, que no plantão noturno corremos de um lado para o outro pelas enfermarias. Não há nem mesmo tempo para parar e dar atenção ao paciente, mesmo quando percebemos que ele precisa. Também não há tempo ou companheiros com os quais possamos tirar dúvidas, quando necessário. Assim, no final do plantão, me sinto mal e exausta, pois não me sinto nem cuidada nem cuidando como deveria e queria”.

De que forma mais clara poderíamos falar sobre aquilo que Yves Clot denomina a desrealização do trabalho no contemporâneo? De que forma mais cruel poderíamos enfatizar aquilo que os autores do Trabalho Imaterial denominam como a forma de expropriação das forças inventivas do *General Intellect*, forma de exploração do

trabalho pelo capitalismo atual? Como não convocar Campos e o que ele denominou método Paidéia, MEAGE¹⁴ e, finalmente, método da roda?

A preocupação de Campos desde o começo não é, portanto, simplesmente criar um método contra-taylorista, mas anti-taylorista, ou seja, não simplesmente se contrapor à Racionalidade Gerencial Hegemônica, mas subvertê-la de vez e por completo, arquitetando outro modo de entendimento do próprio trabalho, como aqui nos preparamos para fazer.

Campos entende o trabalho, principalmente o trabalho em saúde, como trabalho vivo em ato, como um processo construtivo e inovador que se dá na cogestão daqueles que o realizam. Porém, as formas hegemônicas de gestão levadas a cabo até hoje dificultam e mesmo alijam o trabalhador de uma formação integral como ser vivo. Tenta transforma-los em objetos de consumo, apenas recursos humanos, máquina luxuosa adquire pelo contratador que, a partir daí, quer usurpar dela toda a sua dimensão humana, impedindo sua real autonomia e solapando sua normatividade.

Comando e controle pressupõem concentração de Poder. A democratização do Poder nas Instituições seria, portanto, uma diretriz operacional anti-Taylor. E, sem dúvida, a marca central da Organização moderna ou pós-moderna continua sendo o autoritarismo. Um autoritarismo, às vezes, revestido com palavras doces – parceria, integração, desenvolvimento de RH, flexibilização – mas enganosas. Além de integrar-se ao espírito da firma, espera-se que os empregados o façam com entusiasmo expressivo, quase histérico. A centralização de poder em núcleos de gerência ainda é a pedra de toque das múltiplas variedades de métodos de gestão hoje existentes... (que) buscam limitar a autonomia e iniciativa do trabalhador (CAMPOS, 2000, p. 23-24).

Do mesmo modo que Alliez e Feher (1988) postulam a escravização maquínica, que ‘doa’ tempo apenas para usurpá-lo de seu uso, numa relação de troca desigual,

¹⁴ Nas primeiras páginas de seu livro (CAMPOS, 2000, p.17-19) o autor descreve suas relutâncias com relação à nomeação do método que estava pretendendo desenvolver. Primeiro pensou em nomeá-lo Paidéia, por referência a um fator pedagógico grego que se preocupava com a integridade do vivo na formação. Posteriormente, por achar o nome muito sofisticado e grego, pensou em um método do avaliador do fator Paidéia (MEAGE), porque sugeria “eu agindo, bem como cada um e todos”. Relutou, porque seu método era voltado para a cogestão e não autogestão. Por fim, inspirado pelo construtivismo pedagógico, decidiu nomeá-lo método da roda.

Campos apreende a violência em que se constitui a forma de organização do trabalho hoje em dia.

Tal violência se dá por expropriação da dimensão humana, embora a utilizando como um engodo, através da dita flexibilização, apenas para extrair dela a máxima mais-valia ao menor custo e controlar sua normatividade, subjugando-a em uma formatação alienante.

Sendo assim, por dispor as possibilidades de promoção funcional como questão de competência pessoal, imputa garganta adentro do trabalhador uma desvalia que só poderia ser rompida por meio da integração e do acesso aos cargos mais elevados da empresa, propalado como único meio de obter sucesso e ser alguém na vida, de participar das decisões e gestar o trabalho com algum grau de autonomia, apesar de constantemente ser chamado de colaborador.

Como colaborar com o que não se tem acesso, com o que não incentiva à participação efetiva, não promove e muito menos permite condições favoráveis de incremento da potência, podendo qualquer poder de decisão? Integrar-se à empresa, encarnar a empresa, fazer de sua vida uma empresa é enfim a transformação da cooperação, da expressividade e da afetividade em simples máquina de produção, uma escravização maquínica pela transmutação impiedosa do vivo em simples recursos humanos.

Apesar de sua contundente análise das condições desiguais de distribuição do poder e do saber no trabalho, Campos não desiste das instituições e da intervenção no trabalho. É em meio a elas, buscando uma maior democratização dos modelos de gestão e de participação, que ele se esforça por construir um método que reverta a expropriação. Como afirma, o que ele busca é fazer com que o trabalho seja ao mesmo tempo produção de coisas, de valores de usos, mas também produção de sujeitos autônomos, o trabalho como formação integral do vivo - Paidéia.

O método da roda por ele proposto teria a finalidade de reverter os modelos autoritários de gestão e de entendimento do trabalho.

“... o trabalho significando não somente um meio para assegurar sustento material, mas também implicado com a própria constituição das pessoas e de sua rede de relações: equipes, grupos, organizações, instituições e sociedades.

Um esforço de crítica e de síntese. Uma crítica às concepções dominantes sobre modos para analisar e gerir o trabalho em equipe. A ideia de que a gestão é uma tarefa coletiva – sistemas de Co-Gestão – e não somente uma atribuição de minorias poderosas ou especialistas.

O exercício do co-governo dependente da produção simultânea de Espaços Coletivos que cumpririam três funções básicas:

- uma clássica, de administrar e planejar processos de trabalho objetivando a produção de valores de uso;
- outra de caráter político. A co-gestão como uma forma de alterar as relações de poder e construir a democracia em instituições;
- e ainda uma pedagógica e terapêutica. A capacidade que os processos de gestão têm de influir sobre a constituição de sujeitos. Essa potência específica da co-gestão de influir sobre a produção de subjetividade será denominada... Paidéia” (CAMPOS, 200: p.14).

Entendendo seu método como que voltado para o fortalecimento dos sujeitos e a construção da democracia institucional, o que Campos busca é a construção de espaços de poder compartilhado: as rodas de conversas.

Sendo esta uma diretriz bastante importante, não basta, porém, sentar em roda, há que se cuidar insistentemente para promover a circulação da palavra e, principalmente, estar atento para que esta circulação se dê de forma que as diferenças possam ser expressas, que todas as vozes possam ser ouvidas independentemente de hierarquias, funções delegadas, corporativismos, níveis de instrução, tipos de vinculação, enfim, de tudo aquilo que segmenta, identificando e separando as pessoas em castas, em classes.

O que se propõe é uma convocação à troca expressiva intensa para que as diferenças de projetos, de intenções, de políticas, de entendimentos possam vir à tona e, trabalhadas em comum, na cooperação efetiva, se afetarem de forma a buscar uma diretriz comum para o trabalho, decidindo sobre as formas e mudanças necessárias para que, então, se efetue uma verdadeira cogestão, “(...) ampliando a capacidade de análise e de intervenção do sujeito e dos grupos” (CAMPOS, 2000: p.41).

Assim, Campos, como os pesquisadores franceses, também preocupa-se com aquilo que Clot denominou o poder de agir no trabalho, no sentido de uma maior democratização das relações nele estabelecidas, abrindo possíveis de participação

efetiva daqueles que com ele estão envolvidos, apostando nisto como diretriz metodológica.

Como vimos, os pesquisadores franceses se debruçam sobre a atividade, que é o real do trabalho, e através dela procuram meios de favorecer a conversa entre pesquisadores e trabalhadores e também entre os próprios trabalhadores para que juntos, no que poderíamos chamar uma comunidade ampliada de pesquisa, tornem-se co-analisadores do trabalho. Esta co-análise sendo então uma máquina expressiva ampliada como a principal ferramenta para o enfrentamento do enigma do trabalho, propiciando o encontro entre um fazer-saber e um saber-fazer do qual todos os polos saem enriquecidos, tendo ampliados seu poder de análise e de agir, naquilo que eles concordam como sendo um transformar para conhecer.

Da mesma forma, Campos parte da experiência do trabalho que é desenvolvido, muito embora ainda segmentado, propondo ainda maior ampliação da máquina expressiva, envolvendo todos aqueles responsáveis por uma linha de produção que, engajados numa atividade que é feita sempre em rede, característica da área de saúde, seu plano de pesquisa, busquem compartilhar em cogestão todas as decisões necessárias ao seu funcionamento, o que não exclui, ao contrário, procura incluir as linhas de produção paralelas.

Mais então do que focar a atividade em si, interessa a Campos formar redes conectadas e partilhadas de atividades que permitam o entendimento do processo de trabalho em toda a linha de produção, favorecendo uma ampliação da capacidade de análise e propiciando que todos partilhem das decisões, que quase sempre chegam de maneira verticalizada, não compartilhadas.

Se partir da análise da atividade pode resultar, em última instância, em uma modificação de seu processo de gestão, como nos franceses, Campos já foca, por princípio, a modificação do próprio processo de gestão para que o transformar para conhecer já comece de maneira completamente compartilhada, cogeriada.

Acreditamos que esta inflexão de Campos, além de outras, possa ter a ver com a própria característica do plano no qual desenvolve suas pesquisas: o trabalho em saúde.

Neste, todas as atividades já estão envolvidas em redes e se ressentem de decisões tomadas em vários outros pontos, numa dinâmica em que se torna improdutivo focar uma atividade isolada.

A heterogeneidade de relações e sua importância para o desenvolvimento das atividades já são reconhecidas pelos serviços há muito, ao menos nas instituições públicas. A cooperação, expressividade e afetividade do trabalho imaterial é característica inerente a este setor produtivo, o terciário. Setor que se tornou ‘a menina dos olhos’ do capitalismo atual, quando a produção social, a sociedade empresa sobrepujou o ‘chão das fábricas’ e a ‘alma’ dos trabalhadores foi chamada a ser meio de produção, como afirmam Lazzarato e Negri (2001); quando os ‘estilhaços do capital’ precisou de uma flexibilização para que, “doando tempo”, este tempo fosse subjetivado como investimento da vida como empresa, na escravização maquínica (ALLIEZ; FEHER, 1988).

Por isto, vemos com ressalvas a explanação de Emerson Elias Merhy, o segundo intercessor da saúde coletiva brasileira que agora convocamos para essa narrativa, quando traz para o plano de pesquisa do trabalho o conceito de tecnologias leves.

Como a Clínica da Atividade sentiu necessidade de ampliar o conceito de atividade, Merhy sente a necessidade de ampliar o conceito de tecnologia lidando com as pesquisas em saúde, englobando nela para além dos equipamentos e máquinas “(...) certos saberes que são constituídos para a produção de produtos singulares, e mesmo para organizar as ações humanas nos processos produtivos, até mesmo em sua dimensão inter-humana. Desse modo, falo em tecnologias duras, leve-duras e leves” (MERHY, 2002, p.45).

Discorrendo sobre a micropolítica do trabalho vivo em ato, Merhy traça um interessante esquema de representação de qualquer ato produtivo, relacionando-o aos conceitos de trabalho morto e trabalho vivo em Marx e, a partir daí, remetendo-os aos possíveis graus de protagonismo do trabalhador em cada esquema proposto do processo produtivo, correlacionando o índice de dureza ou leveza do que ele denomina tecnologia a maior ou menor participação do trabalho vivo em ato (MERHY, 2002, p.41-52).

Nos primeiros dois esquemas ele se refere à matéria-prima e à ferramenta utilizadas no ato produtivo como expressão do trabalho morto, uma vez que são resultados do trabalho de outrem que se recebe já pronto para uso, sem necessidade de nenhum ato vivo imediato sobre os mesmos. Neste sentido, aos equipamentos e máquinas ele aplica seu conceito de tecnologias duras.

No terceiro e quarto esquemas, ele representa a organização e os saberes tecnológicos. Como a organização e as técnicas são resultados de trabalho realizado antes de se entrar no trabalho em ato propriamente dito, elas comportam um índice elevado de trabalho morto. No entanto, como aqui o saber-fazer do trabalhador também entra, exigindo sua inteligência, suas habilidades, sua competência e sua capacidade inventiva de compor o encontro daquilo que ele sabe com o que dele se espera, exigindo sua reorganização frente aos imprevistos, diríamos com Clot seu estilo, há graus de protagonismo favoráveis do trabalho vivo em ato. Por isto, Merhy considera que a organização do trabalho e os saberes tecnológicos a ele aplicados são tecnologias leves-duras.

No quinto esquema, ele representa o trabalho em si, no qual a matéria prima, as ferramentas, a organização e o saber tecnológico ainda comparecem, sem dúvida, mas entram numa sinergia funcional e processual do vivo processando trabalhando vivo em ato, numa intrincada rede de relações para a qual, com sua experiência, o trabalhador desenvolveu alguma competência, sendo seu grau de protagonismo máximo. É o que, então, Merhy categoriza como tecnologias-leves, ou seja, a capacidade de lidar com o trabalho e com as relações que ele comporta e exige.

Diríamos com os pesquisadores franceses, a atividade se processa e, em meio ao processo, o trabalhador se processa. Trabalhador e atividade formam um Corpo-Si, com ativação de redes complexas, a ECRP de Schwartz, na qual o que move todo processo é uma intrincada rede de relações processuais a qual o trabalhador age, reage e responde, devendo ter desenvolvido uma competência para isto.

Competência que certamente depende do interjogo entre patrimônio social e patrimônio pessoal do trabalho. Diríamos com Clot, gênero da atividade, sempre local, sempre atualizável e renovável, sempre processual, porque é posto em ação por um vivo

engenhoso que não só executa, mas também faz gestão do seu trabalho frente aos desafios do real, frente aos acontecimentos.

Argumentaríamos com Campos (2000, p.17-19) que a sua relutância em nomear o seu como método avaliador do fator Paidéia (MEAGE) porque sugeriria “eu agindo, bem como cada um e todos”, por ser um método voltado para a cogestão e não autogestão, perderia o sentido nos moldes como essa tese se desenvolve. O MEAGE, como pensamos, é não só mais expressivo, mas muito menos perigoso que o método da roda.

A roda pode fazer supor que basta colocar as pessoas juntas numa disposição circular para que tudo aconteça naturalmente, desde que elas conversem entre si, sem precisar muito bem o sentido e os princípios desta conversa, coisa que, sabemos bem, Campos o fez com todo cuidado e, portanto, ler atentamente a sua tese (CAMPOS, 2000) é não só altamente recomendável, mas necessário para aprofundar o que aqui só abordamos na superfície.

Afinal, não é o método em si que produz o comum ou o bem comum, ele é apenas um instrumento, um meio para se chegar a este resultado, mas, para isto, tudo dependerá da forma como é posto em ação. É aos efeitos de realidade produzidos por um instrumental que devemos estar atentos, mesmo que este se garanta como mais democrático, pois, por si, nenhum método se afirma como tal. É o efeito produzido pela intencionalidade das mãos que utilizam a ferramenta que nos serve de analisador, não a ferramenta em si.

O MEAGE, como aqui argumentamos, insiste na construção de algo que põe em movimento, tira do lugar e da inércia, faz agir por com-vocação - um comum que chama à ação. Me age sugere uma dessubjetivação co-motiva, que move junto a mim, em mim, por mim, me impulsionando. Exatamente o que mais a frente trabalharemos como a noção de comum.

MEAGE faz bricolagem perfeita com o conceito de *médium*¹⁵ que aqui definimos. O que seria a cogestão senão este estar em meio a? Não tomado, não possesso, mas fazendo corpo com algo que não é corpo nenhum, mas toma corpo numa corporização que é a maquinação dos corpos acoplada com a maquinação dos enunciados que se constroem em conjunto: agenciamento de enunciação coletiva e agenciamento maquínico do desejo, para utilizar Deleuze e Guattari (1972).

Apostamos aqui que não pode haver cogestão se não houver ao mesmo tempo autogestão. O estar com em decisão, em processo gestivo, não exclui, mas inclui necessariamente uma decisão própria daquele que compõe, se arriscando a sair de seu lugar de conforto, se dispondo no espaço e no afeto a uma construção arriscada, sem nenhuma garantia de um porto seguro, a um fora do conhecido que convoca, no entanto, a gerir um outro possível.

A cogestão só funciona se fizer apelo ao desejo, ela é mais um processo virulento, contagioso, que toma de assalto e rompe com os elos que nos prendem a todos a identidades segmentares que nos imputaram como única forma de sobrevivência possível, única base de segurança. Para fora, para o estrangeiro, só há a noite e o perigo das incertezas incertas, do nomadismo e do bando. A isto nos dirigimos não por vontade racional. Algo dirige, algo MEAGE, algo ativa um fator Paidéia chamado saúde, desejo, vida, ‘uma vida’... “o que existe de tão próximo de forma que todo recuo em relação a ela nos é proibido – estrangeira na própria proximidade. Mas o inteiramente próximo que destrói toda proximidade...” (BLANCHOT, 2010, p. 90). Forças livres em movimento...

Embora toda esta questão nos pareça ainda intempestiva a esta altura, ela se aproxima nesta proximidade de Blanchot, como veremos, adiantando argumentos que ainda temos que desenvolver.

Porém, a esta altura, queremos sublinhar o fato de que todas estas metodologias de análise do trabalho discutidas vão convergindo para uma maneira de não só pensar, mas instrumentar formas de incluir aqueles que trabalham como co-pesquisadores de

¹⁵ Definimos como utilizamos este conceito no começo dessa narrativa, vide página 42.

suas atividades, como verdadeiros gestores daquilo que participam, independente de isto ser reconhecido ou não por aqueles que procuram controlar a organização do trabalho.

Já discutimos isto na Clínica da Atividade e em Schwartz, agora a discussão volta através de um método para a cogestão e análise do trabalho, o que move Campos, e para a inclusão do aspecto relacional como um cabedal metodológico importante para a produção em saúde, como faz Merhy.

Enfim, são as relações e os processos de subjetivação no trabalho que vão ganhando relevância para aqueles que mergulham seriamente nas pesquisas das atividades laborais, levando à necessária inclusão dos trabalhadores como co-partícipes da produção, enquanto para os modelos de gerência, baseados na axiomática capitalista, estes são apenas recursos como outros, utilizados agora como motor do produtivismo máximo, na era da flexibilização necessária à nova expansão do capital. Uma arena agonística entre produção de riqueza de uma vida e produção de riqueza econômica, o que já definimos como produção e produtivismo que, contudo, se imbricam ali mesmo aonde as atividades são levadas a cabo.

Dizíamos acima que encaramos com ressalvas a inclusão das relações na categoria de tecnologias - tecnologias leves como faz Merhy (2002) - porque pensamos que nisto há uma pertinência e um perigo, um risco inadvertido.

Pertinência porque põe no centro da produção em saúde a questão relacional não como 'um a mais' do processo, uma idiosincrasia do profissional, que estaria mais atento ou menos atento a esta particularidade por questões de patrimônio cultural pessoal, um estilo tão somente. Considerar a questão cooperativa, expressiva e afetiva como tecnologias leves, assim nos parece, enfatiza esta como um método importante e caro para bem cuidar, tornando-a parte indissociável da competência profissional requerida aos serviços de saúde, sem a qual nenhuma habilidade técnica, nenhuma formação profissional estaria completa e adequada para enfrentar aquilo a que se objetiva.

O acolhimento, a formação responsabilizada de vínculo com aquele que busca o cuidado, a preocupação profissional de desenvolver competência para bem lidar com

estas questões como lida com qualquer outra questão considerada mais dura ou leve-dura, como quer Merhy, faz parte da caixa de ferramentas indispensável ao manejo técnico no setor terciário e, dentro dele, a saúde como campo privilegiado destas pesquisas. Por isto, parabenizamos Merhy e endossamos sua perspicácia.

No entanto, percebemos também certo risco, porque a dimensão que aqui poderíamos chamar de ‘mais subjetiva’, ‘mais relacional’, ‘mais afetiva’ não pode ser transformada numa simples técnica a ser adquirida, queremos dizer, uma forma científica, ordenada, racional de métodos que pode ser desenvolvida, sem uma implicação política/ética/estética, ou seja, uma completa reformulação da própria racionalidade e objetivismo, uma transformação daquilo que Merhy (2002) denomina as crenças pessoais que, no final das contas, se transformam em formas modelares e normatizadas de lidar com o mundo e os seus enfrentamentos.

Da mesma forma, não corroboramos com a orientação de Merhy para que o cuidado em saúde seja centrado no usuário, porque partilhamos da aposta que o foco deve ser a relação desenvolvida entre gestores, trabalhadores e usuários, incluindo-os verdadeiramente em um processo cogestivo. A inclusão, a nosso ver, deve ser tríplice e, entre os usuários, não nos referimos somente à pessoa efetivamente em tratamento, mas também sua rede social, bem como aos movimentos sociais e toda a sociedade, se queremos realmente a saúde como política pública.

Centrar o cuidado no usuário sem que este consiga deter efetivamente o saber sobre o processo de trabalho e o processo de seu padecimento, coisas que, sozinho, ele não conseguirá, até por não ter competência técnica para isto, pode tornar todo o processo de trabalho bastante perigoso, já que os usuários deteriam a responsabilidade sobre seu tratamento, sem ter real e efetivamente como fazer isto, caindo no mesmo impasse atual em que se encontram os trabalhadores, ou seja, ter, apesar dos pesares, de dar conta das situações com as quais se defrontam, sem autonomia para tanto e, portanto, ainda que como centro, sob tutela permanente.

Assim, acreditamos que é um verdadeiro e real processo cogestivo, com inclusão a vera de todos os envolvidos, com direito a voz, de forma esclarecida e negociada, inclusive das alternativas existentes, dos custos e consequências possíveis de cada

intervenção e em que haja um processo terapêutico singular, considerando aquele que busca o cuidado como um ser integral e não como corpo biológico, cuidando de sua saúde também de forma integral e compartilhada, os princípios que deveriam nortear o cuidado.

Se, com toda a sua perspicácia, Merhy consegue perceber a importância do aspecto relacional nas ofertas de cuidado, por que então não investir pesadamente sobre ele, considerando-o a peça chave para a problemática da gestão e atenção em saúde? Por que não insistir que todos os protagonistas são importantes no processo, que não pode ser equacionado com centros e focos, mas somente com estabelecimento de redes aquecidas inclusivas e realmente efetivas? Redes de negociação, de compartilhamento e de corresponsabilidade, seja no diagnóstico, na orientação terapêutica, na intervenção, seja após esta, quando, então, com autonomia, junto a sua rede social, o usuário deverá ser capaz de cuidar de sua própria vida, evitando reincidências por falta de orientação, que o deixa ignorante e dependente dos cuidados do sistema.

Afinal, centrar o cuidado no usuário resolveria e equacionaria os princípios de acesso, equidade e universalidade conseguidos que vigorassem com custos e lutas sociais como lei neste país? Não vemos sinceramente como, pois como luta social, ela não deve ser privativa de alguém que está no foco do processo. O processo deveria ser e continuar sendo público, luta e responsabilidade pública, focando não todos abstratamente, mas as relações que se desenvolvem entre todos e como se corresponsabilizam pelo funcionamento do sistema de saúde.

O valor de uso, a produção de bens comuns, não são efeitos lineares de técnicas desenvolvidas por meio dos aspectos racionais que, quase sempre hegemônicos, solapam, constroem, dificultam, quando mesmo não impedem aquilo que Rancière (2009) denominava partilha do sensível, base da política e da estética, isto é, da atitude de compartilhar as diferenças por meio de inclusão das diferenças. Intercessão como tensionamento das diferenças na busca de um comum possível, afirmando a diferença, como em Deleuze, e não interseção daquilo considerado como o consenso de uma maioria.

Partilhar o sensível e, a partir dele, criar formas comuns de enfrentamento das infidelidades do meio, não é algo que possa ser dado por nenhuma tecnologia de antemão, mas, ao contrário, nos parece resultado daqueles que, partindo de suas experiências, constroem juntos uma estratégia de ação que, então, só poderia ser uma metodologia provisória, nunca dada antes por completo, mas construída em conjunto por todos aqueles que ousam mergulhar na heterogênesse dos acontecimentos e, com toda dificuldade, construir um comum que nunca está dado por todo, nunca se estabiliza por completo, mas é um equilíbrio metaestável do plano de ação que se desenvolve enquanto processando esta mesma ação, efetuando possíveis a cada momento dela.

As metodologias são formas de favorecer uma construção comum, mas não de garanti-las ou de substituí-las como arranjos pensados e estabelecidos de uma vez por todas. Inventar espaços de compartilhamento do sensível, promover formas de democratização do aspecto comunicacional, garantindo a circulação das vozes, de todas as vozes, não é em si mesmo garantir a produção de valores de usos, de bem comuns. O comum não é efeito direto e dado de um método, mas uma negociação difícil, árdua e trágica de uma negociação que nunca cessa.

Desterritorializar o para sempre dado e permitir o seu fluxo pode ser algo que favoreçamos através das técnicas que utilizarmos, se nelas também se enraizarem as dimensões políticas, éticas e estéticas da existência. Porém, sempre correremos o risco das reterritorializações violentas ou mesmo da captura em ‘buracos negros’ avassaladores (DELEUZE; GUATTARI, 1972). Digamos, metaforizando através de Nietzsche, se todo instituinte tem a tendência a desenvolver a dureza das pedras, formando diques, estejamos com o martelo às mãos e atentos para não deixar que as duras pedras obstruam o fluxo das águas.

No caso da saúde, o que seria o bem comum imaterial? Merhy fala de tecnologias leves. Seriam estas tecnologias imateriais? Estas tecnologias são bens imateriais, tem valor de uso ou são meios para produzir valor de uso na saúde? Se elas são trabalho imaterial, qual seria o objeto de interesse no campo da saúde, seriam as próprias tecnologias? Ou as tecnologias são meios para alcançar bens de valor de uso comum?

As tecnologias não podem ser valor de uso, mesmo quando construídas coletivamente, porque os bens comuns são resultado de negociações, inclusive no processo de planejamento, monitoramento e avaliação, quando as tecnologias poderão e deverão ser modificadas, se for este o entendimento comum. Eis outra razão para que não foquemos em nenhum sujeito o processo de trabalho, porque o bem comum é efeito das relações desenvolvidas de forma compartilhada e que, apesar das diferenças, produz um comum que é entendido como um bem para todos envolvidos no processo, como um real valor de uso.

Portanto, as tecnologias só podem ser um meio para produzir bens imateriais que eles sim chegam ao valor de uso. O valor de uso é necessariamente uma construção social, ele depende de um espaço público, no qual as necessidades sejam definidas em termos das existências com todas as suas singularidades. Pautado nos princípios do Sistema Único de Saúde Brasileiro (SUS) - conquista das lutas sociais contra o autoritarismo - acesso, equidade e integralidade em sua radicalidade são por si mesmos princípios revolucionários, dependem da verdadeira democratização das relações sociais em todos os planos, dentro dele, o do trabalho.

Valor de uso criado a partir de necessidades inventadas para consumo e circulação de capital, sem levar em conta as reais necessidades de uma vida, qualquer vida, mas tendo por base uma verdadeira fabricação de desejo artificial, uma produção maciça de “subjetividades luxo e subjetividades lixo” (ROLNIK, 2004) é, em última instância, a produção de simulacros pelos quais se deve matar ou morrer sem autonomia.

É, enfim, a fabricação de uma escolha sem escolha e sem possibilidade de escolher a escolha; a privatização dos bens comuns; a expropriação das forças criativas vivas e sua transformação em máquinas de produzir e consumir necessidades que criam a falta que não pode ser preenchida, a dívida que não pode ser paga, porque sempre baseada na aquisição de uma competência a mais que jamais pode ser alcançada, uma meta inatingível para “as sombras da caverna”, que jamais contemplan as verdades e a luz, a ideia platônica, portanto.

Um transcendentalismo de última hora, engodo máximo da potência, porque propala que a felicidade não está em outro mundo, mas neste mesmo, porém dependente de uma competência da qual só não nos apossamos porque, em última instância, não fizemos ainda tudo por merecê-lo. Uma potência que não compõe com outras, mas decompõe e destrói todas as outras como a única forma de ser a máxima e única.

Questões éticas e políticas prioritárias para evitarmos uma fetichização do meio, ou uma entificação da tecnologia, uma coisificação do modo de fazer. Não se pode entificar, substancializar o modo de fazer, ele é apenas um modo de fazer e sempre haverá outros. O importante é o que se faz com aquilo e, principalmente, que efeitos de realidade são produzidos através daquilo que é feito.

Como chegar a um comum de definição de necessidades, de redirecionamento de projetos, políticas, intenções e planos de ação que sejam realmente públicos, resultado convergente e posto a frente pelo desejo negociado de uma multidão e não representativo de uma maioria que, na maioria das vezes, é formada por interseção homogênea de idênticos que excluem tudo aquilo que não é considerado conjunto?

Não apostamos nessa tese em um comum que forme conjuntos homogêneos, mas, ao contrário, em comum de disjuntivos que negociam sempre, transbordando o conjunto por todos os lados. As diferenças não se excluem, elas se compõem numa negociação constante, mutável, imprevisível, sempre processual, em processo, nunca dada de uma vez por todas.

IV. A Política Nacional de Humanização no Brasil: um plano de experiência, um plano de inflexão...

Traremos agora a Política Nacional de Humanização da Gestão e Atenção em Saúde (PNH) proposta pelo Ministério da Saúde do Brasil, desde 2003, e um pouco de seu cabedal teórico/metodológico por dois motivos principais: 1º o narrador dessa tese com ela se implica, pois atualmente funciona como colaborador técnico, na qualidade de consultor da PNH; 2º Acredito que sua proposta colabore para a problematização que aqui fazemos, na medida em que também procura a transformação dos modelos

autoritários vigentes de gestão e atenção em saúde, no sentido de uma maior democratização das relações institucionais no trabalho em saúde.

Faremos apenas uma cartografia daqueles aspectos que nos interessam aqui, sem pretensão de entrar no mérito da questão sobre a PNH, discutindo se ela tem ou não se estabelecido realmente como uma política que está efetivando as redes necessárias ao funcionamento do SUS na direção de seus princípios. Não se trata, portanto, de propor uma filiação à PNH ou de promover a sua defesa, mas de nos instrumentar para a proposta de pensar o trabalho como uma clínica da experiência.

Há que dizer que Campos, um dos intercessores escolhidos para essa tese, esteve presente como um dos propositores da PNH, levando para dentro da máquina de governo a ousada proposta de também democratizá-la, de também dobrá-la para fora de si mesma, ampliando o debate com a sociedade a fim de incrementar o controle social sobre as formas de gerir e prestar assistência a uma necessidade básica de qualquer corpo social: sua saúde.

Junto com Campos, ou Gastão Wagner, como ficou mais conhecido pela PNH, Regina Benevides foi um braço forte que, ao lado de outros pesquisadores e inovadores convidados, começaram a formular o que, como dado autobiográfico, o narrador dessa tese chama de proposta ousada para a época em que surge, 2003, quando a saúde estertorava no território brasileiro, com insatisfação dos gestores, trabalhadores e usuários que, em conjunto, clamavam por mudanças substanciais do *status quo*.

Seguiremos aqui o que foi exposto por Eduardo Passos, quando do 2º Seminário Nacional da Política Nacional de Humanização, ocorrido em agosto de 2009¹⁶, em Brasília, nos brindou com uma síntese que não só retomava a história da PNH, mas principalmente, esclarecia seu ‘espírito’ norteador que, como veremos, tornava a PNH um modo de fazer. Seguiremos basicamente o que Passos discorreu na ocasião, mas com inflexões do narrador dessa tese, baseadas naquilo mesmo que o norteia e que, de

¹⁶ A íntegra da Conferência de Eduardo Passos encontra-se disponível em <<http://www.redehumanizasus.net/88330-conferencia-do-edu-passos-e-mesa-de-abertura-do-seminario-5-de-agosto-de-2009>>.

alguma maneira, pode não estar de acordo com o que Campos, Passos e o próprio Coletivo Nacional da PNH atualmente pensam.

Baseio-me na elucidação de Passos sobre a PNH porque penso que ela nos provoca para o entendimento do sentido da PNH, do ‘espírito’ que a moveu. Interessamos aqui este sentido, este ‘espírito’, esta proposição como um campo de inflexão sobre o trabalho, mesmo que especificamente focado no campo da saúde.

Começamos, portanto, dizendo que a PNH se constituiu como um modo de fazer, possuindo princípios metodológicos, e um modo de dizer, possuindo sua discursividade, seu cabedal teórico/prático. Modo de fazer e modo de dizer, no entanto, que foi pensado para afirmar e reacender o movimento instituinte do SUS, naquilo que Eduardo Passos chama “o reencantamento do movimento SUSista”.

A PNH se instituiu, então, visando o SUS como política pública, aquela mesmo que iniciou todo o movimento da reforma sanitária que, em meio a disputas de sentidos, de projetos e programas políticos, efetivou o SUS na forma da lei e fez a Constituição Brasileira de 1988 afirmar: Saúde é um direito de todos e um dever do Estado.

O SUS, portanto, entendido como política de Estado, instituída através de princípios, normativas, portarias, mas também política de Governo, que de 04 em 04 anos atualiza as prerrogativas da lei, como representante democrático legitimado pelo voto direto. Porém, tendo sido instituído por uma política pública, um movimento que da década de 70 para frente enfrentou o autoritarismo e o conservadorismo, lutando pela democracia institucional nas instituições de saúde no Brasil.

Movimento que saiu vitorioso em sua luta, conseguindo instituir o desejo social do momento, mas que não se finaliza e nem se concretiza nesta instituição legal. O SUS, afirma Passos, é uma obra aberta, deve ser atualizado, reformulado, transformado e constantemente reinstituído pelo mesmo movimento que o fez se concretizar. Acima de tudo, o SUS só pode ser e só tem potência como política pública, aquela que fazemos no cotidiano, construída coletivamente no acordo social. Se o deixamos a mercê da máquina de Estado, a mercê das instabilidades do governo, perdemos sua potência instituinte, o deixamos estratificar-se como letra fria e morta da Lei.

Como conquista social, a missão do SUS não pode se separar do plano da experiência concreta, aquela que é realizada por sujeitos concretos no cotidiano. Assim, gestores, trabalhadores e usuários do SUS são corresponsáveis por sua efetuação e transformação no sentido de garantir os seus princípios: Universalidade do acesso, Equidade do atendimento e Integralidade da saúde.

Como provocou Passos, em 2009, dizer que a Saúde é um direito de todos convoca a uma problematização deste ‘todos’ na diretriz dos três princípios.

A Universalidade do acesso afirma que todos devem poder acessar o Sistema, mas este todos não pode excluir cada um, um qualquer. Certamente, tem de haver normativas, protocolos, portarias, prescrições, o que é feito tendo por base padrões gerais, regras comuns. Porém, este geral e comum não pode excluir aqueles que não se enquadram nas regras gerais, aqueles que estão à margem da sociedade, as minorias.

A Equidade reforça que cada um em sua singularidade e diferença seja levado em conta e tenha garantido os seus direitos. Equidade não quer então dizer homogeneidade, identidade, igualdade de tratamento a despeito da singularidade de vida daquele que busca o cuidado. Equidade significa que todos têm direito à assistência, mas dentro de suas necessidades e considerando-se o seu modo de existência. As normativas, os padrões, não podem, então, reduzir um qualquer às suas prerrogativas, à sua generalidade, mas deverão ser flexíveis o bastante para incluir o diferente em sua diferença, com suas necessidades específicas.

A equidade exige então a integralidade da saúde. Saúde entendida em toda a sua complexidade, na sua totalidade, na totalidade de qualquer vida humana, que inclui direito de ir e vir, necessidade de transportes efetivos, moradia, trabalho, cultura, lazer, educação, etc.

Os princípios do SUS, no entendimento de Passos, apresentam-se como desafios éticos, políticos e estéticos de transformação da sociedade, de efetivação da saúde como bem comum, como bem público, o que vem sendo constantemente esquecido pela sociedade brasileira e pela onda neoliberal que a assola, ditando outro papel para o

Estado, sucateando financiamento e tentando fazer da Saúde uma empresa lucrativa. Ora Saúde não é negócio, saúde não é mercadoria, saúde não é propriedade privada, é bem público, bem comum.

Foi para fazer frente a este desafio que em 2003, segundo Passos, se concretizou o que se chamou de HumanizaSUS, uma Política Nacional de Humanização da Gestão e da Atenção em Saúde (PNH) que se propunha a missão de, enfrentando os desafios éticos, políticos, estéticos lançados pelos princípios SUSistas, reencantar seu movimento instituinte e lutar pela efetivação de um SUS que dá certo.

A PNH partia então da inseparabilidade entre o trabalho de gestão e de atenção em saúde. Criação de grupalidade, de corresponsabilidade e de protagonismo dos sujeitos que estão implicados no processo de produção da saúde seriam então fundamentais. O SUS não se sustenta como uma abstração e só se efetiva nas práticas concretas, nos modos de fazer atenção e modos de fazer gestão nas práticas de saúde.

O SUS precisa, então, se implantar como um plano comum, uma comunidade. Como entendemos, uma comunidade por vir que, uma vez constituída e constituinte, seria a dissolvência da PNH enquanto proposta, que é a de tornar a humanização uma política efetivamente pública, de todos.

Para isto, tornava-se necessária a construção de um plano de comunicação que fizesse frente ao modelo hegemônico nas instituições de saúde na realidade brasileira. Era urgente por os diferentes protagonistas para conversar – o método da roda, como vimos em Campos (2000), que aqui foi instrumentado numa ação concreta.

Procurava-se equivococar os processos de produção de subjetividade hegemônicos, pois os princípios do SUS só se encarnam a partir das experiências concretas, de sujeitos concretos que transformam sua existência em sintonia com as práticas nos serviços. Desta forma, para a PNH, Clínica e Política não se separam. A PNH valoriza os processos de transformação subjetiva que apontem na direção das mudanças nas práticas de saúde, mudanças na forma de gestão e atenção, também inseparáveis.

Partia-se de práticas concretas, contextualizadas, levando-as a frente, transformando-as coletivamente. Entendendo que promover um plano comum não é mediar conflitos, apaziguá-los, nivelar a todos num padrão identitário único. Ao contrário, é valorizar as diferenças, incluir o tensionamento como oportunidade de repensar o que está instituído e apostar que, apesar das constantes disputas de sentido, uma diretriz comum pode ser traçada e seguida, apesar das diferenças que comporta e que deve comportar, como garantia de não instituição de uma vez por todas, de não cristalização das práticas em modelos, regras, protocolos, prescrições que aniquilam e obstruem os processos de mudança.

Mas em que direção se propunha mudanças, valeria qualquer coisa? Não, não valeria. Não se queria qualquer cuidado, qualquer vida, qualquer SUS. Seriam os princípios do SUS que indicariam o que se devia fazer, como princípios, diretrizes, dispositivos e criação de dispositivos que caminhassem na direção do que já estava proposto: universalidade, equidade e integralidade.

Princípios estes pactuados e instituídos socialmente e quase que esquecidos em sua radicalidade, em seu movimento revolucionário, contrário a todo autoritarismo e conservadorismo que alijem o homem de sua condição de humano sempre em construção, na sua ação de humanizar-se, transformando o cuidado consigo e com os outros, na sua humanização, processo contínuo, obra aberta, como também o é o SUS.

Os três princípios norteadores da PNH são a transversalidade, a indissociabilidade entre atenção e gestão, entre clínica e política e a cogestão.

A transversalidade, como princípio metodológico, convoca a alterar os padrões comunicacionais hegemônicos nas instituições. Que padrão é este? Os diferentes são colocados numa organização vertical, como diz Passos, “fala quem pode e obedece quem tem juízo”. Os iguais são colocados num plano horizontal, “igual só fala com igual”, gerando o que conhecemos como corporativismos.

A aposta da transversalidade é o embaralhamento deste plano vertical, separando os diferentes em hierarquias, e deste plano horizontal, separando os iguais por corporações, traçando uma diagonal de lateralização dos diferentes. Os diferentes são

colocados lado a lado – é o que entendemos como o método da roda, proposto por Campos (2000).

A meta é fazer circular a palavra, pois com isto fazemos os sentidos circularem, se equivocarem, provocarem problematizações que exigem novas atitudes frente ao enfrentamento daquilo que é tido como normatizado, normal, instituído de uma vez por todas, como se só houvesse um único modo de fazer possível. Com isto, claro, se faz circular o poder, deslocando-o numa dinâmica de circulação que é o que se denomina na PNH Cogestão.

Cogerir é, então, construir a partir de um plano comum, nunca dado, nunca equilibrado, nunca definitivo, mas em que todos os possíveis se abrem a uma experienciação corresponsável em que gestores, trabalhadores e usuários tenham abertura suficiente e ouvidos acolhedores, ouvidos não surdos por um discurso por demais cômodo, que os deixam em sua zona de conforto, se desresponsabilizando pelas situações, simplesmente porque estão fazendo o que deve ser feito, conforme o que está prescrito.

Não se trata de acabar com o poder, de enfrenta-lo por enfrenta-lo ou de desqualificar as normas, protocolos, prescrições como negativas e destrutivas. Não se trata nem mesmo de exterminar as hierarquias instituídas, pois o gestor deve continuar gestor, o trabalhador trabalhador e o usuário usuário, todos têm singularidades e especificidades.

Trata-se, isto sim, de equivococar as formas instituídas de ouvir e falar, de transformar os padrões comunicacionais de forma a permitir que a gestão leve em conta àqueles que estão na ponta, nas adversidades do dia a dia, nos enfrentamentos dos imprevistos e dos incidentes, que recebem junto aos modelos hegemônicos a função de fazer as coisas funcionarem a despeito das condições de trabalho, da organização do trabalho e da impossibilidade de se responsabilizarem por aquilo que não podem mudar e, apesar disto, fazer bem feito.

Como também ouvir aqueles que recebem, embutido no modelo hegemônico de cuidar, um ensurdecimento, uma castração do saber existencial e de suas formas de vida

a que não pediram e frente ao qual se sentem impotentes, resignados, castrados, relegados, desqualificados, enfim, meros pacientes (MAIA; OSORIO, 2004).

Trata-se, enfim, de humanizar as relações institucionais, naquele sentido da democratização das relações nas organizações que se dão pautadas em modelos verticais e horizontais que não permitem a circulação da palavra e não valorizam aqueles que executam e recebem o cuidado, como se também não fossem gestores do cuidado, como se não fossem capazes de planejar, monitorar e avaliar as suas ações, como se não fossem, enfim, seres vivos normativos, que não só cumprem, mas são também capazes de refletir, propor e mudar as normas na direção de um novo modelo de atenção e gestão do cuidado.

Assim, a transversalidade exige o segundo princípio metodológico, o da inseparabilidade entre gestão e atenção, entre clínica e política e, eu acrescentaria, entre formas de trabalhar e formas de subjetivar, pois vida e trabalho não se separam. O que o trabalhador sofre no trabalho, sofre em seu corpo, em sua pele, em sua saúde, principalmente quando é impelido a fazer o que deve ser feito, por imposição, sentindo que não faz aquilo que deve ser feito, por ética e compromisso social. Coisa que denomino patologia do trabalho, violência institucional, castração político existencial, como queiram, infelizmente abundante nos modelos verticais que ainda grassam as instituições de saúde brasileiras.

Mas isto não se consegue sem a transformação dos processos de trabalho e das formas de participação reais neste processo de transformação. Como disse Passos, “para haver gestão tem que haver gestação”, um processo que exige tempo, mudanças subjetivas e corporais, pois há que se criar um novo corpo, que se criar uma nova atitude, com todo o cuidado que isto requer. É preciso então uma certa experienciação corresponsável, preche de dobras, que valorize a participação de gestores, trabalhadores e usuários.

Não existe SUS como política pública sem participação, participação valorizada e incentivada como instrumento para a mudança daquilo sentido como intolerável. No monocromismo de um único mundo possível, abrir a aquarela de possíveis construídos

conjuntamente, em Cogestão, corresponsabilização e protagonismo, que chamaríamos então, autonomia responsável, ou melhor, corresponsável.

E para haver corresponsabilidade e comprometimento, precisamos de um plano que não tenha centro de decisão, de planejamento e de empobrecimento daqueles que se transformam, então, em meros executores. Por isto se valoriza o funcionamento das redes, redes internas e externas, redes aquecidas e solidárias da qual o SUS necessita para se efetivar.

Como disse Passos, redes não têm centro, redes têm nós. Nós somos as redes. Formamos todos pontos vibráteis, porque vivos, porque singulares. Sozinhos não se faz nada, mas em rede, cada ponto, cada anônimo singular é um gestor que faz de uma rede não espaços vazios circundados por nós, mas espaços plenos de diferenças e de potência que, ligando-se a outros nós, faz um só Nós que aqui queremos denominar o comum. Um ninguém que faz toda a diferença!

Vamos aqui deixando de lado a PNH, porque entendemos que já temos elementos suficientes para seguir em nossa construção, porém sabendo que, como com os outros intercessores, deixamos um campo rico de proposições que merecem ser aprofundadas. Remetemos o leitor para Brasil (2008), Benevides e Passos (2005) e Pasche, Passos e Hennington (2011) para uma aproximação inicial e para www.redehumanizasus.net, aquilo que chamo a máquina expressiva do SUS, através da qual poderá ter acesso a rico material de consulta e de troca com aqueles engajados não só na PNH, mas na militância SUS pelo Brasil a fora.

A instigante provocação de Eduardo Passos não só agrega elementos importantes para o que estamos desenvolvendo nessa tese mais, por acréscimo, traz também informações sobre o movimento e as proposições que instituíram o SUS na realidade brasileira e que continuaram a pensa-lo e a promovê-lo como conquista social, sempre instituinte, sempre obra aberta, até os dias atuais.

Para nossos propósitos, demonstra como pensadores brasileiros não só se preocupam com a hegemonia de uma máquina autoritária e despótica de triturar autonomia no trabalho e transformar o trabalho vivo em simples máquina de produzir,

na qual humanos e não humanos são recursos equivalentes, como também constroem na prática estratégias de, em meio a, criar as condições que favoreçam uma participação efetiva daqueles que, longe de serem meros executores, são para todos os nossos intercessores gestores ou ao menos cogestores de seus trabalhos.

Em algum momento, a despeito de como nos posicionamos a respeito disto, a equipe de formuladores da PNH conseguiu levar para dentro da máquina de governo uma proposta de democratização do trabalho, ao menos na saúde, que não é nada trivial e que, apesar dos pesares, se mantém nela como uma tensora do hegemônico, abrindo caminho para outras conversas possíveis.

Ou seja, os pesquisadores brasileiros não desistem das instituições e do trabalho como arena privilegiada da resistência, da insurreição ou do êxodo, como queiramos, mas percebem ali, no cotidiano das lutas, nas formas instituídas, das quais não se pode abrir mão até mesmo por questão de sobrevivência diante do atual *status quo*, meios de transformá-los através de uma construção coletiva, na formação de um comum possível.

Em um primeiro arranjo de composição, o que salta à vista é a insistência, vinda de diversos campos de pesquisas, de que o trabalho é uma rede viva complexa de arranjos e negociações, levada a cabo por uma multiplicidade irreduzível de corpos em ação, instrumentando e instrumentados por cooperação, expressividade e afetividade, que transforma o produzir em criação de mundos possíveis, no qual a cogestão e autogestão inseparáveis, inflexão nossa, delatam uma distância intransponível entre o prescrito e realizado, que faz da atividade o real do trabalho.

Atividade que se apresenta como certo nomadismo de tempo e espaço que torna o foco no posto de trabalho e na execução de tarefas completamente inapropriado para o entendimento do enigma do trabalho, que aqui queremos defender como uma clínica da experiência, uma estranha experiência: um trabalho, na qual usar de si e sair de si é um imperativo, que arrasta até mesmo esta noção de ‘um si’ para um plano altamente problemático.

Pois bem, ainda que com diferentes denominações, todos parecem convergir para a construção de um comum por meio da montagem de máquinas expressivas

ampliadas, como aqui apostamos. Máquinas expressivas capazes de construir um sentido comum e, a partir dele, transformarem radicalmente a forma de entendimento, de gerência, de execução e de partilha da organização do trabalho no contemporâneo.

Trabalho que, baseado primordialmente na dimensão imaterial dos valores de uso e bens comuns, ainda resente a hegemonia de um modelo autoritário que segmenta planejamento e execução, transformando a máquina biopolítica ou noopolítica em mera máquina de produção, reduzindo a normatividade do vivo a mero recurso a ser aproveitado como qualquer outra matéria prima e ferramenta, numa escravização maquínica.

Porém, em meio à proposição da construção deste comum, nos indagamos como entender o trabalho ele mesmo, ou melhor, a atividade ela mesma? Como, habitando esta distância criativa que possibilita a atividade, entender o que se processa nesta mesma distância? O que a distância nos tem a dizer sobre trabalho, atividade, construção de comum, cogestão e autonomia corresponsável?

Nossa proposta é então, numa catacrese antropofágica, trazer as experiências e analisa-las com nossa heterogênea caixa de ferramentas, recenseadas nesta cartografia, a fim de experimentar que tipo de potência pode ela favorecer para que, a partir de certo entendimento diverso do trabalho, possamos propor novas formas de geri-lo e instrumentá-lo junto àqueles que também o gerem e instrumentam. Este o grande desafio dessa tese.

E assim, nessa caixa de ferramentas construída e em construção :

A Clínica da Atividade (e todas as outras ferramentas) é tomada por nós como uma importante aliada, uma vez que nos auxilia na criação de estratégias de afirmação da potência do trabalho como capacidade da vida em diferir, em produzir o novo, em criar sujeitos e mundos; e para tal nos apropriamos dessa abordagem, “sujando-a”. Assim como os humanos “sujam” com suas marcas pessoais e coletivas as suas atividades laborais, “sujamos” as propostas de Clot (e de todos os outros pesquisadores), quando não repetimos apenas as suas instruções, quando delas nos apropriamos para fazer rizar esses suportes teórico-metodológicos com a perspectiva ética-estética-política de Deleuze (nossa e de outros autores). (BARROS; TEIXEIRA; LOUZADA, 2008, p. 15, acréscimos nossos entre parênteses).

Esta é também a nossa maneira de valorizar e ampliar as perspectivas de análise do nosso plano problemático. Portanto, ousamos provocar este desfocamento, necessário sempre que estamos procurando outros focos possíveis.

“Sujamos”, assim, no esforço de valorizar o que aprendemos dos autores estudados, o que nós próprios fomos construindo a partir de suas ferramentas, visando valorizar suas vozes em meio a nossa própria sinfonia, visando uma polifonia em que eles e nós desapareçamos como autores pessoais para que emerja, enfim, uma música que seja de todos e de ninguém. “Sujamos” como um pintor suja a tela branca, desejando que ao final das garatujas e rabiscos se apresente uma nova paisagem preta de possíveis. “Sujamos” para que os afetos, num devir língua, soltem-se das amarras pessoais e construam sua própria narrativa.

Antes de seguirmos, no entanto, queremos aqui precisar alguns conceitos, acordes em ritornelo constante, que muitas vezes se embaralham na expressividade, ora parecendo análogos, ora parecendo singulares, como palavras diferentes para dizer o mesmo. No ponto em que estamos já podemos diferenciá-los de forma genérica para os propósitos dessa tese:

- 1- Trabalho: será tomado por nós como forma de habitar um dos verbos da vida com o propósito de produzir algum valor de uso, independente de qualquer vinculação a um mercado formal. Trabalhar é criar mundos possíveis.

Pensamos que a definição de Marx ainda nos serve:

Antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo - braços e pernas, cabeça e mãos -, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhe forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza. Desenvolve as potencialidades nela adormecidas e submete ao seu domínio o jogo das forças naturais. (MARX, 2003, p.211).

Pensamos que esta definição de Marx, sem incluir nela ainda a relação com o Capital, vale como fórmula geral do homem engenhoso que não só habita o planeta, mas constrói um mundo no planeta para poder habitá-lo e, ao fazê-lo, é também modificado no processo.

- 2- Emprego: será tomado por nós sempre referenciado ao mercado formal de trabalho, com percepção de salário para isto. Por isto já dissemos no começo dessa tese que abunda trabalho no mundo, mas o emprego continua escasso e cada vez mais precarizado das mais diversas formas possíveis. Expropriar valores de uso e bens comuns e torna-los valores de troca e bens consumíveis tem sido o principal esforço do capitalismo atual.
- 3- Atividade: será tomada sempre no sentido ampliado de Clot e com a movimentação dos debates de valores de Schwartz, sendo para nós aqui também o real do trabalho, o trabalho vivo em ato, com sua dimensão de redes macros e micros, vale dizer: gênero, estilo e ECRP.
- 4- Corpo-Si: Conceito oriundo do pensamento de Schwartz e por nós referenciado na tríade viva que Clot (2006, p.98) entende como a unidade de análise da atividade: os conflitos oriundos de si mesmo, do objeto do trabalho e dos outros. No entanto, como o utilizaremos no desenrolar dessa narrativa, não se refere a nenhum destes termos isolados, mas a um complexo sinérgico de ação que toma corpo e processa a ação como inextricável rede de cooperação, expressividade e afetividade. Corpo-Si, para nós, é a atividade encarnada em sua heterogenética rede, a matéria do trabalho imaterial, resultado do agenciamento de enunciação e do agenciamento maquínico, a corporização da atividade, o Corpo Sem Órgãos do trabalho. Conceitos estes que vamos construindo aos poucos durante a narrativa.

Para encerrar esta passagem, falta ainda introduzir Deleuze e Guattari, da filosofia da diferença, e Blanchot, crítico literário, na qualidade de intercessores chaves dessa tese. No entanto, diferente dos nossos outros intercessores, eles são aqui considerados também tecedores dessa narrativa, atravessando-a de quando em quando para nos auxiliar nas catacreses que faremos e, portanto, optamos por melhor explicitar suas ferramentas no momento em que isto pareça mais proveitoso para nossos propósitos.

Porém, de certo, ao se narrar, essa narrativa convocará novos intercessores que, entre a trama e a urdidura, vão conosco tramando a tecedura desta tecelagem que, ao final, é escrita e orquestrada por si mesma como uma polifonia que só pode ter como autoria um Ninguém.

4. COMPOSIÇÕES COM A EXPERIÊNCIA OU PROCURANDO SINFONIAS POSSÍVEIS OU TENTANDO SINTONIA COM OS RUÍDOS: POTÊNCIAS E IMPOTÊNCIAS NO TRABALHO.

I. Peripécias de uma ré à revelia com a máquina burocrática ou o insurgir-se do ronco surdo das batalhas.

Certa manhã uma servidora pública, aos prantos, adentra a Divisão de Recursos Humanos de um hospital público e se dirige a mim, psicólogo do trabalho, alegando seu desejo de mudar de setor de atividade, já que não conseguia mais se manter no espaço de trabalho no qual atuava, por se sentir traída por toda a equipe e pela chefia.

Relatou que voltara de licença médica, pois esteve sentindo fortes dores pelo corpo, havendo suspeita de fibromialgia. Disse que o médico queria prolongar por mais tempo a licença, mas ela não aceitou, já que se aproximava um mês em que muitos gozavam férias em seu setor e, como se sentia um pouco melhor e com vistas a que tinha férias oficiais marcadas para dentro de um mês, daria para aguentar um pouco, pois assim não prejudicaria os colegas e o setor de trabalho.

Alega ter conversado com a chefia, quando da volta, informando-o de suas condições ainda complicadas, já que as dores não haviam sumido de todo, mas que resolvera voltar para não prejudicar a equipe, pois na falta ou licença de alguém eles têm que se revezar cobrindo o plantão. Indagada, explica que todos são plantonistas 24h, trabalhando uma vez por semana, sem complementação, acordada para ser dada em momentos de necessidade, quando houvesse falta de pessoal na equipe por algum motivo justificado.

Durante sua volta da licença médica, devido à falta de um dos plantonistas, a chefia tentou ligar para a mesma a fim de solicitar que ela cobrisse um plantão de domingo, uma vez que chegara a sua vez de realizar a cobertura. No entanto, segundo a mesma, havia trocado de telefone fixo e esquecer-se de fornecer o novo à

chefia. Como seu telefone móvel estava descarregado, não conseguiu ser contatada a tempo para a cobertura do plantão.

Retomando seu plantão normal, foi avisada sobre a tentativa de contato para a cobertura e que, como não conseguira cobrir, estava escalada para o domingo seguinte, uma vez que outra servidora entrara de licença médica.

Como entraria de férias na segunda feira seguinte, não tendo nenhuma previsão de cobertura de plantão, havia planejado viajar, inclusive a conselho médico, já havendo comprado passagem, não estando disponível para a cobertura. Alega ter tentado troca com toda a equipe, mas não conseguiu ninguém que fizesse o plantão, “como sempre, já que ninguém me substitui quando preciso, embora cubra muitas vezes plantão dos outros”. Assim, procurou o chefe e explicou o que estava acontecendo, dizendo que não cobriria, por ter passagem comprada e porque, como ele mesmo já sabia, sua volta fora para ajudar a equipe, pois ainda não se sentia bem.

Mesmo com a chefia lhe dizendo que a falta seria considerada grave, afirmou que não compareceria, pois precisava viajar e não perderia o dinheiro embolsado na passagem. Alega que discutiu a falta de solidariedade da equipe e que a chefia lhe havia dito, na ocasião, que ambos estavam errados, ela por ter adquirido passagem, quando sabia que poderia haver possibilidade de cobertura de plantão, e a equipe, por não se dispor a ajudá-la.

Relata ter ficado tão estressada, tentando contornar o problema e cobrir o plantão, que o seu estado de saúde se agravou, ela passou mal e precisou de nova licença médica. Com isto, nem cobriu o plantão, nem viajou por não estar em condições, estendendo-se a nova licença por um mês.

Diz que, durante a licença, soube que uma servidora da rotina havia sido deslocada para o plantão, ficando em seu lugar, para “dar uma mãozinha”, enquanto ela não regressava.

Enfim, quando retornou ao trabalho a chefia lhe informou que ela estava fora do plantão e que, inclusive, toda a equipe estava ressentida com ela. Mesmo

alegando estar doente, com atestado médico, a chefia se mostrou irredutível na decisão, uma vez que ela havia afirmado que não iria ao plantão de qualquer jeito.

Diz que seu caso foi julgado simplesmente como insubordinação, como afronta ao poder da chefia que, segundo ela, “está com muito poder nas mãos e não está sabendo administrar isto. O poder lhe subiu à cabeça e tem agido como se fosse Deus, tratando as pessoas de forma arrogante, prepotente e sem nenhuma consideração”.

Diz que, como tinha até então um ótimo relacionamento com a chefia, não entendia a situação pela qual estava passando, concluindo que devia ser por pressão de sua equipe, já que “não era uma pessoa considerada muito fácil, por questionar e não aceitar qualquer coisa”.

Acredita que sua saída foi planejada durante sua licença, já tendo até mesmo substituto para o seu lugar e, assim, diz “ter sido ré de um julgamento à revelia, sem possibilidade de defesa”, o que considera uma traição.

A servidora estava visivelmente mobilizada em seu relato. Seu sentimento de traição por todos e de falta de reconhecimento e de ingratidão pela chefia pareciam gerar uma intensa mágoa, que fazia com que ela acreditasse que a situação fosse irreversível, pois “eu me conheço, não seria mais capaz de trabalhar com aquelas pessoas”.

Relatou que a chefia lhe oferecera como alternativa o trabalho como diarista ou plantão de 12 horas. A servidora considerou uma atitude “cínica e perversa”, pois a chefia conhece suas dificuldades e sabe que seria impossível a mudança da estrutura em que já construíra sua vida pelos últimos 15 anos. Até mesmo o prazo para que se decidisse – 07 dias – lhe pareceu um deboche, “como mudar em uma semana a estrutura de toda uma vida?”.

Embora este caso possua vários meandros e tenha tido desdobramentos complexos, o pouco que aqui descortinamos permite entrever que há algo que, embora visível e palpável, até mesmo verbalizado insistentemente, não parece ser levado em conta pela forma com a qual se faz a gerência do trabalho, motivo de rodas de conversas

entre todos os protagonistas e especialmente de diálogo entre a chefia da servidora, a chefia da DRH e eu, psicólogo do trabalho responsável pelo atendimento da demanda.

Afirmando sua existência, diria que o invisibilizado corpo vivo concreto é corporizado pela angústia do trabalhador, a sua experiência sentida na carne, sua integridade vívida que não segmenta as formas de habitar os verbos da vida e, apesar de uma anulação imputada, insiste como o ronco surdo das batalhas contra aquilo que o desinveste e o des-existe.

Há intensa polarização entre vida no trabalho e vida fora do trabalho, como se aquilo que acontece àquele que executa a atividade nunca pudesse fazer parte da organização dos processos do trabalho. Oblitera-se ou nem se percebe que trabalhar, pensar, sentir, resistir, existir são intensidades que se atravessam sem conhecer fronteiras estanques, perpassando um único corpo que sempre afeta e é afetado em sua integridade de vivo e, como vivo, enfrenta adversidades que não são erros ou falhas, mas acidentes naturais de ‘uma vida’.

Adiantamos ainda que, neste caso, saiu derrotada a tentativa de trazer essa experiência para o centro da conversa, de colocá-la na roda e acompanhar seu bailado infrutífero por entre as malhas de ferro da estrutura fria em que se assenta o trabalho.

A servidora foi colocada à disposição com argumentos que, se racionais e aparentemente contundentes, mostram apenas uma política cognitiva entranhada nos modelos de gerência vertical, ainda hegemônica na saúde brasileira, a qual se incumbem de explicar de fora aquilo que só tem sentido nos meandros em que ocorre. Para ela, ao que parece, é vedado aos acontecimentos de ‘uma vida’ entrar no ambiente racional e asséptico da organização científica do trabalho.

Não que estes meandros sejam profundos, subjetivos, impalpáveis, diáfanos demais para a objetividade que se exige para coisas ‘sérias e científicas’, como o trabalho. Pois eles estão na superfície, nos objetos, na pele exposta e no peso concreto de um corpo que age, mas que, sem ter a máquina expressiva de uma linguagem hegemônica, passam despercebidos. Contudo são eles que nos permitem, na agonística entre disputas de sentidos, inquirir sobre a vitória rotineira do sentido de apenas um

mundo possível, aquele que está dado de antemão, antes de qualquer inquirição. Assim, “ter sido ré de um julgamento à revelia, sem possibilidade de defesa” é mesmo o que parece restar à experiência, conforme nos grita a trabalhadora.

Atuando quinze anos no mesmo setor, “não era uma pessoa considerada muito fácil, por questionar e não aceitar qualquer coisa”. Tendo marido e filhos pequenos, os preservava acima de tudo e, por isto, como adiantou, não aceitava qualquer troca de plantão, pois isto significava passar, em uma semana, 48 horas seguidas trabalhando e, às vezes, em dias consecutivos, devido à necessidade do setor e dado o arranjo estabelecido no trabalho. Assim, se não considerasse justo o motivo da troca, não aceitava, embora sempre tenha cumprido com a sua vez de ser plantonista, já que havia um ordenamento prévio a ser cumprido devido às não complementações requeridas ao horário oficial de trabalho.

Considerada de “personalidade forte”, ousava dizer o que pensava e, embora isto causasse certo atrito com a equipe, com a chefia facilitava, já que eram de “personalidades parecidas”.

Este modo de se colocar no mundo foi o que levou, conforme verbalizado, a gerência ao argumento de que a equipe se cansara no decorrer do tempo com esta “rigidez” e, não podendo mais, reagiu e se negou a continuar “suportando” a presença dela.

O fato de estar doente, mesmo com a apresentação dos atestados, foi considerado como uma vitimização no estopim acima, pois ela mesma havia dito que não cobriria o plantão. Importante dizer que, no caso, mesmo confessamente não se sentido em bom estado de saúde, ela cumpriria o plantão de sábado e domingo consecutivamente, trabalhando 48 horas seguidas e tendo passagem comprada para a manhã de segunda-feira, já que esta necessidade surgira porque outra servidora entrou em licença médica, o que não era mesmo previsível. E, como relatado, ela já tinha férias marcadas oficialmente.

Considerando-se o telefone móvel desligado, a não informação do novo número do telefone fixo, a forma de ser da servidora, a sua disposição de não cumprir o plantão,

ainda que com o atestado, venceu mesmo a conclusão de que ela havia “armado”. Ainda que a licença médica anterior, a volta dizendo não estar bem, confirmada pela chefia, e a posterior longa licença, com o estresse agravando a fibromialgia, confirmada no intercurso, levasse a certeza de que a mesma realmente não se encontrava em bom estado de saúde.

Sempre fácil encontrar evidências para uma forma monolítica de leitura do mundo, pois ainda que haja exceção, neste caso o agravamento do estado de saúde do trabalhador, ela é desqualificada por uma organização do trabalho que, na sua política abstração racional, mata aquilo que é vivo para poder fazer a gestão daquilo que se quer apenas como uma passiva inexistência de recursos humanos.

Pois, se há ‘armação’, como a querem evidente, por que não se questiona a obtenção do atestado médico? Sendo um caso evidente de pura corruptela entre parceiros da área de saúde, por que um gerente o deixaria sem denuncia e sem tomar providências? Sendo bastante irônico, no caso de um “erro médico” tão evidente, mata-se o “doente” para poupar o cuidador displicente?

Mas enfim, não são mesmo a história pregressa, o tipo de personalidade e as evidências que costumam levar ao diagnóstico? Nada a estranhar, portanto, no fechamento do caso. Ainda que doente, ela usara seu estado para se insubordinar contra uma situação de trabalho, o que exasperou a chefia e fez com que uma equipe, já cansada, se recusasse a colaborar.

Na prevalência de uma escuta diagnóstica, o corpo vivo integral não conta diante das evidências dos traços ditos propedêuticos, para os quais já há parâmetros científicos e, portanto, a ‘subjetividade’ e o ‘corpo vivo’ é apenas fator interveniente desnecessário e enganador. É “(um) a expropriação do corpo doente do doente. Este cede lugar àquilo que se poderia chamar o corpo doente do (modelo) médico, terreno onde se desenvolve a doença e o objeto do trabalho do (modelo) médico” (ANTUNES, 1991, p.103, acréscimos nosso entre parênteses).

Outra possibilidade para o caso, aquela que tentava sem conseguir trazer para o cenário, seria incluir o acontecimento, trazer o conflito para a roda de discussão. Ao

invés de buscar as evidências que tornaram a funcionária “ré” de um julgamento, do qual seu passado a condenava, como foi feito, por em conversa todos os envolvidos, escrutinar as mudanças ocorridas e que, como veremos, incomodava outros além da funcionária em questão, poderia ter dado outro desfecho ao caso.

Em que grau isto poderia ter contribuído para a análise dos processos de trabalho e de sua organização naquele setor? Que possíveis teria aberto para um acordo que vinha já tensionando as relações de trabalho, com muitos se sentindo incomodados? Ainda que houvesse, ao final, a saída da trabalhadora, esta não poderia ter sido feita com menos desgaste para todos, já que a saída silenciosa e sem discussão, além da mágoa causada à trabalhadora, fez com que a pressão localizada e encarnada em uma pessoa se difundisse por toda equipe, já que, seguido ao caso, nada menos que cinco pessoas manifestaram o desejo de sair do setor?

Todos estes possíveis desperdiçados diante de uma única e naturalizada maneira de gerenciar, que não toma em conta pessoas em sua dimensão de vivas e normativas, reduzindo-as a uma solapadora e castradora escravização maquínica, na qual o que conta é sua força de trabalho, não sua potência e afetividade de vivo.

Contra todas as evidências, minha pergunta de como isto levou 15 anos para se desarranjar provocou espanto da chefia imediata e da chefia da DRH. Porém, que tipo de coisa aconteceu para que o arranjo de 15 anos, ainda que tenso, não mais fosse possível? O que mudou nas relações de trabalho? O que mudou na relação com a chefia? Que tipos de novos esquemas foram propiciados para que a servidora não mais fosse necessária neles? Enfim, o que aconteceu de novo neste cenário repetitivo? O que se modificou na organização e nos processos de trabalho que excluíram de vez esta singularidade, até então fazendo parte do que estava constituído?

Como resposta, recebi de volta as evidências, parecendo confirmar que é impensável o trabalho e sua organização serem postos em análise. As idiosincrasias de um indivíduo, já com problemas de relacionamento que ‘evidenciam’ uma desadaptação ao mundo ordenado e racional, venceram. Nem mesmo a questão do gênero foi levada em conta, ainda que todos saibam que em nossa sociedade recaia sobre a mulher maciçamente o cuidado com a família. Afinal, se uma máquina dá pane é por problema

da maquinaria ou do mau uso dela pelo operador e não pela organização do trabalho. Neste mundo em que ferramental e humanos são vistos como recursos, em caso de problemas, substitui-se o recurso por outro considerado mais produtivo e de melhor qualidade.

A perspectiva de uma linearidade histórica evolutiva escamoteia o fator irruptor de uma nova ordem. Nada é novo, tudo se repete e se acumula, há uma continuidade linear que não quer ver que algo atravessa e desvia o repetitivo e atua como um diferenciante, algo que nomearia acontecimento e que não segue a linearidade da história, mas a irrompe e a desvia de seu curso, em outra história dentro da história. Mas o acontecimento parece mesmo ser deixado de lado no mundo da organização científica do trabalho, embora irrompa nos seus interstícios como a cantilena de uma maquinação outra que insiste em não ser esquecida.

O que importa é que, ainda que seja força reativa, mesmo podendo ser fruto do ressentimento da servidora, que pode ou não ter se utilizado da situação, uma série de questionamentos, de denúncias, de críticas à forma de organização do trabalho e de seus efeitos sobre aquele que o opera foram trazidas à superfície. Ao colocar em xeque um ordenamento que se faz muito mais por des-ordem, por negociações entre as pessoas da equipe, por projetos e políticas micros em disputas, próprios daquilo que se experimenta, que acontece, que é vivido, desnudam o rei ordenado. A precariedade ou mesmo inexistência do que o reveste são assim expostas.

Simples e ousadas como só as crianças podem ser, queremos aqui escrutinar a nudez do rei. “O rei está nu”! Concomitante ao seu reino ordenadamente vestido outro “rei-nu” se insinua, um outro mundo é possível!

Não é minimamente possível separar vida no trabalho e vida fora do trabalho, porque aquele que trabalha vive e aquele que vive trabalha e a vida deste vivente não conhece compartimentos estanques, mas afeta e é afetada em todas as suas atividades, inclusive laborais, por um complexo de relações que se atravessam sem conhecer fronteiras.

Partimos aqui da convicção de que o trabalho não é neutro, mas surte efeitos naquele e sofre efeitos daquele que se põe em atividade, podendo ser uma fonte de fortalecimento da potência de vida, num movimento pró-saúde, mas podendo, também, se transformar em fator deletério desta mesma saúde, gerando desgaste, sofrimento e doença, dependendo de como se faz a cogestão e autogestão da vida no espaço de trabalho (SANTOS-FILHO; BARROS, 2007).

No caso da trabalhadora havia um complexo de relações estabelecidas com a equipe e a chefia, de acordos firmados a cumprir e que, se feito certamente entre as pessoas que ali trabalhavam, formava um ‘corpo’ a parte que exigia o lidar com os imprevistos. Constituía uma ECRP, nos moldes de Schwartz, porque era uma ‘entidade’ que intermediava a ação de todos, exigindo regulagens finas que nem sempre estavam de acordo com os desejos de cada um.

Neste sentido era coletiva porque ultrapassava aquilo que cada um faria por si mesmo diante das circunstâncias, exigindo o enfrentamento de um complexo de relações em negociação constante, para manter o funcionamento do setor. Relativas porque sempre mutáveis e em rearranjo diante dos acontecimentos, porém pertinentes, porque permitiam que o trabalho fosse levado a contento e o setor cumprisse sua função conforme esperado, com as situações imprevistas sendo enfrentadas a contento.

Porém, esta é uma maneira de analisarmos ainda colada no conceito de ECRP segundo Schwartz, nossa caixa de ferramentas hibridizada já nos permite antropofagias catacréticas.

Apostamos nas forças livres no trabalho e entendemos que este é posto em movimento pelo *General Intellect* que, a despeito do nome, envolve uma sinergia de cooperação, expressividade e afetividade inseparáveis. Portanto, este ‘*intellect*’ não pode ser entendido como uma racionalidade genérica, síntese das racionalidades individuais num todo de organização racional otimizada, apesar do ‘*general*’. E, portanto, não nos importa aqui ficarmos apenas no nível da funcionalidade da atividade, porque a ECRP, como a formulamos, vai muito além dela.

Sendo a normatividade um distintivo do vivo, como afirma Canguilhem, não há possibilidade de saúde ou de potência, a não ser tornando o trabalho vivível e vívido. O trabalhador não só se sujeita às normas, mas é também normativo.

Envolto em meio às “dramáticas do uso de si por si e uso de si pelos outros”, ele é tomado por “debates de valores” com os quais têm de negociar (cogestão) e tomar uma decisão em meio a isto (autogestão). Assim, não é difícil entender que a complexidade sinérgica da qual faz parte, a rede de trabalho, não é arquitetada por ninguém em si, um arquitoorganizador encarnado e, portanto, não é construída para alguma coisa, mas se constrói, se engendra, se orchestra em meio a alguma coisa que acontece e que só pode ser equacionada por uma construção em rede. Um Corpo-Si do trabalho.

Ora, a funcionalidade é um contra efeito desta máquina noopolítica (Lazzarato) que se processa por meio de agenciamentos coletivos de enunciação e agenciamentos maquínicos dos corpos (Deleuze e Guattari). Ou seja, não é para ser funcional que a rede se articula, ela o faz porque, sendo uma máquina expressiva, ela só pode funcionar em meio à maquina dos corpos em movimento e tendo por partitura o intelecto coletivo, mais que geral (Neves) ou público (Virno).

A contaminação à distância dos cérebros (Lazzarato; Tarde), o intensivo trabalho de cooperação, expressividade e afetividade que toma corpo através do trabalho vivo em ato - queremos entender, a atividade ampliada descrita por Clot, isto que poderíamos descrever como uma tecnologia leve (Merhy) tomando competência, produzindo competência, sem que se possa separar produção de valores de uso e produção de subjetividade (Campos) - não é comandado por nenhum maestro pessoal externo ou interno à produção, ou melhor, não tem um arquiteto em sua origem.

Porém, como Lazzarato (2006, p.86) adverte, as relações de poder hoje se exercem sobre a contaminação à distância entre os cérebros, atuando sobre a atenção para controlar a memória e sua potência virtual. Dizemos, então, que a funcionalidade é um contra efeito da ECRP porque, neste movimento, ela faz funcionar a usinagem da produção de riquezas e de mais-valia sendo, então, conduzida a se manter sobre esta

axiomática, apenas como máquina de produzir, sem levar as forças livres que a compõem para construções que ameacem o sistema capitalista.

Contudo, ainda assim, há uma multiplicidade em movimento vivo que não se encarna, não existe em algum lugar de planejamento estratégico, mas insiste como um extracorpo em meio à maquinação dos corpos acoplada com agenciamentos de enunciação.

Um estranhíssimo acontecimento em que cópula, gozo e dor, gestação e parto acontecem todos ao mesmo tempo, numa heterogênese completamente indeterminada e que, contudo, determina um trabalho, um trabalhador e um fruto do trabalho que não é um produto, um trabalho morto que possa doravante ser consumido como tal, mas um bem comum que imediatamente entra no circuito produtivo como um produto ainda a ser produzido, nunca concluso, nunca obra. Um desobramento de uma obra sempre aberta (Blanchot) que nunca começou e nunca se concluirá, como a vida, como o desejo engendrador de mundos, como a normatividade do vivo (Canguilhem).

Mas essa é a tese que se quer defender e que aqui emerge intempestivamente em meio ao seu caminho em construção. A narrativa se narra... Necessária emergência, embora abrupta, para que, ainda que nas névoas que antecedem o amanhecer da luz, possamos continuar. Retomemos então o fio da meada...

A funcionalidade é, então, um contra efeito de uma ação que não a visa de imediato, mas que produz algo que é esperado e valorizado por aqueles que contratam o trabalhador. Sejam mais claros, a funcionalidade de uma ECRP é ao mesmo tempo força e fraqueza das forças livres. Força porque produz um mundo novo através de um ato criativo que explode o esperado por todos os lados; fraqueza porque se engata num modo de produção que se quer sempre o mesmo e cada vez mais produtivo, controlando-a para que seu ato criativo restrinja-se a produzir valores de uso, mas não ampliação de seu poder de agir sobre o processo que põem em marcha, vale dizer, sobre a ampliação da sua potência de viver e fazer parte decisiva do mundo que constrói junto com os valores de uso.

Separando e dicotomizando produção de valores de uso e produção de subjetividades autônomas, as formas de organização do trabalho vieram, através dos tempos, expropriando as forças criativas do *General Intellect*. Esta a grande falácia da separação entre o mundo do trabalho e o mundo da vida, o engodo exitoso da Organização Científica do Trabalho da qual não nos livramos até hoje, mas, pelas portas dos fundos, também a pedra de tropeço do capitalismo que, controlando, nunca domou a vida; que inventando a força de trabalho livre não contava com a liberdade da força de trabalho. O que era para ser apenas formal se realizou na história, se fez história, como diz Negri (2005), o proletário, a pobreza é a verdadeira construtora do mundo.

Todo este preâmbulo nos serviu e ainda nos servirá para uma antropofagia de conceitos, pois ele abre o campo para explicitar o que aqui consideramos a potência do conceito de ECRP no campo do trabalho, conforme a nossa catacrese.

A ECRP, afirmamos, é uma ‘entidade’ sim, mas como o próprio inventor (SCHWARTZ; DURRIVE, 2010: p. 149), também não gostamos deste nome. Portanto, ousaremos dizer que ela é um corpo, encarnando de vez esta entidade na terra. Mas que corpo?

Um corpo coletivo, seguindo o conceito de Schwartz. Ora, como poderá um corpo coletivo estar encarnado na terra? Se já apostamos aqui que ela é uma multiplicidade e todos os corpos são individuais, como ultrapassar esta aporia?

Este esforço de argumentação já foi feito e nos ajuda a avançar nesta catacrese. “Toda coisa é uma sociedade” (TARDE, 2003, p. 49). Portanto, se o corpo é coisa, é também uma sociedade. Lazzarato desenvolve esta formulação de maneira bem análoga ao que já fizemos aqui com a ECRP:

“Cada coisa é uma sociedade (mesmo a menor célula é uma “fábrica”) quer dizer que o mundo não é feito de objetos e de sujeitos, mas de um tecido de relações (física, vitais, sociais) que se combinam de acordo com as hierarquias constituídas pela captura de uma infinidade de outros indivíduos (mônadas físicas, vitais ou humanas) (...).

(...) Assim, Tarde descobre na mônada a ideia de uma multiplicidade de relações que não dependem nem do sujeito nem do objeto, mas que os constituem, que os geram, que os fazem emergir (LAZZARATO, 2006, p. 29-30).

Henri Bergson, também explanando sobre esta formulação, nos fornece elementos preciosos de argumentação:

Eis o que Tarde coloca no fundo da realidade: elementos análogos, em certos aspectos, às mônadas de Leibniz, mas, diferentemente das mônadas leibnizianas, capazes de se modificar umas às outras. Diversas desde o início, elas acentuam incessantemente a diversidade, graças à ação que exerce sobre elas seu entorno, graças à ação que exercem sobre si mesmas. Elas compõem assim uma sociedade em que cada uma desenvolve sua própria individualidade, e, por uma espécie de radiação, a individualidade dos outros. Elas formam um universo ao qual o jogo cada vez mais variado das iniciativas, que entram cada vez melhor num acordo mútuo, confere cada vez mais o aspecto de uma obra de arte (TARDE: 2003, p. 108)¹⁷.

E para o âmbito do foco dessa narrativa, nada mais oportuno que ler o próprio Tarde:

O que significa, em nosso ponto de vista, esta grande verdade: que toda atividade psíquica está ligada ao funcionamento de um aparelho corporal? Ela se refere a esta: que, em uma sociedade, nenhum indivíduo pode agir socialmente, não pode revelar-se de nenhuma forma, sem a colaboração de um grande número de outros indivíduos, na maioria das vezes ignorados pelo primeiro. Os trabalhadores obscuros (que através da acumulação de pequenos fatos preparam o surgimento de uma grande teoria científica formulada por um Newton, um Cuvier, um Darwin), compõem, de certa forma, o organismo do qual o gênio é a alma; e os seus trabalhos são as vibrações cerebrais das quais esta teoria é a consciência. Consciência quer dizer, de certa forma, *glória cerebral* do elemento mais influente e mais potente do cérebro. Sozinha, portanto, uma mônada não pode nada. É este o fato capital, ele serve para explicar imediatamente outro: *a tendência das mônadas a juntarem-se...* Observemos, aliás, que os trabalhadores obscuros, dos quais acabo de falar, podem ter tanto ou mais mérito, erudição, força de

¹⁷ Esta citação faz parte do Posfácio do livro de Gabriel Tarde com a seguinte nota do tradutor: "Prefácio de Henri Bergson à edição de homenagem, publicada logo após a morte do amigo Gabriel Tarde no ano de 1904, contendo uma introdução e trechos escolhidos de suas obras por seus filhos, publicado pela Ed. Louis-Michaud, Paris, em 1904" (TARDE, 2003, p. 107).

pensamento, do que os gloriosos beneficiários de seus trabalhos... (TARDE, 2003, p.58-59 – grifos mantidos do próprio autor).

Os trabalhadores obscuros que, no dizer de Tarde, compõem a genialidade do cérebro que desenvolve uma teoria científica, são aqueles mesmo que perpetram as atividades e também as grandes transformações do mundo do trabalho. Não como indivíduos isolados, afinal sozinha uma mônada não pode nada, mas como um corpo coletivo. O que também reforça nossa tese de que são as atividades de trabalho que se modulando primeiro, pouco a pouco, obrigam a política de organização do trabalho a também se modular.

Coletivo que mais que uma sociedade, queremos entender como um agregado de pontos vibráteis em complexa rede de comunicação intensiva transpessoal (as singularidades), porque atravessa e faz atravessar todos os pontos do circuito, em todas as direções possíveis, indo e vindo sem parar, como verdadeiros vetores livres, arrastando as singularidades no limite de outras singularidades que, capazes de afecção, agem e sofrem ao mesmo tempo esta multipertinência de lugares/tempos que se atravessam, engendrando um comum que, ao final, não é de ninguém sendo de todos. Um corpo não orgânico, não organizado, no qual escorrem ou se fixam, de maneira que não se pode determinar, engendros maquínicos capazes de infinitas maquinações.

Coletivo de multiplicidades livres vibrando em ressonância com o ir e vir de singularidades que, também vibrantes e livres, afetam e são afetadas por estas multiplicidades. De certa forma, singularizando as multiplicidades em agregados capazes de individuações temporárias e, ao mesmo tempo, tornando todas as singularidades um agregado de ressonâncias múltiplas capazes de se agenciarem e formarem novos agregados.

Portanto, coletivo sempre e nunca concluído comum, comum que jamais se torna O comum, porque este O comum já seria fruto de uma estratificação relativa que, diante das infidelidades do meio e da normatividade do vivo, só poderá estar em vias de se concluir, num acordo possível, numa comunidade sempre por vir. Um corpo, portanto, que não tem órgãos, mas limiares e níveis, atualizando as formas ao mesmo tempo em

que as destrói com sua multivariabilidade incessante. Não poderíamos dizer um Corpo Sem Órgãos do trabalho, seguindo Deleuze e Guattari (1972)?

Queremos assim entender, pois apostamos que trabalhar passa a ser produção e produto ao mesmo tempo, produção de produção (DELEUZE; GUATTARI,1972) orquestrada por uma máquina desejante capaz de ordenar mundos possíveis e impossíveis, nas quais a cooperação, a expressividade e a afetividade compõem em conjunto uma ação produtiva em tudo comum, na esteira de multiplicidades e singularidades em tudo intercambiáveis.

Então, Entidade Coletiva Relativamente Pertinente não só por ser uma relação para sempre multivetoriada em muitas direções, não podendo se fixar de uma vez por todas sem prejuízo para aqueles que trabalham, que se veriam sem meios de dar conta das variabilidades, mas porque a própria pertinência da ação está ela mesma variando incessantemente, respondendo aos possíveis do momento, num ordenamento feito muito mais por uma des-ordem constante que procura tornar vivível o que de outro jeito seria mortificação, aprisionamento da vida nas formas mortíferas que tentam reterritorializar num único mundo ordenado possível àquilo que só funciona se desarranjando a todo instante.

Desta forma, e trataremos disto mais a frente, a atividade só é possível como nomadismo, criando um fora do trabalho, um extracorpo imaterial, porém real, como o são todas as redes sociais que conhecemos hoje em dia, exponencialmente ampliadas pelos avanços eletrônicos. Contudo, diferente de tais redes sociais eletrônicas, aqui se trata de uma rede viva, do virtuosismo de um intelecto coletivo atual e atualizado a todo instante, um intelecto público que passa a ser a partitura da usinagem da produção de riquezas, como afirma Virno (2013).

Ampliada assim, a ECRP abre um campo de intervenção potente para explorarmos novas formas de gestão e de produção de valores de uso junto aos trabalhadores, tendo como diretriz aquilo que Campos denomina fator Paidéia, ou seja, a formação em trabalho que fomente a ampliação do poder de agir, como em Clot, utilizando a experiência como forma de experiencição de novas experiências cogeridas.

Assim, buscaremos a ampliação da construção de comum, numa cogestão/autogestão corresponsável e, por isto, mais autônoma porque decidida num plano aonde heteronomia e autonomia não mais se separam, mas são superfícies inseparáveis da mesma experiência que as funda, possibilitando escolher a escolha que permita linhas de fuga dos padrões pré-determinados e formatados, que só repetem e consolidam o instituído como a naturalização de um mundo já dado de uma vez por todas.

Transformando assim o conceito de Schwartz, para maior clareza desta catacrese, penso que seria pertinente alterar seu nome, a fim de que não se confunda aqui o que é próprio do conceito em Schwartz e o que é relativo ao que desenvolvemos nessa tese. Assim, para mantermos a fonte que nos inspirou, vamos alterar para Corpo Comum Relativamente Pertinente (CCRP) o conceito passado por nossa ampliação.

Feita esta longa explicação, voltemos agora à trabalhadora que se intitulou “ré à revelia”, com a qual abrimos este capítulo, para então encarnarmos esta discussão. Interessa-nos, aqui, afirmar como o CCRP assim ampliado desvela um atuar das forças livres que é alternativa, na medida em que pode escolher a escolha, na construção cogeriada e corresponsável.

Porém, pelo alto grau de desterritorialização, o CCRP também corre o sério risco de sucumbir nas malhas de uma reterritorialização violenta, extratora de sua potência criativa. Potência inventiva que é então deslocada para uma repetição em que nada pode ser modificado, porque nada acontece. Tudo já está previsto ou interdito de imediato entre escolhas fabricadas de antemão, em alternativas que nada alternam.

O afastamento da trabalhadora devido à licença médica ocorreu em um momento em que diversas transformações se operavam no setor. A entrada de novos técnicos, a ascensão da chefia que passou a acumular a coordenação da Divisão, além da do Setor, a fusão de vários setores da mesma área, que deixaram de funcionar fragmentados, certamente tiveram efeitos sobre as relações que ali se desenvolviam. É como se, fora do setor, a trabalhadora não tivesse tempo para participar da nova articulação coletiva,

sendo construída um novo CCRP ao qual ela respondia em defasagem com as novas circunstâncias trazidas pelos acontecimentos ocorridos em sua ausência.

Mas, certamente, não foi nem o seu ‘tipo de personalidade’, nem o ‘seu problema pessoal’ que determinaram que o arranjo de 15 anos, ainda que tenso, não mais funcionasse. É que a complexa rede de relações tornou o antigo esquema não mais pertinente, precisando de novas negociações, novos debates de valores e novos arranjos de funcionamento que enfrentassem o novo problema.

No caso específico, a situação exigia um rearranjo da pertinência, relativo às novas situações que se apresentaram, desencadeadas pelo que acontecera a um membro da equipe. O que as forças livres poderiam ter enfrentado em sua potência inventiva foi, contudo, sequestrado por um padrão normatizador que se sobrepôs ao CCRP. Foi a funcionalidade que venceu, impedindo a construção coletiva que, então, sofreu um severo desarranjo. A trabalhadora foi excluída sem discussão com a equipe e, seguidamente, outros cinco membros manifestaram o desejo de sair do setor. Como diz Virno:

Para resumir ao extremo, minha tese, em ajustada síntese, é esta: se a publicidade do intelecto não se inscreve em uma esfera pública, em um espaço político no qual os muitos possam se ocupar dos assuntos comuns, produzir-se-ão efeitos aterradores. Uma *publicidade sem esfera pública*: eis ali a vertente negativa – o mal, se assim se quer – da experiência da multidão...

O *General Intellect*, ou intelecto público, se não se faz *república*, esfera pública, comunidade política, multiplica demencialmente as formas de submissão... Esse *compartilhar* preliminar, por um lado, caracteriza aos “muitos” enquanto “muitos”, a multidão; por outro, é a mesma base da produção atual. O *compartilhar*, enquanto pré-requisito técnico, opõe-se à *divisão* do trabalho, a contradiz, a faz desmoronar. Isto não significa, naturalmente, que o trabalho já não esteja subdividido, parcializado, etc.; significa que a segmentação do âmbito do trabalho já não responde a critérios objetivos, “técnicos”, mas, que é explicitamente arbitrária, reversível, cambiante. Para o capital, o que conta verdadeiramente é a unificação originária do dote linguístico-cognitivo, já que é isso o que garante a velocidade da reação frente às inovações, a adaptabilidade, etc. Mas é evidente que essa unificação dos dotes genéricos cognitivos e linguísticos no interior do processo de produção real, não se faz esfera pública, não se faz comunidade política, princípio constitucional...

A publicidade do intelecto, sua situação de compartilhada, se por um lado dinamiza a rígida área da divisão do trabalho, por outro, fomenta a *dependência pessoal*. *General Intellect*, fim da divisão do trabalho, dependência pessoal: os três aspectos estão correlacionados. A publicidade do intelecto, ali onde não se articula em uma esfera pública se traduz em uma *proliferação descontrolada das hierarquias*, tão infundada como poderosa. A dependência é *pessoal* em duplo sentido: no trabalho se depende da pessoa

para isso ou aquilo, não desde regras dotadas de poder coercitivo anônimo; além disso, intenta-se fazer submissa à totalidade da pessoa, as suas atitudes comunicativas e cognitivas básicas. Hierarquias proliferantes, minuciosas, personalizadas: eis ali a contrapartida negativa da publicidade/unificação do intelecto. A multidão, repetimos, é um modo de ser ambivalente (VIRNO, 2013, p. 24-25, grifos e aspas do próprio autor).

Não tomar a sério o tempo de construção/reconstrução coletiva frente aos acontecimentos, como enfatiza Yves Clot, leva à deterioração da ação, a incapacidade mesmo de trabalhar, causando sofrimento psíquico naquele que desenvolve a atividade. A relação da trabalhadora com o seu setor de trabalho, quando da volta da licença, demonstra isto com toda a sua pujança. Pega no rearranjo necessário às novas circunstâncias, sem tempo para participar da elaboração coletiva do processo, se perdeu em meio à ação. Repetimos, não por um problema que lhe dizia respeito individualmente, mas porque nenhum cuidado fora tomado para a sua reinserção.

A tensão causada por sua volta exigia uma reorquestração coletiva, porém, dada sua história pessoal, foi tomada como uma reincidência em um tipo de comportamento que já não cabia mais. Porém, esta a ironia, a tensão era nova, resultante dos novos arranjos de relacionamentos e não uma repetição do mesmo, muito menos uma insubordinação aos graus hierárquicos de poder naquela organização, já que adoecer é um incidente da vida.

Os acontecimentos como fatores diferenciadores, por não serem levados em consideração como tais, levaram a trabalhadora à sofrida percepção de “ser ré de um julgamento à revelia”, com as coisas tendo sido decididas pelas suas costas, daí o intenso sentimento de traição dela por parte da equipe e da chefia. Dificultar ou impedir o trabalho de gestão coletiva desarranja o trabalho, causando desconforto e dor para todos que o desenvolvem.

Porque insistimos que a situação apresentada pela trabalhadora constituiu um acontecimento e que, por não ter sido levada em conta a dimensão acontecimental, se desarranjou toda a sinergia daquele CCRP que se manteve por quinze anos, certamente se reconstruindo de algum jeito, mas cuja pertinência desta última vez não foi relativa o suficiente para responder em ato ao problema apresentado, capturando as forças

criativas em meros arranjos funcionais que, pelo ponto de vista da trabalhadora, não ofereciam nenhuma escolha?

Porque o problema emergente foi rebatido, devido ao modelo de gestão de pessoas em curso, sobre as idiosincrasias da trabalhadora frente ao seu adoecimento, baseando-se em uma história linear, tendo por base o passado. Porém, num outro modelo de gestão, aquele que aqui denominamos com pessoas, o desarranjo nos esquemas de trabalho que ali estavam em curso, portanto acontecendo independente da doença da trabalhadora, poderia ter sido percebido como excluindo daquele Corpo Comum Relativamente Pertinente um dos seus vetores que, por assim dizer, esteve fora do novo arranjo.

O que eu tentava incluir na roda de conversa, sem êxito, com a perspectiva de avançar na potência de análise do grupo, era que o que se passa, aquilo que acontece, compõe um certo modo de trabalhar que determina as formas de entendimento do funcionamento em equipe, direcionando a análise para uma determinada direção que, contudo, não é a única possível. As formas de trabalhar não são imutáveis.

Assim, frente ao modelo de gestão instituído, é como se um ponto vibrátil daquela complexa rede não mais conseguisse ressonância, como se todas as suas ricas conexões fossem remetidas a apenas uma vibração possível, a de ter traído a rede por individualizar-se, por ter se tornado um corpo doente que utilizou sua doença como insubordinação, por ter ousado utilizar sua força livre como força livre e problematizar aquilo que, por axiomática da Organização Científica do Trabalho, não deve ser questionado: a ordem asséptica do ordenamento do trabalho que exclui dela qualquer preocupação com o vivo que labora, inclusive sua saúde.

Desfez-se assim a potência de um CCRP quando um de seus vetores, força livre, foi encarado como uma espécie de vírus, conturbando todo o funcionamento por questioná-lo, por analisa-lo, por trazer suas tensões para a cena, demonstrando, enfim, que toda organização é frágil e que pode ser modificada. Ousadia demais!

Assim, o que era força numa rede viva, foi transformado em corpo resistente e ameaçador, sendo fácil entender porque, enfim, tudo foi remetido a sua maneira

‘natural’ de ser. A traição sentida, o julgamento à revelia denunciado pode ser entendido como um rugir de uma máquina desejante frente a seu enquadramento em um problema para o qual a solução já estava previamente determinada antes de qualquer possibilidade de defesa. Era um grito de um silenciado à força.

Todo o esforço de reconduzir a discussão para uma análise mais ampliada da situação, envolvendo aquele corpo coletivo, considerando nele a trabalhadora, foi inútil. Tentando fazer ver que a personalidade e a doença da trabalhadora estavam sendo tomados como falsos problemas, que algo irrompera colocando em análise a pertinência do CCRP, tudo foi reduzido ao fundo da insubordinação no trabalho e de uma forma individualizada de se comportar que não era mais tolerada por ninguém. Daí minha questão analisadora desse modo de trabalhar: como isto levou 15 anos para se desfazer? Por que agora?

A servidora foi transferida para outra unidade da organização, a única solução que seria aceita para o ordenamento racional do trabalho. O Corpo Sem Órgãos do trabalho reduzido a um corpo orgânico em avaria. Se uma peça da máquina de produzir não funciona mais, substitui-se ela por outro recurso mais adequado. Como se tudo não passasse de substituição de uma peça por outra, como se a produção fosse feita por meras máquinas sem vida.

No entanto, se aparentemente minha questão analisadora não surtiu efeito nenhum sobre o desfecho do caso da ‘ré à revelia’, o fato de cinco integrantes de o setor solicitarem a saída logo em seguida, reforçando as ‘denúncias’ da trabalhadora, pode ser um indicativo de que algo fissurara o bloco monolítico daquele modelo silenciador de gestão. O ronco surdo das batalhas ainda insistia para além e aquém do caso ‘solucionado’.

Importante ressaltar, então, que a intervenção como apostamos aqui não visa à solução de um problema, com apaziguamento das tensões, mas, ao contrário, à abertura de problematizações. Inspirados em Bergson, diríamos de uma aposta que convoca a formulação de problemas que incitem o tensionamento das diferenças, buscando um novo arranjo comum que faça avançar a análise e a potência criativa da equipe, para

além dos falsos problemas que, quase sempre, remetem para a continuidade do *status quo*, solapando o protagonismo dos envolvidos.

Tenha sido ou não efeito da intervenção, o alvo foi alcançado, algum movimento foi disparado e, minimamente, abriu possíveis de questionamentos onde o silêncio reinava. Indagamos se a dimensão coletiva do trabalho, hipervalorizada na atualidade com a exigência de flexibilidade e incorporação da empresa, porém não reconhecida nos desarranjos, principalmente quando as forças livres se voltam contra a gestão do trabalho, poderia sustentar seu movimento dali para frente. Não sabemos ao certo, porém as sementes estavam lançadas, somente o tempo poderá dizer se haverá algum e mesmo que tipo de fruto no futuro.

Neste caso, como vimos, ignorando-se a dimensão pública do intelecto coletivo, como diz Virno, a busca rápida de uma solução para o conflito passou pela redução do problema ao antagonismo entre formas hierárquicas e individualizações do que é sempre coletivo. E, assim, a uma busca rápida da extirpação ‘do mal’ para que a ordem ‘do bem’ voltasse ao seu equilíbrio tanático, no qual se mata o vivo para que o sistema continue funcionando no seu equilíbrio imperturbável e, portanto, mortífero e tedioso.

Com base em minhas experiências, esta poderia ser uma proposição geral: quando se individualiza, pessoalizando, os conflitos inerentes às situações de trabalho, começam a ser postas em prática formas de captura das forças livres que exercem suas atividades sempre de forma coletiva.

O que dá errado não é menos coletivo do que o que dá certo. Os erros, as falhas, os conflitos, as crises no trabalho são também coletivos, fazem parte das atividades. Lembremos com Clot:

As atividades suspensas, contrariadas ou impedidas, e mesmo as contra-atividades, devem ser admitidas na análise assim como as atividades improvisadas ou antecipadas. A atividade removida, oculta ou paralisada não está ausente da vida do trabalho. A inatividade imposta – ou aquela que o trabalhador se impõe – pesa com todo o seu peso na atividade concreta. Pretender deixar estas coisas de lado em análise do trabalho significa extrair

artificialmente daqueles que trabalham os conflitos vitais dos quais eles buscam “se livrar” no real (CLOT, 2001, p.6).

No caso da ‘ré a revelia’, o corpo comum, por alguma circunstância, não foi capaz de responder em ato ao imprevisto que se apresentou. Era necessário, então, por a situação em análise, trabalhando-a de forma coletiva, para que um novo arranjo pudesse ser consolidado de forma mais pertinente. Porém, se a funcionalidade do setor venceu e sobrepujou a construção coletiva desta vez, ainda assim, o corpo comum está presente ali e em algum momento saberá reativar a máquina de guerra.

Culpar alguém, principalmente os que estão na linha de ponta, quase sempre ‘se virando’ para fazer o que deve ser feito, a despeito das condições e da organização do trabalho, é a face cruel da violência das organizações se desresponsabilizando de seu dever de cuidar daqueles que trabalham.

Porém, no caso analisado, a solução rápida para eliminação da tensão não favoreceu o equilíbrio mortífero. Estão corretos Schwartz e Clot: desfeito um arranjo coletivo é mesmo necessário fornecer tempo suficiente para outro arranjo possível, do contrário o trabalho se degrada.

Após a saída da servidora, cinco trabalhadores do mesmo setor, seguidamente e em pouco tempo, realizaram demandas à DRH, a maioria insatisfeitos com a forma como o trabalho estava organizado e desejando sair do setor. Este ritornelo intenso, com as mesmas queixas retornando na fala de todos, mostrava uma fissura no instituído, um desejo de ultrapassar o intolerável, várias vezes frustrado, que nos permite afirmar categoricamente que singular e coletivo são indissociáveis e que o descaso com um deles é gerador de conflitos que, mais do que uma solução, exige a problematização do que está constituído como único mundo possível.

Não é de se estranhar, portanto, que todos os outros cinco casos fossem tratados também como problemas individuais, sem relação com o da ‘ré à revelia’, se entendermos que isto faz parte do show da máquina burocrática mortífera que, como em Kafka (1999), dá corpo a um processo infinito em que não se sabe o porquê se caiu nele e nem se participa das decisões do julgamento, no qual a única certeza é a de que se está

condenado antes mesmo do processo ser disparado. Cínico e cruel tentáculo de uma máquina que engendra o medo e desestimula a autonomia.

Diríamos com Rolnik (2004), fabricação de subjetividades seduzidas a se integrarem naquilo do qual nunca se consegue participar completamente, no anseio de ‘subjetividades luxo’ flertando com a sempre possibilidade de se transformar naquilo em que já se é desde o começo, ‘subjetividades lixo’.

Como no processo de Kafka, não há nenhuma possibilidade de ascensão do lugar de culpado e banido, apenas uma promessa de que se pode chegar a uma promoção por algum meio, sempre interdito, mas que seduz e mantém o esforço de ‘patinar na merda’, na ilusão de um movimento que não nos retira dela, nem perfuma o que não pode ser perfumado, mas apenas nos estimula a pensar e sentir que se estamos nela é por nossa única responsabilidade, porque não alcançamos a competência requerida.

Quão diferente poderia ter sido o desfecho da situação, se houvesse abertura para a escuta da dimensão coletiva da atividade. Certamente seria difícil reduzir o acontecimento a uma questão pessoal e particular, tomando a situação como um analisador do que naquele dado setor de atividade estava em transformação. Possibilidade desperdiçada de reconstrução coletiva dos protocolos, de reorientação dos processos de trabalho em prol do aumento de potência daqueles que formavam um CCRP que, deixado de lado, manifestou seus efeitos.

Porque a dimensão do acontecimento não foi experimentada como tal, como uma irrupção de algo novo que exigia reavaliação dos processos de trabalho, criou-se um clima de desconfiança mútua, com a situação sendo pessoalizada por todos os lados. A orientação para a busca de culpados e de uma solução para que o equilíbrio fosse restabelecido preponderou, quando o que se exigia era a problematização através do enfrentamento dos conflitos.

Assim, podemos afirmar que o trabalho se processa por relações de forças em negociação constante, escolhas entre modos de atuar e de se comportar enquanto atua e criação de estratégias para viabilizar uma ação ao mesmo tempo singular e coletiva.

Ainda que possa ser entendido como uma atividade sujeitada, no sentido econômico, o que no trabalho se processa vai além de uma venda de força de trabalho. O complexo político/ético/estético indissociável que movimenta a atividade laboral infiltra nesta um valor de uso, desmedido em relação ao equivalente universal.

Sendo através do enfrentamento dos desafios que se colocam, exigindo a integridade do vivo para dar conta de uma atividade que, apesar dos pesares, deve ser levada a cabo, como negar que a atividade envolve uma produção de sentido? Como negar que, muitas vezes, em uma verdadeira catacrese, o trabalhador transforme o prescrito, chegando a fazer o que não deve ser feito, para poder fazer o que deve ser feito (CLOT, 2006)? Enigmas do trabalho, um usar de si e um sair de si que fazem do trabalho uma estranha experiência.

Como vimos no caso em análise, a potência de um CCRP foi desperdiçada e sua complexa rede de relações ignorada, provocando uma baixa da cooperatividade, da expressividade e da afetividade que parece ter tornado o setor uma ‘panela de pressão’ da qual alguns quiseram se libertar. Alguns vetores das forças livres, diante da situação, parecem ter realizado uma dobra, dando-se conta de como aquele esquema os sujeitava e, apesar de extrair suas forças criativas, não as consideravam em sua dimensão de vivas, com suas próprias necessidades.

Percebemos, através do caso analisado, como a constatação da existência do CCRP não basta para a libertação das forças livres que nele se agenciam, pois ele não alcança, naturalmente, uma dimensão pública, “um espaço político no qual os muitos possam se ocupar dos assuntos comuns” (VIRNO, 2013, p.24), devendo esta dimensão possível efetuar-se através de uma permanente construção comum.

Porém, a potência das forças livres, mesmo assim, se mantem e a atividade continua sendo trabalho vivo em ato, num sinérgico complexo de cooperação, expressividade e atividade que passaremos a denominar sinteticamente de máquina expressiva da produção.

Ora, a máquina expressiva da produção não é óbvia, não está dada, sendo aquele “não sei o que” que ocorre na distância entre o trabalho prescrito e o trabalho realizado

que muitas vezes ouvimos de Clot (1999, 2001, 2006, 2010) em suas obras. Penso que, *mutatis mutandis*, o CCRP é em grande parte uma engrenagem daquilo que Schwartz denomina como o enigma do trabalho, do qual devemos nos aproximar com prudência, porque o que acontece no real, na atividade em ato, vai muito além do que pode ser visto e dito acerca de um dado trabalho, até porque o que acontece ali não se situa ali, num espaço dado de meio do trabalho e muito menos no tempo de operação de uma tarefa.

Detenhamo-nos um pouco mais na complexidade do CCRP que se desvelou no acontecimento da “ré à revelia” da qual temos tratado. Para funcionar, os corpos que habitam aquele setor se agenciam e fazem vários arranjos, tanto dentro do espaço em que trabalham como fora dele, com todos os outros serviços da unidade de saúde em questão que só pode funcionar em rede, num entrecruzamento de linhas de produção do cuidado muitas vezes heterogêneas.

Vejamos por dentro do espaço de trabalho e, nele, as relações desenvolvidas com a equipe de plantonistas. O arranjo permite que cada plantonista trabalhe uma única vez por semana, com o ônus de ter que se revezar, caso aconteça algo que diminua o quadro de plantonistas como férias, licenças por qualquer motivo ou qualquer outro imprevisto. Outro ônus, o plantão é fixo, portanto, quem trabalha no sábado e domingo trabalhará sempre nestes dias.

A chefia, que não é plantonista, é conivente com o arranjo, já que para ela o que importa é o funcionamento do serviço. Se isto pode ser visto como uma vantagem, lembremos que há também ônus a pagar. Além do trabalho seguido de 24 horas por dia, tendo que cobrir sozinho o período noturno, quando só há plantonistas no hospital, há a listagem de revezamentos que obriga a todos a ‘ser a bola da vez’, dada a necessidade de complementação do horário oficial de trabalho que, a rigor, nunca se cumpre, pois sempre falta ou excede.

O fato de ter que cobrir o plantão descoberto é imperativo, ainda que o plantão recaia no dia seguinte ao seu, tendo então que cumprir 48 horas contínuas de trabalho. Lembremos que foi este o caso da trabalhadora, plantonista de sábado e que,

imprevistamente, teria que cobrir o plantão de domingo, tendo viagem marcada para a manhã de segunda, quando estaria de férias.

Não entraremos aqui no mérito deste arranjo, o que importa é perceber que ele agrada a todos em situação normal, mesmo sabendo que durante sete meses do ano o revezamento será obrigatório, já que são sete plantonistas e, portanto, sete meses de férias por ano no conjunto, salvo os imprevistos que, podemos adivinhar, sempre acontecem.

Mesmo continuando a não entrar no mérito do arranjo, no sentido de ser ‘bom’ ou ‘mal’, queremos atentar aqui para um fato importante, o de que é um arranjo que, desde o começo, já constitui uma captura das forças livres, priorizando a funcionalidade do setor sem levar em conta a carga de trabalho que recairá sobre o coletivo e o intensivo esforço que recobrirá todas as singularidades, que terão que daí para frente se a ver com imprevistos que não obedecem a organizações prévias e com acontecimentos que não dependem da resposta individual de cada trabalhador, mas de um arranjo sinérgico de um Corpo Sem Órgãos do trabalho que é quem então passará a orquestrar esta complexa rede de relações.

Sem dúvida, o arranjo se deve a intencionalidades heterogêneas, tendo cada plantonista seu próprio desejo para aceitar trabalhar apenas uma vez por semana, ainda que por 24 horas seguidas. Mas aquilo que aqui denominamos um coletivo de trabalho, uma comunidade sempre por vir, não se forma de maneira nenhuma a partir da justaposição de várias heterogeneidades em separado, como se, aglutinando-se todos os desejos, ao final pudéssemos conseguir um único desejo que seria comum a todos. Não se forma um CCRP por acordo racional de intencionalidades, mas por atividades que só se processam em cooperação, expressividade e afetabilidades, exigindo uma negociação constante e uma capacidade de decisão frente aos imprevistos.

O arranjo parte então do mesmo modelo de individualização que exclui a ‘ré a revelia’, com a funcionalidade do setor e a produtividade comandando todo o processo, transformando a todos em máquinas de produzir, meros recursos humanos. Não importa se foram os plantonistas que propuseram o acordo e que possamos entender a aquiescência da chefia como uma espécie de aceitação ‘democrática’ de uma proposta

de organização vinda dos trabalhadores. O que aqui salta a vista é aquilo que Clot denomina desrealização do trabalho e que vale a pena repetir:

(...) O real em situação de trabalho, necessariamente semeado de armadilhas, é um continente abandonado pelos quadros gerenciais, cada vez mais chamados a focalizar as preocupações relativas à gestão. Se bem que o “trabalho bem feito”, quando ele é realizado, só o é em razão da eficácia, “apesar de tudo” demonstrada por aqueles que trabalham, “se virando”. A prescrição da subjetividade, sinônimo de engajamento de si e de disponibilidade para a empresa ou para o serviço, se faz mais frequentemente hoje, abandonando as preocupações lancinantes da organização da atividade ao assalariado da “linha de ponta”, diretamente envolvidos com um real do qual eles podem dificilmente se subtrair.

(...) trabalhar atualmente é ter frequentemente que fazer face a uma injunção: assumir responsabilidades sem ter responsabilidade efetiva na definição do trabalho, amplamente submetido a objetivos fictícios. Responsabilidades sem responsabilidade: eis aí uma das maiores dissociações do trabalho atual (CLOT, 2001, p.4).

Quando a chefia disse para a plantonista que ela não devia ter marcado a viagem para segunda, sabendo que poderia acontecer necessidade de cobertura, o que parecia estapafúrdio se esclarece, embora sem deixar de ser esquisito. Ninguém parece perceber que o arranjo o torna refém dos imprevistos do trabalho.

Isto também constitui uma atuação do que denominamos CCRP, uma forma de funcionar como um corpo coletivo que, para quem não faz parte, dificilmente consegue entender o que se passa e como se passa. Um Corpo-Si do trabalho, fruto de uma negociação coletiva, de uma construção comum que passa a ter, no entanto, uma vida própria, muitas vezes contrariando mesmo aqueles que participaram de sua efetuação. É imaterial, mas é uma ‘entidade’ concreta, com efeitos concretos, que precisa ser levada em conta para se aproximar do enigma que é todo trabalho.

Corpo coletivo, sem dúvida, porque fruto do acordo de todos, não é ninguém, mas um outrem impessoal. Porém capaz de encarnar-se como uma entidade concreta, com seus caprichos, com seus ditames, com suas necessidades.

Importante perceber que este corpo não envolve só os plantonistas, a princípio envolve ainda a própria chefia. Porém, envolve também os diaristas e arranjos de funcionamento com os outros setores que precisam dos trabalhos ali desenvolvidos, sem o que todo o esquema iria por terra abaixo. Forma-se, então, um complexo coletivo

totalmente heterogêneo, uma verdadeira rede viva de trabalho que faz com que as atividades ali desenvolvidas extrapolem o espaço e mesmo o tempo de trabalho, pois conversas telefônicas ou virtuais são necessárias para resolver problemas que necessitam de algum esclarecimento dos plantonistas, quando eles já estão fora.

Estar ligado permanentemente ao trabalho, estar alcançável, é uma prerrogativa do esquema. Por isto a troca de telefone sem o fornecimento do novo número e o telefone móvel desligado, por parte da trabalhadora, quando do ocorrido, exasperaram tanto a chefia. Começamos a perceber como o entendimento de um CCRP esclarecem coisas que escapariam completamente a quem estivesse atento somente ao posto de trabalho.

Esta entidade, contudo, é também singular no sentido em que por si mesma interfere no arranjo coletivo. Força rearranjos, produz subjetividades e ao mesmo tempo em que é afetada pelas outras singularidades também as afeta, fazendo com que multiplicidades e singularidades sejam inseparáveis, já que a ação necessária não é arquitetada por nenhum centro, ela irrompe entre, em meio, através e em resposta aos acontecimentos. É preciso, então, uma contínua criação de comum, sempre inalcançável, porque sempre mutante. É preciso, como diz Blanchot, uma espera e uma atenção implicada, é preciso uma experienciação que inclua o fora como fator desencadeador de novos arranjos no instituído.

Engendrada por uma micropolítica, o CCRP funciona muitas vezes como uma macropolítica, obrigando àquilo que nenhum dos pontos vibráteis que a constitui desejaria por si mesmo. Começamos, então, a vislumbrar que, no caso da trabalhadora, a irrupção de algo perturbou todo o esquema. Algo que certamente não era ela como pessoa, não era o seu caso.

Quando ela vaticinou ter sido ré de um julgamento à revelia, mesmo sem saber claramente disto, trazia um potente analisador para todo o caso: o tratamento individualizado e pessoalizado que ainda faz parte do mundo do trabalho, principalmente quando há desarranjos. No entanto, os próprios arranjos são orquestrados por algo que escapa por todos os lados qualquer personalidade, sendo da

ordem de um maquinismo, vale dizer, de um agenciamento que é pré-pessoal, transindividual, inumano.

É para este algo que se dirigia minha atenção, quando perguntei o que havia mudado. O que fez com que, de repente, apesar de quinze anos de acordo mútuo, aquela determinada trabalhadora se tornasse dispensável ao agenciamento coletivo.

Algo que demonstra que, sem dúvida, a atividade laboral é processada marcadamente por aquilo que hoje chamamos o trabalho imaterial, mas que sempre assim o foi. No entanto, a organização e a gestão dos processos de trabalho são ainda predominantemente orientadas por um modelo taylorista, na qual, havendo conflitos, troca-se um trabalhador por outro, como se trocam peças de máquinas, como se isto não causasse nenhum impacto ao que ali se desenvolve e, principalmente, naqueles que ali desenvolvem a atividade. Como se todo equilíbrio não fosse, necessariamente, metaestável, orquestrado por uma cogestão coletiva dos conflitos. Como se o vivo fosse simples recurso humano.

Porém, na situação analisada, percebemos a centralidade de uma preocupação com a funcionalidade, mantendo a produtividade do setor, a despeito da negociação coletiva necessária à manutenção de um arranjo que, como vimos, só pode funcionar se desarranjando, enfrentando em ato as adversidades que se apresentem, num realinhamento das forças livres para manter a pertinência daquilo que, por formação, só pode ser e deve continuar sendo relativo.

Algo espúrio se infiltrou, portanto, neste CCRP, fazendo com que a construção de um comum sempre em vias de se fazer, sempre em arranjos, desarranjos e rearranjos pelas forças livres, se transformasse em O comum despótico de uma norma que não podia mais ser desacetada ou negociada, devendo ser seguida a risca por todos, independente de suas necessidades momentâneas, mesmo que fosse o descanso necessário para revitalizar-se em uma condição de saúde adversa. Nem mesmo a doença dos trabalhadores ou sua saúde estavam mais sendo levadas em conta. O que teria acontecido? Significaria isto que nem sempre o CCRP é proveniente das sinergias da máquina expressiva da produção? Que as forças livres não seriam, assim, tão livres?

Entendamo-nos bem, a atividade se processa sempre pela formação do CCRP, como já insistimos. Havia sem dúvida ali um Corpo Comum em funcionamento, porque a intensa sinergia de uma multiplicidade era requerida. Tanto da equipe de plantonistas, passando pela equipe dos que não são plantonistas; pela Chefia que tinha que responder ao Diretor da Unidade pelo funcionamento do setor e coordenar a todos que ali trabalhavam, plantonistas e não plantonistas; pelos outros setores cujas linhas de produção dependiam ou atendiam a este setor específico e assim sucessivamente até mesmo para fora da unidade, na relação com outras unidades de saúde, com os usuários que recorriam querendo tratamento até chegar às determinações do Ministério da Saúde, enfim, uma rede multivetoriada e heterogênea, com disputas de sentido, de projetos políticos, de compreensão do que é o cuidado, etc. que sempre exige algum grau de cogestão/auto gestão para dar conta desta complexidade.

O que queremos enfatizar no caso da primazia funcional é que ela parece ter se infiltrado no CCRP, formando uma espécie de órgão organizador num corpo que se faz na guerra aos órgãos, à organização. Naquilo que se apresenta somente como limiares e intensidades, fluxos e cortes de fluxo, estratificou-se um obstrutor de fluxos, formando uma espécie de Corpo Obsessor¹⁸ Realmente Permanente, uma máquina burocrática mortífera que passou a usurpar a capacidade de decisão e de criação que não passasse pela sua axiomática de funcionalidade e produtividade, com obediência às normas imperiosas de não permitir a assunção de nenhum conflito que pusesse em risco o ordenamento racional do trabalho.

Que se seja flexível, que se tenha alguma autonomia para dar conta das tarefas prescritas, enfrentando as infidelidades do meio, as formas hegemônicas de gerência capitalistas já viram que não têm como impedir. Virno o demonstra bem em “(...) para o

¹⁸ Na ausência de conceitos já instrumentados, muitas vezes torna-se difícil nomear de forma clara o que queremos expressar. Aqui, estamos utilizando a palavra obsessor por proximidade com o conceito de *médium*, proveniente da religião espírita, trabalhado na página 42. Obsessor seria, aqui, aquilo que subjugava uma determinada singularidade obnubilando sua capacidade de fluir naturalmente, sendo uma espécie de extrator da autonomia. Funciona como uma certa linha de comando do qual o obsediado tem grande dificuldade, não só de perceber a situação, mas também de dela se livrar, que consideramos, então, o significado mais próximo ao que queríamos dar a este acoplamento no CCRP. Poderíamos ter utilizado o mesmo conceito por via da Psicologia, porém, neste caso, estaríamos proclamando certa condição patológica, uma disfunção da normalidade. Aqui, não se trata disto. Por pensarmos em uma relação agonística, este acoplamento de um ‘corpo estranho’ obsessor não configura uma condição patológica, mas resulta das relações de forças que se embatem e combatem como dado de realidade e, portanto, em condições normais. Por seu grau de desterritorialização, o Corpo Sem Órgãos está sempre sujeito a estes riscos: sofrer reterritorializações violentas ou adernar em buracos negros.

capital, o que conta verdadeiramente é a unificação originária do dote linguístico-cognitivo, já que é isso o que garante a velocidade da reação frente às inovações, a adaptabilidade, etc.” (VIRNO, 2013, p.25) e também Pelbart: “o poder tomou de assalto a vida. Isto é, ele penetrou todas as esferas da existência, e as mobilizou inteiramente, pondo-as para trabalhar. Desde os gens, o corpo, a afetividade, o psiquismo, até a inteligência, a imaginação, a criatividade, tudo isso foi violado, invadido, colonizado, quando não diretamente expropriado pelos poderes” (PELBART, 2006, p.1).

Taylor já tinha feito este ‘favor ao trabalho’, quando em um contra golpe acabou pondo em evidência a necessidade da subjetividade para o labor. Hoje já se entende que disto depende a produção na atualidade. Porém, autonomia para intervir na organização do trabalho tomando decisões coletivas, inclusoras das diferenças que compõem o complexo da atividade e inventando novos possíveis de organização e execução do trabalho, considerando a todos os que com ele se envolvem, seria reconhecer como tais as forças livres, abdicando de um controle e de uma expropriação que é entendido como o fim do sistema capitalista, cuja máxima é mais-valia a qualquer preço, como o de tomar a vida em seus cálculos, a vida de todos, qualquer vida, imanência - uma vida... transformando-a em mercadoria de uma escravização maquínica.

À máquina expressiva noopolítica, no corpo dela, nas entranhas das forças livres em movimento, se acopla, como um *chip* perpetrador da axiomática capitalista, aquilo que definimos como um Corpo Obsessor Realmente Permanente.

Este Corpo Obsessor funciona como um hacker da máquina expressiva para que ela só forneça uma resposta possível ao final de sua criação produtiva: almejar a participação nos moldes da “subjetividade luxo” dos que estão no comando, lutando contra a sempre quase dada queda na ‘subjetividade lixo’, daqueles que prestam favor em não fazendo absolutamente nada, a não ser almejar também a ‘subjetividade luxo’ (ROLNIK, 2004). Enfim, esta é a outra face da agonística das forças livres em movimento construtor de mundos possíveis. Na agonística, lembremos sempre, os impossíveis se embatem e combatem, habitando o mesmo plano de imanência.

Como efeito deste hacker do CCRP, no final das contas, são todos contra todos, todos competindo com todos a qualquer custo. Tentando resguardar-se de um mundo para sempre perdido que espreita a porta e continuar, também a qualquer preço, a almejada escalada para baixo, daquilo que não pode ser alcançável: a salvação e ascensão pessoal às linhas hierárquicas de comando.

Aonde espaço para formação de coletivos? Aonde espaço para compartilhamento? Aonde partilha do sensível? Como exercitar a política sem a formação de *ágoras*? Como exercitar a estética sem estimular a *poiesis*? Como exercitar a ética sem cuidar de um *ethos*?

Apostamos, portanto, numa síntese de todos os intercessores dessa tese, que temos que intervir para conhecer nesta Máquina Expressiva e nela, com ela, em meio a ela, criando condições de possibilidade para que os possíveis abertos pelo agenciamento de enunciação se encarnem nos corpos e se efetuem, criando as bases de uma sociedade realmente democrática e inclusora de sua verdadeira força produtiva, de sua verdadeira criadora de mundos: uma vida.

Como percebemos na análise do caso da ‘ré à revelia’, embora livres o bastante para levar a frente uma atividade que depende da cooperação, da expressividade e da afetividade, estas forças, ao menos neste caso, não foram capazes de fazer dobra sobre si mesma e, continuando sua capacidade inventiva, enfrentar a situação adversa que, neste caso, era nada mais nada menos que a forma de gestão do trabalho e a participação efetiva nas decisões, o que faria delas efetiva e plenamente o que já são: cogestoras do próprio trabalho.

Aparentemente, à época desta intervenção, estava saindo vencedora a face agonística da máquina de hackear autonomia, porém, como demonstramos, o ronco surdo das batalhas se reacendia na insatisfação de outros cinco trabalhadores, dando sinais de que não havia sido vencido de todo.

Na trágica agonística do trabalho, nada está dominado de uma vez por todas. Há sempre espaço para o *ballet* vivo saltar em piruetas enlouquecidas e enlouquecedoras de um mundo insensível à sinfonia. Afirmamos então:

Vós dizeis-me: “A vida é uma carga pesada”. Mas, para que é esse vosso orgulho pela manhã e essa vossa submissão, à tarde?

A vida é uma carga pesada; mas não vos mostreis tão contristados. Todos somos jumentos carregados.

Que parecença temos com o cálice de rosa que treme porque o oprime uma gota de orvalho?

É verdade: amamos a vida não porque estejamos habituados à vida, mas ao amor.

Há sempre o seu quê de loucura no amor; mas também há sempre o seu quê de razão na loucura.

E eu, que estou bem com a vida, creio que para saber de felicidade não há como as borboletas e as bolhas de sabão, e o que se lhes assemelhe entre os homens.

Ver revoltear essas almas aladas e loucas, encantadoras e buliçosas, é o que arranca a Zaratustra lágrimas e canções.

Eu só poderia crer num Deus que soubesse dançar.

E quando vi o meu demônio, pareceu-me sério, grave, profundo e solene: era o espírito do pesadelo. Por ele caem todas as coisas.

Não é com cólera, mas com riso que se mata. Adiante! matem os espírito do pesadelo!

Eu aprendi a andar; por conseguinte corro. Eu aprendi a voar; por conseguinte não quero que me empurrem para mudar de sítio.

Agora sou leve, agora voo; agora vejo por baixo de mim mesmo, agora salta em mim um Deus.

Assim falava Zaratustra (NIETZSCHE, 2002, p.58-59).

II. Entre embates de gêneros e atropelos de estilos, trabalhadores sob o fio da espada ou a violência de uma abstração normatizadora e castradora.

Em nossa experiência com a Câmara Técnica de Humanização dos Hospitais no Rio de Janeiro (CTH), da qual o narrador é um dos coordenadores em sua atuação como Consultor da Política Nacional de Humanização (PNH)¹⁹, foi articulado um encontro entre a CTH, a Rede Cegonha e a Rede Psicossocial/Plano Crack²⁰, ocorrido em maio/2013, no qual ouvimos o seguinte relato de uma servidora de uma instituição federal de saúde.

¹⁹ A implicação do narrador com a PNH e a CTH já foi explicitada nessa tese (p.37 e p.48). A PNH foi também utilizada aqui como uma espécie de aplicação modificada do método da roda, proposto por Campos (2000), como forma de intervenção nas práticas de gestão e atenção em saúde, no campo da saúde pública brasileira, que visava uma maior democratização das instituições (p. 106-107). Quanto à CTH, para maior entendimento de sua constituição, objetivos e metodologias de trabalho, remetemos o leitor para Santos-Filho e Barros (2007).

²⁰ Redes temáticas priorizadas pelo Ministério da Saúde/BR, que abrangem a Rede Cegonha (de atenção à gestante e à criança até 24 meses), a Rede de Atenção às Urgências e Emergências, a Rede de Atenção Psicossocial (com prioridade para o enfrentamento do Álcool, Crack e outras Drogas), a Rede de Atenção às Doenças e Condições Crônicas (iniciando-se pelo câncer, com intensificação da prevenção e controle do câncer de mama e colo do útero) e a Rede de Cuidado à Pessoa com Deficiência.

Quando da internação de uma gestante em trabalho de parto, comprovadamente usuária de crack, por determinação normativa, segundo seu relato, a instituição é obrigada a notificar o fato a órgão(s) do judiciário. Frequentemente ocorre que, por determinação da justiça, o bebê seja afastado da mãe, considerada incapaz de cuidados com a criança, ainda que esta manifeste expressamente o desejo de permanecer com a guarda de seu filho.

Esta situação põe os trabalhadores de saúde em conflito e em mais um dos constantes debates de valores existentes nesta área de atuação, com repercussão direta naquilo que denominaríamos com Neves (2004) sua forma de habitar os verbos da vida, ou seja, mais uma prova de que vida no trabalho e vida fora do trabalho não se separa de modo algum.

Isto porque muitos deles acreditam firmemente que a mãe tem o direito de permanecer com o seu filho e que ser usuária de crack, por si mesmo, não incapacita naturalmente a prestação deste cuidado, devendo cada caso ser analisado e, inclusive, acionada a rede social em que se insere a mãe, a fim de se decidir sobre cada caso.

Sem entrarmos no mérito desta delicada e séria questão, o que queremos demonstrar é que, neste caso, as normativas legais entram em choque direto com as crenças pessoais, com a avaliação profissional e mesmo com o código de ética, pois muitos se sentem como ‘policialescos’ em confronto com aquilo que consideram sua missão de cuidadores.

Percebemos então aquilo que Clot denomina embate de gêneros, ou seja, a obrigação de uma dada organização de cumprir as normas legais estipuladas, mesmo que não queira corroborar com as mesmas, pois isto tem efeitos legais drásticos sobre o funcionamento institucional, entrando em choque direto com o gênero da atividade, cuja direção está no sentido de cuidar daqueles que procuram ajuda, apoiando-os em suas necessidades e envidando esforços para uma resolução possível e factível ao cuidado buscado.

Caso para nós paradigmático, pois revela a complexa e heterogênea rede em que se move o trabalho em saúde, com projetos, programas e políticas em disputas, afetando

diretamente o trabalho em ato e pondo em desconforto pessoal os trabalhadores. De quebra, demonstra bem o que aqui denominamos conflito de gêneros (Clot) e debate de valores com dramáticas do uso de si (Schwartz).

Porém, revela também um CCRP em movimento, já que demonstra a intervenção de um Corpo Sem Órgãos do trabalho com repercussão direta no funcionamento de uma organização, independente de como ela queira gerir seus casos; na forma de sentir de uma equipe de saúde, gerando sofrimento psíquico, para usar Clot, e demonstrando que a atividade laboral envolve muito mais do que aquilo que podemos ver e falar de um dado meio de trabalho, cujo espaço/tempo nunca é restrito àquele em que ele se desenvolve.

Novamente, a emergência de um Corpo Obsessor tentando organizar de fora aquilo que deveria ser construído em cogestão. Uma norma se impõe como funcionalidade ao Corpo Sem Órgãos do trabalho, não levando em conta a dimensão coletiva necessária a sua manutenção.

Aqui nos detemos para insistir numa catacrese antropofágica dessa tese. Já transformamos o conceito de Schwartz, instrumentando-o como Corpo Comum Relativamente Pertinente (CCRP ao invés de ECRP). Neste sentido, pensamos ter dado mais materialidade à entidade nomeada por Schwartz, argumentando com Gabriel Tarde que todo o corpo é uma sociedade.

Sociedade que entendemos como um comum em constante processo de formação/destruição, no embate entre as formas e forças. Modo cartográfico de dizer que macropolítica e micropolítica não se separam, mas são faces intercambiáveis daquilo que produz efeitos de realidade, ou de outra forma, instituição e instituinte é uma dança sem fim entre territorializações, desterritorializações e reterritorializações que fazem do comum, que aqui nomeamos uma constante comunidade por vir, desobramento de uma obra sempre também por vir, nunca iniciada, nunca acabada, puro processo de produção de produção.

Ora, também afirmamos acima que entendemos o aqui chamado CCRP um diagrama de forças que, agindo em conjunto com o que Clot designa Gênero e Estilo,

como apostamos, tornam macro e micropolítica inseparáveis, formando o que poderíamos denominar o arcabouço estrutural de toda atividade. Macro e micropolítica são faces intercambiáveis de produção de efeitos da realidade e, portanto, há forças em movimento e formas encarnadas tanto no CCRP quanto no Gênero e Estilo. Como afirma Durrive:

“a ação tem um início e um fim determinados; ela pode ser identificada (gesto, marca), imputada a uma decisão, submetida a uma razão (...). Já atividade é um élan de vida e de saúde, sem limite predefinido, que sintetiza, atravessa e liga tudo o que as disciplinas têm representado separadamente: o corpo e o espírito; o individual e o coletivo; o fazer e os valores; o privado e o profissional, o imposto e o desejado, etc.” (DURRIVE, Apud AMADOR, 2009, p.94).

Portanto, é a sinergia viva que é a atividade que embaralha formas e forças, tentando tornar vivíveis os efeitos de realidade, através de uma normatividade que é, então, criação de mundos possíveis. Como veremos, na experiência do labor, todas estas dimensões segmentadas pelas disciplinas se embaralham em uma composição, por meio do CCRP que é o orquestrador do complexo sinérgico de relações posto em movimento pelas atividades laborais.

Assim, afirmemos que Gênero e Estilo tem uma marca histórica, patrimonial, imputada pela decisão de atualizar o passado no presente, como uma antecipação futura de uma ação que não se quer para sempre começando sem norte e sem direção. Ele possui uma razão antecipatória capaz de memória, mas também de conatus que, genericamente, apesar do longo histórico filosófico deste conceito, diremos que é um élan vital no sentido de continuar a existir e se aprimorar, bem próximo à normatividade de Canguilhem.

A marca que Clot imprimiu aos conceitos de Gênero e Estilo implica em entender a atividade como um desenvolvimento possível, utilizando a experiência para experimentar novas experiências, o que lhe permitiu ampliar consideravelmente o conceito de atividade, para sorte das pesquisas/intervenções no trabalho.

O arcabouço estrutural que propomos é movente, insinuoso, enigmático como a própria atividade o é, pura estranheza esquizo. Se o gênero é um corpo patrimonial e

cultural e, nesse sentido uma forma, Clot chega a nomeá-lo corpo simbólico, ele porta em si forças de fuga, linhas de desterritorialização capazes de desestabilizar o que está dado, insinuando novos arranjos possíveis, daí ele ser capaz de se atualizar no presente, através do estilo, não como repetição do passado, mas como um ir para além do que já se foi, arrastando a atividade para novas derivas.

Por outro lado, também porta linhas de reterritorializações mortíferas, podendo se cristalizar naquilo que denominamos corporativismos, tentando obstar mudanças em manutenções de conveniências, individuais ou coletivas, quando o estilo passa então por toda sorte de individualizações egocêntricas.

Como já ouvimos de um trabalhador: “se está bom deixa como está, se está ruim, melhor não mexer, pode piorar”. Máxima não da impotência, mas do comodismo, do eterno “patinar na merda” que nem mesmo espera por um salvador, mas já vê o mundo como “está tudo dominado”, como quer um Rap brasileiro em sua letra. Corpo blindado, dominado por uma “subjetividade luxo” entediante cujo único requinte é estar conseguindo escapar de uma “subjetividade lixo”, já completamente presente em sua própria fala. Ou seja, manter as conveniências passa a ser mais forte que ousar arriscar uma mudança.

O Gênero e o Estilo em Clot, como entendemos, portam tanto multiplicidades quanto singularidades ao mesmo tempo, porque encarnando algo que é forma/força. Formas em construção, forças em desconstrução atuando no mesmo corpo, o Corpo Sem Órgãos do trabalho. Um corpo que capaz de ser afetado por esta ação, porque não somente reação, mas também resposta, se expressa através de uma expressividade que, contaminando as singularidades à distância, coopera para a emergência de algo novo e inventivo que, dependendo do momento, pode se encarnar no cérebro daquilo que Tarde chamaria um gênio ou “glória cerebral do elemento mais influente e mais potente do cérebro”, o que ele denomina consciência (TARDE, 2003, p.59).

Mas consciência de quem? Do gênio? Não, consciência de um comum, de um Corpo Comum Relativamente Pertinente, sintetizada provisoriamente em uma forma que só espera a força de uma nova glória cerebral para avançar, desobrando numa obra sempre aberta, nunca terminada, nunca iniciada. Consciência que diríamos, embora

possa parecer estranho, de um *General Intellect*, ou, por outra, um intelecto coletivo ou público.

E se assim o entendemos, não poderíamos deixar de nos referir ao estilo nos mesmos termos. Aparentemente pura singularidade, enganosamente podendo ser entendido como individual e realizado por cada um em separado, o estilo é tão multiplicidade e coletivo quanto o gênero. Mais uma estranha esquiza.

É que como aqui entendemos, gênero e estilo funcionam como os dois braços de uma mesma pinça, cujo ponto de concentração de força e de funcionalidade converge exatamente no encontro das duas que, vistas em conjunto, são faces do mesmo agenciamento. Assim como a pinça sem um braço não tem função, ao menos como pinça, sem o gênero o estilo perde sua função e vice-versa. É nesse sentido de dois braços de uma mesma pinça que entendemos os conceitos em Clot como arcabouços estruturais da atividade.

A partir deste entendimento, nos colocávamos sempre a questão do que operava esta pinça. Parecia-nos uma ferramenta preciosa, mas toda ferramenta precisa da força viva para ser posta em uso. Como já dissemos, a ferramenta em si não produz um bem comum, um valor de uso. Sem a mão que a instrumenta, a ferramenta é puro trabalho morto.

Encontramos na ECRP de Schwartz pistas para a resposta, porém sentimos a necessidade de uma antropofagia deste conceito, afirmando que o operador da pinça é o CCRP. Nessa antropofagia, Gênero, Estilo e CCRP fazem parte em conjunto daquilo que torna a atividade um desenvolvimento possível, utilizando a experiência adquirida como fonte de novas experiências, em meio a debates de valores e dramáticas do uso de si por si e uso de si pelos outros²¹ e até mesmo, como veremos mais a frente, abusos do uso de si, que ampliam consideravelmente o que se entende por atividade e a torna sempre um enigma ou, como aqui se prefere, estranha experiência, um trabalho.

²¹ Como já salientamos, dramáticas de uso de si é um conceito de Schwartz. Porém, mais a frente, discutiremos que, por se tratar de relações de forças agonísticas, aonde Schwartz nomeia o drama, percebemos o trágico.

É a complexa heterogênea rede comunicativa, que é o CCRP, verdadeira máquina expressiva do trabalho, virtuosismo do intelecto público (VIRNO, 2013), que põe em atividade o patrimônio histórico cultural do trabalho (Gênero). Ao fazê-lo, transpassa a dimensão temporal, nesta sinergia em que passado, presente e futuro se engendram num intempestivo de uma comunidade viva que, capaz de memória, não participa de uma história linear, mas, aos saltos, aos solavancos, acontece num acontecimento que faz história, numa normatividade que transavalia²² (estilo).

Portanto, é no devir de gênero/estilo, que aqui poderíamos denominar devir molecular dos trabalhadores, sinergia pulsátil de forças livres em movimento, que surge uma inteligência coletiva viva, um Corpo Sem Órgãos do trabalho, um intelecto coletivo ou público, um CCRP que, incrustado em um fora numa relação de terceiro tipo, como veremos através de Blanchot, possibilita a emergência de mundos possíveis que devem, então, ser efetuados pelo agenciamento maquínico dos corpos, sem o que os possíveis continuam apenas possíveis²³.

Assim, explicitando melhor, o estilo, como essa narrativa o entende, também é uma ação que afeta o Corpo Sem Órgãos do trabalho, como um gesto, uma marca que, neste caso, se singulariza através de uma formação de público à distância, utilizando Tarde. Diríamos, toda atividade está envolta por gêneros em disputa, mas é o estilo que

²² Utilizamos aqui um conceito de Negri que entende a transavaliação como o ponto de encontro entre o eterno e a inovação, isto é, como aquele “clique” temporal do pleno do eterno sendo lançado no vazio do porvir, pela decisão e afirmação dos corpos criando novo ser. A transavaliação é, assim, o próprio evento produtivo (NEGRI, 2003b, 188). Tomamos a liberdade de remeter o leitor para outra pesquisa em que utilizamos amplamente Negri na discussão daquilo que denominamos o Corpo Invisível do Trabalho (MAIA, 2006).

²³ Embora sem o tempo necessário para entrar nesta discussão no escopo dessa tese, pensamos que aqui está uma interessante pista a ser seguida que torna conciliáveis os conceitos de devir em Deleuze, que se movimenta na duração bergsoniana, e o conceito de porvir em Negri, filósofo antiduração e que utilizamos juntos sem maior elaboração em outra pesquisa (MAIA, 2006). Intuímos que um devir em seu limite possa arrastar a duração para um intempestivo, um fora-dentro duração, na qual o que daí para frente se seguirá não é mais um devir, mas um porvir feito numa transavaliação em que a dimensão do tempo, desmedida, coloca tudo num intempestivo no qual os impossíveis atuam em conjunto na sua máxima potência. O pano de fundo da divergência entre devir e porvir é nada mais nada menos que a radicalidade ao máximo do conceito de criação, que Negri pensa que o devir não alcança por estar sempre ligado a algo que já existe, quando o que ele quer é uma criação que seja radicalmente nova, um salto no escuro do porvir. Ora, se entendermos que o devir em seu limite transpassa a dimensão temporal, jogando-a num intempestivo em que nada dura, tudo acontece num acontecer sem início ou fim, entraremos na mesma dimensão do porvir em Negri ou bem próximo disto. Discussão importante, sem dúvida, para o escopo dessa tese que aposta no trabalho como uma experiência criativa levada a cabo pela experimentação das forças livres e que, portanto, sem poder entrar nela, tangenciaremos todo o tempo.

cria o público adequado para desenvolvê-lo exponencialmente para o bem ou para o mal.

A legitimidade de um território cognitivo ou de uma *práxis*, que constrói mundos, é a glória cerebral de uma prática discursiva com efeitos de verdade, diria Foucault (2004a). O estilo de uma época cria aquilo que se pode saber e poder em determinada época; o estilo de uma atividade laboral cria aquilo que é tido como o certo a fazer para um determinado público que conseguiu certa hegemonia. O estilo, que poderíamos pensar como glória de uma consciência encarnada, é apenas um aglomerado de proto-ideias que se agremiaram, formaram redes e passaram a normatizar, como possível, aquilo que é somente um dos possíveis.

Os públicos são diferentes das classes no sentido de que não se pode ser de duas classes ao mesmo tempo, porque as classe funcionam somente em mundos possíveis. Os públicos explodem as segmentaridades dicotômicas e se desterritorializam em múltiplas segmentaridades livres, possibilitando a convivência de mundos impossíveis, naquilo que Lazzarato (2006) descreve como subjetividades monstros, aquela que ele diz ser a que presenciamos na atualidade, capaz, por exemplo, de comportar no mesmo corpo “subjetividades luxo” e “subjetividades lixo” (Rolnik, 2004).

Estes simulacros de subjetividades se combatem em um mesmo corpo, na falta de alternativa implantada por um Corpo Obsessor Permanente que, cafetinando, como quer Rolnik (2004), a Máquina Expressiva, a faz utilizar a sua força genésica, a sua força criativa, apenas para “patinar na merda”.

Desterritorializando todos os códigos, o capitalismo atual simula certa autonomia e flexibilidade, parecendo que tudo passa a ser possível:

É por esta razão que temos a desagradável sensação de que, uma vez que tudo é possível (desde que no âmbito das alternativas preestabelecidas), nada é mais possível (a criação de algo novo). A sensação de impotência e de aborrecimento que todo capitalismo contemporâneo nos causa foi criada pelo afastamento da dinâmica do acontecimento (LAZZARATO, 2006, p.102).

Dinâmica que exigiria a participação nas tomadas de decisão e o direcionamento para as experiências de uma vida, partilhando o sensível, escolhendo a escolha. Desbaratados todos os códigos, caímos todos em um processo *a la* Kafka, porque passamos a ser avaliados e julgados por normas que não estão dadas de antemão, como se o prescrito tivesse sido abolido de vez e somente a competência e o esforço pessoal estivessem na base das ‘promoções’ ou ‘ascensões’ sociais, inclusive no trabalho, no qual, muitas vezes, aquilo mesmo que serve para promover, serve também para punir.

Pensamos aqui, por exemplo, nas formas de avaliações laborais das quais dependem promoções, ascensões e remunerações fortemente individualistas, sem compartilhamento e tomadas de decisão coletivas, fazendo com que cada qual veja no outro o perigo iminente para barrar o suposto reconhecimento no trabalho, tido como a porta para a escalada triste para o pertencimento mais efetivo nas “subjetividades luxo”.

Aquele que não ascende se ressentido e aquele que ascende se arma cada vez mais para manter o ‘espaço conquistado’ pois, como os códigos não estão claros, nunca se sabe bem como se está sendo avaliado e o porquê de ascender ou não ascender. Mantem-se assim acesa a volúpia, porque subidas e descidas são sempre possíveis, nesta violência laboral que transforma todos em verdadeira bola da vez, verdadeiros Homo Saceres (AGAMBEN, 2002).

Vemos assim como um Corpo Obsessor impõe, não de fora, mas por dentro, a produção maciça de simulacros de subjetividades incapazes de subjetivação e de desejos transloucados em necessidades que vagueiam zumbis pela falta que nunca se preenche, a não ser de mais vazios, numa corrida louca para ser reconhecido numa identidade que nunca poderá ter um rosto próprio, decalque que é de uma vida capturada na catatônica esquizofrenia de fugir sempre de si mesma.

Catatonía imputada de obesos por não poder menos e anoréxicos por não poder mais, que transforma toda a sociedade em Bartlebys²⁴ ao contrário que, só sabendo dizer sim à sedução, não sabem mais como dizer eu quero, eu decido, eu escolho a escolha,

²⁴ Bartleby é um personagem de Herman Melville (2005). Um prestativo escriturário trabalhando para um advogado que, de uma hora para a outra, sem razão aparente, responde às ordens de seu patrão com um desconcertante “prefiro não fazer”, colocando de cabeça para baixo a organização do mundo tida como natural; colocando em xeque o poder a moral.

inventando não uma alternativa, mas um completo êxodo da captura de sua vida, de uma vida, a única que valeria a pena viver, porque corresponsavelmente autônoma.

Bartlebys que na vida do trabalho sempre emergem de algum jeito, provocando o ronco surdo das batalhas. Declarados ou dissimulados, às claras ou nas sombras, o operário, a pobreza, como diz Negri (2003), aprendeu bem mais que a simples resistência passiva, entendendo que não basta dizer não, sendo necessário, ainda que claudicando, reinventar uma re(ex)sistência.

Uma insistência na existência como coisa comum, como aquilo que se faz não nos dramas de um Édipo, para sempre preso aos terrores de uma representação de culpa - um teatro dos terrores; mas de um trágico agonístico em que a vida enfrenta e dobra as forças que a paralisam. Armandando-se contra o que está dado, ousa insistir para além de um único mundo possível, na estranheza de um mergulho em que o que está em jogo é a própria vida como tal. Um mergulho perigoso que, no entanto, não cai nas profundezas insondáveis de um ego para sempre capturado, mas se eleva à superfície de uma construção arriscada, porém sempre possível, de outra forma de se constituir como humano, uma humanização sempre em devir.

Após esta longa explanação considerada necessária, voltemos à experiência que deixamos paralisada no conflito de gêneros/estilos, na qual a forma com a qual o judiciário estiliza o modo de cuidar envolvendo mãe e filho, a partir do uso de uma droga pesada como o crack, entra em total desacordo com o modo de estilizar o cuidado dos profissionais de saúde na mesma questão.

Percebamos que ambos os gêneros/estilos incidem sobre o mesmo CCRP que, como vimos, é capaz de suportar a existência de mundos impossíveis, no qual a existência de um parece exigir a inexistência do outro, sem o que a ação cairá num indecível.

Mais do que dramáticas de uso de si e dos outros, percebemos o trágico de forças agonísticas em combate, compondo um quadro em que projetos, políticas, modelos e práticas de cuidado divergentes comparecem numa atividade que, para sair do indecível, exige uma tomada de decisão nada fácil, se deixada por conta daqueles

que atuam na linha de ponta. Pois estes últimos foram subtraídos de sua capacidade de ser responsável, embora se exija deles que o seja, simplesmente porque não têm autonomia para tomar decisões e modificar as formas de organização do trabalho.

Mais trágico que isto, o embate também não pode ser resolvido somente a nível organizacional, porque há aqui organizações heterogêneas em disputa de sentido, sendo que uma delas, o judiciário, comparece com um peso dessimétrico em relação à outra, que chamemos para simplificar, médica, simplesmente porque é a primeira que cabe legislar e julgar infrações do que é considerado lei e, portanto, sua determinação aparece como sendo mandado judicial.

Porém, aqueles que atuam nas organizações chamadas aqui de médicas têm suas prerrogativas éticas que, se não tem socialmente o mesmo peso da lei, funcionam para os profissionais como uma lei moral, como uma norma de conduta que não se infringe sem pagar um preço social e, por que não, emocional.

Foucault em suas obras argumenta que vivemos numa sociedade regulada pela hegemonia de um poder/saber médico-jurídico e, portanto, o trágico aumenta, pois se está em uma situação que poderíamos metaforizar como de ‘duelo de gigantes’. Gigantes que ordenam o mesmo mundo sem conversar entre si, esquecidos que as organizações que comandam são levadas a funcionar por forças livres vivas que, longe de serem máquinas executantes, se implicam com aquilo que fazem e, portanto, sofrem ou se alegram com a experiência do labor.

Mais trágico ainda, porque as decisões e normas abstratas recaem sobre vidas que também têm suas próprias formas de entender e habitar os verbos da vida e que não são chamadas para decidir em conjunto, nem por um gigante nem pelo outro, sobre assuntos que terão grande peso sobre o rumo que suas existências deverão tomar.

Situação que os da linha de ponta enfrentam no face a face, no encontro com estas vidas subtraídas e que, por mais que queiram, não podem abdicar de serem afetados e afetarem, já que, como vimos, as tecnologias leves são ferramentas inerentes e esperadas nos serviços de saúde para que cumpram sua missão social: prestar cuidado

à sociedade favorecendo a melhor saúde possível, razão pela qual são considerados serviços essenciais.

Torturante situação porque seja qual for a decisão haverá punição: seja jurídica, seja moral, seja emocional. A quem respeitar: À justiça? À ética? À vida? Enfim, uma situação em tudo criada por uma forma de organização que não considera a cogestão das situações como necessária e como bem comum, envolvendo a todos que terão que responder a ela, com prejuízos para o seu próprio entendimento de uma vida digna de ser vivida. Ou seja, uma organização que impede aquilo que aqui denominamos o ‘bom’ trabalho. Sem cogestão não há solução pensável e executável por nenhum ser vivo, os trabalhadores ficam como ‘cegos em meio ao tiroteio’, em meio a uma situação em que não se pode deixar de agir, mas não se pode agir sem custos. Violência da Racionalidade Gerencial Hegemônica do trabalho, para falar como Campos (2000).

Violência existencial porque nem todos os profissionais envolvidos devem partilhar da mesma crença diante da situação; porque deve haver formas de ação e de resistência heterogêneas em movimento, ou seja, mobilização de estilos.

Violência também, porque as singularidades/multiplicidades livres ficam com a espada suspensa sobre a cabeça e, apesar dos pesares, devem escolher dar um passo a frente, decidindo que sofrimento preferem padecer, diante de um indecível no trabalho cujo conflito deve ser resolvido, se se quiser trabalhar, por uma decisão que crie uma ação possível, assumindo-se os riscos, já que nem sempre se pode levar avante as decisões tomadas,

Como entendemos da Clínica da Atividade, se a cogestão é impossibilitada por qualquer motivo, o trabalho perde o sentido para o trabalhador, ocasião em que se vaga a esmo por uma atividade imposta que tem um preço. A este preço Clot (2006) denomina sofrimento psíquico, já que para este autor o trabalho não tem, mas é uma função psicológica.

Importante inflexão para o nosso caso, pois privilegiamos aqui a discussão das atividades em saúde, um trabalho fortemente marcado pela dimensão imaterial, a exigir

intensa troca com os usuários, fazendo da cooperação, da comunicação e da subjetivação ferramentas imprescindíveis de trabalho.

A incidência de normas impostas, sem prévia discussão com aqueles que estão na linha de frente, gera não só impasses sérios e contundentes para os que desenvolvem a ação, mas também intenso desgaste emocional para os trabalhadores, cujo dever fazer entra em choque direto com o que se deseja fazer e com aquilo que sentem, eticamente, como o que deve ser feito.

Situação impactante e de difícil resolução, se não houver abertura democrática na discussão e construção dos modelos de gestão e atenção em saúde, para nós dimensões diferentes, mas inseparáveis, como também a clínica e a política. Isto não acontece sem incluir todos aqueles que fazem parte do processo, sem esquecer, o que é frequente, os mais diretamente implicados com a gestão das situações imprevisíveis, os trabalhadores de linha de ponta e, mais frequentemente ainda, aqueles que buscam o cuidado não como captura de suas vidas, mas como forma de vivê-las com maior autonomia.

Porém, no cotidiano das instituições de saúde, o que testemunhamos até os dias de hoje de maneira predominante é a Racionalidade Gerencial Hegemônica que, conforme Campos (2000, p.23) “produz sistemas de direção que se alicerçam no aprisionamento da vontade e na expropriação das possibilidades de governar da maioria. Estes sistemas, mais do que comprar a força de trabalho, exigem que os trabalhadores renunciem a desejos e interesses, substituindo-os por objetivos, normas e objeto de trabalho, alheios (estranhos) a eles”.

Como, então, não repetir com Ricardo Teixeira (2008, informação verbal)?

(...) com certeza, cada vez que a gente se indigna com o trabalho; que a gente tem a sensação de indignação, de que nosso trabalho foi violentado; de que há alguma coisa ali que não dá para aceitar, é porque esta dimensão de inovação criativa no trabalho não está podendo ser exercida.

Aquilo contra o qual a gente mais resiste e se indigna no trabalho é contra a impossibilidade de exercer criativamente a inovação na relação.

Situação séria que, como já vimos, Clot (2010a) entende como uma das vertentes que pode levar os trabalhadores a um triste namoro com o suicídio ou ao suicídio real, pela impossibilidade de sentir que estão fazendo um ‘bom’ trabalho, tanto mais séria e delicada porque as normativas surgem como formas de regular a qualidade da atenção e da gestão, querendo-se na direção dos princípios do Sistema Único de Saúde (SUS), garantindo a universalidade do acesso, a equanimidade e integralidade da atenção, muitas vezes pelo próprio órgão que deveria ser responsável pela sua real efetividade, o Ministério da Saúde.

Porém este, ao tomar a gestão e atenção como separados da política pública, aquela feita por todos, que instituiu o SUS como realidade legal no Brasil, faz com que o tiro saia pela culatra.

Tomar a melhor gestão e o melhor cuidado a ser ofertado como abstrações, descoladas daqueles que administram, trabalham e usam o SUS, como se políticas, programas e projetos pudessem, isolados destes protagonistas, resolver os problemas, só consegue gerar um quadro de não ressonância e de insatisfação. Pior ainda, um sentimento de ultraje e indignação em todos, que não pode deixar de ser sentido como desrespeito e violência por aqueles que participam dos seus efeitos de realidade.

Mesmo que levando em conta as situações existentes na realidade do Brasil, muitas vezes exigindo ações em caráter emergencial, a não inclusão dos três protagonistas - gestores, trabalhadores e usuários - na discussão das medidas a serem tomadas geram mais transtornos e dificuldades que soluções reais para os problemas que se apresentam.

Quando não raro, estas medidas emergenciais necessárias são, elas mesmas, efeitos de decisões verticalizadas e abstratas, que, por não comporem com aqueles que as devem adotar ou sofrer seus efeitos e tampouco com os dados de realidade, acabam por causar mais obstáculos e resistências legítimas, que alcançarem as metas supostas como de melhoria para o SUS. Desta forma, há mais desperdício de recursos, descuidado ou maltrato no cuidado e aviltamento dos trabalhadores que propriamente melhorias substanciais.

Enquanto não for levada a sério a necessidade de redes aquecidas efetivas, com participação ativa, envolvendo corresponsavelmente todos os implicados no processo de saúde, manteremos a situação de ‘apagar incêndio’ e ‘enxugar gelo’²⁵, fabricando espúrias soluções abstratas e condenando aqueles que trabalham, no desgaste físico e emocional, a darem conta das incoerências do sistema e, ainda por cima, responderem por uma responsabilidade que lhes é usurpada, mas, contudo, lhes é imputada quando as coisas não funcionam.

Até quando nos manteremos surdos e cegos à característica inerente ao trabalho imaterial, ou seja, o de só funcionar a contento em cogestão real, em redes ativas e eficazes? Até quando um modelo estreito de gestão de pessoas sobrepujará a gestão com pessoas, incluindo-as em seu real protagonismo e potência normativa? Enquanto se continuar administrando pessoas como recursos e situações adversas como problemas para especialistas ou expertises descolados do real, só se causará mais turbulências e ingerências, desperdiçando tempo e recursos públicos e, pior, perpetuando ou, mesmo, deteriorando ainda mais o *status quo*.

Assim, vemos como a própria disfunção do trabalhar nos conduz às dimensões cooperativa, afetiva e expressiva da atividade laboral. Estar em atividade não pode deixar de ser visto, se se quer evitar transtornos, como a mobilização de uma rede complexa de relações, na qual se implicar, negociar e decidir, em meio àquilo que Schwartz denomina dramáticas do uso de si, não é questão de escolha pessoal, mas imperativo da ação para chegar a produzir aquilo que é esperado. Contudo, não sem passa-lo pelo crivo daquilo que também espera aquele que se põe em atividade e aquele que irá usufruir dos produtos desta atividade.

²⁵ Ouvimos, por parte dos trabalhadores de saúde, estas duas expressões coloquiais como forma de expressar as constantes atividades ‘enlouquecidas’ de situações ditas emergenciais (apagar incêndio) e de atividades que estão sempre recomeçando, sem que nunca se chegue ao objetivo traçado (enxugar gelo). Ambas remetem, então, as incoerências da organização do trabalho, oriundas das normativas do próprio sistema de saúde ou das prescrições de normas organizacionais para as quais não encontram mais nenhum sentido real. Para piorar, muitas vezes ambas se misturam, situação na qual às normativas incoerentes do sistema a organização responde com outras mais estapafúrdias ainda, enlouquecendo os trabalhadores que, apesar dos pesares, têm de dar conta da situação no real, ainda quando haja evidentes contradições das normas. Coloquialmente, neste último caso, teríamos a bizarra figuração de alguém ‘enxugando gelo em meio ao incêndio que deve ser apagado’ que, contudo, reflete bem os sentimentos de impotência pela falta de sentido em meio ao qual têm de levar suas atividades a cabo.

É porque o prescrito é necessário como patrimônio da inteligência industriosa, como bússola que norteia a ação, mas que, sozinha e por si, não nos leva a nenhum caminho, que o trabalho tem de ser sempre vivo e em ato, vale dizer, negociado e organizado coletivamente.

Este ensaio com a experiência facilita a argumentação dessa tese sobre Gênero, Estilo e CCRP como agindo em conjunto e como estranhas esquizas capazes de comportar mundos impossíveis. Nestes mundos, até mesmo um Corpo Obsessor cafetinando as forças livres, porque utilizando suas forças genésicas apenas para a extração de mais-valia, exigindo e impedindo ao mesmo tempo o agir.

O que mostra bem a complexidade problemática do trabalho no contemporâneo, cuja violenta prescrição de cooperação, de expressividade e de afetividade tem custado muito aos trabalhadores que adoecem, morrem e se matam ‘a rodo’, ao menos do que temos apreendido de nossa experiência com estes trabalhadores e que mereceriam, em caráter de urgência, uma pesquisa levada neste sentido, já que são números e não vivências o que se valoriza hegemonicamente como indicadores que devem ser levados em conta.

Um Corpo obsessor entranhado como um chip no Corpo Comum da máquina expressiva produtiva. Um hacker disseminando um código oculto que passa a dominar por descodificação e recodificação todos os processos criativos, fazendo que o acontecimento e a invenção não se manifestem, assim que cumprirem sua função de produzir valores de uso estimados pelo mercado. Uma aparente falta de códigos para encobrir uma axiomática que reduz tudo aos seus termos, dificultando a escolha da escolha.

Porém não se cafetina uma força sem por ela ser também cafetinada, nos mantamos no âmbito da agonística. A própria descodificação cria linhas de fuga em sua desterritorialização desesperada. É o Corpo Obsessor que precisa urgentemente vampirizar as forças livres para continuar a existir. Ele não pulsa, ele não é vivo, ele não tem sangue próprio. A sua é uma expropriação e não uma potência genuína. Ele é uma máquina burocrática mortífera, mortificante, mortificadora, morta. Por isto, talvez, ele

não consiga conviver com vivos e os transforme em *cyber* zumbis programados e formatados.

A composição do Corpo Comum, ao contrário, é viva e vívida. E, portanto, em meio a qualquer hackeamento, pode sempre hackear o hacker e se realinhar no embate de forças. Seja vampirismo, seja cafetinagem, seja expropriação criativa, o desejo sempre arruma um jeito de se efetuar. A vida baila e, no seu bailado, reinventa novas formas de ser normativa. Reinvenção que, repitamos, se faz pelo Intelecto Público, por uma poeira de infames que, viva e fazendo viver, não se detém na poeira mortífera das adversidades e das trapaças. Ela simplesmente passa. Diríamos com Manuel de Barros, passarinho.

Retomando o rumo, o caso trazido nos parece paradigmático da área de saúde, na qual com muita frequência vemos situações como esta: encurralamento numa ação que se exige e se castra ao mesmo tempo, levando a imputação de uma decisão que não tem jeito de não ser feita e que, contudo, é punida a nível pessoal. Responsabilizam-se administradores, trabalhadores e usuários de um ou outro jeito por erros e falhas de um sistema que, enlouquecido, fragmentado e contra produtivo em sua forma de gerência, enfraquece qualquer potência normativa, impede mesmo de trabalhar, criando situações incompreensíveis para quem não pesquisa prudentemente um CCRP.

Ainda pior, falhas e erros são espetáculos propagados sem mais cuidado por uma mídia que imputa à saúde pública uma natural ineficiência, ainda que a saúde privada em nada seja melhor; responsabiliza gestores por serem inescrupulosos ou incompetentes; desqualifica servidores de saúde como desleixados e irresponsáveis, numa cínica defesa da sociedade, vítima vulnerável de um ‘bando de facínoras’, sem, contudo, remeter o fato ao próprio modo como a saúde vem sendo tomada como bem de consumo, como mercado privilegiado de mais-valia, a expensas de todo o esforço de melhorias que acontecem, mas não são divulgados, naquele SUS que, contra-hegemônico, apesar dos pesares, é o único que atende as “subjetividades lixo” que a mídia não faz nada para favorecer.

Ao contrário, estimula a contratação de planos privados de saúde que não têm para este público a mesma consideração e atenção com as “subjetividades luxos”, o que,

aliás, vem em muito diminuindo, mas que, endinheirada, capitalizada, vê sua responsabilidade com a saúde pública como um simples muxoxo e indignação falsa de nádegas sobre sofás, contemplando uma vida deixada para lá através de seus telões de plasma, daqueles que fazem parte de um mundo que não pode ser o seu.

Entendamo-nos bem. Não se está aqui negando que existam na realidade aquelas deficiências que a mídia propaga, pelo contrário, sabemos bem as ineficiências ainda existentes no SUS, mas também sabemos bem que ele não é só isto e nem isto em sua totalidade. “Onde o SUS funciona, ele dá certo”, já disse alguém, e se ele não está dando certo é preciso que se o modifique. Jogar a criança fora com a água do banho não é somente irracional, mas um atentado contra aqueles que financiam e utilizam o SUS, ou seja, todo o corpo social.

O SUS é política pública e, como tal, em seu artigo 196 a Constituição Federal assegura: “saúde é direito de todos e dever do Estado” (BRASIL, 1988), mas não é menos dever da sociedade, ricos e pobres, “subjetividades luxo e subjetividades lixo”, para que almeje e exija a efetividade daquilo que nos é caro nos dois sentidos: o de ser uma conquista social contra as forças autoritárias hegemônicas e o de ser financiado por todos aqueles que trabalham no mercado formal e dependem dele seja como assistência, seja como previdência.

As ineficiências e deficiências do SUS são, em última instância, as ineficiências e deficiências de todos os brasileiros nos aspectos político, estético e ético. Saíamos pois do luxo e do lixo para sermos vivos corresponsáveis com a vida, defendendo não o SUS, não qualquer SUS, mas defendendo uma vida digna de ser vivida em sua plenitude.

III. Um engenheiro engenhoso ou a invenção de possíveis diante do que parece impossível ou o dribble das forças livres diante dos obstáculos.

Detenhamo-nos agora no caso de um engenheiro que, após fazer o curso de ambiência promovido pela Política Nacional de Humanização/ Ministério da Saúde²⁶, cujo trabalho final exigia um plano de intervenção em alguma organização de saúde no sentido de uma melhoria da ambiência, tomada em sentido amplo. Este trabalhador narra que, orientando-se pelo aprendizado do curso, estava movido para a inclusão de todos os protagonistas envolvidos no setor para o qual faria projeto de melhoria da ambiência, no caso, uma maternidade do Sul do País.

Como seu plano focava a melhoria do espaço das enfermarias que abrigavam mulheres que amamentavam, considerava primordial estabelecer uma roda de conversa com estas mães. Movido por este intento, argumentou isto com a direção daquela unidade, ouvindo então que “não precisava esta conversa com os usuários, seria pura perda de tempo, pois todos nós já sabemos o que eles precisam”.

Ora, analisando pelo nosso referencial, a atividade laboral do engenheiro é orientada e situada com base num gênero/estilo que deve ser posto em funcionamento através de um CCRP, no qual entram em debate gêneros/estilos heterogêneos, com necessidade de negociação constante.

No caso em questão, o curso serviu como um intercessor para este engenheiro. Movido por aquilo que ele denominou como “uma abertura de olhos, uma nova visada sobre as possibilidades de sua função”, ele estiliza e rearranja o gênero da atividade, enriquecendo-o com outros referenciais possíveis. Referenciais que, no dizer deste profissional, tratava-se de “outro olhar no trabalho que fazia toda diferença no seu como

²⁶ Trata-se do I Curso de Formação de Apoiadores Temáticos em Ambiência no SUS, promovido pela PNH/SAS/MS. O curso, que durou cerca de um ano, teve seu encerramento em agosto/2013, formando 60 engenheiros/arquitetos vinculados ao MS, sediados de norte a sul do país. A formação fomentou um conceito ampliado de ambiência no trabalho, indo além da transformação do espaço físico propriamente dito. A ambiência, como veiculada pelo curso, considera também o espaço como propiciador ou não das relações que nele se desenvolvem. Neste sentido, propunha a inclusão de todos aqueles envolvidos na discussão das transformações do espaço físico, com olhar atento para as condições e processos de trabalho que ali se desenvolvem, bem como para o acesso e o acolhimento necessários aos que buscam o serviço ali prestado.

fazer”. Vale repetir, novas maneiras de instrumentar as técnicas já conhecidas, fomentando uma estilização que abria novos possíveis de atuação.

O agenciamento de enunciação, que é como aqui consideramos o gênero nesta bricolagem Clot <-> Deleuze/Guattari, propiciou uma nova sensibilidade ao olhar deste engenheiro sobre sua forma de entendimento da ambiência, incluindo nesta, além dos aspectos puramente físicos, certamente importantes, a dimensão relacional, da utilização do espaço com base nos processos de trabalho, considerando que este é eminentemente afetivo, vale dizer, facilita ou dificulta não só a instrumentação das tecnologias duras e leves-duras, mas principalmente das tecnologias leves, para utilizarmos Merhy.

Ou seja, a disposição do espaço físico nos fornece pistas importantes para entendermos os modelos de gestão e atenção processados e, se o queremos transformar, a ambiência pode ser um dispositivo importante desta transformação.

Facilitar a circulação, promovendo maior agilidade nas circunstâncias requeridas pelas necessidades do cuidado a se prestar, levando-se em conta o grau de gravidade dos agravos a serem enfrentados, melhorando o fluxo do atendimento, no sentido de maior conforto para os trabalhadores e usuários e promovendo espaços de trocas entre trabalhadores e usuários e entre os próprios trabalhadores, para maior intercâmbio profissional e pessoal, pensando numa clínica ampliada, na qual o trabalho deve ser compartilhado e cogido por todos - gestores, trabalhadores e usuários, coletivamente, é um passo importante na intervenção nas formas hegemônicas de gestão e atenção em saúde que se pretende modificar.

Este referencial norteador para as atividades laborais foi incorporado ao gênero da atividade do engenheiro e, a partir disto, passará a incidir sobre suas formas de estilização, que não se faz sem o agenciamento maquínico dos corpos, que é o que se entende nessa bricolagem Clot <-> Deleuze/Guattari como estilo.

Mas as palavras podem nos levar a equívocos se não explicitadas. Falamos de um engenheiro atuando numa maternidade localizada, com uma prescrição específica, a de melhorias em uma das enfermarias da maternidade; com um modo de fazer modificado por um curso, por ele levado a sério e, portanto, que ele quer por em prática,

não somente para cumprir a prescrição do curso, trabalho final = plano de intervenção, mas porque, como ele diz, teve ampliada sua capacidade de análise, abrindo-lhe novos possíveis de intervenção dentro de sua especialidade, a engenharia, e que negocia o novo modo de fazer sua intervenção com a direção que, no caso, tendo concentrado o poder de decisão, não concorda e até desqualifica aquilo que este engenheiro considera como uma ampliação de seu poder de agir como pura “perda de tempo”.

Tudo aqui, então, como dito, parece se referir a conflito entre indivíduos, entre pessoas com suas idiossincrasias divergentes, na qual aquela que poderá decidir sobre a situação, autorizando-a ou não, responde com uma rotunda negação. Nada mais simplista e enganoso do que tomarmos este entendimento para uma situação em que, como temos discutido, há sempre em jogo uma complexa relação de forças. Daí a necessidade de certa prolixidade que, nessa narrativa, é de certo modo metodológica.

Como apostamos nessa tese várias vezes, nenhuma atividade laboral é apenas individual e nem mesmo apenas interindividual. Gênero<>CCRP<>Estilo formam um complexo sinérgico no qual coletivo e singular são indissociáveis e privado/público, individual/social, sujeito/sujeitado e todas as outras dicotomias hegemônicas, a que estamos tão acostumados, perdem todo o sentido, a não ser o de controlar aquilo que é movimento de forças livres se afetando mutuamente em todas as direções, promovendo debates de valores e necessidade de negociação para tomadas de decisão.

De forma bem concisa, já que repetitiva, o gênero enriquecido não pertence ao engenheiro em questão, não é somente e muito menos dele, como se, ao final do curso, ele tivesse adquirido como consumidor um produto que, a partir da aquisição, ele alienaria, porque o que se produziu foi não uma mercadoria, mas um bem comum, que continua bem comum antes do curso, durante o curso e após o curso, voltando a fazer parte do processo produtivo, como vemos aqui na intervenção deste engenheiro.

Bem comum antes do curso, porque, embora fazendo parte do cabedal teórico/metodológico veiculado por uma política, no caso a PNH, também não é dela, não pertence a ela, não se iniciou com ela, mas faz parte de um intelecto público, ou *General Intellect*, do qual esta política lançou mão.

Em sua formulação, os propositores da PNH tornaram pública a declaração de que se partira das experiências que já se realizavam e, através delas e com elas, intervindo para conhecer, elaboraram seu cabedal teórico/metodológico como forma de fomentar e incrementar as próprias experiências existentes e, a partir delas, estimular e ferramentar outras em desenvolvimento ou a serem desenvolvidas.

Este modo de operar, utilizar a experiência adquirida como trampolim para novas experiências possíveis, aproxima as diretrizes metodológicas da PNH e da Clínica da Atividade.

O Gênero, portanto, dizemos aqui para Clot, é bem comum do *General Intellect* que move as forças produtivas, incluindo nelas todas as vidas, qualquer vida, uma vida, porque, ainda mais neste caso específico, o da PNH, o cabedal teórico/metodológico incluiu experiências advindas do próprio corpo social, do próprio movimento social, ou seja, de cidadãos que podiam ou não estar envolvidos em algum trabalho formal.

O Gênero é inteligência coletiva, virtuosismo da multidão (VIRNO, 2013), da vida em cooperação, expressividade e afetividade, nada a ver com inteligência artificial e com redes virtuais, nada a ver com divisão racional do trabalho, mas com um *General Intellect* em tudo público, em tudo *res pública*, vida que se alimenta da vida. Potências que se juntam ampliando a potência e fazem surgir uma inteligência coletiva simplesmente pelo fato de haver vida, apesar da captura; de haver experiências e saberes das experiências, apesar do poder/saber legitimado; de haver enfim libertação da liberdade acorrentada entre escolhas sem possibilidade de escolha, porque feitas entre alternativas que nada alternam.

Apesar da mesmice, do tédio mortífero, da extrema violência e violentação dos corpos e das almas, a vida resiste, re(ex)siste e faz uma história menor, porque sempre minoria. Porém, ao contrário da história maior, sempre fictícia, sempre manipulada, sempre decalque de história, é a história de todos os corpos vivos cantando e fazendo a sinfonia, já que a letra é sempre silenciada, mas não apagada. É, enfim, “a glória cerebral do elemento mais influente e mais potente do cérebro” (TARDE, 2003, p.59): sua normatividade nas lutas inglórias da glória da vida, de qualquer vida, de imanência, uma vida...

Mas também entendemos, através de Clot, que o gênero da atividade é local, porque é na formação do CCRP, do qual também participa o estilo, que aquilo que é agenciamento coletivo, abertura de possíveis, pode ser efetuado por meio da maquinação dos corpos, no debate de valores, na negociação, na abertura de brechas que fazem da instituição não um todo fechado, para sempre dado, mas um possível se efetuando em meio às forças instituintes, que abrem novos possíveis.

Por isto a atividade é sempre nômade, é sempre enigma, porque sempre uma negociação em andamento, sempre um desobramento de uma obra que nunca começou e nunca terminará enquanto for o vivo que a orquestra e a põe em movimento. Argumento que voltaremos a desenvolver nessa tese.

Assim, percebamos que o estilo em questão também não é do engenheiro, não pertence a ele como indivíduo, mas é um agregado que toma corpo através do *médium* trabalhador. Diretrizes heterogêneas que se agenciaram através da estilização do engenheiro numa intercessão incidental com um curso promovido pela PNH que, por sua vez, sofreu intercessão de diversas fontes, entre elas os movimentos sociais, e se agenciaram para dar efetividade a um novo possível, fazendo emergir um cabedal teórico/metodológico que já não pertence a nenhum deles em particular, mas é de todos e de ninguém ao mesmo tempo.

É o corpo do engenheiro, uma singularidade múltipla, que arrasta este agenciamento de enunciação coletiva para a realidade daquela organização de saúde. Corpo que também é uma multiplicidade singular que, no encontro, ou no embate, comporá uma estilização, inovando o gênero no sentido em que as relações de forças, os vários gêneros em disputas, tornem possível naquele momento e naquele dado local.

O referencial teórico/metodológico incorporado ao gênero e arrastado por uma singularidade nos limites de outras singularidades é apenas um meio para se constituir um bem comum e um valor de uso que deve ser construído na negociação coletiva, na formação de um comum possível, sem a qual a ação fica impedida e a atividade emperra, exigindo a construção de novos possíveis frente aos imprevistos. Portanto, não é a técnica em si apreendida por este engenheiro através do curso que garante o bem

comum. O bem comum deverá ser construído na negociação, para a qual a técnica poderá ou não se mostrar útil.

Não são as teorias e os métodos que garantem valores de usos e bem comum. As teorias e os métodos, fazendo parte dos gêneros, nada são se o Corpo Coletivo não os efetua através de um jogo no qual as relações de forças e as formas do saber possam ser incorporadas e ferramentadas coletivamente por mãos engenhosas que os direcionem por meio de um sentido comum. É então o sentido inventado para a ação e os esforços empreendidos pelos corpos em sua experiência do labor, a atividade, que é o bem comum.

Por isto se forma um CCRP. Não porque alguém o planeje e o antecipe, não porque haja um arque engenheiro da atividade, não porque uma funcionalidade o determine, mas porque, quando a máquina expressiva da produção se põe a funcionar, não há possibilidade de que nenhum prescrito e, mesmo, de que nenhum gênero/estilo sozinho ou, ainda, obrigatoriedades de funcionalidade e produtividade deem conta de todos os imprevistos decorrentes da maquinação dos corpos. É porque necessariamente processada por vivos que a atividade é um enigma, uma estranheza.

Com estas considerações, voltemos ao engenheiro e àquilo que podemos denominar a interdição de sua ação pelo administrador da organização para a qual deseja fazer um projeto de ambiência ampliada.

No embate de gêneros, a novidade instrumental que o engenheiro portava entrou em choque com o gênero de administração mobilizado pelo administrador, interditando a inclusão dos usuários como metodologia de trabalho válida, já que a considerava perda de tempo. Cria-se então um indecível entre gêneros heterogêneos, abrindo-se debates de valores. Novamente, aparece um Corpo Obsessor acoplado aos processos em marcha de um Corpo Comum.

O modo de trabalho que este engenheiro acredita que deve ser feito, para melhor fazer, entra em confronto direto com o modo como a direção normatiza que deve ser feito e para quem o ‘melhor fazer’ do engenheiro é pura perda de tempo.

O possível do engenheiro e o possível da direção aparentemente criam um bloqueio da ação. Como a direção tem a prerrogativa de permitir ou não a ação nesta relação de forças e como os argumentos não adiantaram para movê-la de sua consideração, a inclusão dos usuários, valorizada pelo engenheiro, está interdita e, pior, desqualificada frente a uma força para a qual ele concorre numa relação dessimétrica.

Justificadamente, o engenheiro poderia simplesmente executar a sua ação recuando no tempo, quando este tipo de valorização também não fazia parte do seu referencial genérico. Porém, após uma mudança do sentir, não se volta no tempo sem pagar um ônus por isto. Schwartz tem toda razão, debate de valores e dramáticas do uso de si entram aqui em cheio.

Vence a potência do engenheiro, num estratagema que tornou comum o que era diferente e permaneceu diferente até o fim. Impossibilitado de fazer rodas de conversa com os usuários, recuou aparentemente, solicitando que pelo menos pudesse visitar o local para o qual faria seu projeto de ambiência, o que foi aceito sem problemas.

Ora, percorrendo os espaços, o engenheiro passou a conversar com as mães que ali estavam. Com isto, descobriu que uma das principais queixas destas era sobre as cadeiras, consideradas desconfortáveis demais e não favorecedoras da amamentação, coisa que dificultava por não ter encosto de braços adequados.

No seu relatório final de melhoria da ambiência para aquele setor da maternidade, as cadeiras foram consideradas inapropriadas, sendo solicitada sua substituição por outras mais adequadas, levando-se em conta o que havia sido colhido com as usuárias, o que foi atendido pela direção. Apesar da inquestionável vitória, este engenheiro lamentava-se dizendo que fez pouco, pois não conseguiu fazer as rodas de conversa conforme aprendeu no curso, ou seja, pondo todos os envolvidos para conversar.

Como diz Ricardo Teixeira (2008, informação verbal), “o trabalho imaterial é esta regulação fina, que nem parece que é trabalho, porque não aparece como trabalho”. Preso a um modelo formal de técnica, o profissional não percebe a realização de sua catacrese, ou seja, um uso diferente da ferramenta, criado por ele diante do

imprevisto. Ante a normatividade que engessava seu modo de fazer, ele se fez normativo, isto é, criou uma nova maneira de utilizar o método. Ou seja, para fazer aquilo que devia ser feito ele fez o que não devia ser feito para aquela instituição, sem violar as regras, pois não eram ‘rodas de conversa’ com os usuários, mas ‘visitas’ aos espaços a serem modificados.

Ele criou um fora da situação conflituosa, uma espécie de hackeamento do hacker, sem abrir mão do conflito. O gênero da atividade e sua estilização moveram-se numa relação com o impossível, já que falhara seu conhecimento como forma de argumentos e sua potência como relação de forças, pois ele estava numa relação dessimétrica de poder. Usar de si e sair de si, estranha experiência: um trabalho.

Um si que não era ele, engenheiro, porque é parte de multiplicidades livres, complexo heterogêneo, agenciamento de enunciação: modo de fazer da engenharia, gênero da atividade mobilizado por este engenheiro, incorporando a formação em ambiência, seus afetos frente ao que considera importante, portanto suas crenças, etc. todos compondo este si. Nada disto pode ser remetido a esfera de um sujeito como pessoa que vem antes do que lhe acontece. A singularidade que este engenheiro encarna é na realidade uma multiplicidade de experiências que fizeram dele um sujeito, não o contrário.

Um sair de si que não é ir ao encontro de um outro identitário que inclusive, no caso, obstava a ação. Um sair de si que é o encontro com o impossível, no qual saber e poder não são negados, numa síntese dialética equilibradora, ao contrário, o que se sabe e o que se pode não mudou em nada durante toda a intervenção e depois dela. Incluir os usuários é valorizado e desvalorizado do começo ao fim, mas o sair de si junta estes heterogêneos em um comum, possibilitado pela visita, que no fundo não é nem visita, nem roda de conversa, mas dispositivo inventado para que a ação fosse possível. Hackeamento do hacker, glória das forças livres.

Assim, e isto é princípio diretor para nós, a ação inventiva do trabalho, na qual apostamos e afirmamos nessa tese, não é um ‘tapa buracos’ para a miserabilidade em que ocorrem as condições de trabalho, não é um ‘apagar de incêndios’ para vazios de

gestão, não é um ‘quebra galho’, já que tudo isto é menos resistência, no sentido de re(ex)sistir, que manutenção de um status quo apodrecido e que deve ser mudado.

O engenheiro em questão fez nada mais nada menos que inventar um dispositivo de ação, uma maneira criativa de possibilitar, ainda que com uma insurreição, o que ele sentia que era importante. Tão bem produzida, diria eu, que nem mesmo ele percebeu o que fez. Achando que fez pouco, ele se processou num excesso, ao qual as mães da enfermaria certamente agradecem. Por isto dissemos que a consciência não é exatamente do sujeito da ação, mas do Corpo Comum Relativamente Pertinente, pois são estratégias vinda de uma Inteligência Pública e postas em movimento pela genialidade tardiana do engenheiro em questão.

Enfrentando os imprevistos e instrumentado por um patrimônio, o trabalhador faz uso de sua engenhosidade de vivo e, por meio de desvios, inventou a ação possível, tornando efetiva sua atividade, atendendo tanto ao prescrito quanto ao desejado, o que a princípio parecia impossível. Não se pode, portanto, falar somente de força de trabalho, de valor de troca. O trabalho é também e cada vez em maior escala valor de uso, confronto de valores e produção de bem comum que tem efeitos sobre aquele que o produz e, em o produzindo, se produz com ele.

O prescrito, no entanto, não deve ser visto como fator de assujeitamento, como algo negativo e que deve ser erradicado, pois ele tem sua positividade, afirmando o trabalho como cooperação social, como patrimônio encarnado da longa história humana em seu enfrentamento de um meio adverso, luta mesma pela existência neste meio.

Contudo, o prescrito pode sim tornar-se fator deletério se engessa a atividade, se coíbe o protagonismo do vivo, dificultando a expressão de sua normatividade. Um bom exemplo disso é o próprio Taylorismo que, tentando padronizar os gestos e normatizar a atividade laboral, acabou se transformando numa violenta prescrição de subjetividade, na qual o que mais afetava o trabalhador não era o que ele devia fazer, mas aquilo que se impedia de fazer para chegar a fazer o que devia ser feito.

Foi a amputação da ação, a interdição do gesto (CLOT, 2006), a proibição de não pensar e sentir que tornou a prescrição taylorista impossível de ser acatada pelos

trabalhadores. Contudo, ainda que contraproducente com o trabalho imaterial, são ainda as formas tayloristas de organização do trabalho, mescladas com outras mais ‘democráticas’, o que vemos como predominante nos serviços de saúde no Brasil.

Como entendo, o taylorismo terminou por colocar em evidência aquilo mesmo que queria sanar: a produção de subjetividade no trabalho, a impossibilidade de se dissociar gestão e execução, vida e trabalho, ação e subjetivação. Cedo os trabalhadores perceberam o que envolvia o trabalhar e se rebelaram, obrigando o capitalismo a se modular. História da qual seguimos e sofremos os tropeços até a atualidade.

Embora completamente contra produtora com a colaboração, comunicação e afetividade exigidas pela forma de organização da produção no contemporâneo, a verticalidade da gestão continua a ser exercida em maior ou menor grau, produzindo seus efeitos deletérios no corpo que trabalha.

Em nosso caminhar com as experiências, vimos três casos que mesclaram aquilo que se analisa do trabalho, através de diferentes interfaces, postas aqui numa hibridação ou bricolagem, com aquilo que acontece na atividade real e que, diferente do prescrito, leva a novos arranjos instrumentais, de tal forma que o que se pensa e o que se vive neste encontro através da atividade laboral se modificam e se ampliam.

Percebemos o movimento das forças livres se agenciando num Corpo Comum Relativamente Pertinente e, constantemente, a acoplagem neste corpo de uma espécie de *chip* que tenta fazê-lo responder de uma só maneira possível, o denominado Corpo Obsessor Realmente Permanente. Assim, naquilo que só funciona por arranjos e desarranjos constantes e, portanto, só pode ser relativo para poder responder em ato a imprevistos, se ingesta algo que utiliza suas forças livres para também responder ao imprevisto, com certeza, mas tornando permanente uma axiomática que não se deixa modificar. Algo que, ingerido, funcionará em suas entranhas como um parasita indigesto.

Com a primeira experiência, a da “ré a revelia”, vimos como, aparentemente, este Corpo Obsessor parecia estar vencendo de forma a dificultar a dobragem das forças livres como processo de subjetivação autônomo e, através de uma construção coletiva,

rever e transformar o que estava instituído como forma para sempre dada de organização do trabalho.

O apego à funcionalidade, presente desde a pactuação inicial, condição imposta para a convivência da chefia ao esquema, mostrou-se como uma pedra de tropeço para todos os outros arranjos necessários, diante dos imprevistos. Todos terminaram tornando-se reféns do trabalho através de um acordo que, menos que construído de forma corresponsável, parecia ter se dado para favorecer as conveniências pessoais.

Conveniências que, como um furta-cor, fazia-se presente nas negociações do caso da ‘ré à revelia’, sem jamais ousar ser cor. No entanto, poderíamos resumir sinteticamente o caso dizendo que toda a questão se transformou em um embate entre conveniências pessoais e poder hierárquico, que, ao final, acabou transformando até mesmo o comprovado mal estado de saúde da trabalhadora em ‘armação’, forma mascarada da conveniência utilizada como fator decisivo para a solução do caso pelas hierarquias organizacionais.

O que víamos como um acontecimento, o encontro entre o adoecimento e afastamento da trabalhadora num tempo em que o setor sofria profundas modificações, exigindo reformulações dos arranjos de trabalho, era sempre rebatido contra o pano de fundo de uma história pregressa que, embora tenha permitido a convivência da trabalhadora com toda a equipe por 15 anos, de repente, a condenava ao ostracismo.

Ostracismo, no entanto que, como um analisador, podemos aventar como deslocado, já que o que estava sendo excluída e isolada resistentemente era a necessidade de rever aquele esquema de trabalho, coisa que a ‘ré à revelia’ bradava ‘aos sete ventos’ e que, seguido ao caso, num ritornelo, era reforçada por outros cinco trabalhadores do setor, reafirmando as mesmas condições, já sentidas como intoleráveis.

A obstinação dos modelos de gestão em solucionar os conflitos de forma rápida e asséptica, sem problematizar o que exige avaliação e replanejamento, pode mesmo levar a um aparente equilíbrio restaurador da paz organizacional, mas, como vimos, uma paz que escamoteia uma ‘panela de pressão’ prestes a explodir.

A energia gasta com aquilo que, com Nietzsche, chamaríamos de niilismo reativo, ou seja, a negação dos conflitos coletivos com imputação de culpas pessoais, poderia ser mais bem empregada para o enfrentamento daquilo que, com Bergson, chamaríamos a formulação de problemas que fizessem a questão avançar. Não tanto para solucioná-los, mas para reavaliar e redirecionar a ação num sentido mais comum. No entanto, para isto, era necessária uma verdadeira atitude de cogestão, coisa que ainda não era possível naquele setor, dada a forma de gerência ali instaurada, a qual gerentes e trabalhadores se apegavam ainda com força férrea.

Na segunda experiência, presenciamos este Corpo Obsessor em ação e a montagem de uma máquina expressiva ampliada que tenta dar conta da transformação da situação. O conflito gerado entre uma norma judiciária e uma ética médica, pondo em polvorosa os trabalhadores e suas organizações, através do debate aberto pela CTH, segue ainda aberto e sem solução, mas encarnou a problematização que tem se estendido e levado a repensar formas mais comuns de normatização levando em conta as reais situações de trabalho.

Como indicador importante deste movimento, podemos adiantar que a questão do afastamento entre bebês e mães usuárias de drogas, levada para dentro do Ministério da Saúde, favoreceu a abertura da discussão para a busca de protocolos construídos mais coletivamente para estas e outras questões.

Na terceira, a do engenheiro engenhoso, destacamos como um estratagema ou, melhor dizendo, uma estratégia inventiva, venceu o Corpo Obsessor e tornou possível o que parecia não ter jeito. Ao imprevisto enfrentado, o engenheiro respondeu tornando a colocar como relativo o que se queria permanente, produzindo o impossível. Ainda que sem percebê-lo, utilizou sua capacidade normativa e rearranjou seus meios de ação, num método desejado que, obstaculizado, ele soube como manejar, numa catacrese, para possibilitar a atividade valorizada. Ainda que ressentido por não ter correspondido ao método como abstração, ele encarnou o método como vivo e, mais, percebeu que o método é apenas um meio, havendo outros que também possibilitam abrir caminho para a construção de valores de uso realmente como bem comum.

Enfim, três experiências em meio à miríade de outras que podemos testemunhar no cotidiano de todas as atividades, quando a máquina expressiva da produção se põe a funcionar. Experiências que dão vida àquilo que todas as interfaces aqui em bricolagem parecem ter em comum: a atividade de trabalho como uma sinergia complexa e heterogênea de forças livres que, embora dentro de organizações autoritárias e movendo-se frente a forças contraprodutivas, faz-se por agenciamentos e maquinações da inventividade do vivo.

Inventividade que, vencendo a contracorrente, se torna alavanca acionadora de possíveis, numa espécie de êxodo do trabalho, num desobramento constante de uma obra que nunca começou e nunca se conclui, porque sua partitura é o intelecto público, comum, um *General Intellect*, um Corpo Sem Órgãos do trabalho, constituído de limiares e intensidades que fazem do trabalhar uma abertura cuja captura é sempre tentada, mas nunca conseguida de todo.

Um usar de si e sair de si: estranha experiência, um trabalho que, apostamos, abre caminho para uma clínica da experiência do labor. Vamos a ela.

5. QUANDO OS ACORDES DISSONANTES RESSOAM ENTRE SI E/OU QUANDO SE ABOLEM IDIOSSINCRASIAS COGNITIVAS OU QUANDO A ANTROPOFAGIA GANHA OUTRO CORPO OU QUANDO O TRABALHO É CLÍNICA DA EXPERIÊNCIA.

I. Escarafunchando o conceito de experiência ou o que se entende quando se diz: é uma experiência.

Nessa bricolagem cartográfica que se narra, fomos empreendendo, através de várias interfaces heterogêneas, uma tecelagem que nos permitiu, numa conversa com as experiências vivas, uma ampliação do sentido com o qual nos aproximamos do trabalho e, mais especificamente, do trabalho vivo em ato, ou da atividade situada como o real do trabalho.

Certo que, pelas experiências acumuladas nas vivências do narrador, houve priorização do enfoque sobre o trabalho em saúde, porém, nossa tese é a de que em todas as atividades laborais o que aqui se discute comparece em menor ou maior grau, uma vez que utilizamos outras abordagens do trabalho nas quais o trabalho em saúde não era a prioridade e, no entanto, vimos como elas convergiam em certos aspectos.

Partindo da proposição do trabalho imaterial como a principal forma de organização política do trabalho no contemporâneo, fomos percebendo como a cooperação, a expressividade e a afetividade, juntas, são o motor daquilo que entendemos produção de valores de uso.

No entanto, numa agonística, tal produção se dá em meio à expropriação da força criativa viva, perpetrada por um sistema econômico que, se utiliza esta mesma força para a obtenção de mais-valia, como força de trabalho, também procura diminuir sua potência, transformando-a em simples recursos humanos, negando ou denegando sua participação nas decisões relativas à organização daquilo que, embora ponha em funcionamento como força motriz, ainda não consegue, por estas capturas, ter plenamente afirmada sua autonomia de viva para além de força de trabalho, como produtora de bens comuns, o que afirmaria esta força como criadora de mundos possíveis.

Apesar das capturas, vimos como as atividades laborais passam a ser entendidas como uma sinergia complexa de relações entre forças livres heterogêneas que, hoje, conseguem portar num mesmo corpo, o CCRP, mundos impossíveis que, em embates constantes, determinam uma maior ou menor potência de real cogestão e democratização das relações de trabalho.

François Daniellou indica esta complexidade inerente à atividade laboral com uma bela metáfora entre trama e urdidura:

Em suas atividades, os homens ou as mulheres, no trabalho, tecem. A *trama* seriam os fios que os ligam a um processo técnico, a propriedades da matéria, a ferramentas ou a clientes, a políticas econômicas - eventualmente elaboradas em outro continente - a regras formais, ao controle de outras pessoas... No caso da *urdidura* - ei-la ligada à sua própria história, a seu corpo que aprende e envelhece; a uma multidão de experiências de trabalho e de vida; a diversos grupos sociais que lhe oferecem saberes, valores, regras com as quais compõem dia após dia; aos próximos também, fontes de energia e de preocupações; a projetos, desejos, angústias, sonhos... (DANIELLOU, 2004, p. 2).

Trama e urdidura que criam o tecido do trabalho. Uma tecelagem viva que se exerce no dia a dia, na experientiação, colocando em movimento o que é próprio de uma circunstância social, de um patrimônio histórico, de um agenciamento coletivo, de uma trama que no tempo se fez encarnação de um modo de fazer.

Encarnação que, fruto do agenciamento maquínico dos corpos, atualiza o passado no corpo daquele que age no presente e que se move para um futuro incerto que, indeterminado em sua presença, exige a urdidura, verdadeira cogestão/autogestão, desta vez própria, singular, daqueles que agem em presença um dos outros, esperando a realização de uma ação concreta.

Afetação recíproca de uma história e daqueles que fazem história no acontecer da história se fazendo. Trabalhar é gerir tempo, é gestar corpo, é parir mundos possíveis. É estar aberto a uma afetação sem garantia, na qual o imprevisível, o improvável e o

intempestivo se encontram na ação sempre por se fazer, nunca conclusa. Por uma produção em que produtor e produto estão acoplados em um se produzindo sem fim, em um acontecimento que acontece, exigindo o enfrentamento de todos os riscos deste acontecer.

Podemos dizer, convocando Neves (2004), que há no trabalho um intricamento do extensivo, com suas macropolíticas de prescrições que antecipam e organizam a ação, e do intensivo, com suas micropolíticas de forças em movimento, que perturbam o prescrito diante das infidelidades do meio, sempre variável e imprevisível, e dando sentido ao prescrito, tornando-o vivível para si e, em assim o fazendo, possibilitando a atividade laboriosa. Para nós, isto é o que chamamos ‘bom’ trabalho que, diante de uma realidade gerencial tacanha, é sempre obstaculizado, quando não impedido.

Com o conceito estendido de atividade, as dimensões extensiva e intensiva do trabalho se fazem presentes tanto em Schwartz, quando afirma que a atividade laboriosa extrapola em muito aquilo que é feito para incluir debates de valores, negociações, dramáticas do uso de si; quanto no escopo teórico da Clínica da Atividade (CLOT, 2006; CLOT; FERNANDEZ; SCHELLER, 2001), que remete a algo que acontece naquele que trabalha, mesmo que a seu despeito.

... o real da atividade é igualmente aquilo que não se faz, o que se procura fazer sem lograr êxito - o drama dos fracassos - aquilo que se teria querido ou podido fazer, aquilo que se pensa poder fazer em outras situações. É necessário acrescentar aqui - paradoxo frequente - aquilo que se faz para não fazer o que estar por fazer. Fazer é, muito frequentemente, refazer ou desfazer (CLOT, 2001, p.6).

Refazer fazendo e desfazer fazendo num acontecer em meio ao que se faz, verdadeiro transformar para conhecer e produzir. Portanto, um faz-se trabalho, um se fazer de mundos na maquinação de uma máquina expressiva produtiva, engendrada por uma inteligência coletiva, através de uma rede atemporal e atópica. Fora do tempo e fora de lugar, mas num fora que não é diferente do dentro, por ser um fora do dentro e o dentro de um fora numa relação estranhíssima em que a posição é sempre dada por deslocamento, na distância da proximidade mais longínqua (BLANCHOT, 2010).

Equação absurda de um movimento no qual o tempo/espço se desorbita e, neste desorbitar, num movimento sem movimento, performatividade do vivo, transforma a cada instante todas as referências e faz surgir sujeitos e objetos, numa produção em que só há acontecimentos, numa atividade nômade de experiências parindo experiências, cujo fruto é algo que cisma produto, mas não é outra coisa além de nova experiência que imediatamente se processa no processar de uma produção sem fim.

Produção de produção, no desobrar de uma obra nunca começada e sempre por vir, narrando a história de corpos que, produzindo e se produzindo ao mesmo tempo na produção, inventaram e continuam a inventar um mundo possível, aquele mesmo que todos pisamos e habitamos exatamente porque, vivos, também estamos imbricados até as entranhas nesta produção que também nos produz.

Estranhíssima experiência de emergir num mundo que existiu antes de nós e que, ironicamente, só passa a ter existência enquanto existimos. O eterno retorno de um mundo que não se repete, mas se repete em nós para que, querendo, possamos repetir seu novo retorno, desta vez com nossa repetição, aquele ritornele que, na insistência, nos faz dizer eu, os outros e o mundo, quando tudo é só um acontecer.

E é exatamente porque dizemos, porque somos linguagem, que esta expressividade nos une a uma rede linguística na qual cooperar é a única forma de habitar um mundo. Operar com outros falantes nos desloca da posição de verbo para substantivo, de quem fala para quem é falado ou de quem se é falado, que afeta nossa posição no mundo, que se torna, então, estranho a nós, nos arranca de nossa casa, na estranha sensação de que há mundos e não o meu mundo, ao mesmo tempo em que abre aquele mundo que considero meu para novas potências, outros possíveis de ampliação.

Do desejo de ter e possuir um mundo ao de ser e pertencer a mundos que nunca mais se separam e, também, trágica experiência, jamais se juntam, só mesmo o encontro e o embate com outras forças, numa relação agonística, nos faz a todos aqueles mesmos que orquestram a construção de um mundo possível, ainda que seja na impossibilidade, como aqui apostamos.

Assim, emerge uma obra que, no desabrimento do mundo constituído, faz emergir um fora aonde não temos, nem possuímos; não somos, nem pertencemos; mas cogestamos em um unísono sem unidade, aonde se imbricam convergências e divergências, uma rede viva que, apesar de nós e com nossa ajuda, é enfim um mundo: o nosso mundo com todos os seus infortúnios e deleites.

É então desta complexidade que queremos aqui tratar, esclarecendo ao máximo o que aqui se quer dizer não como autor, mas como narrador de uma experiência que se diz. Continuemos a narrativa desse se dizer daquilo que nomearemos a estranha experiência do labor, denominação que tomamos emprestada, em mais uma bricolagem, de Barros, Passos e Eirado (2014) em suas discussões sobre a experiência no trabalho e da qual tentaremos dar nossa forma nessa tese.

Experiência é um conceito equívoco, bem o sabemos. Numa resenha filosófica, Schwartz (2010), interessado em indagar se a experiência pode ser formadora em situações de trabalho, faz um pequeno apanhado de seus vários significados e significações no transcorrer histórico da filosofia e demonstra que, de um conceito ora valorizado ora desvalorizado, torna-se tão genérico e totalizante, seja pela via positiva seja pela via negativa, que acaba por se tornar um conceito insípido.

No entanto, ele afirma que através dos estudos do trabalho a experiência volta a ser valorizada:

A experiência, após ter tido seu tempo de glória, chega a um estatuto de tal modo totalizante que não diz mais nada, até que os problemas do trabalho, com tudo o que se passou no campo das atividades profissionais, pouco a pouco, nos façam retomar esse conceito, mas sem solidez teórica, porque não podemos mais retomar a tradição tal como ela se cristalizou (SCHWARTZ, 2010, p.39).

Mas qual é o problema que move as indagações de Schwartz? Um problema que a muito interessa essa tese, já que se desenvolve no plano daquilo que estamos nomeando experiência do labor que é, deixemos claro, aquele que estamos recortando da amplidão daquilo que se costuma denominar como experiência.

É a experiência do labor, reconhecida e valorizada pelos estudiosos do trabalho e, no entanto, caída num impasse pelas considerações filosóficas, pela indiferenciação, segundo as análises de Schwartz, entre o que é próprio do saber formal, conceitual, o conhecimento, no sentido de um fazer-saber; e o que é próprio do saber da experiência, um saber informal, instrumental, adquirido nos embates do corpo com a realidade cotidiana, no sentido de um saber-fazer.

Isto porque Schwartz, e concordamos com ele, embora reconhecendo a importância dos dois tipos de saberes, entende que “os saberes investidos não são da mesma natureza que os saberes formais, são duas coisas diferentes e complementares... É preciso então tratar isso com nuances, senão nos privamos, de uma parte ou de outra, de reservas importantes da eficácia industriosa, intelectual e social” (SCHWARTZ, 2010, p.46).

Schwartz fala de saberes investidos para separá-los daqueles que, formalizados, já estão dados:

Para designar esse polo tão enigmático da experiência que deve ser distinto do saber formal, na perspectiva ergológica, falamos de saber investido. Isso reenvia à especificidade da competência adquirida na experiência, que deve ser investida em situações históricas. São saberes que ocorrem em aderência, em capilaridade com a gestão de todas as situações de trabalho, elas mesmas adquiridas nas trajetórias individuais e coletivas singulares, contrariamente aos saberes acadêmicos, formais que, são desinvestidos, ou seja, que podem ser definidos e relacionados com outros conceitos independentemente das situações particulares. Se chamarmos esses conhecimentos investidos de saber, a articulação, a interfecundação entre esses dois tipos de saberes não é impossível já que esses saberes investidos são, eles também, saberes. Há toda uma gama de intermediários entre, de um lado, as formas de saberes investidos que estão mais ou menos em via de conceituação, que podemos colocar em palavras e que tem continuidades aceitáveis com os conceitos tais como são ensinados nas escolas e universidades; e, por outro lado, as formas de saberes escondidos no corpo, provisoriamente e até mesmo talvez definitivamente inconscientes. O termo investido mostra bem a dificuldade desse continuum da experiência entre o que, de certa maneira, não será jamais inteiramente posto em linguagem, e que, na experiência dos protagonistas do trabalho, já está em protocolo. Esses elementos da ordem do investido na história podem ser abandonados, negligenciados e até mesmo menosprezados e essa atitude ocasiona crise em um momento ou noutro, ou mesmo ao contrário, podemos tentar desdobrá-los porque, na medida em que há saberes, não é impossível articulá-los sobre saberes formais. Isso permite restabelecer uma relação de interfecundação: a perspectiva ergológica chama isto de dispositivo dinâmico a três polos: considerar, fazer falar esses saberes de experiência investidos e, a partir daí,

retrabalhar, recortar os conceitos mais formais (SCHWARTZ, 2010, p.44-45).

Entendemos o que Schwartz quer separar. Por um lado, um saber formal, cuja abstração permite que ele seja articulado com outros conceitos independentemente das situações particulares, funcionando como um fazer-saber, que antecipa e orienta a ação e, por outro, um saber em processo, junto àquilo que acontece cotidianamente e que está sempre a exigir uma decisão, uma escolha, mas que também antecipa, reorientando a ação frente aos imprevistos, vale dizer, frente a situações particulares. Um saber tão imbricado com o corpo, que o chamaríamos um saber-fazer na experiência cotidiana. Ao mesmo tempo, um esforço de articulação entre os dois de tal forma que um não subsuma o outro.

Preferimos diferenciá-los, sem separá-los, em agenciamentos coletivos de enunciação e agenciamentos maquínicos dos corpos, inspirados em Deleuze e Guattari, porque entendemos que investidos ambos o são.

Foucault, em seus escritos, postula que poder/saber são inseparáveis, porque o poder sempre se investe de algum saber e o saber se investe de algum poder para as suas efetuações em práticas discursivas que têm efeitos de realidade. Ora, o que deve diferenciar o ‘saber formal’ e o ‘saber laboral’ não pode ser o investimento na experiência, porque ambos, em maior ou menor grau, são herdeiros da experiência.

Talvez no lugar de saberes investidos, que arrastaria para os ‘formais’ o qualificativo de desinvestidos, fosse mais promissor pensar, de um lado, em saberes engendrados por multiplicidades que se agenciam por um esforço de produção cognitiva do mundo, alcançando certo grau de abstração e formalidade, que os permitem uma maior flexibilidade frente às interferências deste próprio mundo. Por outro lado, saberes também engendrados por multiplicidades, mas que se agenciam pelo esforço de produção de sentido do mundo e, assim sendo, tendo que haver partilha do sensível e engajamento integral em meio aos acontecimentos.

Devendo-se, no entanto, atentar que consideramos as singularidades também como multiplicidades, como já discutimos, e o investimento, proposto por Schwartz, como estas formas de se envolver com as experiências do mundo, seja na produção

cognitiva, seja na produção de sentido, porém, sempre através do mundo e produzindo efeitos de realidade neste mundo e, por fim, entendendo intelecto público, afetividade comum e expressividade cooperativa como aquilo que move, em conjunto, a maquinação chamada atividade produtiva.

O conceito tem sua endoconsistência (rede de vizinhança interna ao próprio conceito, que é aquela esteira de sentidos pelo qual o conceito transitou em sua própria história – a história do conceito) e sua exoconsistência (rede de vizinhança com a qual o conceito se articulou com outros conceitos e produziu atravessamentos múltiplos – o devir do conceito). Assim, o conceito não persiste pela sua racionalidade, pela sua pureza e depuração, mas pelos agenciamentos que foi capaz de articular e que, em uma política cognitiva, o tornou útil para determinado fim (MAIA, 2006, p.41).

Não há nenhum saber que não esteja ‘sujo’ na experiência cotidiana, livre das relações de forças que valoram, inclusive, um saber em detrimento do outro, num jogo de verdade em tudo investido, que torna um ‘a glória da racionalidade’ e o outro ‘o estorvo do verdadeiro saber’.

Como indaga Foucault:

...que tipo de saber vocês querem desqualificar no momento em que vocês dizem “é uma ciência”? Que sujeito falante, que sujeito de experiência ou de saber vocês querem “menorizar” quando dizem: “eu que formulo esse discurso, enuncio um discurso científico e sou um cientista”? Qual vanguarda teórico-política vocês querem entronizar para separá-la de todas as numerosas, circulantes e descontínuas formas de saber? (FOUCAULT, 1979, p. 172)

Pensemos que as práticas tayloristas tentam a todo custo legitimar um fazer-saber hegemônico engessador de um saber-fazer que é, no entanto, do qual estas mesmas práticas retiram seu suposto saber mais racional. Investindo num saber formal castrador das forças vivas, desinveste de sua potência àqueles que, no entanto, são os que, como forças livres, inventam àqueles que serão tomadas como as ações modelares e, como tais, normativas para toda forma de ação que, a partir daí, deverão ser respeitadas às cegas, sem pensar e sem sentir, apenas como máquinas de produtividade otimizadas.

Equivoca-se o taylorismo porque na experiência do labor o intelecto, o afeto, a linguagem são sempre co-operadores da máquina expressiva. Tentar isolar um dos termos para análise ou, pior, tentar fazer de um deles o hegemônico em detrimento dos outros é, não só mutilador, mas completamente contra produtor. É a-subjetivar aquilo que não funciona senão por subjetivação e dessubjetivação concomitantes, incontornáveis e necessárias, na cogestão/autogestão dos vivos em atividade.

O ‘saber formal’ e o ‘saber laboral’ são saberes sempre investidos na experiência, mas devem ser de naturezas diferentes, como quer Schwartz, para que a experiência não se dissolva em simples fazer sem saber e para que o conhecimento não se dissolva em simples saber sem fazer.

Não seria esta a grande ruptura que hoje sentimos em nossas práticas, quando percebemos que as ditas capacitações acadêmicas pouco contribuem e estimulam a inovação e a transformação dos modos de fazer, em sentidos mais democráticos e pertinentes e, por outro lado, a verdadeira formação em serviço, que faz àqueles que trabalham adquirir competência em seu ofício, ser pouco considerada para o que denominaríamos formação a partir das experiências?

Pensamos que talvez seja o próprio investimento o motor da fissura, quando separa para controlar o que não pode ser separado, sem graves consequências intelectuais, afetivas, emocionais e sociais para algo que, por ser vivo, não conhece separação destas dimensões. Se Schwartz afirma “saberes acadêmicos, formais, que são desinvestidos, ou seja, que podem ser definidos e relacionados com outros conceitos independentemente das situações particulares” (SCHWARTZ, 2010, p.44), indagamos, sim, eles podem, mas com que efeitos de realidade? Se um conceito alcança este tal grau de abstração, não é pelo desinvestimento das experiências diárias, mas por um jogo de saber/poder que desqualifica aquilo que o colocaria à prova.

Já passou da hora de exercitarmos um novo investimento. Uma nova política cognitiva que não funcione de forma segregativa, exclusora e dominadora da heterogênea máquina expressiva da produção.

De novo, argumentamos com Foucault:

Parece-me que o que se deve levar em consideração no intelectual não é, portanto, "o portador de valores universais"; ele é alguém que ocupa uma posição específica, mas cuja especificidade está ligada às funções gerais do dispositivo de verdade em nossas sociedades. Em outras palavras, o intelectual tem uma tripla especificidade: a especificidade de sua posição de classe (...); a especificidade de suas condições de vida e de trabalho, ligadas a sua condição de intelectual (...); finalmente, a especificidade da verdade nas sociedades contemporâneas. É então que sua posição pode adquirir uma significação geral, que seu combate local ou específico acarreta efeitos, tem implicações que não são somente profissionais ou setoriais. Ele funciona ou luta ao nível geral deste regime de verdade, que é tão essencial para as estruturas e para o funcionamento de nossa sociedade. Há um combate "pela verdade" ou, ao menos, "em torno da verdade"- entendendo-se, mais uma vez, que por verdade não quero dizer "o conjunto das coisas verdadeiras a descobrir ou a fazer aceitar", mas o "conjunto das regras segundo as quais se distingue o verdadeiro do falso e se atribui ao verdadeiro efeitos específicos de poder"; entendendo-se também que não se trata de um combate "em favor" da verdade, mas em torno do estatuto da verdade e do papel econômico-político que ela desempenha (FOUCAULT, 1979, p. 13).

Foi exatamente porque as pesquisas do trabalho nos últimos anos investiram na experiência do labor, ao se darem conta da distância entre aquilo que está formalizado como poder/saber, do lado do prescrito, e aquilo que também, sempre em processo, se formula sem hegemonia do lado da atividade realizada, o poder/saber que realmente produz, que a atividade despontou como o enigma do trabalho. Enigma porque desvela que o prescrito não detém a última palavra da atividade produtiva que, para se realizar, embora o tome como norte, o subverte e explode por todos os lados em todos os desvios necessários à realização da atividade. E em assim o fazendo, institui uma estranhíssima distância.

A despeito do título *Clínica da Atividade* ter sido formulado por Clot e sua equipe de pesquisa em bases próprias e singulares, vale questionar se não é mesmo de uma clínica da atividade que se trata todas as outras pesquisas, quando ampliam o conceito de atividade para abarcar muito mais do que a operação de uma tarefa. Não é mesmo em busca de uma clínica do desvio processado entre o prescrito e o realizado que estamos todos, pesquisadores do trabalho, investindo na problematização da Racionalidade Gerencial Hegemônica (CAMPOS, 2000) no plano das pesquisas do trabalho?

Porém, basta investir na atividade laboral para isto, mesmo quando temos que estender seu conceito a tal ponto que atividade laboral e experiência viva vão quase se equivalendo nestas formulações?

Não se trataria, então, de nos reconhecermos como aqueles que buscam transformar para conhecer a própria experiência do labor como um desvio do qual temos que dar conta para, enfim, nos aproximar do processar de uma atividade sempre nômade, sempre em processo? É nisto que essa tese aposta, uma clínica da experiência, não para instituir uma nova disciplina em psicologia do trabalho, mas para afirmar a experiência como substrato prioritário do labor e, inclusive, da própria atividade laboral. Para reinvestir o meio de trabalho do que chamaríamos reencantamento do concreto, já que abstrações e formalidades já temos demais. Procuramos, enfim, com uma proposta de clínica da experiência, equivocamos os focos com os quais as psicologias do trabalho têm perspectivado a atividade laboral.

Por isto, pedindo desculpas pelo tamanho da citação, achamos importante referendar a problemática conforme analisada por Schwartz:

A experiência não deve ser um conceito genérico, precisamos poder individualizá-la por intermédio de situações e de percursos sempre em parte singulares; é preciso que consigamos não absorver a experiência no saber, ou o saber na experiência...

Quando frequentamos as situações de atividade e, notadamente, a atividade de trabalho, acredito que podemos dizer que toda situação de trabalho é, sempre em parte, e esse em parte é sempre imprevisível (quer dizer que não podemos jamais antecipar a proporção), aplicação de um protocolo e experiência ou encontro de encontros. É isso que, em minha opinião, resgata a importância desse conceito de experiência que se tornou insípido. Atualmente, nos meios de trabalho, regulados pelas normas técnicas, econômicas, gestoras, jurídicas, toda situação de trabalho é sempre em parte a aplicação de normas antecedentes. Se somente elas existissem, se faria de uma situação de trabalho o equivalente a um protocolo experimental. É preciso assim distinguir profundamente a experimentação e a experiência, que eu denominaria encontro...

De certa maneira, a ambição do governo taylorista do trabalho era de fazer dos atos de trabalho o equivalente a um protocolo experimental no qual tudo teria sido pensado pelos outros, antes que os executantes agissem: aliás, a eles não é permitido agir, eles executam. As dificuldades, os fracassos parciais das organizações tayloristas nos ensinaram que não é jamais esse o caso. Daqui emerge algo que vamos denominar experiência, em oposição à experimentação. É uma definição a construir em parte fora desse patrimônio filosófico que conduziria a impasses, qualquer que seja sua grandeza. Precisamos redefinir a experiência, uma vez que redescobrimos sua presença nas atividades de trabalho...

Quando e onde ela começa? Ela se enriquece nas situações concretas, mas a partir de quando começa uma experiência? Não é uma

experimentação que tenha um início e um fim, há sempre um processo, e, numa situação particular, é também a experiência da pessoa que continua por intermédio desse acontecimento. Processo jamais acabado e não sabemos quem faz experiência. Explico-me: não sabemos jamais exatamente, contrariamente a um protocolo o qual controlamos (tentamos controlar) todos os determinantes, qual é a entidade, a pessoa, o sujeito que faz experiência. É sempre presente seu patrimônio histórico, que é o substrato com o qual esse ser vai fazer a experiência de um acontecimento particular em um misto de inteligência, de saberes, mais ou menos claros para si mesmo. Nessa experiência, encontramos uma parte que alguns afirmarão rotinizada, outros falarão de uma memória que não se verbaliza nem se conscientiza no instante, finalmente somos confrontados ao enigma do corpo...

Uma vez que compreendemos que toda atividade é sempre de um lado aplicação de um protocolo e, de outro, um encontro de encontros a gerir, podemos dizer que toda atividade é um debate, uma dramática no sentido em que acontece algo, entre normas antecedentes – tudo o que está do lado da experimentação e do protocolo –, e tudo o que é o encontro de encontros e aqui é preciso renormalizar, quer dizer que nenhuma prescrição de espécie alguma diz como agir sexta-feira à noite com o trabalhador imigrante que fala de tal ou qual maneira sua língua. É preciso se apoiar sobre aspectos do protocolo, mas será preciso dar a si mesmo normas para tratar o aspecto não-standardizado da situação. Há, aí, um postulado de convocação à experiência, pois se é preciso que cada um se dê normas para tratar o aspecto singular da situação, o faz com seu patrimônio, diremos, com sua experiência. Teremos dito e, ao mesmo tempo, não saberemos muito bem do que falamos (SCHWARTZ, 2010, p.41-43).

Novamente pedimos desculpas pela longa citação, mas Schwartz coloca a problemática de forma bastante clara. É esta a direção que norteia essa narrativa, aquilo em que ela aposta e se esforça por trabalhar, de modo que preferimos falar através de Schwartz.

Sem a pretensão de querer dar solução ou formulação final, o que ultrapassaria a temporalidade e a competência requeridas a essa tese, que se move no campo da psicologia do trabalho, esclareceremos como utilizamos o conceito de experiência, mais especificamente, a experiência do labor, e que formulações temporárias damos a ele, quando o colocamos à prova de nossa bricolagem antropofágica, esperando contribuir com pistas que nos conduzam para mais perto de sabermos o que falamos ao dizer experiência do labor.

Castro (2009), discorrendo sobre as variações que o conceito de experiência tomou nas obras de Foucault, aponta três momentos de inflexão deste conceito que consideramos pertinentes ao nosso propósito.

Na fase inicial, Foucault o utiliza de uma maneira próxima ao da fenomenologia existencial: “a experiência como o lugar em que é necessário descobrir as significações originárias” (CASTRO, 2009, p. 161). Ou seja, chegar àquele lugar da experiência indiferenciada, ao seu grau zero, o que equivaleria, no caso dessa tese, por exemplo, saber o que é a experiência, antes de nomeá-la experiência do labor para que, daí, pudéssemos então fazer uma genealogia do conceito, a partir daquilo que o objetiva como tal.

Posteriormente, através da leitura de Bataille, Blanchot e Nietzsche, Foucault passa a entender a experiência não mais como aquela que funda o sujeito, mas como um processo de dessubjetivação, ou seja, “alcançar certo ponto de vista que esteja o mais próximo possível do não vivível. O que requer o máximo de intensidade e, ao mesmo tempo, de impossibilidade” (CASTRO, 2009, p.161). A experiência seria aquilo que arranca o sujeito de si mesmo, levando-o à aniquilação ou dissolução, impedindo-o de ser o mesmo. De algo que fornece objetividade a algo que dessubstancia: estranhas esquizas foucaultianas.

Finalmente, em seus últimos escritos, na formulação propriamente foucaultiana segundo Castro, a experiência aparece como forma histórica de subjetivação e, citando o próprio Foucault:

(...) a tarefa era trazer à luz o domínio em que a formação, o desenvolvimento, a transformação das formas de experiência podem ter lugar, ou seja, uma história do pensamento. Por ‘pensamento’ entendo o que instaura, em suas diferentes formas possíveis, o jogo do verdadeiro e do falso e que, em consequência, constitui o ser humano como sujeito do conhecimento; o que funda a aceitação ou o rechaço da regra e constitui o ser humano como sujeito social e jurídico; o que instaura a relação consigo mesmo e com os outros e constitui o ser humano como sujeito ético (FOUCAULT, apud CASTRO, 2009, p.162).

São, então, três formas de perspectivar a experiência que consideramos não se excluírem, mas comporem os três elementos que Foucault entenderá como necessários a toda experiência: um jogo de verdade, relações de poder, formas de relação consigo mesmo e com os outros, ou, de outro modo, a constituição de uma objetividade, a

formação de uma política e um governo de si e a elaboração de uma ética e de uma prática de si mesmo (CASTRO, 2009, p.162).

Diríamos, uma estética política de fundação de um mundo pela construção de uma ética. Uma humanidade que toma corpo através da fundação de um sujeito do conhecimento, que não tem um *habitat*, mas formula um mundo; através de políticas de governabilidades dentro de uma relação de forças sem sujeito, vale dizer, sem personalizações e, por fim, através de uma ética agonística no embate constante entre objetivação e subjetivação, incitando ao cuidado consigo mesmo daqueles que fazem a própria história, no desenrolar da produção de um mundo que se constitui na experiência sempre em processo de produzir, se produzindo e traçando um *ethos* de êxodo das relações de domínio. Uma escolha da escolha pela potência de uma vida, de qualquer vida que é, então, aquilo que entendo como o cuidado de si mesmo conforme Foucault.

Mutatis mutandi, uma forma de perspectivar o saber formal e o saber informal como diferentes, mas inseparáveis, através de uma fundação histórica não linear, mas como sobressaltos de experiências que se compõem e decompõem como história sempre em movimento daquele que, histórico, é também demiurgo, faz história se fazendo. Produção de uma experiência que aqui denominaremos como produtiva, como experiência do labor.

Não é mesmo de domínio, formação e desenvolvimento, como diz Foucault, das atividades laborativas o que estamos tratando em nossas pesquisas do trabalho? Procurando distinguir o verdadeiro do falso na hegemonia de um saber/poder que investe somente aquilo que lhe interessa, desqualificando tudo o mais, ainda que faça parte inexpugnável do processo de produção? Investigando a aceitação ou rejeição da regra e concluindo que os dois polos se convergem no desvio de todas as atividades de forma tal que, sem demonizar o prescrito, procuramos libertar as forças livres de suas cadeias tentaculares, às vezes de aço, às vezes de flores, mas, ainda sim, sempre cadeias imobilizadoras? Atentos à relação consigo mesmo e com os outros na atividade, sempre cooperativa, um 'operar com' que obriga a usar de si e sair de si concomitantes, que faz desta estranha experiência: um trabalho?

Ora, parece-me que as variações foucaultianas sobre o conceito de experiência apontam as mesmas preocupações que nós, pesquisadores do trabalho, nos colocamos ao tentar definir isto que vem se apresentando como pedra de toque da produção: a experiência do labor.

Precisamos formular uma objetividade da experiência que não a deixe se tornar outra coisa, para impedir que, ao final, em o falando, não saibamos mais o que dizemos, como salienta Schwartz. Por outro lado, a experiência, embora não possa perder seu caráter de singularidade, ou seja, de ser aquilo que é vivido por qualquer um, como o que faz emergir um sujeito que experimenta, não pode também ser uma experiência individual, sob a pena de conduzir a um saber não transmissível coletivamente, que desmentiria aquilo que encontramos como experiência do labor. Necessária e paradoxalmente, a experiência tem que ser singular e coletiva ao mesmo tempo, para que dê conta daquilo que testemunhamos em todo o processar das atividades.

A experiência precisa, assim, transitar entre objetivação, subjetivação e dessubjetivação de forma que não se cristalice num objeto e nem num sujeito, sob o risco de se confundir com um saber formal ou com nenhum saber, caso em que apostar nela seria apostar em uma tautologia ou em uma quimera.

A experiência precisa ser substancial sem ser substanciada, vale dizer, ela precisa de um corpo, mas um corpo que atravesse todos os corpos, qualquer corpo, sem pertencer a nenhum deles em particular. Tudo leva a crer que a experiência, como diria Tarde (2003), é muito mais relativa ao verbo ter, que leva as mônadas a interagirem como uma forma de aumento de suas potências, que propriamente ao verbo ser, uma vez que ninguém é experiência, mas todos a têm pela condição mesma de estar em meio a um mundo em constante criação conjunta, na comunicação à distância entre os cérebros, na interfecundação de formalidades e contingências de um saber que, a despeito das definições formais, andam sempre juntas, alternando-se e confundindo-se nos fazeres cotidianos de todos os trabalhadores.

Assim sendo, nos encontramos com os últimos postulados de Foucault (apud CASTRO, 2009, p.162): “Por ‘pensamento’ entendo o que instaura, em suas diferentes formas possíveis, o jogo do verdadeiro e do falso e que, em consequência, constitui o

ser humano como sujeito do conhecimento; o que funda a aceitação ou o rechaço da regra e constitui o ser humano como sujeito social e jurídico; o que instaura a relação consigo mesmo e com os outros e constitui o ser humano como sujeito ético”.

Desde que entendamos este ‘pensamento’ como aquilo que aqui denominamos inteligência coletiva, intelecto público, no qual assentamos os três elementos que, para Foucault, são necessários à experiência: um jogo de verdade, relações de poder e formas de relação consigo mesmo e com os outros.

O ‘saber formal’, o conhecimento, consideraríamos, então, como uma estratificação da experiência acumulada, como uma diretriz mais ou menos segura para não se estar sempre recomeçando nas tentativas e erros, já que o vivo é capaz de memória, e o colocaríamos junto ao gênero em Clot, que já entendemos como agenciamento de enunciação coletiva, em Deleuze e Guattari.

O ‘saber laboral’ consideraríamos, então, como o terreno movediço da sagacidade industriosa que pouco a pouco vai se sedimentando, como um dispositivo de ação cooperativa entre aqueles que formam redes de atividades multivetoriadas e o colocaríamos junto ao estilo em Clot, que já entendemos como agenciamento maquínico dos corpos, em Deleuze e Guattari.

São as duas pinças da experiência que formam uma única ferramenta acionada pelo Corpo Comum Relativamente Pertinente, o Corpo Sem Órgãos do trabalho, o *General Intellect*, a inteligência coletiva, o intelecto público, estes dois últimos ainda se ressentem de uma formulação nessa tese, tarefa que enfrentaremos à frente.

Ora, se assim formulamos, é preciso esclarecer. A experiência não é nenhum saber, nem formal, nem laboral. A experiência é aquilo que se move e possibilita todo saber/poder. Os saberes são produtos da experiência, como bem comum, mas para nós, os produtos não são trabalho morto, mas quase-efeitos vivos da experiência. Os produtos só são trabalho morto através de uma mirada segmentadora, já que, na atividade real, eles são singularidades em vias de se processar pela máquina expressiva produtiva, como repetição sem repetição da produção de produção, novo bem comum que reaquece o circuito produtivo.

Os produtos não estão no fim nem no começo da cadeia produtiva, porque a cadeia produtiva é um desobramento de uma obra jamais começada e jamais concluída. Os produtos, entre eles os saberes, são acontecimentos de uma experiência do labor em que nada é produto, tudo é processo se processando, produção de produção.

Como o processar de um processo, os saberes também advêm como produtos e, através dos jogos de verdade, relações de poder e formas de relação consigo mesmo e com os outros, alguns vão ganhando estatuto de único saber possível e legítimo, no desinvestimento das possibilidades e impossibilidades que, para as forças livres, são embates constantes e efeitos de realidade.

Tudo é sempre encontro de encontros, radicalizaríamos Schwartz, porque a própria aplicação de protocolos o é, como todo saber formal que também é investido. Se ele afirma: “Esses elementos da ordem do investido na história podem ser abandonados, negligenciados e até mesmo menosprezados e essa atitude ocasiona crise em um momento ou noutro, ou mesmo ao contrário, podemos tentar desdobrá-los porque, na medida em que há saberes, não é impossível articulá-los sobre saberes formais(...)” (SCHWARTZ, 2010, p.45).

Insistiríamos que o estado habitual é a imanência da crise, porque o que ali se processa não são somente dramas que acontecem na subjetivação de um personagem. Não são, assim, somente dramáticas do uso de si por si e uso de si pelos outros, mas dimensões trágicas que se abatem sobre todos na agonística de uma atividade que, embora seja singularizada e dramatizada, tem como substância não um sujeito, mas uma multiplicidade, multitudes produzindo e se produzindo na produção, no trágico acontecimento de se estar em meio à imanência: uma vida.

Também não temos que articular saberes formais e laborais, porque eles estão desde sempre articulados. Para nós eles são braços de uma mesma pinça. Se se desarticulam, é por certo preconceito de uma política cognitiva por demais abstrata e autoritária, que tenta controlar o que não pode mais comandar.

As crises são as matérias primas da experiência do labor, aquilo que sempre move a produção e faz da atividade um desenvolvimento possível ou impossível, conforme vimos nas experiências vivas narradas acima.

Aumentar o poder de agir, aumentar a potência do trabalho, assim nos parece nessa narrativa, não é sanar crises, nem articular saberes, mas, para aquém e além da atividade, equivocar e interferir, transformando, naquilo que segmenta a experiência, congelando-a, para que enfim o calor dos corpos que portam as forças vivas também chegue a brasonar o jogo de verdades, as relações de poder e as formas de relação consigo e com os outros na direção de uma nova estética, política e ética realmente propiciadoras de um poder de agir no trabalho.

Assim, na questão entre conhecimento formal e conhecimento laboral, diferenciamos experimentação e experiência para evitar substantivar a experiência, porque ela é verbo, ela é ação, ela é movimento vivo dos vivos em rede e, portanto, experienciamento. Pode-se fazer experimentação com patrimônios sociais ou individuais, mas com a experiência jamais se experimenta, apenas se experiencia como acontecimento, numa experienciamento processual.

Talvez seja a confusão entre saber informal e experiência o que tem enredado o pensamento em aporias filosóficas sem fim. Não existe algo que seja a experiência, lembremos que ela é afeita ao verbo ter, não ao verbo ser. Assim, o ‘saber informal’ não é a experiência, já que o ‘saber formal’, como se argumentou acima, também o seria. Não podemos confundir nem a sedimentação progressiva nem a estratificação histórica como a experiência propriamente dita, isto seria confundir os quase-efeitos com o processo como um todo. Dizemos aqui que os saberes são quase-efeitos da experiência porque eles são aquilo que se processa através da experiência, como patrimônio acumulado ou como patrimônio em processo, mas o patrimônio não é nunca a experiência, já que ela não é herança, mas vida atualizável no presente.

O que insiste é um processar de uma experiência que, embora conformando o plano da ação possível na imanência: uma vida, as vidas singulares que nela estão envolvidas e processadas também se envolvem e se processam com ela, singularizando-a. Agenciamento coletivo de enunciação e agenciamento maquínico dos corpos são

vetores de territorializações, desterritorializações e reterritorializações que tornam o mundo apenas um possível enquanto possível.

Novas forças se insurgem entre as próprias formas instituídas, novas formas se estratificam em meio às próprias forças instituintes, no bailado da pulsação de um vivo que, capaz de normatividade, orchestra uma sinfonia cuja partitura é um Corpo Sem Órgãos, uma inteligência coletiva (VIRNO, 2013) que, por ser viva, é também afetiva, é também expressiva, é também um operar com e através, um cooperar.

Intelecto, afeto e linguagem não mais se separam nesta ação de produzir e se produzir em meio à experiência. Produção de valores de uso, mas, junto, acoplado, produção de bem comum, produção de subjetivação em processo sem fim. Paidéia, como queria Campos (2000).

Entender a atividade de trabalho é sem dúvida importante, mas permanecer somente no âmbito dela é se impedir de ver que o que a move e o que a torna possível ou impossível está para quem ou além do âmbito entre pesquisadores e orquestradores do trabalho, está no jogo entre capturas e libertações em todos os sentidos da própria vida. A imanência: uma vida que, em última instância, é o próprio trabalho no contemporâneo.

II. Imanência: uma vida...; imanência: um trabalho...: perigosos acoplamentos.

A distância entre o prescrito e o real, resultado das análises daquilo que é processado entre estas duas dimensões do trabalho, tem sido amplamente referendada pelos pesquisadores do trabalho, porém pensamos que a dimensão de enigma que ela traz merece ser ainda mais radicalizada.

O trabalho tem a dimensão de enigma não porque careça de técnicas de pesquisa mais aprimoradas para que, no futuro, possa então ser desvendada sua natureza última. Embora o avanço das técnicas de pesquisa e o amplo debate desenvolvido no meio sejam bem vindos como promissores de clarificação do campo de estudo, nessa tese se aposta, nos moldes que aparece na obra de Schwartz, que o trabalho foi e sempre

continuará um enigma porque o que ali se processa, quando da entrada na atividade, vai além de um modo de fazer e de dizer simplesmente. Diferente disto, ela é uma usinagem arquitetada por uma heterogênea e polifônica sinfonia, cujo maestro não se pessoaliza, não se encarna em um indivíduo ou em um sujeito de ação que se projeta sobre o mundo para produzir um objeto.

Baseado na ideia de Schwartz, porém numa bricolagem com outro referencial teórico, a este enigma preferimos nomear aqui de uma estranha experiência, no mesmo sentido em que Deleuze utiliza seu construto de “a imanência: uma vida”:

A imanência não se reporta a um Algo como unidade superior a todas as coisas, nem a um Sujeito como ato que opera a síntese das coisas: é quando a imanência não é mais imanência a nenhuma outra coisa que não seja ela mesma que se pode falar de um plano de imanência. Assim como o campo transcendental não se define pela consciência, o plano de imanência não se define por um Sujeito ou um Objeto capazes de contê-lo.

Pode-se dizer da pura imanência que ela é UMA VIDA, e nada diferente disso. Ela não é imanência à vida, mas o imanente que não existe em nada também é uma vida. Uma vida é a imanência da imanência, a imanência absoluta: ela é potência completa, beatitude completa. (DELEUZE, 1997 p. 4).

Assim é a ‘estranha experiência: um trabalho’ a que se refere essa tese. Estranheza e trabalho são imanentes e não se podem desprender porque não é por alguma falta que o trabalho é uma estranha experiência, ele assim o é porque se processa em um plano de imanência²⁷ no qual trabalhador e trabalho emergem no acontecimento; sujeito e objeto se engendram na ação que os produz ao mesmo tempo, processada pela atividade laboral.

Quando falamos que o trabalho se processa em um plano de imanência, queremos afirmar que o que nele se dá não é da ordem nem de um sujeito nem de um objeto prévio ou em relação de subjetividade e hierarquia. Seguindo o pensamento de Deleuze, o plano de imanência ignora a substância e a forma, sendo composto por singularidades selvagens e não ligadas. Constitui-se por forças informais que não remetem a um campo do saber e, por isto, não se prendem nem ao ver nem ao falar, se

²⁷ Tomo licença para referir o leitor a outro trabalho desse narrador em que encontrará a discussão do trabalho como plano de imanência: Maia (2006). O que se discute nestes parágrafos é uma recapitulação ampliada do que lá foi discutido.

apresentando como “pura corrente de consciência a-subjetiva, consciência pré-reflexiva impessoal, duração qualitativa da consciência sem um eu” (DELEUZE, 1997 p. 1).

Diria mesmo que no entre a visibilidade e a dizibilidade do trabalho, ao se processar a atividade, ocorre algo que transborda tanto as relações formais de saber, quanto as relações de força de poder que também se implicam neste fazer industrial. Há algo impessoal que se processa em um fora, que é próprio da subjetivação, das dobras do saber e do poder que afetam o trabalhador, que tendo que responder à situação encontra uma linha de fuga que, no seu desvio, produz o que é esperado.

Façamos uma pausa nessa narrativa para esclarecer alguns conceitos que homônimos, divergem em seu sentido. Vimos em *Clot* o conceito de impessoal como uma das dimensões do ofício, querendo este termo determinar aquilo que é já recebido de antemão, antes dos trabalhadores entrarem em suas atividades. Impessoal, portanto, era aquilo que excluía *a priori* a participação das singularidades sobre as quais recaía. Enfim, uma referência ao prescrito.

Em Deleuze, o termo tem sentido diverso quando aplicado ao plano de imanência. Nos seus escritos, impessoal não se refere à exclusão das singularidades, mas ao momento em que estas singularidades ainda funcionam como forças livres, ainda não tomaram forma como uma personalidade. Diríamos mesmo que é o momento de maior indiscernibilidade entre multiplicidades e singularidades, que poderiam ser pensadas como multiplicidades de multiplicidades. No plano de consistência só há forças selvagens e livres, sendo os seus agenciamentos multivetoriados que, por agregação, darão engendro a tudo quanto consiste: sujeitos, objetos, mundos e, com eles, saberes e sentidos.

Podemos conviver, sem contradição, com estes dois sentidos diversos porque o prescrito é também levado em conta no processar dos gêneros/estilos. Também sem problemas, nessa bricolagem entendemos o gênero como agenciamento coletivo de enunciação, no qual o agregado de singularidades já tomou forma em um construto que consideramos, então, patrimônio laboral. Poderíamos, então, considerar que no gênero preponderam as formas instituídas, já que, sendo um patrimônio histórico, os trabalhadores já o recebem um pouco dado, porém sempre como indicação, como pistas

do caminho a seguir, numa espécie de bússola que orienta, mas não determina os passos.

Por isto sejamos cautelosos para não congelarmos o gênero como pura forma e muito menos reduzi-lo ao prescrito²⁸, porque na outra parte da pinça, que só funciona em conjunto, está o estilo, que já denominamos agenciamento maquínico dos corpos ou o agregado de singularidades no enfrentamento dos imprevistos, das infidelidades do meio.

Como consideramos gênero e estilo como sendo os dois lados da mesma moeda e como toda a atividade se desenvolve através destes referenciais, para falar como a Clínica da Atividade, o ofício passa a ter, por consequência, quatro dimensões: impessoal (prescrito), transpessoal (gênero), interpessoal (negociação de conflitos) e pessoal (estilo), sempre por referência a como nelas se dá o engajamento das pessoas.

Já no plano de imanência postulado por Deleuze não há referência a pessoas, porque a corrente é a-subjetiva, pré-reflexiva, impessoal, consciência sem eu. Ora, se não podemos referir esta predicação nem ao gênero nem ao estilo, nem mesmo as quatro dimensões do ofício em conjunto, por que então afirmamos que a estranha experiência: um trabalho foi utilizada no mesmo sentido de imanência: uma vida?

Primeiro, porque gênero e estilo são patrimônios, são heranças acumuladas através da experiência que se estratifica por um lado em produção cognitiva e, por outro, se sedimenta no processo de produção de sentido. Porém, patrimônio sem força viva é monumental fossilizado. Daqui veio minha inquietação com estes conceitos da Clínica da Atividade, porque parecia faltar o elo que permitisse o funcionamento em conjunto de gênero e estilo, eles me pareciam ferramentas ainda não manipuladas, faltavam as mãos que são as que fazem da ferramenta um ferramental²⁹.

²⁸ Na página 60 dessa tese já fizemos a diferenciação entre os conceitos de prescrito e gênero da atividade.

²⁹ Certo que Clot enfatiza a importância dos conflitos para o desenvolvimento possível da atividade, como percebemos no uso ampliado que utiliza deste último conceito. Porém, mesmo colocando os conflitos do real como motriz da atividade laboral, parece-nos que as formas como macropolítico e micropolítico se atravessam como diferentes, mas indissociáveis, não se explicitam claramente em seus estudos. Às quatro dimensões do ofício por si mesmas ou em conjunto não dão conta desta complexa interação.

A partir disto, podemos complementar o que vínhamos discutindo sobre os saberes. Se não consideramos o termo investido potente para diferenciá-los, muito menos consideramos o adjetivo formal como mais adequado. Se o saber não é formal, ele é força, se ele é força, ele é poder, pensando como Foucault. Embora nos atraia pensar no saber da experiência como informal pela força micropolítica que o movimenta, por coerência com os argumentos desenvolvidos, também o saber da experiência é formal.

Ora, o que separa estes saberes também não pode ser a formalidade. Todo saber, se o é, é formal. Foi uma política cognitiva que, na longa trajetória histórica dos investimentos, qualificou uma forma como a verdadeira e a outra como, no mínimo, problemática. Se pensarmos no jogo de sombras na caverna, poderíamos mesmo dizer que isto remonta a Platão. Quem fez do critério de cientificidade a luz, a ponto de chamar de informal aquilo que não o pode ser?

Nem mesmo se considerarmos que formal e informal aqui se trataria de uma referência à elaboração intelectual ou cognitiva, a certo distanciamento da realidade imediata pela capacidade de abstração, a coisa se arranja. A emenda sai pior que o soneto, pois o 'saber da experiência' também se elabora intelectual ou cognitivamente, além de, digamos assim, corporalmente, sendo tão patrimônio quanto o outro, mais 'formal'. Por outro lado, como veremos no desenvolvimento dessa narrativa, também a experiência do labor se distancia da realidade imediata que, se não é a distância da pura abstração, também envolve o pensamento, como pensamento do fora. A distância é imanente à experiência do labor, universal como diz Schwartz, o que torna a atividade sempre uma estranheza.

Estranheza exatamente por isto, porque sendo algo que se dá na superfície, na ação de um corpo que pode se dizer ou que pode ser visto em ação, não há dizibilidade ou visibilidade que consigam explicar o trabalho, definindo sua atividade e seus efeitos de uma vez por todas, porque a atividade é nômade e não está contida no espaço que ela habita ou, por outra, ela sempre se desloca do tempo na qual a encontramos. E isto não porque falte algo à atividade ou falte algo a quem a pesquisa, porque não é de falta que se trata, mas de excesso, de uma heterogênese, de uma polifonia, de uma complexidade de uma vida em efetuação de mundos possíveis.

Assim, não se quer criar distâncias intransponíveis, mas aproximações potentes para a linha de pesquisa do trabalho, instrumentando ferramentas que, pretendemos, possam ampliar o diálogo, sem nenhuma intenção de homogeneização ou de síntese do que encontramos. Incitar problemas, ampliar o plano problemático da investigação, esta nossa meta.

Dito isto, esta estranha experiência heterogênea e polifônica acontece em um plano de imanência que engendra um trabalhador, produzindo subjetivação, e um trabalho, produzindo uma experienciação ativa em um plano no qual se tem que usar de si e sair de si para, em uma atividade na qual o dever fazer é imperioso, chegar a fazer o que deve ser feito.

Estranha experiência em meio a afetabilidades nas quais uma comunalidade exige um descentramento de si, mas a atividade exige um uso de si intensivo. Tragédias do uso de si em meio à agonística de forças nas quais se exigem escolhas, que nunca se fazem sem debates de valores e negociações coletivas, numa completa mobilização daquele que se põe em atividade em toda a sua integralidade de vivo, em experienciação em um meio infiel, no qual a normatividade, no sentido de Canguilhem (1990), a capacidade de criar normas, dando sentido ao que faz, é um indicador de saúde no trabalho, pois sem isto, como o entende Yves Clot, há sofrimento psíquico.

Assim neste trabalha-se mais que trabalhar ou trabalho, a distância entre o prescrito e o real, este desvio propiciador da atividade, remete a um plano de subjetivação que não se explica por quaisquer intimismos; colaboração, que não se explica pela divisão do trabalho; e comunicação, que não se explica pela atividade formal. Distância que, como veremos, impõe um fora, um sair de si que é, em última análise, o índice de saúde no trabalho, incitando a normatividade do vivo.

A formalidade ou investimento dos saberes nos parece um falso problema, como também indagar se a experiência pode ser formadora, porque ela o é e disto sabem muito concretamente todos os que pesquisam o trabalho e todos que trabalham.

Não será mesmo rebatendo o saber cotidiano sobre o saber acadêmico, utilizando este último como modelo de todo e qualquer saber, que sairemos das aporias. O que precisamos é rever o que entendemos por formação, coisa que essa tese não se propõe e, também, como já tem sido feito, construirmos métodos que invistam na formulação deste saber encarnado nos corpos, que ficou sem expressão e sem voz, silenciado por todo esse tempo, muito embora sua expressão apareça como o ronco surdo das batalhas de uma vida contra a hegemonia da Racionalidade Gerencial Hegemônica.

O silenciamento histórico do saber da experiência, relegado por uma atitude cientificista, motor de um gerencialismo estreito, nos privou do processar de um cabedal teórico-metodológico do qual hoje os pesquisadores do trabalho se ressentem, já que a experiência vem ganhando cada vez mais relevância para a análise dos enigmas da atividade laboral.

Não é, portanto, trivial que nos vejamos neste momento enredados num enigma que continuará enigma, mas cujo grau de obscuridade não é propriamente dele, mas decorrência de uma política cognitiva que apostou na captura das forças livres que, como livres, trouxeram a política para dentro do trabalho, obrigando toda uma reformulação da política do trabalho no contemporâneo.

É, portanto, chegada a hora de termos que ‘ouvir o silêncio dos silenciados’, porque ele não é silêncio, são nossos ouvidos que permaneceram na “escuta surda” na estética, na ética e na política, dimensões necessárias a toda atividade do pesquisar e a todas as atividades existentes.

Estamos chamando de escuta surda àquelas práticas que ouvem sem escutar. O que isto significa? Uma escuta surda se constitui quando no lugar de indagar as evidências que nos constituem como sujeitos, nos deixamos conduzir por estas, reificando-as. Produz-se aí uma medicina das evidências, uma psicologia das evidências, uma enfermagem das evidências que, tendo seus procedimentos dirigidos por naturalizações, pouco consegue captar as singularidades que permeiam o humano, a variabilidade e imprevisibilidade que constitui o vivo. Neste sentido, a escuta acaba sendo reduzida a um ato protocolar, a uma técnica de coleta de evidências, de sinais, ou ainda, a um jogo interpretativo. A escuta surda produz como efeito a tutela e a culpabilização dos sujeitos, uma vez que fala por, fala de, em nome de, no lugar de falar com o outro.

Essas questões nos levam a realçar um outro elemento em nossa discussão e que diz respeito ao especialismo, ao lugar do profissional de

saúde no processo de escuta. O discurso competente é aquele que, permeado pela separação entre técnica e política, se outorga como portador de uma verdade sobre o sujeito, sobre o corpo, sobre a saúde. Detentor de um suposto saber (técnico e neutro), ao profissional caberia a análise e compreensão sobre o sujeito, captando suas dificuldades, problemas, necessidades. Ou ainda, permeado por intenções participativas e democratizadoras, caberiam aos profissionais “conscientizar” os sujeitos acerca dos processos que permeiam suas próprias vidas, indicando caminhos. Trata-se, ambas, de práticas que falam pelo sujeito, falam do sujeito, mas não falam com os sujeitos escutando e problematizando necessidades e projetos de vida. O especialismo produz uma escuta surda, por erigir o cuidado como tarefa exclusiva do profissional de saúde, deixando ao usuário o lugar de objeto de sua ação.

Poderíamos dizer que essa escuta permaneceria no campo de uma escuta moral, prescritora de modos de vida, julgadora de práticas, deixando-se conduzir por valores instituídos sem a correspondente indagação destes mesmos valores. Mantém-se, portanto, capturada no plano das formas constituídas. A escuta surda seria, então, aquela que reduz o sujeito a uma suposta identidade, não percebendo que a subjetividade não se reduz a um “eu”, não porta uma essência, pois quando nos conduzimos por essas noções tomamos os desvios, as variações, o que difere, como erros e perturbações a serem corrigidos e controlados, como desequilíbrio a ser contido...

Assim, a formação, o ensinar, dissociados dos processos de intervenção, entendidos como ato de transmissão de conhecimentos, como técnicas a serem aplicadas, produzem sujeitos e modos de existência; produzem escutas surdas. Formam o escutar como técnica a ser transmitida por meio de um ato pedagógico em que se têm como efeito a repetição do mesmo (HECKERT, 2007, p.6-7).

Ou seja, entramos no fetiche das formalidades cognitivas e da construção de técnicas como panaceias que resolveriam aquilo que só o se debruçar seriamente sobre as problematizações reais, incluindo todos aqueles envolvidos nelas, rompendo com nossos preconceitos, fariam de nós, pesquisadores, ouvidos não surdos ao um ‘saber menor’, silenciado em todas as tentativas de castração de sua insubordinação ao instituído.

Dito isto, passemos ao segundo motivo pelo qual referenciamos o trabalho como imanência. Ele se deve ao fato de entendermos que a força viva, a mão que parecia faltar para movimentar a pinça Gênero/Estilo, a encontramos na bricolagem Schwartz/Clot <-> Deleuze/Guattari, denominando-a Corpo Comum Relativamente Pertinente. Este sim, motor da atividade que comporta bem as adjetivações: corrente a-subjetiva, pré-reflexiva, impessoal, consciência sem eu.

O Corpo Sem Órgãos do trabalho é a própria imanência, um trabalho... porque sendo o plano de consistência de toda atividade laboral, nele pode escorrer ou se fixar qualquer coisa. A convivência de possíveis e impossíveis não é uma oposição

binária, mas uma composição ou embate de forças, porque esta é a dança performática de uma vida.

Estranhíssima afirmação esta, quando por definição “(...) é quando a imanência não é mais imanência a nenhuma outra coisa que não seja ela mesma que se pode falar de um plano de imanência” (DELEUZE, 1977, p. 4).

Estaríamos propondo que há dois planos de imanência: aquele de uma vida... e aquele de um trabalho...? Ou, pior ainda, estaríamos propondo que é um trabalho... a imanência ao invés de uma vida...? Na agonística de forças do contemporâneo caímos várias vezes em ciladas conceituais com seus efeitos de realidade. Respondendo de forma ainda mais estranha às questões iniciais, diríamos enfaticamente: nada disto e tudo isto ao mesmo tempo, pois se trata do trabalho como dimensão do viver, do trabalho como apenas um entre outros modos de habitar os verbos da vida. Tentemos, pois, um começo de formulação.

Ora, na escravização maquínica em tempos de estilhaços do capital, este passa de ‘dador de trabalho’ a ‘doador de tempo’, monetarizando todo o tempo de uma vida, tentando transformar esta em uma empresa, na era do *homo economicus* (ALLIEZ ; FEHER,1988). Tempo é dinheiro, como ouvimos tantas vezes e, por conseguinte, dentro desta referência poderíamos dizer: Vida é dinheiro.

Agamben (2002) fala de uma vida nua que segundo Pelbart (2006) é a vida reduzida ao seu estado de mera atualidade, indiferença, disformidade, impotência, banalidade biológica. Podemos arrematar: a vida extorquida de toda a sua potência inventiva em prol de si mesma; reduzida a mero recurso humano como máquina luxuosa do capital; vida meramente utilizável, matável e insacrificável do Homo Sacer, nos grandes campos de concentração sem muros da atualidade, no dizer de Agamben. Aquilo que Caponi (2004, p.452), citando Agamben, denomina a face obscura do biopoder: a tanatopolítica.

Lazzarato (2006) argumenta que estamos em tempos de noopolítica, para além do biopoder, conforme Foucault, porque não é mais somente o corpo, nem a vida como *bios*, o que entra nos cálculos do poder, mas a vida enquanto *nôus*, isto é, é agora o

‘espírito’ que é conclamado a produzir mais-valia. Portanto, o trabalho tomou a vida em seus planos independente dos mercados formais. Vivemos numa sociedade fábrica, ou empresa. Todo o corpo social produz para o capital.

Produção que, arremata Virno (2013), é processada por um intelecto como *res pública*, intelecto público que é, segundo ele, o uno do qual parte a multidão no contemporâneo. Para este autor, diferente do povo que tem sua unidade como fim, através da unidade política do Estado, hoje em dia vivemos em tempos do ressurgir da multidão, que já não precisa de uma unidade teleológica porque já parte de uma unidade, orientando-se por ela: o intelecto público.

Não é de estranhar, portanto, que, adentrando a distância entre o prescrito e o real, tenhamos esbarrado com este mesmo intelecto (geral, coletivo, público, comum) e o tenhamos proposto como o Corpo Sem Órgãos do trabalho, nesta sinérgica e complexa rede heterogênea que orquestra a atividade laboral, mergulhando na experiência do labor.

Muito menos ainda, que tenhamos encontrado as forças livres como potência de uma vida nas entranhas mais íntimas do trabalho, numa espécie de confirmação de que o trabalho se sobrepôs e se misturou de maneira irremediável com a vida, como se dela tivesse sido algum dia uma experiência a parte. O trabalho sempre se expressou no viver de diferentes modos. Foram estes modos que tentaram, sem conseguir por completo, mortificar o trabalho como uma dimensão sem vida integral, como apenas força produtiva.

Tanto é assim que o trabalho absorveu a ação política (VIRNO, 2013) e em conjunto com a ação estética e ética, inseparáveis de qualquer vida, realimentou-se e resistiu nas dimensões trágicas do uso de si por si e uso de si pelos outros, flertando com o abuso de si por si e pelos outros, na qual a cogestão e a autogestão são também inseparáveis.

Por isto afirmamos aqui que o trabalho imaterial, embora manifestando-se com força de visibilidade no contemporâneo, sempre fez parte da história da atividade

laboral, constituindo mesmo o motor da experiência do labor que em processo histórico fez/faz gênero e em processo vivo atual fez/faz estilo.

Trabalho então que é obra aberta, trama e urdidura cuja tecelagem é um zig-zaguear de forças vivas que, furando o tecido morto com a agulha da astúcia e engenhosidade, enxerta nele um sentido que produz algo que não é apenas uma coisa entre coisas, mas um valor de uso e um bem comum que, por isto, é capaz de mais-valia, produz toda a riqueza do mundo.

O trabalho absorvido na vida desta forma não é de admirar, portanto, que hoje nos aproximemos cada vez mais desta estranheza: imanência, uma vida... *pari passu* com imanência, um trabalho... Perigosa cópula que, se não tomarmos cuidado, pode ter como prole várias deformidades circulantes.

Não propomos aqui de modo algum que a vida se resuma a trabalho nos modos atuais, isto quem faz é o capitalismo. O que concordamos com os autores citados é que o trabalho no sistema capitalista quer e tende a, no contemporâneo, absorver toda uma vida em sua imanência, transformando-a em escravização maquínica, na monetarização do tempo (ALLIEZ; FEHER, 1988). Talvez por isto, como forma de insurreição e êxodo, Lazzarato chegue ao limite de desqualificar o trabalho:

Se, por outro lado, o trabalho não é o que constitui o mundo, mas é um modo de captura da cooperação entre os cérebros, não é mais do trabalho, nem de sua exploração, que devemos partir para compreender o capitalismo. Porém, este modo de pensar está de tal maneira ancorado em nossas mentes... (LAZZARATO, 2006, p.98).

Ora, temos que ir com mais calma para não jogarmos fora a criança junto com a água do banho. Em primeiro lugar, porque não é só em nossas mentes que isto está ancorado, isto faz parte de nossas vidas, de nossa sobrevivência. Concordando ou não com isto, nossa sociedade está assentada sobre a necessidade de trabalhar para sobreviver e o sistema atual é, queira-se ou não, o capitalista. Não se pode dizer, simplesmente, deixemos o trabalho de lado. Para isto seria necessário toda uma reformulação dos modos de vida atuais, o que não se faria sem uma extenuante história de lutas e enfrentamento de ‘gigantes’.

Em segundo lugar, porque, independente dos autores citados, queiram eles dizer isto ou não, a princípio o que apreendemos de suas formulações é a confirmação do Rap brasileiro: “Tá tudo dominado”. Não acreditamos e nem apostamos nisto, a vida jamais estará totalmente dominada enquanto for vida, enquanto for ‘uma vida’. Se a vida está nua aparentemente, não é porque está dominada, mais porque está sendo ultrajada e humilhada na tentativa de arrancar violentamente a sua roupa: sua potência.

Em terceiro lugar, porque mesmo dentro do modo capitalista de trabalhar, reconhecemos uma força livre que trabalha de um outro modo e que, talvez, se encarne no trabalho como força viva, na qual o trabalho não é tão somente um modo imposto e subjugado de venda de sua força, mas uma atividade viva que não pode ser apenas uma execução operatória de atos programados, mas um enfrentamento de valores, de impasses, de escolhas, de negociações que obrigam a um agenciamento maquínico dos corpos e a um agenciamento coletivo de enunciação que tornam todo trabalho um trabalho vivo em ato, uma rede complexa e sinérgica de funcionar em comum que extrapola qualquer medida de valor.

O Capitalismo não inventou o trabalho, ele sempre existiu. O que ele inventou foi um modo de trabalhar. Modo este que não é o Natural, o Único, o Imutável e que, como estamos discutindo, nem mesmo consegue comandar o trabalho, apenas controla-lo como um hacker, como um Corpo Obsessor, para tornar àquilo que é Corpo Comum Relativamente Pertinente um propagador Realmente Permanente de sua axiomática.

Porém, um hacker, que como apostamos, acaba por fissurar o próprio sistema, porque na medida mesma em que vai desterritorializando os códigos, descodificando as normas, traça linhas de fuga, possíveis para que as forças livres, hackeando o hacker, reinventem formas de enfrentamento e re(ex)sistência que vão tornando cada vez mais autônomas as redes aquecidas que, heterogêneas e complexas, encarnam a cooperação, a expressividade e a afetividade como motor iniludível daquilo que realmente constitui o trabalho.

Porque não voltarmos ao velho Marx que parece ter deixado de fora o Capitalismo quando define?

Antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo - braços e pernas, cabeça e mãos -, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhe forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza. Desenvolve as potencialidades nela adormecidas e submete ao seu domínio o jogo das forças naturais. (MARX, 2003, p. 211).

Trabalho é, portanto, constituição de mundos possíveis na imanência, plano no qual a experiência do labor, sempre ela mesma, sempre movimento de forças livres, vai tomando modos instituídos, como prática discursiva, que vão naturalizando maneiras de trabalhar que, de nenhuma forma, esgotam as possibilidades de se trabalhar de outro modo. Nas relações de forças, tem preponderado a axiomática capitalista, mas nem sempre foi assim, mesmo no entre esta axiomática percebemos formas de trabalhar que a explodem por todos os lados, obrigando a constantes modulações, necessárias para salvaguardá-la de uma completa deriva.

Ora, se o ‘espírito’ entra nos cálculos da noopolítica, de maneira nenhuma isto quer dizer que ele está absolutamente sujeitado a esta extorsão espúria; se o intelecto público é o que produz a riqueza, de maneira nenhuma isto quer dizer que ele se sujeitou à escravidão maquínica. Não podemos confundir o que os cálculos do poder tenta fazer com aquilo que uma vida faz em sua potência inventiva, ainda que agrilhoada.

Quando menos, porque os próprios trabalhadores, processando suas atividades, demonstram claramente o movimento das forças livres em sua potência. Não temos que desqualificar o trabalho e as instituições, muito menos as pesquisas sobre eles, o que temos é que, em meio a isto, lutar por sua libertação, ou melhor, pelo reconhecimento e necessidade mesmo de democratização das relações institucionais e aumento do poder de agir dos trabalhadores, no sentido de maior autonomia corresponsável, incluindo aí partilha dos lucros, com busca de novas formas de valorização que não passem pela axiomática capitalística, que mata a vida para melhor controlá-la.

Enfim, nessa narrativa, como fomos construindo com nossas interfaces, entre elas, a própria experiência do labor, não subsumimos a vida ao trabalho. Ao contrário,

afirmamos que as formas de organização do trabalho atuais expropriam a potência das forças livres e tentam impedir sua verdadeira autonomia inventiva.

Afirmamos, sim, a agonística, argumentando que tudo se passa no mesmo plano de imanência, porém, uma coisa é o Corpo Comum Relativamente Pertinente, outra o Corpo Obsessor Realmente Permanente. O primeiro é vivo, vívido, vivível, potência e movimento, fluxo desejante livre; o segundo, hacker, vírus, infernal máquina burocrática em sua cafetinagem vampiresca das forças genésicas. Este último é um corpo estranho, parasitário, mortífero e invivível. Portanto, não os confundamos como se fossem a mesma coisa e, muito menos, não desqualifiquemos a potência viva numa completa apatia submissa. Aprendemos bem de Foucault que o poder não é propriedade de ninguém, mas relações de forças. Não acreditamos, portanto, que no trabalho a partida já esteja definida.

Desqualificar o trabalho de uma forma geral, como se ele estivesse completamente subjugado e dominado pela axiomática capitalista e deixar de lado o trabalhar, desconsiderando toda a riqueza e complexidade que as pesquisas do trabalho vêm ‘descobrimo’ nos últimos tempos, focando a atividade laboral e, com ela, a experiência do labor, como entendemos, seria como matar o doente sem tentar cuidar dele, simplesmente porque foi contaminado por um agressor externo, duvidando, portanto, de sua capacidade e potência normativa, e nela, de sua força para restaurar a saúde. Com isto não podemos concordar. Nisto, enquanto cuidadores, de maneira nenhuma apostaremos.

Voltando ao plano de imanência, ele é o plano em meio ao qual as forças livres e selvagens correm em puro fluxo, formando agregados que cismam singularidades que, arrastadas até a zona de proximidade de outras singularidades, vão formando agregados cada vez maiores. Portanto, imanência uma vida... é este o plano, sem haver outro.

Contudo, se há vários verbos da vida (NEVES, 2004) que precisamos habitar, entre eles o trabalho, a partir deste plano vários outros consistem nele, por meio dele, através dele, em meio a ele e, por isto, podemos falar em imanência um trabalho..., entendendo com isto o plano de consistência do trabalhar que, como todos os outros

verbos da vida, não são intransitivos, mas formam trânsitos e atravessamentos constantes entre si. A vida é transversal!

Assim sendo, podemos entender como se dá a contaminação à distância entre os cérebros (TARDE, 2003, 2005) e porque o CCRP, como desenvolveremos, pode ser entendido como virtuosismo da multidão no contemporâneo (VIRNO, 2013), apostando no *General Intellect* como intelecto público, inteligência coletiva.

Partindo todas as singularidades do mesmo plano de imanência, há fluxos heterogêneos escoando por todos os lados e, num *clinamen*, todos engendram mundos possíveis e impossíveis que, formando agregados, acabam por instituir o mundo em que vivemos. Mundo que é apenas um incidental encontro coagulado dos fluxos heterogêneos das forças em movimento, fazendo de cada instituição uma temporária forma de estabilização sempre em embate com as forças instituintes, que, mais cedo ou mais tarde, terminam por desestabilizá-las.

Se entendermos que o ‘mundo do trabalho’ funciona também desta forma, como um verbo da vida, encheremos de sentido as inflexões de Hardt, Lazzarato e Negri em suas postulações do trabalho como força alternativa ao Capitalismo; afirmaremos a aposta de Campos (2000) em um fator Paidéia no trabalho, de produção não só de valores de uso, mas também de produção de subjetividades de uma vida digna de ser vivida, nos esforçando, então, para incrementar as ‘tecnologias’ leves (MERHY, 2002), entendendo a experiência como potencialmente formadora (SCHWARTZ, 2010) e fomentando intervenções para aumentar o poder de agir no trabalho (CLOT, 2010).

Todas estas questões, pelo que desenvolvemos em conjunto com nossas interfaces, são fluxos heterogêneos escorrendo de um inconsciente maquínico; usinagens que podemos entender como uma espécie de rearranjo do “gênero” do trabalho no contemporâneo, através de miríade de estilizações que ganharia bem mais se colaborasse entre si, ao invés de permanecer como ‘saberes formais’ personalizados, fruto das idiosincrasias.

Questões, então, que diríamos ser a “glória cerebral do elemento mais influente e mais potente do cérebro” de nossa época, que Tarde (2003, p.59) denomina consciência.

Consciência que neste ponto, agora sem estranhamento³⁰, poderíamos dizer que não é de alguém em particular, de um sujeito, mas uma consciência sem eu (DELEUZE, 1997), uma consciência do intelecto público e, portanto, consciência ou partitura (VIRNO, 2013) de uma época.

É por isto que, mesmo com todas as incompletudes e problematizações que, por certo, não dará cabo de responder, essa tese aposta na transversalização, pondo para conversar conceitos/ferramentas, ainda que forçado a realizar catacreses e antropofagias. Certa de que é a narrativa de possíveis de agenciamentos coletivos que, acoplados aos agenciamentos maquínicos dos corpos, serve como pistas de uma estilização em movimento: aquela de um psicólogo do trabalho que, não imbricado na academia e suas formalidades, decide e aposta em não ser uma identidade, mas fluir com aquilo que encontra, agenciando conceitos como ferramentas que possam intervir, como cuidado de si, na ainda triste realidade das políticas do trabalho que encontra em suas andanças.

III.A sinfonia do impessoal ou quando Blanchot traz a letra da música ou quando o impessoal é a partitura de um maestro translo(u)cado.

No entre a visibilidade e a dizibilidade do trabalho, ao se processar a atividade, ocorre algo que transborda tanto às relações formais de saber, quanto às relações de força de poder que também se implicam neste fazer industrioso. Há algo que se processa em um fora, que é próprio da subjetivação, das dobras do saber e do poder que afetam o trabalhador, que tendo que responder à situação encontra uma linha de fuga que, no seu desvio, produz muito mais do que é esperado.

Orientando-se por prescrições e agenciado pelo patrimônio ‘social e pessoal’, o trabalhador tem que se afirmar no entre eles. Em o fazendo, gera desvios, se distanciando tanto daquilo que é social quanto daquilo que é pessoal para, em se tornando um outro, nômade, errante, chegar a produzir.

³⁰ Lembramos que na página 152-153 já havíamos falado disto, quando dizíamos de uma consciência que, embora pudesse parecer estranho, era do CCRP. Não tínhamos, naquele ponto, desenvolvido ferramental suficiente para afirmar isto sem alguma estranheza, coisa que agora, como o entendo, podemos fazer de forma mais tranquila.

Nesta disposição afetiva é que se reposiciona para decidir fazer, apesar dos pesares. Numa dobra que, sem sair propriamente de seu contexto, cria um fora, no qual já não há pessoal nem sujeito, muito menos prerrogativas sociais, mas singularidades livres em *clinamen* engendrador de mundos em meio ao qual se processa a atividade. É nesta dobra que o trabalhador exerce a decisão de criar, arrastando num devir prescrições e patrimônios, tornando a ação possível por sua própria conta e risco.

Assim é como entendo o usar de si, sair de si nesta estranha experiência do labor. Um si que não remetendo a uma interioridade, já não se vincula a um dentro, nem a um fora, mas a uma dobra, uma obra aberta e inacabável, sempre imprevisível, sempre arriscada, sempre indeterminada. Um si que é um sobrevoo para fora do que está determinado e instituído; um si que, sendo abertura para as singularidades e multiplicidades livres, consegue se livrar das amarras indecíveis das controvérsias e contradições oriundas dos debates de valores, efetuando um comum que só podemos chamar de outro mundo possível.

A atividade de trabalho, assim, depende de um ato instituinte, de uma criação e, neste sentido, é literalmente obra aberta, uma atividade estética. Porém, entendamo-nos bem, não é atividade nem propriamente de um indivíduo, nem de um grupo social ou mesmo de uma interação entre indivíduos, mas diz de um complexo agenciamento de enunciação que dá a pista, orientando, expressando um possível que, na maquinação dos corpos, é efetuado por aquele que age. Agindo, afirma-se apesar do debate de valores, realiza uma escolha e decide por si mesmo. Neste entendimento, a dimensão estética, política e ética já não se separam da atividade de trabalho.

Afirmamos que produzir é usar de si, porque aquele que efetua a ação tem de se dispor para esta afetação, mas é também sair de si porque, em sendo afetado, o trabalhador tem de se afastar das formas e forças que o afetam pelas circunstâncias, o que aqui chamamos o indecível do trabalho. Portanto, um usar de si que é a disposição de se deixar afetar pela experiência do labor e um sair de si que é mergulhar nesta experiência e, no risco, fazer esta experienciação. Um si que, é assim, mais uma afecção que propriamente ações relativas a um sujeito.

Apostamos aqui que tanto o usar de si quanto o sair de si, que percebemos como diferentes, mas inseparáveis, remetem a atividade a uma estranha experiência, a um plano de imanência, na qual o si não é um si mesmo, o outro não é um si mesmo fora de nós, não se remetendo a um outro eu separado e muito menos o si e o outro são frutos de uma relação intersubjetiva, que os separam e os modelam em padrões binários de todos os tipos (hierárquicos, genéricos, etc.).

Como formulamos nessa tese a partir de nossa antropofagia, usar de si não é utilizar uma subjetividade identitária, já posta antes da relação; sair de si não é pôr-se em interação com outra subjetividade identitária semelhante ao eu, também posta em um antes. Tampouco remete a uma relação que se faz entre sujeitos previamente dados. É sim uma subjetivação, porém de tal forma que o(s) sujeito(s) e o(s) objeto(s) não vêm antes, mas sobrevêm como quase-efeitos da relação, que é primeira.

Este ‘si’, como aqui analisamos, não é nunca uma tentativa de intimização da vida:

Intimizar a vida quer dizer coloca-la para dentro, destituí-la da história das práticas humanas, esvaziando sua multiplicidade de formas e de conexões. A partir daí, o público e o privado se dicotomizam em antagônicos espaços, reificam-se [...]. Fechada, a vida perde movimento, força política, e o capital se multiplica, obscurecendo a visibilidade da produção dos modos de vida [...]. Sem movimento, desmaterializa-se, tornando-se dádiva ou estorvo, diluindo do cotidiano a emergência e o espaço da produção – do assujeitamento e da transgressão. (BAPTISTA, 1999, p. 34).

Porque aqui se trata muito mais de acontecer em meio ao acontecimento de uma vida, na experimentação que é sempre um fora de toda interioridade e uma distância de toda exterioridade, no qual público e privado não fazem mais sentido enquanto binários, já que o usar de si é o permitir-se a construção de um corpo que labora e se elabora em meio a este laborar. Usar de si é ser o *médium* da imanência, é ir para além de qualquer personalidade, de qualquer intimidade, sem se deixar tomar pela exterioridade tampouco, para ser enfim um ponto pulsátil de uma rede viva. Usar de si é aceitar a dádiva da transgressão.

Usar de si, enfim, é ser um vetor do Corpo Sem Órgãos do trabalho, um mergulho no abismo de um Outrem, entrando na corrente viva de uma cooperação, expressividade e afetividade em que não pode mais dizer eu. Esta a estranha experiência

do labor que é necessariamente privada e pública ao mesmo tempo, um fazer-se experiência em meio a outras experiências que desafiam à construção de sentidos. Uma morte deleuziana que, segundo René Schérer:

A morte deleuziana – se tal expressão é adequada – desvia-se do impensável e do insustentável, bem como de todo *pathos* trágico, graças ao paradoxo do acontecimento e do impessoal; ela escapa à apreensão interna do indivíduo, sem corresponder tampouco a uma deploração intersubjetiva. É enquanto impessoal que a morte acontece, que ela se desliga do sujeito que ela afeta, embora sendo indubitavelmente e unicamente “sua”. É enquanto impessoal que ela exprime, qualifica, exemplifica todo acontecimento do qual se torna como que o paradigma, por conta, justamente, desse desligamento impessoal, do sentido exposto. O impossível “eu morro” desloca-se para um “ele” e nele se metamorfoseia. É nesse “ele”, nesse “morre-se” da morte que o moribundo entra (SCHERÉR, 2000, p.23).

Este “ele” o remetemos ao CCRP, na antropofagia que fizemos do Corpo-Si de Schwartz (2010), entendido por nós como Corpo Comum ou Corpo Coletivo e uma terceira ou quarta pessoa, como diz Schérer, que é, paradoxalmente, impessoal. Usar de si é então um “morre-se” para acessar um plano que passará a dar consistência a algo novo, um novo possível.

Mas se foi preciso usar deste Si, não é menos imprescindível dele sair, pois este “morre-se” descortina possíveis, mas não os efetua. A expressão de um possível é só meio caminho andado. Para produzir, os trabalhadores terão então que construí-lo em cooperação no plano concreto, modificando o instituído, vale dizer, instituindo novas formas de fazer, através da maquinação dos corpos. “Morre-se”, então, para possibilitar o vívido, para tornar vivível aquilo que de outro jeito seria apenas mortificação.

Desobra-se não por forças reativas na vontade de destruir por destruir, mas para que a obra reemerja como um grito de glória das forças afirmativas da vida que, bailarina, em seus rodopios faz o mundo girar com seu corpo, num eterno retorno que a cada rodopio, entre faces e disfarces, aparece sempre como o mesmo mundo, mas, paradoxalmente, um mesmo que está sempre em recomeço, sem nunca começar, na repetição que não repete, num querer morrer-se que apenas afirma a potência criadora da dança da vida.

Portanto é este fora que entendemos como a distância entre a atividade prescrita e a atividade real. É para mergulhar nesta distância que é preciso, sem dúvida, usar de si, como um se deixar afetar, mas um usar de si que, paradoxalmente, só é efetuado num sair de si, no mergulho na experiência do labor, que é um morrer-se.

Morre-se, portanto, enquanto pessoa, enquanto sujeito individual e nômade, numa singularidade errante, entra-se num devir molecular, como multiplicidade em meio a multiplicidades num fora trabalho que não sai dele, mas o efetua como um possível a partir de um Corpo Comum Relativamente Pertinente. Obra-se num desobramento, labora-se no labor de uma elaboração coletiva, elabora-se, portanto, o trabalho num retrabalho que nunca cessa.

É este sair de si, então, na proximidade da distância mais longínqua, como quer Blanchot, que consideramos a saúde no trabalho. Estranheza de um trabalho que só se efetua num fora trabalho, num sair de si que, mais estranho ainda, exige um uso de si intensivo com toda a sua integridade de vivo.

Saúde que tomamos no sentido de Canguilhem, numa radical normatividade, que faz com que nenhum vivo, em processando e se processando na experiência do labor, seja apenas um executor, um mero recurso entre outros. Todo trabalhador é então um *médium* de uma experiência que exige a efetuação de um comum, num morrer-se e ressurgir-se como outrem, como proletário, como gestor do próprio trabalho.

Normatividade radical da atividade laboral efetuada num lado de fora, num sair de si que, talvez, Clot (2006) já intua ao postular que o trabalho não tem, mas é uma função psíquica. Função, radicalizando, ontológica, para além e aquém de somente psíquica, porque remete a um outramento de um ser que só advém sujeito do trabalho, trabalhador, no mergulho/morte num plano de imanência que faz consistir um trabalho, um trabalhador e um trabalhado que emergem num trabalhando-se de um desvio, na proximidade da distância mais longínqua, numa relação de terceiro tipo que faz surgir uma quarta pessoa que, paradoxalmente, é em tudo e por tudo impessoal. Não um Eu, não um Tu, não um Ele, mas um Si, Corpo-si do trabalho, como quer Schwartz.

Corpo-si que, apesar do nome, é sempre comum, é sempre coletivo, cooperação. Corpo-si que nunca está formado de uma vez por todas e, portanto, é obra aberta e, por isto, relativa, expressiva, comunicação. Por fim, Corpo-si que emerge na transitagem desviante de todos os corpos e de todas as expressões, agenciamento maquínico e agenciamento coletivo, respectivamente, e que é pertinente aos desafios encontrados frente a um acontecimento que se experiencia, subjetivação. Corpo Comum Relativamente Pertinente, a Máquina Noopolítica Expressiva da Produção.

Fica claro, então, porque a cooperação, a expressividade e a afetividade só podem funcionar em conjunto, sendo a máquina expressiva do trabalho que, para sê-lo sem mutilação, necessita da cogestão/autogestão estética, política e ética plena. Do contrario, como nos diz enfaticamente Yves Clot (2006), entra-se em sofrimento psíquico. Até quando mataremos o vivo para melhor expropriá-lo de suas forças? Até quando transmutaremos o intempestivo da criação produtiva no girar repetitivo de um relógio de ponto, uma catraca eletrônica cerceadora do bailado criativo da máquina expressiva da produção?

Discutimos a experiência do labor e sentimos a necessidade de desemaranhá-la do debate entre saberes que, investidos e formais, carecem ainda de um nome adequado, já que em nossa própria discussão entre, por um lado, um saber que chamamos acadêmico, investindo mais na formulação de conceitos e, por outro, um saber laboral, investindo mais na produção de sentido, nos parece bastante precária.

Isto porque tanto o saber acadêmico quanto o laboral produzem conceitos e sentidos diferenciados para o estar e lidar com o mundo. Deixaremos esta diferenciação como possível pista, já que nossa narrativa entrou nela apenas como um esforço de formulação do conceito de experiência, não se propondo como meta a discussão da formação no trabalho.

Em nosso percurso, vimos que foi através da distância entre a atividade prescrita e a atividade realizada, exigindo dos pesquisadores do trabalho a interlocução com os fatores subjetivos presentes em toda a atividade, que forçou a mirada sobre a experiência do labor, fazendo que este conceito, embora problemático no campo

filosófico, passasse a ser revalorizado no campo das pesquisas do trabalho que, então, se viram ante a necessidade de redefinição do conceito.

Tomamos como nossas as indagações feitas por Schwartz (2010) e passamos a nos aproximar do conceito de forma problematizadora. Afastando-o das amarras ligadas à discussão dos saberes, postulamos que estes têm a experiência como substrato, emergindo dela como quase-efeitos. Porém, como argumentamos, a experiência não é um saber acumulado, seja de qualquer tipo, porque os conceitos são patrimônios culturais, esforço cumulativo do labor dos vivos e, portanto, a própria construção de conceitos, a própria produção de sentidos pode ser encarada como um tipo de atividade laborativa. Desta forma, se não desvencilharmos os saberes e as experiências, assim nos parece, cairemos num círculo vicioso.

Tomamos, então, a experiência por ela mesma e percebemos que por necessidades práticas, oriundas daquilo que apreendemos em nossas pesquisas com as atividades laborativas, a experiência apontava para um caminho em que ela devia ser singular, no sentido de ser vivida por cada um dos trabalhadores, mas, ao mesmo tempo, necessitava de uma dimensão coletiva, sem a qual ela não seria partilhável, ficando presa nas malhas das idiossincrasias.

De Foucault, tomamos então os três elementos necessários a toda experiência: um jogo de verdade, relações de poder, formas de relação consigo mesmo e com os outros. Em nossa catacrese, vimos como o CCRP, o Corpo Sem Órgãos do trabalho, a mão viva que ferramenta o Gênero/Estilo, patrimônio acumulado e em processo, nos permitia articular estes três elementos. Considerados como agenciamentos do fluxo das forças do CCRP, do intelecto coletivo, os saberes prescindem da necessidade de articulação, porque já estão desde sempre articulados.

O agenciamento coletivo de enunciação e o agenciamento maquínico dos corpos, através de jogos de verdade e relações de poder, dão grau de valores diferentes, segmentando àquilo que no fluxo de forças permanecem apenas como fluxos: saberes acadêmicos e saberes laborais que, para serem efetuados como possíveis, são ambos investidos, encarnados e efetuados pela máquina expressiva produtiva.

Portanto, de outro modo, podemos falar que os saberes são cortes de fluxos livres, sendo os fluxos o que definimos como a experiência. A experiência, assim, não concerne ao verbo ser, mas ao verbo ter. Os corpos que laboram, quando em atividade, entram em uma sinergia cooperativa, incitados pelas infidelidades do meio, que os fazem acessar aquilo que aqui denominamos a inteligência coletiva.

Participando então como *médiuns*, como pontos vibráteis de uma rede complexa de muitos para muitos, já que esta rede, como vimos, funciona no intempestivo e no atópico, os trabalhadores, em conjunto, passam a corporizar um Corpo Sem Órgãos que é, então, a partitura comandada por um maestro translo(u)cado .

Isto é, um centro sem centro que se desloca constantemente para qualquer ponto da rede, em qualquer tempo, em qualquer lugar, atendendo em ato aos imprevistos. Um maestro translo(u)cado, portanto, e pronto para comandar todas as ‘loucas’ situações que atravessam a atividade, numa ordenação que se faz mais por des-ordem, numa obra aberta que se faz no desobrar, na qual o corpo dos trabalhadores comparece como instrumento de uma orquestração intensiva de dissonâncias, consonâncias, ressonâncias e assonâncias que, enfim, tecem a sinfonia da atividade.

É por isso que não sabemos bem quem faz experiência. Tenho uma expressão para designar esse enigma, Corpo-Si ou a pessoa-si. Nisto que faz experiência, há história de nossos fracassos, nossos sofrimentos, nossos sucessos, nossos engajamentos com uns e outros, atravessados pelas nossas relações com os valores; e nosso corpo carrega essa história sem que nós a saibamos muito bem. É tudo isso que faz experiência. Toda situação de atividade é aplicação de um protocolo: há normas a respeitar, um regulamento a aplicar, não somente por questões de responsabilidade jurídica, mas também por que essas normas são, em parte, experiência capitalizada, escolhas políticas, escolhas orçamentárias que devemos traduzir. E, ao mesmo tempo, toda situação de atividade é, sempre, numa proporção jamais antecipável, não somente encontro, mas encontro de encontros (...)

(SCHWARTZ, 2010, p.42)

Ora, quem sofre a experiência é o corpo, qualquer corpo, um corpo. Neste ponto, a experiência é completamente pessoal. Uma subjetivação singular que atravessa os corpos de forma individuada. É o sujeito da experiência aquele que pode dizer minha experiência, o que eu aprendi através da minha experiência.

Mas quem faz a experiência não é o sujeito, quem a faz é o acontecimento, aquilo que obriga o sujeito a se deslocar, não ser o mesmo. É no deslocamento de cada sujeito, de cada trabalhador, permitindo-se um morre-se, que emerge então um plano no qual não existe mais pessoas, nem sujeitos, mas singularidades livres que, arrastadas uma nos limites das outras, formam um comum, um como um, um outro corpo impessoal que passa a ser orquestrado por um *Intellect Geral*, a inteligência coletiva, partitura da orquestração comandada pelo maestro translo(u)cado.

Assim, nada mais impessoal que a experiência. Se ela pode e deve ser subjetivada para poder se encarnar, na potência de uma captura própria de um ter, ela é feita a expensas de qualquer pessoa que, se não a encarna, não a vive. Em não a vivendo, não pode expressá-la ou considerá-la, tornando-se uma ‘escuta surda’, mas nem por isto a experiência deixa de acontecer. “O trabalho imaterial, isto que a gente chama de trabalho imaterial; isto que a gente está fazendo e que às vezes nem parece que é trabalho, porque não aparece como trabalho, é este trabalho desta regulagem fina. Esta inovação continuada, esta singularização criativa de cada um nas redes” (TEIXEIRA, 2008, informação verbal).

A experiência é a rede. A rede coletiva de cooperação, expressividade e afetividade que cobre como o céu a todos nós que somos vivos e normativos. Acessamos a rede o tempo todo porque o todo o tempo a rede nos acessa. Saibamos ou não, vivemos porque funcionamos em rede.

Somos pó de estrelas em formação constante. Anônimos infames numa singularização criativa sempre em processo à espera da consciência que é “a glória cerebral do elemento mais influente e mais potente do cérebro” (TARDE, 2003, p.59). Quando desponta um gênio, no sentido tardiano, através dele reluz com fulgor todas as pequenas centelhas vivas que, no entanto, ele obscurece com o seu nome próprio, com sua pretensa identidade e propriedade intelectual, como o capitalismo ofusca as forças criativas livres com sua repetitiva e entediante axiomática.

A genialidade para Tarde não está no nome próprio, mas na glória de uma centelha criativa que se agregou numa situação incidental. Pensemos aqui no engenheiro

de nossa terceira experiência narrada acima, que possibilitou o impossível com seu rearranjo metodológico, criando um dispositivo de ação. Um gênio.

Ora, mais se isto é a genialidade, que dizer de todos os trabalhadores quando, na linha de ponta, ‘dão nó em pingo d’água’ e conseguem efetuar a atividade, apesar dos pesares? Como diz Hélder Muniz, que questiona logo na primeira página de sua tese de doutorado:

Existe uma dimensão relacional que influencia fortemente a eficácia e a eficiência nos serviços, exigindo um tipo de análise que inclua outras variáveis não facilmente controláveis na avaliação das possibilidades e limites de cada organização. Assim, é preciso perguntar-se por que, apesar de todos os problemas de financiamento e de condições de trabalho, muitos pacientes ainda saem curados dos hospitais. Como é que os profissionais fazem uma estrutura tão complexa e precária funcionar? Qual o papel de cada profissional na gestão da assistência? (MUNIZ, 2000, p.1).

Não seria este papel o de ser um ponto pulsátil de uma rede que faz dele muito mais que uma mônada, que sozinha nada pode? Não seria esta estranhíssima relação com um impessoal uma porta para um enigma que nunca se desvela?

É então esta estranhíssima relação com o impessoal que teremos agora de tratar e que fecha o título dessa tese: Usar de Si, Sair de Si, estranha experiência: um trabalho. Uma relação pré-pessoal, impessoal, transpessoal, na qual singularidades e multiplicidades, embora diferentes, também são indissociáveis. Do que tratamos aqui?

Para esta discussão, acreditamos ser Blanchot quem nos ajuda a entender este tipo de relacionamento, quando disserta sobre uma relação de terceiro tipo. Para Levy (2011, p.77-78) esta relação de terceiro tipo remete à “relação com o neutro, com o Outro desconhecido (...) uma relação não unitária que escapa à questão do todo, da síntese (...) uma relação sem unidade, sem igualdade, em que prevalece a diferença” na qual “não há junção, mas encontros, alianças, afetos”. Para efeitos dessa tese, este tipo de relação é o que denominamos aqui a formação de comum, a relação que temos com a estranha experiência: um trabalho.

Neutro aqui não se refere a nenhuma neutralidade epistemológica, pelo contrário, pois para se estabelecer este tipo de relação há que se estar profundamente implicado na atenção e na espera, como ensina Blanchot. O neutro se refere a um tipo

de relação sem sujeito, sem um eu, com o Outro desconhecido que não postula nenhum eu fora do sujeito. O Outro remete a um Ele, que é também impessoal.

Uma relação exorbitante (BLANCHOT, 2010, p.34) então, no sentido em que ela não se faz no entre sujeitos, ela acontece. Mais que uma relação é um relaciona-se, um põe-se em encontro, um afeta-se, uma aliança com o diferir que não se reduz a um homogêneo, mas que segue diferente e diferenciando. Neste sentido um fora, uma relação com o fora que, impossível de estabelecer, gera uma nova configuração que não é a que lhe imprime o sujeito, nem a que lhe imprime o interjogo social, mas um novo arranjo completamente imprevisível, aberto, arriscado que, vencendo a indeterminação, determina-se em um produto concreto por meio de uma experiência que chamamos, então, a atividade produtiva.

Mais é preciso talvez dizer mais. A quarta pessoa, ou o uso que dela faz Deleuze para se encarregar de todo o plano de desdobramento do impessoal, vem preencher o vazio, a ausência, o aspecto puramente negativo na análise de Blanchot...

O impessoal escapa a dialética da negatividade. Ele elude a lógica do contraditório, bem como a lógica da união de contrário, para adotar a do paradoxo, ou da admissão desse “impossível”, motor do sentido, que é a quarta pessoa. Salto de uma partícula fora de sua órbita, que desencadeia o mecanismo da criação. (SCHÉRER, 2000, p.26).

Vimos como em Deleuze o impessoal não excluía as singularidades, mas, digamos assim, a pessoalidade. Na realidade, o impessoal em Deleuze é o momento de maior indiscernibilidade entre multiplicidades e singularidades, quando elas ainda não se encarnaram e se diferenciaram em formas, em dobras de subjetivações, sendo apenas fluxo livre de forças em movimento. Em *Clot*, ao contrário, este impessoal encarnava a exclusão das singularidades, na medida em que é tomado como aquilo que as pessoas já encontram determinado, com pouco grau de protagonismo para modificar, referindo-se às prescrições, normas, protocolos, etc. a seguir.

Em Blanchot, o termo impessoal assume outra dimensão, que é aquela que Schérier denomina o vazio, a ausência, o aspecto puramente negativo. Isto porque, ao falar da possibilidade do escrever como um desobramento, como uma obra que nunca começou e nunca terá fim, para Blanchot, há que se buscar um fora de qualquer possibilidade de escrita, uma relação com o impossível, com um Ele ou Outrem que nada tem a ver com pessoas, mas com um salto no escuro. Salto que propicia, então,

que a narrativa se faça por si mesma, naquilo que acontece e toma aquele que escreve em seu próprio processo que, por isto, abole qualquer pretensão de autoria. “(...) A narrativa quer percorrer esse espaço, e o que a move é a transformação exigida pela plenitude vazia desse espaço (...)” (BLANCHOT, 1984, p.16).

Porém, a experiência do labor difere da escritura de uma obra literária. Desde o começo ela está marcada por normas antecedentes, como diz Schwartz, por prescrições que não podem ser descartadas e por uma história patrimonial que a guia através de seu desenvolvimento possível, sem ter que estar continuamente começando, entre tentativas e erros, com afirma Clot. Desfazer-se ou jogar fora todo este suporte instrumental seria pura loucura, nihilismo reativo, uma atitude que não caberia naquilo que denominamos cogestão/auto gestão corresponsável.

Assim, há uma relação de compromisso da qual não se pode desvencilhar-se. Porém, diante das infidelidades do meio e do debate de valores sempre presentes em uma ação que se faz em meio a outros, criam-se indecidíveis na ação que, se se quiser trabalhar, exigem uma decisão. É nesta situação de xeque então que, considerando todas as forças heterogêneas em questão, o trabalhador dá o salto no escuro, para um fora que o exorbita das determinações pessoais e sociais e, encontrando-se com aquilo que denominamos a experiência do labor, imerge no Corpo Comum Relativamente Pertinente, laborando e elaborando sua atividade em um retrabalho. Lembremos aqui, para facilitar a compreensão, do estratagema posto em ação pelo engenheiro engenhoso para desenvolver sua atividade frente à interdição de uma gerência vertical³¹.

Assim, diferente de permanecer neste vazio, para através dele se deixar arrastar pela situação, sem mais considerações, o que ele encontra nesta relação com o ‘impossível’ é aquilo que Schérer denomina motor do sentido. Após o mergulho, numa subjetivação enriquecida em meio ao CCRP, ele reemerge, ressignificando o trabalho para si mesmo e, corresponsavelmente, realizando uma cogestão/auto gestão que o move para além do indecidível, através do Corpo Comum, de forma que a atividade é possibilitada, como vimos no caso do engenheiro.

³¹ Este caso foi narrado a partir da página 165 dessa tese.

Digamos então com Blanchot e Deleuze que a atividade laborativa está sempre em processo, tendo por plano de consistência um Corpo Sem Órgãos do trabalho que, impessoal, transforma a experiência do labor neste paradoxo de ser íntima, individual, porém acontecendo no entre a máquina dos corpos, de tal forma, que algo pula para fora de órbita e passa a orquestrar uma relação em tudo impessoal. Pessoal e impessoal ao mesmo tempo, exigências da experiência do labor.

É na proximidade da distância mais longínqua que aquele que labora torna-se imperceptível, como partícula errante, que em meio à multiplicidade de miríades de outras partículas, também errantes, forma como que uma centelha de puro fluxo de uma multidão. Imperceptível que nos leva a designar este labor como imaterial, já que sua matéria torna-se puro devir molecular entre devires moleculares que, intensivos e múltiplos, formam uma multidão.

Multidão corporizada em um Corpo Comum, de todos e de ninguém, que, impessoal, fornece sentido e faz emergir trabalhador, trabalho e atividade de trabalho, como a “glória cerebral do elemento mais influente e mais potente do cérebro”, que Tarde (2003, p.59) denomina consciência e, acrescentaríamos com Deleuze (1997), consciência sem eu, consciência maquinada por Outrem, por um Ele impessoal, numa relação com o impossível.

Atividade, então, que arrasta todo o instituído, todo o prescrito, para um desvio na qual a ação só pode se fazer livrando-se daquilo que está posto, daquilo que está dado de antemão. É então, diferenciando-se daquilo que põe em xeque o possível da proximidade, o conhecido, que numa relação com o impossível se leva adiante a ação, numa singular estilização, em meio ao indeterminado, imprevisível e arriscado. Estranheza de um desvio que produz *clinamen* engendrador de mundos.

Necessário dizer que possível e impossível, conforme pensados por Blanchot, referem-se ao poder, à potência. Na dimensão da relação de possibilidade, saibamos ou não, pertencemos a uma rede de poderes de que nos servimos, lutando contra a potência que se afirma contra a nossa (BLANCHOT, 2010, p.86). Estamos, então, numa relação entre forças. No possível, utilizamo-nos de nosso conhecimento, estamos sempre numa relação de proximidade. Já com o impossível, com a relação de impossibilidade...

(...) não poderia ser um movimento fácil, visto que nos veríamos com ele retirados deste espaço onde, pelo próprio fato de viver e morrer, exercemos, mesmo que negativamente, um poder. Da mesma forma, o pensamento do impossível, se fosse aceito, seria, no próprio pensamento, uma espécie de reserva, um pensamento que não se deixa pensar no modo de compreensão apropriadora. É preciso, entretanto, acrescentar, que o impossível não está aí para fazer capitular o pensamento, mas para deixá-lo anunciar-se segundo uma outra medida diferente daquela do poder. Que medida seria esta? Talvez precisamente a medida do outro, do outro enquanto outro, e não mais ordenado segundo a clareza que o adequa ao mesmo. Acreditamos possuir o pensamento do estranho e do estrangeiro, mas na realidade temos apenas o do familiar, não o do longínquo, mas o do próximo que o mensura. (BLANCHOT, 2010, p.87-88).

É por necessariamente ter que sair do indecidível, no qual a proximidade e os valores entram em debate diante do imprevisível, que a atividade produtiva só pode ser criação de um comum. Não um comum que torna homogêneo o diverso, não um comum que cria uma identidade, mas um comum que arrasta o instituído para um relativo rearranjo que extrapola por todos os lados o sujeito de ação (tanto o indivíduo como o grupo envolvido na atividade), o meio de trabalho (sua organização e técnicas) e o objeto produzido (valor de uso e bem comum). Não seria este o enigma do afastamento, da distância, do intervalo produtivo que tem feito a reiterada afirmação de que o trabalho realizado nunca é o mesmo que o trabalho prescrito?

Se assim for, podemos afirmar mais uma estranheza inerente ao trabalho, mais um enigma, o de ser no des-obramento, na destruição da obra, no intervalo criativo, aonde nenhum trabalho é possível, neste estranho deserto exterior do tempo cronológico e do espaço geográfico do trabalho, que a impossibilidade de trabalhar conduz um trabalha-se, um acontece de uma atividade que, então, possibilita a ação possível.

Percebemos então que analisar o sujeito, a atividade ou a produção efetuada é muito pouco para nos aproximar do enigma do trabalho, pois nenhuma destas variáveis, por mais que sejam estudadas e analisadas, por mais que sejam detalhadas, são capazes de explicar e por a nu o trabalho. Pois o que o possibilita é de outra ordem, é da ordem inextrincável do agenciamento coletivo de enunciação e do agenciamento maquínico dos corpos que, numa transformação incorporal, primeiro se afeta e, por ser afetado neste se afeta, posteriormente afeta aquilo que o afetou, efetuando a ação possível.

Ora, se imaginarmos um debate entre Blanchot e Merhy com sua postulação das tecnologias leves e a centralidade do cuidado nos usuários, argumentando em termos do que fomos construindo nessa tese, diríamos que, de princípio, a coisa já soaria estranha.

Se acreditarmos com Blanchot que o trabalho é obra aberta e se processa por um desobramento, por um rearranjo constante, naquilo que denominamos um desordenamento, como então propor que as relações sejam tecnologias, ainda que leves?

A relação de terceiro tipo não possui leveza nenhuma, ela é densa e arriscada. Exige que se esteja implicado na atenção e na espera, que se salte no escuro do longínquo, para longe de toda proximidade, e se deixe arrastar por ela, na reconstrução de uma nova narrativa possível, ou, em nossos termos, numa invenção de processamentos da atividade para fora de todo o instituído ou hegemônico.

Centrar o trabalhar no usuário, portanto, não favorece em nada a relação com o impossível, apenas reformula os mesmos padrões de centramento no funcionamento organizacional. Ainda mais se, tida como técnica a ser desenvolvida e aprimorada, nos mantivermos nos padrões de reconhecimento para que uma dada técnica seja considerada legítima. Como indaga Blanchot (2010, p.87-88): “É preciso, entretanto, acrescentar, que o impossível não está aí para fazer capitular o pensamento, mas para deixá-lo anunciar-se segundo uma outra medida diferente daquela do poder. Que medida seria esta?”.

Ora, se entendemos o trabalho como processo, não podemos arbitrariamente definir em quem deve estar centrada a organização do trabalho. Como predefinir a relação com o impossível, que exige que deixemos o pensamento anunciar-se segundo uma outra medida diferente daquela do poder? Afinal, não são todas as tecnologias métricas; medidas predefinidas para se alcançar determinado caminho?

Se todo o esforço até aqui desenvolvido foi para entender o trabalho como processual e inventivo, como um plano de imanência no qual emergem trabalho, atividade e trabalhador como produtos e produtores ao mesmo tempo, como predefinir

algo fora deste plano, anterior ao mergulho nele e no risco da construção em cogestão/auto gestão corresponsável?

Não seria isto uma fetichização da técnica, como capaz de por si mesma possibilitar o que só é possível numa relação com o impossível, no pulo para um fora onde, sem predefinições, o caminho é que vai traçando e retracando suas métricas no verdadeiro encontro de encontros, que Schwartz diz ser a experiência do labor?

Ora, apostemos com Blanchot (2010, p.87-88): “Que medida seria esta? Talvez precisamente a medida do outro, do outro enquanto outro, e não mais ordenado segundo a clareza que o adequa ao mesmo”. A medida de Outrem, do Impessoal, da arriscada e nunca conclusa construção de um comum inclusivo de todos os envolvidos no processo e tudo aquilo que o processo exija de esforço, na atenção e na espera. Sem centramentos de nenhuma espécie, a não ser na relação com o impossível.

É preciso tempo para esta construção; é preciso tempo para uma produção comum, diferente de um produtivismo que monetariza o tempo, numa troca desigual, traçando axiomáticas que remete tudo para o já conhecido e determinado, numa escravização maquínica que cafetina as forças genésicas, embora exija delas responsabilidades e colaboração em um processo que, no entanto, sequestra sua autonomia, solapa seu protagonismo, dificultando que o processo produza riqueza para além da mais-valia. Aquela riqueza que, com Campos, denominamos Paidéia, construção de bens comuns e, sem a qual, com Clot, denominamos como a desrealização do trabalho no contemporâneo e a entrada em sofrimento psíquico.

Apostamos em um radical e intenso processo de cogestão/auto gestão corresponsável como aquele que se afirma com força anti-taylorista, sem isto somente “Acreditamos possuir o pensamento do estranho e do estrangeiro, mas na realidade temos apenas o do familiar, não o do longínquo, mas o do próximo que o mensura” (BLANCHOT, 2010, p.88).

Por isto, argumentamos com Campos que o ‘MEAGE’³² era mais sugestivo que o ‘método da roda’, dado que não basta usar o método, colocando as pessoas em círculo, se não deixamos este ‘’ nos arrastar para uma nova história. Por isto rebatemos sua compreensão da autogestão, quando reluta com o ‘MEAGE’ por causa dela, pois, como desenvolvemos aqui, a cogestão não se separa da autogestão, ao contrário, a exige, se quisermos desenvolver o fator Paidéia.

Como ser protagonista, como adquirir real autonomia sem um retrabalho de subjetivação, na atenção e na espera, em meio à construção de um comum que exige um usar de si e um sair de si concomitantes, para uma corresponsabilidade em que todos devem sair modificados do processo? Como gestar com o outro, se, ao mesmo tempo, não nos gestamos como um futuro filho com novo *ethos*, novos engajamentos, novos corpos?

Metaforicamente, num processo gestatório, não é só a mãe e o meio que gestam a criança, mas a criança também gesta a mãe e o meio enquanto se gesta. A gravidez, assim tomada, pode ser a melhor imagem da cogestão, pela riqueza e delicadeza de todo este processo, exigindo tempo e preparação para uma nova vida em comum. Não seria neste sentido que podemos entender o cuidado de si postulado por Foucault (2004b)?

Insistimos, portanto, que é num sobrevoo que navega um ser afetado e um se afetar; é numa corporização em que já não se separam individual e social, humano e artifício, em que nenhuma dicotomia dialética é possível, por não haver tese e antítese e, portanto, nenhuma possibilidade de síntese em um terceiro termo equilibrador, que para o que difere e parece um antagonismo, uma luta entre opostos, trava-se o bom combate. Por meio de um comum impossível que se afirma, apesar das formalizações do saber e das relações de força do poder em jogo, emerge uma nova, criativa, inventiva ação, sempre gerida por aquele que a exerce, que chamamos atividade de trabalho.

Ressaltamos este fato. Por ser um embate entre pessoal e impessoal, o trabalho não pode ser reduzido a um sujeito como unidade substancial que o efetue por si mesmo, exteriorizando-se através de técnicas por meios materiais que possibilitariam a

³² Discutimos este conceito na página 88 dessa tese.

produção do objeto. A gestão, a criação, a invenção no trabalho estão sempre presentes como uma relação com um fora. É cada singularidade encarnada, servindo como *médium* entre fluxos de forças e agregados de formas, que se torna um ponto pulsátil, capaz de alimentar de vida uma rede complexa de interações que, sem ela, não passaria de tramas e urdiduras, sem nada para fazer a tecedura. Toda atividade é trabalho vivo em processo e, portanto, desobramento de uma obra sempre inacabável.

O trabalho só é o que é porque seu tecido é vivo, porque se processa por corpos vivos capazes de afetação, porque estes corpos interagem entre si, formam agenciamentos, são expressivos. Por assim ser, afetação por formas expressivas e sinergia de forças em movimento capazes de se aliarem em uma rede viva de colaboração, cada corpo vivo, dobrando as formas e forças em uma subjetivação, faz deste fluxo agregados de dobras que, materializadas, criam mundos possíveis, produzem toda a riqueza do mundo.

Assim, pensamos que também não podemos pesquisar o trabalho por meio de centralidades, porque ele não se processa por centros, mas por rizomas, por redes. Da mesma forma, num contragolpe, ele deixou de ser centrado na organização política atual porque se pulveriza por todo o tecido social, independente do exercício de uma atividade econômica.

Se falta emprego, abunda trabalho, porque o trabalho tomou toda a vida e porque produzimos pelo simples fato de estar vivos. O tempo de produção e o de reprodução não mais se separa, não há nenhum fora do trabalho produtivo. Assim, estamos em um momento em que se exige uma crítica do trabalho conforme vinha sendo entendido no pensamento econômico clássico.

O Capitalismo só parece prescindir do trabalhador porque não é ele o sujeito de ação do trabalho. Se entendermos por trabalhador alguém submetido à atividade por meio de um vínculo formal, econômico, não é esta mais a base da riqueza social. Porém, num duplo viés, o Capitalismo necessita vitalmente do vivo que trabalha, necessita da rede viva e colaboradora, verdadeiro intelecto geral, como apregoava Marx. Porém, também necessita manter o trabalho agrilhado nos modelos antigos, como vimos com Alliez e Feher (1988). Utilizar-se da multiplicidade, segmentando-a em empregados

miserabilizados e trabalhadores inventivos, é a forma com a qual o capitalismo vem controlando a máquina expressiva, afetiva e criativa que constitui os trabalhadores.

Porém, ambos fazem parte de uma só rede viva, não há atividade em que não haja produção e reprodução ao mesmo tempo. Esta rede funciona no plano de imanência do trabalho através de um processo simultâneo de coletivização e singularização que faz emergir algo que entendemos como trabalhador, algo que emerge como trabalho e uma relação em fundação constante, por uma atividade que excede por todos os lados as relações de prescrição, constituindo-se como autonomia do trabalhador, como sua maneira própria de singularizar e coletivizar sua singularidade, em uma relação toda ela produção de subjetividade, da qual o trabalho se faz necessitado para ser levado a cabo.

Controlar a máquina expressiva, se apropriar da cooperação entre os cérebros e conduzir todos os possíveis para seu próprio axioma fazem parte da expropriação do trabalho pelo capitalismo na atualidade, na outra vertente da agonística.

Porém, a despeito desta captura, o trabalho funciona em um plano heterogêneo de forças, plano intensivo, plano de consistência ou de composição, assim como denominam Deleuze e Guattari (1995). Quando aqui falamos de plano do trabalho, de preferência a campo do trabalho, é nesta acepção de plano de forças, no qual já não se separa o natural e o artificial, fazendo dos trabalhadores e de seu meio de trabalho um caso de agenciamento maquínico dos corpos e agenciamento coletivo de enunciação (DELEUZE, 1977), ainda que no entremeio de transcendentos que exigem, por parte dos trabalhadores, uma constante reinvenção de habitar os verbos da vida (NEVES, 2004), re(ex)sistindo criativamente quando tudo parece já dominado.

Plano que situa o trabalhar como produção de produção (DELEUZE; GUATTARI, 1972), em que já não se separam produtor e produto, ambos engolfados em um processo que os constitui simultaneamente, mas que por eles é também constituído, em um sentido de mão dupla.

Concluimos então que as atividades laborativas se desenvolvem em relações de forças. As desterritorializações do prescrito por parte do trabalhador, inventando seu próprio território de atuação, se chocam com outras intenções que circulam pelo plano

heterogénico do trabalho, exigindo decisões frente a um meio que varia constantemente; escolhas que terão que ser protegidas de outras escolhas possíveis a fim de que a atividade possa ser levada a contento. Por este motivo, longe de ser um executor do prescrito, o trabalhador, para se por em atividade, é instigado a se produzir em meio à usinagem da subjetividade, o que exige completa disponibilidade física e mental, vale dizer, sua disponibilidade e normatividade de vivo.

Falamos em usinagem da subjetividade a fim de afastá-la de qualquer concepção intimista ou social, pois, como aqui a entendemos, a subjetividade não se encontra nem no interior daquele que trabalha, nem é determinada por regras externas, numa relação intersubjetiva. A rigor, diremos também que a subjetividade não é da ordem do singular, nem da ordem do coletivo, mas do âmbito de um plano de consistência que constitui o sujeito e o território do trabalho, ao mesmo tempo, em uma singularização e coletivização que assim só podem ser denominadas após o evento que as constituiu.

No processo mesmo de constituição tais dimensões são simultâneas, já que o que encontramos são agenciamentos maquínicos de corpos e agenciamentos coletivos de enunciação, processando-se por meio de desterritorializações, territorializações e reterritorializações, em constantes permutações de sentido. Pelo fato dos corpos em atividade entrarem em agenciamentos maquínicos e em agenciamentos coletivos de enunciação, já propusemos (MAIA, 2006) que esta imprescindível afetação dos corpos seja denominada de corporizações³³, por elas enfatizando a ação efetiva de processar quaisquer atividades de trabalho.

Assim, realizar corporizações faz parte do processo de produção de subjetividade. Subjetividades que, encarnadas, são territorializações de um desejo produtor de mundos que, em seu fluxo, se depara com linhas que facilitam ou dificultam seu transcurso, do mesmo jeito que a atividade é apenas um desenvolvimento possível, no dizer de Clot.

Ainda que tendo reterritorializado o seu processo criativo numa captura pela máquina burocrática, este processo de captura nunca se fecha completamente, porque o

³³ Vide página 43 dessa tese.

que move a atividade laboral é uma subjetividade qualquer que desponta como aquilo que, entre a trama e a urdidura, faz a tecedura, como aquilo que emerge em meio aos enfrentamentos do vivo em sua busca de normatividade, criando e dando sentido a ação. Subjetividade que é então um contra efeito do que acontece, contra efeito daquilo que denominamos experiência do labor. Mas que experiência?

Esta experiência, assim esclarecida, tem uma aparência patética, é preciso admiti-lo, mas com a condição de não dar à palavra pathos apenas seu sentido patético. Trata-se bem mais do que este estado paroxístico onde o eu grita e se dilacera (*porque o que sabe e pode não é capaz de resolver o indecível*), de um sofrimento como que indiferente, não sofrido, neutro, se aquele que sofre está privado, justamente pelo sofrimento (*seu indecível*), deste ‘Eu’ que o levaria a sofrer. Fica, pois evidente: a característica deste movimento é de escapar a nosso poder de experimentá-lo, pelo fato de estarmos nele, e assim, de ele não estar fora da experiência da qual não podemos escapar, mas de ser a experiência da qual não podemos escapar (*até porque no trabalho o dever fazer é imperioso, pelo tipo de relação que ali se estabelece*). Experiência que representaremos (*aqui, apostaremos como tese*) como estranha experiência e até mesmo como experiência da estranheza, mas se for, reconheçamos que ela não o é, porque demasiadamente distante: ao contrário, o que existe de tão próximo de forma que todo recuo em relação a ela nos é proibido – estrangeira na própria proximidade. Mas o inteiramente próximo que destrói toda proximidade... (BLANCHOT, 2010, p.89-90, acréscimos entre parênteses nossos).

Trata-se, então, muito mais do trágico que se abate sobre aqueles que estão envolvidos no processo, que propriamente de dramáticas do uso de si por si e do uso de si pelos outros, porque o si e os outros remetem a um impessoal, no qual todos estão tomados, como *médiuns*, por um processo que, efetuado numa relação impossível de terceiro tipo, ali já não se é ninguém e já não se pode nada, a não ser fazer a experiencição e, através dela, mergulhar num Comum que não homogeneiza, nem equilibra nada, mas mantém as tensões das diferenças, sendo ele mesmo um diferenciante e diferenciador que exige a implicação completa da atenção e da espera. Trabalhar é assim gestar possíveis e gerir mundos.

Produzir passa a ser então não a exteriorização das técnicas interiorizadas por um sujeito para a produção de um objeto; não só uma aplicação de saberes por meio de um manejo técnico eficaz e eficiente, mas a experiencição numa ação que exige uma orquestração complexa de variáveis heterogêneas.

Variáveis que devem ser capazes de se transcodificarem em normatividade do vivo, gerindo um sentido que só emerge de um agregado de singularidades e multiplicidades livres. Trama e urdidura que precisam, então, na criação de um comum possível, se materializarem em um produto que ao mesmo tempo se revela como competência de um vivo que age e se vela na materialização de uma ação, como um determinado produto acabado, que por si mesmo não nos dá nenhuma pista daquilo que engendrou sua produção.

A riqueza que se produz no mundo do Capital é, assim, fruto de uma riqueza que passa, então, a não poder mais ser entendida como mão de obra contraposta a um meio de produção do qual seria, ao lado dos recursos materiais, recursos humanos. Como produção de algo vivo por um vivo que não é nem recurso nem mão de obra, todo trabalho é verdadeira obra aberta.

Obra que se faz num desobrar constante, numa produção da qual o vivo é um acorde de uma sinfonia sem maestro pessoal, um anônimo colaborador, um infame operador de fluxos e agregados, mas que, em conjunto com todos os outros acordes, por sua singularidade pulsante e viva, faz soar a música do trabalho que, sem ele, jamais seria a mesma sinfonia.

O trabalhador, portanto, é detentor e, indiretamente, orquestrador dos meios de produção, já que esta se torna possível não pela existência dos recursos materiais simplesmente, mas pela inteligência social da qual ele, trabalhador, é vetor vivo. Produção que se realiza, em muito, pela forma com a qual cada trabalhador instrumenta sua habilidade de normatividade e, no agenciamento de enunciação e no agenciamento maquínico dos corpos, dá vida ao que, sem ele, seria matéria morta e improdutiva, inexistência de qualquer possibilidade do que entendemos como trabalho.

É então no desvio que se fundamenta a atividade de trabalho, na capacidade de abrir-se à afetação dos corpos e, em meio à diversidade, produzir um comum possível. Nos interstícios de toda visibilidade e toda dizibilidade acerca do trabalho pulula, sem se esconder, outra dimensão, a da produção de sentido. Produção de sentido que se movimenta na afetação dos corpos, nas transformações incorporais, que torna produto o que eram apenas fluxos e agregados de projetos, planejamentos e antecipações da ação.

Por isto ouvimos tantas vezes que é difícil analisar o trabalho e que se tenha que ter prudência ao fazê-lo, porque o todo da atividade não se localiza no espaço em que se desenvolve, nem no tempo em que se dá, nem apenas por aquele que a vemos executando, mas envolve um complexo e uma riqueza de relações que fazem de toda atividade um enigma ou, como aqui preferimos, uma estranheza.

Aqui se prefere estranheza porque esta se refere ao que é estranho, fora do senso comum, extraordinário no sentido de uma esquivança. O que se quer é afirmar o trabalho como uma esquiva, como algo que nos escapa das mãos o tempo todo, como algo que nos surpreende e nos admira em sua riqueza de sentidos e de conexões. Poderia ser mesmo uma esquiva experiência, porém isto parece dar a entender algo que se esconde, quando não há nada escondido ou a esconder na atividade, muito embora aquele que a opere pode assim escolher proceder, mas nem por isto é a atividade que se esconde.

Ao contrário, a atividade acontece na superfície, podemos vê-la acontecendo, podemos descrevê-la, podemos mesmo convencer aquele que a põe em ação a falar sobre o que faz. Detalhadamente, podemos destrinchar tudo o que vemos e tudo o que podemos dizer e o que se diz, sem que com isto esgotemos o que ali se processa.

Pois a experiencição da atividade, o que acontece na ação, ultrapassa o visível e o dizível por todos os lados, numa experiência do trágico, entre debates de valores, e escolhas, numa afetação intensiva de corpos vivos em movimento na ação de, enquanto possível, atualizar mundos possíveis. Neste processo complexo, um plano heterogêneo de formas e forças em movimento sem fim, numa variabilidade sem uma antecipação completa, o trabalhador tem de gerir a sua atividade, não sem correr riscos na decisão de como o fazer.

Através de nossa antropofagia de Blanchot, percebemos que o trabalhar exige todos os tempos verbais da linguagem mesclados num instante sem tempo próprio, num instante que é o próprio fora do tempo, num intempestivo em que nada está dado, nada é seguro, nada é determinado, tudo se constrói, tudo se cria, tudo se inventa. A atividade, portanto, está sempre fora do tempo e do espaço na qual ocorre e também fora de um

sujeito, sendo fruto de um complexo coletivo/singular impessoal, o Ele como neutro de Blanchot (2010) ou o Corpo-si, na antropofagia que fizemos de Schwartz.

Atividade que é, então, orquestrada por Outrem, que não é nunca outro eu fora de mim, mas o encontro com o desconhecido, a experiência do deserto, do exílio, na qual todas as certezas e todos os valores são questionados e retrabalhados numa experiência com um Comum:

Outrem não está no mesmo plano que eu. O homem, enquanto outrem, sempre vindo do exterior, sempre em relação a mim sem país, ele, estranho a toda posse, despossuído e sem domicílio, aquele que é como que 'por definição' o proletário – o proletário é sempre o outro – não entra em diálogo comigo... (BLANCHOT, 2010, p.104).

Proletário então que forçando uma conversa entre Maurice Blanchot e Paolo Virno, nomeamos como o virtuosismo do Intelecto Público, ou, nos termos dessa tese, o CCRP.

Fomos adiando até aqui a discussão do que estamos denominando CCRP, ao qual já agregamos várias qualificações: Corpo Sem Órgãos do Trabalho, *General Intellect*, Intelecto Coletivo, Intelecto Público, Intelecto Comum, de acordo como íamos realizando as antropofagias ao sobrevoar cartograficamente as interfaces intercessoras dessa tese. Agora, desenvolvidas as ferramentas necessárias, podemos trabalhar este conceito de forma mais intensiva. Para isto nosso intercessor será Paolo Virno, o qual convocamos para essa roda de conversa em forma de narrativa.

IV. O orquestrador do trabalho ou quando o imaterial toma corpo ou quando um corpo sem órgão é o maestro translo(u)cado de uma sinfonia de acordes dissonantes em des-ordenamento.

Começamos com a discussão que Virno faz do *General Intellect*, naquilo que ele apreende de Marx:

Por *General Intellect* Marx entende a ciência, o conhecimento em geral, o saber do qual hoje depende a produtividade social. O virtuosismo

consiste em modular, articular, variar o *General Intellect*. A politização do trabalho (isto é, a subsunção no âmbito do trabalho de tudo aquilo que antes era atinente à ação política) inicia-se quando o pensamento torna-se mola principal da produção de riqueza. O pensamento deixa de ser uma atividade não-aparente e se faz algo exterior ou “público”, quando irrompe no processo produtivo. Poder-se-ia dizer: só agora, somente quando tem como o próprio centro de gravidade o intelecto linguístico, a atividade do trabalho pode absorver em si muitas das características que antes pertenciam à ação política (VIRNO, 2013, p.46).

Ora, mas o que é este tal virtuosismo ao qual se refere Virno? Para ele é a atividade do artista executante, ou seja, aquela que, em primeiro lugar, encontra seu fim em si, sem objetivar uma obra duradoura, sem ter como resultado um produto acabado que perdure após a sua execução e, em segundo lugar, é uma atividade que exige a presença de um público para poder existir.

“No pós-fordismo, aquele que produz mais-valia, comporta-se — desde um ponto de vista estrutural, certamente — como um pianista, bailarino, etc. e, portanto, como um homem político. Com referência à produção contemporânea, resulta perspicaz a observação de Hannah Arendt sobre a atividade dos artistas executantes e dos homens políticos: para trabalhar necessitam de um “espaço de estrutura pública”. No pós-fordismo, o Trabalho requer um “espaço de estrutura pública” e se assemelha a uma execução virtuosa (sem obra). A este espaço de estrutura pública, Marx chama ‘cooperação’. Poder-se-ia dizer: a um certo grau de desenvolvimento das forças sociais produtivas, a cooperação do trabalho introjeta em si a comunicação verbal, assemelhando-se, assim, a uma execução virtuosa ou, precisamente, a um complexo de ações políticas” (VIRNO, 2013, p.36-37).

O que nos permite argumentar que o trabalhador, numa relação de terceiro tipo com o Proletário, o CCRP, é então aquele que com sua competência, capacidade do vivo de normatizar frente ao meio infiel, se arrisca ali aonde todas as certezas e valores são postos em xeque. Numa desmedida, tem de realizar a obra por si mesmo, obra que, por isto, está sempre em aberto, sempre por fazer, jamais conclusa de uma vez por todas e, portanto, obra de um artista executante. Por isto insistimos na dimensão estética do trabalho, inseparável das dimensões ética e política.

O proletário, o despossuído, o sem propriedade, sem meio de vida e de produção, obrigado a vender sua força de trabalho, que se transforma em objeto de consumo do Capital, mostra assim sua construção histórica. Ele é prática discursiva naturalizada, produção de verdade, no sentido de Foucault, que teve lugar dentro de um sistema que, como Marx diz, foi um incidental encontro entre o trabalhador

desterritorializado como fluxo de força de trabalho livre e o dinheiro descodificado, tornado fluxo capaz de compra dessa força de trabalho.

O antagonismo Capital x Trabalho, ou o que dá no mesmo, meios de produção e força de trabalho, foi gerado neste incidental encontro. O trabalho, desterritorializado, foi separado da esfera social e conjugado à esfera econômica. Começa, então, uma segmentação das esferas da existência, com de um lado uma esfera produtiva, na qual uns detêm o meios de produção e compra uma força de trabalho livre, que se torna então valor de troca, na abstração da equivalência universal do Capital; do outro lado, uma esfera dita não produtiva, já que não absorvida no jogo do Capital.

Falácia histórica se compreendermos o proletário como o detentor da competência de realizar a produção, se o compreendermos como *médium* da ação e do pensamento que faz a riqueza do mundo. Trabalho e vida nunca se separaram. A organização científica do trabalho pode ter favorecido uma racionalidade que incrementou a produção, gerando mais riqueza, mas a fonte desta riqueza sempre se baseou na colaboração social, no intelecto geral, na autonomia de um vivo que, protagonista e gestor de sua ação, sempre utilizou sua competência de vivo para possibilitar que o indecível, apresentado pelas prescrições diante da variabilidade do real, fosse ultrapassado para possibilitar a produção. Coisa que somente hoje, na evidência do trabalho imaterial, na atual organização política, está ganhando sua expressão máxima.

O trabalho, assim, é menos valor de troca que valor de uso. Produção de bem comum desmedido, não consumível, intransferível (LAZZARATO, 2006) que põe por terra a Equivalência Universal, já que o proletário aparece como aquele que é proprietário não só dos meios, mas do próprio motor da produção: sua própria vida.

Não é ambivalência ou frouxidão conceitual se ora dizemos que o Proletário é o CCRP, ora dizemos que é o trabalhador, porque, no final das contas, já afirmamos que cada trabalhador é *médium* de uma experiência do labor que hoje é orquestrada pelo CCRP ou intelecto público, como afirma Virno. O CCRP é o Proletário que sequestramos de Blanchot, porém o é como virtual, como expressão de possíveis que, como afirma Lazzarato, precisa ser atualizada e efetuada na máquina dos corpos.

Virtual que precisa, então, de um artista executante, de um proletário, de um virtuosismo posto em prática, da construção de um espaço público que possibilite seu labor.

Assim, os proletários, fagulhas se pensados sozinhos, quando maquinam seus corpos e produzem-se com uma vida, formam um Corpo Comum do qual participam como singularidades e multiplicidades ao mesmo tempo. O Corpo Comum não é dádiva caída do céu, o intelecto público não se construiu sozinho e por si, por ditame de algum poder que precisava dele para a produção. Ele se fez no suor, no sangue, na luta, no cotidiano de trabalho que, tornando complexa qualquer atividade, explodiu com as amarras tacanhas e representativas da submissão às quais a Organização Científica do Trabalho pensou poder o reduzir ao seu bel prazer.

Se Virno afirma “Poder-se-ia dizer: só agora, somente quando tem como o próprio centro de gravidade o intelecto linguístico, a atividade do trabalho pode absorver em si muitas das características que antes pertenciam à ação política (VIRNO, 2013, p.46), agregamos a esta afirmação a discussão que fizemos, a partir de Schwartz, sobre a experiência.

Apostamos aqui que não foi apenas através de um saber formalizado que o trabalho modulou. Foi também a experiência do labor, o intelecto linguístico que, no dia a dia cotidiano, em cada êxito e fracasso, foi se constituindo como um patrimônio laboral, na contaminação à distância entre os cérebros. Foi também a atividade laboral que, na construção de possíveis diante dos indecíveis, transformou-se cada vez mais em uma complexa e heterogênea rede sinérgica de afetações que, então, explodiu por todos os lados a representação tradicional sobre o trabalho.

O que pode apenas um corpo sozinho? Talvez nada! Mas certamente corporizando-se em agregados de singularidades/multiplicidades; cooperando como forma de sobrevivência; tornando-se um comum pela experiência linguística e capaz de uma afetabilidade que contamina os cérebros à distância, torna-se máquina biopolítica ou noopolítica em ação expansiva de sua potência. A esta máquina estamos denominando Máquina Expressiva da Produção, entendida não somente como produtivismo de uma escravização maquínica – força livre formal, como quer o

capitalismo; mas, sobretudo, produção de vida – força livre real, capaz de fazer história, de mudar a história, de obrigar a história hegemônica a se rever e modular.

Uma regulação fina, imersa na experiência do labor como uma comunidade sempre por vir que, então, produz a atividade real como produto, produtora e produção da personalidade sem pessoa, ou antes, de uma quarta pessoa, maestro translo(u)cado, numa orquestração diabólica de instrumentos heterogêneos, diversos, muitas vezes dissonantes, que aqui denominamos a emergência do comum.

Comum que não emerge por técnica e que, portanto, não pode ser tecnologia leve (MERHY,2002), porque é, não da leveza, mas da experiência trágica que planejar, monitorar e avaliar a ação concomitantemente é prerrogativa da vida que se processa em toda produção. Trabalho vivo que produz atividade.

Atividade que, como discutimos, arrasta todo o instituído, todo o prescrito, para um desvio na qual a ação só pode se fazer livrando-se daquilo que está posto, daquilo que está dado de antemão. É então, diferenciando-se daquilo que põe em xeque o possível da proximidade, o conhecido, que numa relação com o impossível, dado que aí só há indeterminado, imprevisível e risco, se leva adiante a ação numa singular estilização. Estranheza de um desvio que produz *clinamen* engendrador de mundos.

Estilização que também Virno aponta, de certa forma, quando fala de um caráter ‘performático’ e ‘publicitário’ na atividade do trabalhador contemporâneo que o aproxima da atividade do ‘artista executante’, mas também dos ‘homens políticos’, daí seu “(...) virtuosismo (que) consiste em modular, articular, variar o *General Intellect*. A politização do trabalho (isto é, a subsunção no âmbito do trabalho de tudo aquilo que antes era atinente à ação política) inicia-se quando o pensamento torna-se mola principal da produção de riqueza” (VIRNO, 2013, p.46).

Ora, já afirmamos antes que o CCRP funciona como um inconsciente maquínico, como que formando uma espécie de Gênero do Trabalho no Contemporâneo, que os ‘gênios’ da atualidade estariam sintetizando ao beberem da fonte deste intelecto público, motor da produção de riqueza. Agora, com Virno, falamos também de uma estilização do *General Intellect* por parte do virtuosismo dos

trabalhadores atuais, o que parece aproximar bastante as ideias de Virno das dos pensadores da Clínica da Atividade.

Embora nossa antropofagia utilize estas hibridações como método, torna-se importante que não só aproximemos os autores, mas também o diferenciemos para não correremos em incorreções apressadas e simplistas.

Lembremos que para Clot o gênero da atividade é local, no sentido de ser processado por aqueles que, numa atividade situada, recorrem ao patrimônio social como norte e, por meio do patrimônio pessoal, o estilo, o rearranja, de acordo com as necessidades localizadas na situação que enfrenta. Gênero e estilo em Clot, portanto, não são utilizados com esta amplitude que, por analogia, estamos nos permitindo e muito menos o ‘genérico’ e a ‘estilização’ tem nele o mesmo escopo que agora estamos traçando.

Em primeiro lugar, o gênero em Clot se refere à história de uma atividade em desenvolvimento, uma espécie de patrimônio cultural do ofício e, não, a um intelecto público, ao *General Intellect* como Corpo Sem Órgãos do Trabalho, como o referendamos. Em segundo, a estilização em Clot é pessoal, ou seja, é o rearranjo feito por cada trabalhador ao patrimônio cultural, utilizando-se de seus próprios conhecimentos e experiências e, não, direta e imediatamente ação política dos ‘muitos’ enquanto ‘muitos’, como quando Virno fala da articulação, variação e modulação do mesmo *General Intellect* como característica da multidão no contemporâneo:

“O pianista executa uma valsa de Chopin, o ator mantém-se mais ou menos fiel a um roteiro preliminar, o orador possui ao menos alguma anotação à qual se referir: todos os artistas executantes contam com alguma partitura. Mas quando o virtuosismo implica a totalidade do trabalho social, qual é a partitura? Por minha parte, afirmo sem duvidar que a partitura seguida pela multidão pós-fordista é o Intelecto, o intelecto enquanto faculdade humana genérica. Nos termos de Marx, a partitura dos virtuosos modernos é o *General Intellect*, o intelecto geral da sociedade, o pensamento abstrato tomado coluna vertebral da produção social” (VIRNO, 2013, p. 46).

Portanto, ambas as discussões ocorrem em planos bem diferentes, de forma que, se há alguma aproximação, não é entre Virno e a Clínica da Atividade, mas de ambos, quando postos em interlocução com os termos que vamos construindo nessa

antropofagia catacrética, na qual mesmo as ideias de Virno são deslocadas de sua argumentação.

Gênero e estilo em Clot foram utilizados por nós como substratos para desenvolver outra coisa, quando articulados com a ECRP de Schwartz, transformada por nós em CCRP. Neste ponto, agradecemos as pistas fornecidas pelos autores, mas preferimos deixá-los de lado, evitando mal compreendidos e incorreções. Neste ponto que alcançamos, já podemos colocar as coisas em outros termos.

Consideramos o CCRP como o motor ou, sem confusão, porque convergem, “como a partitura que os trabalhadores-virtuosos executam” (VIRNO, 2013, p.45). Afirmamos que o CCRP é o orquestrador das pinças que tem como braços o agenciamento coletivo de enunciação e o agenciamento maquínico dos corpos.

Ambos os conceitos, embora possam fazer parte de patrimônios, não se limitam a isto, porque não são heranças ou bens que pertençam a uma atividade, nem sedimentos de uma história acumulada em desenvolvimento possível. São, ao contrário, experiências vivas, intempestivas, da ordem do acontecimento, do incidental, de encontro de fluxos em movimento livre. São, em realidade, interferências ou intercessões não lineares que funcionam em redes, para além do impessoal, transpessoal, interpessoal e pessoal, conforme as dimensões do ofício em Clot, porque são da ordem de um maquinismo, vale dizer, de um agenciamento que é pré-pessoal, transindividual, inumano.

Por se constituírem em redes, nas quais as partes estão conectadas a outras tantas partes, da qual não conseguiríamos isolar nenhum centro originário, mas atravessamentos de fluxos e cortes de fluxos, o modelo proposto para o agenciamento é o de rizoma, contraposto ao de uma árvore (DELEUZE; GUATTARI, 1995). Pensemos, para facilitar o entendimento, no crescimento da grama em um jardim, já que não saberíamos dizer de qual unidade de grama propagou-se o gramado. Também não poderíamos dizer que este gramado é a soma de todas as unidades de grama, pois nem tudo que designamos como sendo este gramado é grama, nele fazendo-se presentes coisas heterogêneas.

Estas interferências ou intercessões não lineares que funcionam em redes segundo o modelo rizomático, nas quais os sentidos transitam em mão-dupla, indo e vindo entre conexões múltiplas, que é o agenciamento, comportam dois segmentos: um de conteúdo e outro de expressão (DELEUZE, 1977).

O de conteúdo é o agenciamento maquínico, mistura dos corpos reagindo uns sobre os outros. O outro, um segmento de expressão, não se refere aos corpos que se encontram, não sendo um corpo, mas o que se produz entre os corpos que se encontram, provocando transformações incorpóreas. Nestas transformações misturam-se atos e enunciados que se referem, tal qual no agenciamento maquínico, a uma multiplicidade de encontros que interagem também uns sobre os outros, em um modelo rizomático, de tal forma que já não podemos reduzi-lo a nenhum sujeito de expressão e, portanto, devemos entendê-lo como um agenciamento coletivo de enunciação.

A este primeiro eixo horizontal se acrescenta outro eixo vertical, no qual o agenciamento se estabiliza por um lado em territorializações e reterritorializações e, por outro, é impelido à desestabilização por linhas de fuga, nas desterritorializações.

Com este conceitual, fica mais fácil compreender a contaminação à distância entre os cérebros, proposta por Tarde, e porque, por meio de agenciamentos de enunciação e maquínico vai se formando um complexo sinérgico, em tudo público e comum, que se constitui em um Corpo Sem Órgãos do Trabalho, no qual deslizam ou se fixam coisas completamente heterogêneas, numa agonística de forças que necessita de um espaço de estrutura pública que é, ao mesmo tempo, sua possibilidade de libertação e seu risco de captura.

Porém, se Marx entende por *General Intellect* a ciência, o conhecimento em geral, o saber do qual hoje depende a produtividade social, Virno percebe aí uma insuficiência:

O *General Intellect* é o estágio no qual as abstrações mentais são imediatamente, de per si, abstrações reais.

Aqui, no entanto, surgem os problemas. Ou, se preferirmos, aflora uma certa insatisfação com respeito às formulações de Marx. A dificuldade nasce do fato de que Marx concebe o 'intelecto geral' como capacidade científica objetivada, como sistema de máquinas. Obviamente este aspecto

conta, mas não é tudo. Deve-se considerar o aspecto no qual o intelecto geral, antes que se encamar (ou melhor, se aferrar) no sistema de máquinas, existe enquanto atributo do trabalho vivo. O *General Intellect* apresenta-se hoje, antes de tudo, como comunicação, abstração, auto-reflexão dos sujeitos viventes. Parece lícito afirmar que pela própria lógica do desenvolvimento econômico, é necessário que uma parte do *General Intellect* não se coagule em capital fixo, mas que se desenvolva na interação comunicativa, na forma de paradigmas epidêmicos, representações dialógicas, jogos linguísticos. Dito em outros termos: o intelecto público é um só com a cooperação, com o comportamento concertado do trabalho vivo, com a competência comunicativa dos indivíduos (VIRNO, 2013, p.47).

Concordamos com Virno e já entabulamos uma discussão semelhante em relação ao conceito das tecnologias leve de Merhy. Parece que é a desconfiança com relação ao estatuto da experiência, desvalorizada pelos parâmetros científicos, que acaba nos levando a colocar do lado do conhecimento e do saber o que não lhe pertence, desqualificando, assim, o saber operário que, contudo, é o que modula, articula e faz variar o intelecto público, com o seu fazer histórico menor e não hegemônico. Desprestigiamos, então, a máquina expressiva da produção e nos aferramos em justificar o conhecimento acumulado como pertencendo ao sistema científico e, através dele, ao sistema de máquinas.

Porém, antes de ser capturado pelo sistema de máquinas e pelas formalizações do saber reconhecidas, o *General Intellect* é maquinico, agenciamentos engendrados por infames que, na sua insignificância forçada e imputada, ousam produzir o mundo que conhecemos. A pobreza é a verdadeira construtora do mundo (NEGRI, 2005).

Se Virno afirma: “O *General Intellect* apresenta-se hoje, antes de tudo, como comunicação, abstração, auto-reflexão dos sujeitos viventes. Parece lícito afirmar que pela própria lógica do desenvolvimento econômico, é necessário que uma parte do *General Intellect* não se coagule em capital fixo, mas que se desenvolva na interação comunicativa, na forma de paradigmas epidêmicos, representações dialógicas, jogos linguísticos” (VIRNO, 2013, p.47); ousaríamos retrucar, o *General Intellect* é por princípio anterior a esta coagulação, que só se faz pela montagem de uma máquina burocrática infernal, Corpo Obsessor Realmente Permanente, cafetinando as forças livres.

A máquina expressiva da produção, como argumentamos, é ao mesmo tempo cooperação, comunicação e afecção; movimento das forças livres ao se engendram com a vida. O que precisamos, urgentemente, é descoagular as falácias que se montam sobre ela para melhor a expropriar da sua potência. Penso que Marx antevia isto, mas, como não se diz qualquer coisa em qualquer época, talvez faltasse o conceito de agenciamento para que ele pudesse discutir o *General Intellect* em outros termos. Até porque, já bastante ‘gênio’, ele conseguia uma visão para além de sua própria época, como demonstra Virno:

“Marx atribui ao pensamento um caráter exterior, uma índole pública, em duas distintas ocasiões. Primeiro, quando utiliza a expressão, também muito bela, desde o ponto de vista filosófico, de “abstração real”; depois, quando fala de “*General Intellect*”. Uma abstração real é, por exemplo, o dinheiro. No dinheiro, de fato, um dos princípios guia do pensamento humano se encarna, se faz real: a ideia de equivalência. Essa ideia, de per si muito abstrata, apenas tilinta na carteira e adquire uma existência concreta. O fazer-se coisa de um pensamento: isso o que uma abstração real é. Bem visto, o conceito de *General Intellect* não faz mais que desenvolver desmesuradamente a noção de abstração real. Com *General Intellect*, Marx indica a fase na qual já não são mais certos fatos (guardávamos a moeda) os que assinam o valor e o estatuto de pensamento, mas na qual são nossos pensamentos, como tais, os que imediatamente assinam valor aos fatos materiais. Se no caso da abstração real é um fato empírico (por exemplo, a troca de equivalentes) o que mostra a sofisticada estrutura de um pensamento puro, no caso do *General Intellect* a relação se inverte: agora são nossos pensamentos que se apresentam com o peso e a incidência típica dos fatos” (VIRNO, 2013, p.46-47).

O fazer-se coisa de um pensamento, o fazer-se substância de uma imaterialidade, eis aí um conceito brilhante de Marx, antecipando o que hoje vemos na concretude. Utilizamos aqui o conceito de corporização para dar materialidade às transformações incorporais, realizadas pelos agenciamentos. Encarnamos no ‘chão da fábrica’ o que Schwartz denominava, a contragosto, como entidade. Enfim, a imaterialidade das experiências relacionais, afetivas, ganhando concretude.

A experiência do labor refutando, então, o conceito de imaterialidade e encarnando-se em um Corpo que, ainda que Sem Órgãos, é o corpo concreto e material, vivo e vívido do trabalhar. Um Corpo, enfim, para os operários transformados em espectros da luz ofuscante da Organização Científica do Trabalho. Um Corpo recém-saído das sombras da caverna de um preconceito teórico secular; um corpo que, sem ser coisa em si, parodiamos Descartes: existo, logo penso e faço pensar o pensamento; um

corpo que, contudo, aguarda ainda uma expressividade para a sua polifonia, talvez tarefa com a qual tenhamos que nos implicar na atualidade.

Um mundo de ponta cabeça desafiando-nos a outras interlocuções, já que não se trata apenas do pensamento (ou de uma “transformação incorporal”) se fazer coisa, mas de tomar o próprio pensamento (ou a própria “transformação incorporal”) como a coisa feita, como apreendemos da nossa intercessão com Paolo Virno.

Quando menos, para clarificarmos esta proposição, o valor de um produto não se mede mais pelos materiais utilizados em sua execução ou pelo tempo de trabalho gasto em sua produção, mas, ao contrário, pelo montante de intelecto público que se agregou a ele, de diferentes e distantes localidades do planeta. Bastaríamos pensar na Microsoft para compreendermos do que se fala ou nas franquias espalhadas mundo a fora, que não vendem um produto, mas uma marca ‘performática’ e ‘publicitária’, o outro revés do trabalho imaterial, desta vez do lado do Capital.

Não existe trabalho imaterial, portanto, o que existe é trabalho expressivo, comunicativo, rizomático, difuso, colaborativo, afetivo, virtual em atualização na experienciação do dia a dia. Inteligência coletiva.

No momento em que o controle capitalista da sociedade tornou-se totalitário, o empreendimento capitalista vê as suas características constituintes tornarem-se puramente formais. De fato, ele exercita hoje sua função de controle e de vigilância do externo do processo produtivo, porque o conteúdo do processo pertence sempre mais a outro modo de produção, à cooperação social do trabalho imaterial (LAZZARATO; NEGRI, 2001, p. 30).

Abre-se agora um terceiro período de organização do poder: aquele da política da comunicação ou, também, da luta para o controle ou para a libertação do sujeito da comunicação. A transformação das condições gerais de produção, que agora incluem a participação ativa dos sujeitos, considera o *General Intellect* como capital fixo sujeitado à produção e toma como base objetiva a sociedade inteira e sua ordem, determinando uma modificação das formas de poder. (LAZZARATO; NEGRI, 2001, p. 38).

O *General Intellect* será tanto mais capital fixo, se não ousarmos, pesquisadores do trabalho, inventarmos máquinas expressivas potentes para, não desvendá-lo, mas afirma-lo como potência de forças livres, pois esta potência não está velada, encoberta, ao contrário, como o ronco surdo das batalhas, ela tem feito as representações usuais do

trabalho agonizar, as formalidades hegemônicas conceituais contorcerem-se, urgindo novas formas de construção de um mundo mais democrático e mais compartilhado com todos.

Não serão as normativas tacanhas que silenciarão a normatividade do vivo. A multidão, pouco a pouco, continuará marchando e construindo o mundo, a despeito de que se insista em não reconhecer esta como tal: sua força livre viva e em movimento.

Não é mais possível, portanto, não reconhecer a normatividade do vivo como a construtora do mundo e toda a riqueza que nele há. Não precisamos abandonar o trabalho, como um salto no vazio de um desobramento sem sentido e sem propósito, para, a partir disto, construir um êxodo das capturas. O êxodo já está em processo, apesar de constantemente ser conduzido para as mesmas paisagens sombrias.

Construir um espaço de estrutura pública torna-se urgente, quando desejamos aumentar o poder de agir no trabalho. Espaço que só pode ser o de um comum não homogêneo, mas uma abertura para que a diferença faça a diferença e rompa de vez com uma realidade tacanha, presa em só uma axiomática possível. Alteridade, heterogeneidade, rede, transversalidade e acolhimento das diferenças são as palavras-chaves para a resistência no momento e, como aqui apostamos, podem se resumir em um único conceito: cogestão verdadeira da gestão e da operação das formas de trabalhar, rompendo de vez com as correntes do modo de gerência taylorista que, ainda que suavizada por um pretense reconhecimento do trabalhador como colaborador, nada muda do *status quo* do controle e do assujeitamento.

Afirmamos aqui que usar de si e sair de si são exigências concomitantes do trabalho no contemporâneo, porém, não podemos escamotear o fato de que um determinado abusar de si, quando não se leva em conta os limites do corpo, também faz parte deste mesmo trabalho, quando capturado. Abusar de si que ouvimos do filósofo Rogério da Costa³⁴ e que, em nosso uso ampliado deste si, cabe bem ao lado deste par – usar de si, sair de si, sequestrados de Schwartz e Clot.

³⁴ A expressão “abusar de si” tomamos emprestada de Rogério da Costa Santos, filósofo com atuação na PUC/SP, cujas investigações científicas atuais concentram-se no campo que hoje denominamos de Inteligência Coletiva. A expressão, ouvida durante o Coletivo Nacional da Política Nacional de

Este pensador, pelo que entendemos, partindo do cuidado de si segundo Foucault e dissertando sobre as perigosas capturas da dimensão imaterial do trabalho, alerta para o fato de que, por este ser cooperativo, exige uma significativa carga afetiva dos trabalhadores. A extração da força corporal pelo capitalismo já nos é bem conhecida e sabemos historicamente os estragos na saúde provocados por este excesso de uso indevido, levando as forças físicas para além de seus limites. Coisa que, infelizmente, existe até os dias atuais mundo afora.

Não se duvida que seja sempre possível atender melhor, cuidar melhor, ser mais atencioso etc. Mas igualmente, também na produção de conhecimentos e nos processos de comunicação é possível verificar um fenômeno semelhante, pois sempre se pode conhecer mais (educação continuada) ou comunicar mais e melhor (somos todos jornalistas...). Enfim, sempre é possível colaborar com mais conhecimentos, cooperar mais com os parceiros. Esse excesso, esse além do limar de sustentação subjetiva configura um uso de si como um “abuso de si”. Sempre se está sujeito a uma cobrança para além do ponto, seja pelo sistema, pelo empregador, pelo “cliente” ou, o que é mais comum, por si mesmo. A resposta a essa cobrança chama-se, curiosamente, “dedicação ao trabalho”. Trata-se de uma espécie de prontidão afetiva, de um estado de alerta afetivo permanente em que nos encontramos. O exemplo do telefone celular é muito significativo dessa prestatividade contínua: eterna disponibilidade para cuidar, atender, ser atencioso. Muitas são as situações em que o trabalhador simplesmente não tem condições para sustentar um tal processo de esgarçamento. Como resultado, os índices de depressão, angústia e stress de que são vítimas inúmeros profissionais, sobretudo aqueles ligados à educação, à saúde e à comunicação" (COSTA, 2008, p. 65-66).

Ora, se a lógica continua a mesma, com a cooperação, a troca de conhecimentos e o envolvimento afetivo exigidos ao máximo, na medida em que, quanto mais se coopera e se envolve mais se gera mais-valia e, se para o corpo a fadiga é um limite palpável, mensurável, visível, qual será esta medida para a dimensão afetiva, subjetiva deste tipo de trabalho, se, aparentemente, estas são dimensões ilimitadas, podendo ser extraídas ao infinito? Teremos hoje meios de avaliar quando se desliza do uso de si para o abuso de si? Teremos meios hoje de diagnosticar os males oriundos deste processo e remetê-lo diretamente às condições de trabalho?

Humanização, cujo pesquisador foi convidado como proponente do debate, acontecido em 14/09/2012 em Florianópolis/SC, com o tema ‘Políticas Públicas e a Produção do Comum’, teve ressonâncias no narrador dessa tese, que toma a liberdade de utilizá-la como ferramenta própria, sem nenhuma vinculação direta com aquele uso que o filósofo dela faz. Posteriormente, em pesquisa sobre o conceito, encontramos referências escritas para o mesmo e, assim, remetemos o leitor para Costa (2008).

Sabemos bem o quanto os agravos relacionados ao trabalho são ainda difíceis de precisar. Se muitas vezes, mesmo física e organicamente, no sentido biológico, não conseguimos uma relação evidente, precisando nos remeter à esfera política para este entendimento, na qual há intenso debate e disputa de valores, o que dizer quando é a ‘alma’ e não só mais o corpo que desce no ‘chão da fábrica’?

Vimos acima, nas experiências narradas, como este tipo de uso de si pode resvalar para abuso de si por si e abuso de si pelos outros, quando nem mesmo agravos na saúde levaram a “ré a revelia” a alguma consideração diferenciada pelas gerências, sendo cortada do coletivo o qual compusera por 15 anos³⁵.

Também naquele arranjo, vimos como os desgastes emocionais e a disposição para tempo integral ao trabalho compareciam, quando se deveria estar sempre alcançável pelo celular e estar com a vida disponível para as complementações acordadas, independente das próprias condições físicas e a despeito mesmo de ter que trabalhar por 48 horas seguidas, salientando, então, que todos pareciam não se darem conta de que eram reféns do trabalho.

Na experiência com a parturiente usuária de crack³⁶, vimos como uma norma imposta causava sérios desgastes emocionais, levando os trabalhadores a se verem em uma situação em que deviam agir sem poderem concordar com ação e, pior, sabendo que, em agindo, algum grau de descumprimento daquilo que lhes era importante, gênero, ética e/ou cuidado, não os deixariam emocional, ou quem sabe judicialmente, impunes. Constrangidos a cuidar por uma norma autoritária, não se sentiam cuidando nem cuidados como deviam, já que o dever fazer e o não querer fazer ou querer fazer de outro modo se tornavam embates indecidíveis e constrangedores.

Este tipo de abuso de si no trabalho parece uma espécie de sequestro do tempo de vida, que remeteria então a Eric Alliez e Michel Feher (1988), quando afirmam que o capitalismo de ‘dador’ de trabalho modulou para ‘doador’ de tempo.

³⁵ Vide página 115.

³⁶ Vide página 147.

Em nossa antropofagia catacrética promoveremos, então, uma interlocução entre Costa, Alliez e Feher, pois parece que o ‘abuso de si’ e ‘estilhaços do capital’ podem comungar alertas importantes à forma de organização política do trabalho no contemporâneo.

Ora, a partir do momento em que o processo de valorização se apoia mais sobre o tratamento dado à informação que o tratamento direto dado à matéria, o tempo de valorização pode libertar-se do tempo de trabalho concreto. Por conseguinte, o capitalismo ocupa-se menos em organizar o espaço em esferas funcionais – essencialmente a esfera da produção das mercadorias e a esfera da reprodução da força de trabalho – do que em subsumir a integralidade do tempo sob a lei da troca desigual que é a sua própria lei. Em outras palavras, o capital não se contenta mais em “dar” trabalho – dentro de um espaço-tempo limitado – e em controlar o tempo livre dos indivíduos a fim de que eles continuem, dia após dia, a aceitar o dom que lhes é feito. Hoje o capital se apresenta, verdadeiramente, como um doador de tempo – de um tempo indiviso, que, conforme a expressão de Bernard Schmitt, se divide apenas nas suas afetações (ALLIEZ ; FEHER, 1988, p. 153).

Doador de tempo ou sequestrador do tempo de uma vida, indagamos aos autores? Subsumir a integralidade do tempo sob a lei da troca desigual, que é a própria lei do capitalismo, conduz as forças livres para uma escravização sem fim de suas vidas à esfera do capital, trabalhando sem valor equivalente que possa remunerar seu trabalho. Não é mais uma relação de troca, ainda que desigual, mas uma relação de uso e abuso de uma vida sem equivalente, até porque mesmo quem não recebe salário trabalha para o capitalismo de algum modo.

Neste viés, consideramos no mínimo dúbia a aprovação do Anexo 5 da Norma Regulamentadora 16 (NR-16) pelo Ministério do Trabalho e Emprego, cuja portaria foi publicada no Diário Oficial da União em 14 de outubro de 2014, concedendo adicional de periculosidade aos trabalhadores que se utilizam de motocicletas em seu trabalho.

Ora, se isto a primeira vista pode parecer um ganho para estes trabalhadores, que passam a receber 30% a mais em seus salários, por outro, não reduz em nada o perigo para este grupo, já que os acidentes com vítimas fatais só vem aumentando nos últimos tempos no Brasil, dada a direção agressiva por parte de sua população. Ou seja, apenas se faz a monetarização dos riscos sem nenhuma intervenção real no perigo, que continua o mesmo.

Sabemos bem que esta categoria trabalha sobre a pressão do menor tempo, já que a utilização das motocicletas deve-se exatamente à agilidade maior que possuem no trânsito enlouquecido e parado das grandes cidades. Esta agilidade, inúmeras vezes, faz com que a categoria ponha em risco sua vida para manter o emprego, muitas vezes desrespeitando mesmo as leis de trânsito vigentes no país.

Em não se modificando a situação, em nada sendo feito para realmente aumentar o grau de segurança, receber 30% a mais no salário me parece vender barato a sua vida para o capitalismo, já que o adicional, por si, não diminui a periculosidade, podendo inclusive aumentá-la, se for criada uma sensação de falsa maior segurança para estes trabalhadores. Poderíamos quase dizer que é um dinheiro a mais para compensar as sequelas, quando de acidentes, ou para comprar o caixão diante de uma vida sempre ameaçada.

Nenhuma vida digna de ser vivida merece adicionais de miserabilidade como migalhas de um sistema econômico que com ela não se preocupa, pois o que está em risco é sem equivalentes. Manter o tempo de vida em risco e acenar com esmolas é a face cruel da organização política do trabalho no contemporâneo que, reconhecendo a potência noopolítica, a sequestra e a extorque numa verdadeira tanatologia (CAPONI, 2004).

Assim o abuso de si, do qual fala Costa, pode ser entendido como a norma do capitalismo que, não satisfeito em somente disciplinarizar os corpos, mantendo-os sobre controle em espaços-tempos circunscritos, agora lança suas garras sobre ‘as almas’. Formatando-as em subjetividades assujeitadas, cuja subjetivação é controlada e vigiada, em completa descodificação das normas, no acirramento da competição que cafetina as forças genésicas em subjetividades luxo e subjetividades lixo (ROLNIK, 2004), sem chances de escolhas, porque nem mesmo sabe o nome daquilo que pratica.

O luxo e o lixo se equivalem, porque sempre estamos ‘patinando na merda’, numa espécie de volúpia por uma ascensão que só pode ser para baixo, num simulacro de movimento que não nos retira do mesmo lugar, já que o tempo, agora indiviso, reitera e repete sempre uma só forma de afetação.

Afetação afetada, não afetiva, porque, como diz Arnaldo Antunes em sua canção: “Socorro não estou sentindo nada”. Não se pode mesmo sentir, pois a Racionalidade Gerencial Hegemônica, repetimos, “produz sistemas de direção que se alicerçam no aprisionamento da vontade e na expropriação das possibilidades de governar da maioria. Estes sistemas, mais do que comprar a força de trabalho, exigem que os trabalhadores renunciem a desejos e interesses, substituindo-os por objetivos, normas e objeto de trabalho, alheios (estranhos) a eles” (CAMPOS, 2000, p.23).

Enfim, retomando Costa:

... o “uso de si” como sequestro da potência subjetiva. Neste caso aponta-se para a situação de captura da subjetividade, sobretudo em processos de trabalho afetivo, onde um “devo fazer” se instala como polo atrator. Aqui, o investimento moral se sobrepõe às forças subjetivas, canalizando o trabalho para um “sempre além” do que se pode, de suas capacidades reais, para um ponto de esgarçamento subjetivo (COSTA, 2008, p. 65).

Sequestro da potência subjetiva porque no momento mesmo em que o Capitalismo parece prescindir do trabalho, e ainda mais dos trabalhadores, percebemos que as propriedades do meio de produção, que estavam sobre o seu domínio, passam para o lado do *General Intellect*, que não pode ser dominado, apenas controlado. Assim, ‘raposa velha’, o capitalismo subsume a sociedade na produção, capitaliza a própria vida e faz emergir um Capital Humano que passa, então, a ter expropriada a sua força viva e, de quebra, é chamada de colaboradora, numa sedução enganosa que modela as subjetividades numa axiomática em que só é possível viver no e para o trabalho, como empresa viva do capital, como *Homo Economicus*.

Não são estes riscos envolvendo implicações políticas, éticas e estéticas as quais todos aqueles que desenvolvem a atividade laboriosa não pode se esquivar, nesta estranha experiência que é o trabalho? Não são estes os riscos que nós, pesquisadores do trabalho, deveríamos estar abordando em nossas intervenções no plano do trabalho?

Trata-se aqui, portanto, de indagar esta experiência, de abrir-se a uma escuta, a um deslocamento do dado como natural para dar passagem a uma ruidosa maquinação. Maquinação que, se preterida, nunca deixou de gritar e reverberar, forçando passagem

entre as malhas frias do Capital que, atônito, se viu obrigado a seguir seus rastros, mais dirigido do que dirigindo seus caminhos.

Trama e urdidura que formam o tecido vivo do qual se alimenta e realimenta a atividade laboral, desvelando nos interstícios da técnica, no entre a organização científica do trabalho, uma sinergia outra. Sinergia que aqui chamamos CCRP, movimentando a maquinação de vivos que criam mundos possíveis, na construção negociada de sentido.

Sem esta negociação, sem este protagonismo, a sinfonia do trabalho entra em polvorosa. A orquestra se transforma em músicos individualistas que, sem algo para fazer a tecedura entre trama e urdidura, transforma em ruído a sinfonia. Agregado de acordes dissonantes que, se não enfrentado, desarranja seriamente o trabalho, com efeitos deletérios para aquele que processa e se processa com a atividade.

Não é, pois, de uma orquestra clássica que aqui estamos tratando, mas de uma orquestração cujo maestro se descentra translo(u)cadamente e, sem ser centro, é rede que permite que qualquer ponto seja acessado e responda aos imprevistos a qualquer momento necessário.

Pensamos na orquestração, diferente de uma maestria conquistada, como aquela em que, diante de uma determinada partitura escrita por um compositor, o orquestrador rearranje os códigos, os acordes, a sinfonia e, muitas vezes, torne até mesmo irreconhecível a invenção original. Pensamos numa invenção que inventa sobre o que já foi inventado, mesmo que o distorcendo e mudando. Orquestrar para nós é sempre uma questão de antropofagia, de catacreses instrumentais, na busca de novos sentidos.

Na orquestra clássica, o maestro é o ator principal, ele comanda o espetáculo e, embora haja certo grau de protagonismo dos músicos para algum virtuosismo, na maior parte do tempo estes devem seguir completamente as indicações dadas pelos sinais do maestro.

Pertinente, portanto, que a comparemos a situação vivida no trabalho, na qual certa colaboração é até reconhecida, mas não a ponto de desarranjar o que está

determinado pela partitura previamente determinada. O virtuosismo assim, necessitando de um espaço de estrutura pública e executando uma ação sem obra duradoura, se vê preso aos ditames de uma norma por demais fixa, determinando qual, que tipo e em que medida pode ser desenvolvido o espetáculo. Ou seja, qual obra deve ser apresentada ao público escolhido.

O que aconteceria se o maestro fosse translo(u)cado, ou seja, retirado de seu lugar de centro e de mestre de um único ordenamento possível? O virtuosismo não teria, assim, um grau maior de protagonismo e um compromisso de, na atenção e na espera, orquestrar-se com aquilo que se orchestra? Um repentismo não irresponsável, mas concertado com aquilo que se exige a cada momento, no calor do imprevisto?

Diriam, mas isto seria uma ‘terra de ninguém’, um caos desordenado, um individualismo irresponsável de um grupo que não forma um ‘povo’ em uníssono com um acordo feito previamente, mas uma ‘massa amorfa’ de selvagens indomáveis, na qual o que valeria seria a capacidade de domínio de cada um e a competência para sobrepujar os demais.

Enganar-se-iam neste dizer, porque é o caos, a des-ordem de um ordenamento fixo o que possibilita a produção; uma relação com o impossível na qual cada qual usa um Si que não é si mesmo e sai do Si com um ganho de potência incomensurável e, se não vai mais avante nisto, é porque uma máquina burocrática não permite que utilizem realmente suas forças livres para incrementar um fator Paidéia. A cogestão, certamente, necessita de um tempo diferente daquele utilizado na gestão vertical, mas, de maneira nenhuma, isto significa perda de tempo ou esforço desperdiçado.

Em nossa experiência em processos cogestivos, se a coisa ralenta no início, por questões de estabelecimento de confiança para construção do comum, uma vez engrenada, acelera-se vertiginosamente, com ganhos substanciais para todos. Sentindo-se real e verdadeiramente participante do processo, com voz ouvida e considerada, todos aqueles treinamentos para desenvolvimento da motivação no trabalho, que fazem correr rios de recursos, tornam-se desnecessários. Engajados no processo como reais partícipes, os trabalhadores se auto motivam, sentindo-se corresponsáveis.

Porém, aqui se dimensiona uma questão ética importante. Este engajamento, entenda-se bem, não pode ser questão de manipulações e seduções espúrias. Não estamos propondo um incremento da prescrição de subjetividade e de construção de um *homo economicus* alienado de si e de sua vida. O que propomos é real participação e democratização das relações institucionais de forma que o trabalhador possa reencantar-se com seu trabalho e ter sua potência realmente aumentada. Estamos propondo a cogestão/autogestão corresponsável e verdadeiramente partilhada, não uma colaboração como engodo.

Acreditamos na capacidade normativa das forças livres em movimento. Apostamos que ‘o homem não é o lobo do homem’, ao contrário, ele entra nisto por um suposto ordenamento racional, excludor de sua potência, usurpando-a a ponto de, numa produção de subjetividade monstro, luxo ou lixo, fazendo-o acreditar que a única forma de prosperar é diminuir a potência e a capacidade daqueles que militam no mesmo campo que ele. Estamos, portanto, propondo o trabalho como embate e composição de diferenças e não como guerra econômica. Estamos propondo a real consideração da normatividade do vivo como élan vital de aumento da potência de uma vida.

Mas o que é a normatividade que, baseados em Canguilhem (1990), estamos propondo?

Para Canguilhem a saúde é uma característica fundamental do ser vivo, consistindo na capacidade de produção de novas normas de vida.

(...) ser sadio significa não apenas ser normal numa situação determinada, mas ser também normativo, nessa situação e em outras situações eventuais. O que caracteriza a saúde é a possibilidade de ultrapassar a norma que define o normal momentâneo, a possibilidade de tolerar infrações à norma habitual e de instituir normas novas em situações novas. (CANGUILHEM, 1982, p. 158).

Doença seria, então, uma restrição a essa possibilidade de tolerar e/ou enfrentar as infidelidades do meio, diminuindo a capacidade de regulação do ser vivo, como se o ser vivo se tornasse apenas reativo e não mais responsivo, ou seja, capaz de se inventar através do que encontra. Assim, a saúde não é o normal, porque pode ser que o vivo esteja somente bem adaptado em determinadas condições estáveis, revelando-se a

doença no momento em que as mudanças do meio questionarem as normas de vida, sem que ele consiga responder a essas alterações.

O estado patológico ou anormal não é a consequência da ausência de qualquer norma. A doença é ainda uma norma de vida, mas é uma norma inferior, no sentido que não tolera nenhum desvio das condições em que é válida, por ser incapaz de se transformar em outra norma. O ser vivo doente está normalizado em condições bem definidas e perdeu a capacidade normativa, a capacidade de instituir normas diferentes em condições diferentes (CANGUILHEM, 1990, p. 146)

Portanto, afastando-se do critério de normalidade, Canguilhem falará de uma normatividade. Saudável não é aquele que não tem dor ou sofrimento, situações inerentes ao vivo, mas sim aquele que, apesar da dor e do sofrimento, é capaz de se recriar como vivo e enfrentar as situações adversas. Saudável é aquele que não só é capaz de se submeter às normas, mas pode também reinventá-las e modificá-las frente às necessidades da vida.

Assim, dentro desta concepção, saúde e autonomia andam de mãos dadas. Autonomia que, ainda que relativa, uma vez que vivemos em sociedade e necessitamos das normas, é capaz de recriar mundos e realidades. Poderíamos, assim, encarar a doença como um processo de estagnação do vivo, um processo que diminui sua potência existencial. Aqui saúde e doença, normal e patológico, deixam de ser apenas critérios médicos definidos estatisticamente, passando a ser afirmação política do vivo em prol de sua potência de vida.

Achamos, ao contrário, que, para um ser vivo, o fato de reagir por uma doença a uma lesão, a uma infestação, a uma anarquia funcional, traduz um fato fundamental: é que a vida não é indiferente às condições nas quais ela é possível, que a vida é polaridade e por isso mesmo, posição inconsciente de valor, em resumo, que a vida é, de fato, uma atividade normativa. Em filosofia entende-se por normativo qualquer julgamento que aprecie ou qualifique um fato em relação a uma norma, mas essa forma de julgamento está subordinada, no fundo, àquele que institui as normas. No pleno sentido da palavra, normativo é o que institui as normas. E é nesse sentido que propomos falar numa normatividade biológica. (CANGUILHEM, 1990, p. 96-97).

Partindo, então, das variabilidades inerentes ao viver, Canguilhem as chamará de infidelidades do meio, entendendo que os modos de vida mais saudáveis são aqueles menos limitados na capacidade de conviver com as variações e acidentes que possam

ocorrer. A vida é movimento, enfrentamento do vivo sendo normativo frente aos obstáculos. A parada, a incapacidade de responder com autonomia é que seria, então, a doença: uma condição patológica do vivo que sofre porque não pode mais responder às infidelidades do meio, submetendo-se a elas.

Percorrendo o conceito de saúde formulado por importantes filósofos, Canguilhem afirma que não se pode saber o que é saúde, mas apenas sentir. Isto porque, pela sua análise do conceito, a saúde não pertence ao campo do saber, mas da experiência e, portanto, não pode ser um conceito científico, sendo um conceito vulgar, “o que não quer dizer trivial, mas simplesmente comum, ao alcance de todos” (CANGUILHEM, 2005, p.37).

Com isto, Canguilhem indica que a saúde é mais uma questão de afecção, de afetabilidade, que de critérios racionais. Articulando com o conceito de experiência que aqui desenvolvemos, plano ao qual Canguilhem refere a saúde, esta também não se refere ao verbo ser, mas ao verbo ter. Tem-se ou não saúde dependendo-se de como instrumentamos o “ser” em seus enfrentamentos.

Somente aquele que sente em si mesmo sua vida pode inferir se está são ou doente, já que somente ele pode reportar-se à sua capacidade de valoração e normatividade ou, o que dá no mesmo, à sua potência de autonomia diante das adversidades.

Como aqui argumentamos, uma experiência não é da ordem do ser, mas do ter, ninguém é ou faz experiência, mas a sofre, tem uma experiência frente ao que lhe acontece. Não é o saber que pode definir uma experiência, sendo ele mesmo uma espécie de experiência com a vida, a do conhecer. Porém, não lidamos com a vida apenas cognitivamente e, portanto, há uma lógica que não responde a critérios puramente racionais – a lógica do sentido. Tal lógica, a do sentido, tem muito mais a ver com a partilha do sensível e com a maquinação dos corpos que propriamente com a capacidade de abstrair do humano.

Somente o corpo vivo pode viver uma experiência, pois “(...)a vida não é indiferente às condições nas quais ela é possível, (...) a vida é polaridade e por isso mesmo, posição inconsciente de valor, em resumo, (...) a vida é, de fato, uma atividade normativa” (CANGUILHEM, 1990, p. 96). E, vejamos bem, “posição inconsciente de valor”, o que para nós é decorrência de que a vida é antes de tudo agenciamentos.

Por um lado, nunca sabemos muito exatamente com o que nos agenciamos até sentir seus efeitos sobre nós e, daí, valorarmos o que sentimos e, por outro, como já dissemos, podemos sofrer uma experiência sem nos darmos conta dela, o que não significa dizer que ela não exista e que não tenha efeito sobre os rumos de nossa vida, muito menos, que ela não seja sentida primeira e imediatamente pelo corpo. Citando Nietzsche, Canguilhem se explicita: Para Nietzsche, saúde resume, então, fiabilidade, retidão, completude. E, mais adiante; “O corpo é uma grande razão, uma multidão de um só sentimento, uma guerra e uma paz, um rebanho e um pastor.” Por fim, “Há mais razão em teu corpo do que em tua melhor sabedoria” (CANGUILHEM, 2005, p. 39).

Só há saúde então se a vida é completa, entendendo por este termo o grau de potência que possui para afirmar-se frente aos obstáculos ou, mais exatamente, a capacidade de valorar suas experiências e inventar, para além de uma simples adaptação, para além de uma estagnada normatização.

A saúde, como expressão do corpo *produzido*, é uma garantia vivida em duplo sentido: garantia contra o risco e audácia para corrê-lo. É o sentimento de uma capacidade de ultrapassar capacidades iniciais, capacidade de fazer com que o corpo faça o que ele parecia não prometer inicialmente. (...) a seguinte citação de Antonin Artaud (...) podemos evocar (...) no momento de uma definição de saúde: “Só se pode aceitar a vida sob a condição de ser grande, de se sentir na origem dos fenômenos, pelo menos de um certo número deles. Sem potência de expansão, sem uma certa dominação sobre as coisas, a vida é indefensável” (...).

Estamos longe da saúde medida por meio de aparelhos. Chamaremos essa saúde: livre, não condicionada, não contabilizada. Essa saúde livre não é um objeto para aquele que se diz ou se crê o especialista da saúde (CANGUILHEM, 2005, p. 44-45).

Tatiana Ramminger, partido das análises de Sandra Caponi sobre o conceito de normatividade em Canguilhem, faz a seguinte afirmação sobre o que seria então a recuperação de uma doença, ou, por outra, a renormatividade da volta à saúde:

Assim, a saúde, mais que um estado de equilíbrio ou ausência de enfermidade, é poder ficar doente e recuperar-se, e ao “superar as enfermidades converter-se em um corpo mais válido” (CAPONI, 1997, p. 294). A saúde é uma “margem de tolerância às infidelidades do meio”, e ser saudável não é apenas ser normal, mas ser normativo; não é apenas possuir algo que é valorizado, mas ser capaz de criar valor; não apenas ser portador, mas instaurador de normas vitais. “O que caracteriza a saúde é a possibilidade de ultrapassar a norma que define o normal no momento, a possibilidade de tolerar infrações à norma habitual e de instituir normas novas em situações novas” (CANGUILHEM, 2006, p. 148).

A saúde está relacionada, ainda, com um “sentimento de seguridade”, em um duplo sentido: segurança no presente, e seguros para prevenir o futuro (RAMMINGER, 2008, p. 82-83)³⁷.

Toda esta digressão sobre o conceito de normatividade em Canguilhem serve, então, para percebermos a importância de suas ideias para vários dos autores escolhidos como intercessores dessa tese e diria mesmo que, ainda que indiretamente, para todos eles. Também não foi sem motivo que este conceito, aparecendo desde o começo dessa narrativa, somente agora foi tomado mais intensivamente. Isto porque precisávamos da montagem de nossa caixa de ferramentas para que, então, pudéssemos tirar o maior proveito possível deste importantíssimo ferramental que, tratando de um assunto vital, a saúde, encontra-se com os termos dessa tese que trata exatamente de habitar este verbo da vida: estranha experiência: um trabalho...

Ora, o que tomamos em questão foi a agonística entre as forças vivas em movimento, como CCRP (Corpo Comum Relativamente Pertinente), e a captura ou expropriação da capacidade inventiva destas forças pela máquina burocrática, o CORP (Corpo Obsessor Realmente Permanente).

A sigla CORP toma incidentalmente um valor de ressonância porque é realmente como se o Corpo Comum vibrasse sobre um obstáculo que subtraísse dele algo que dificulta seu maquinismo de Corpo Sem Órgãos. Ele tem sua dimensão intempestiva, sua dimensão de *Aiôn*, rebatida sobre a dimensão claudicante do tempo de *Chronos*³⁸,

³⁷ Mantivemos as referências bibliográficas da autora do texto, devido ao número das páginas, e as explicitamos aqui como: CANGUILHEM, G. O normal e o patológico. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006 [1966] e CAPONI, S. Georges Canguilhem y el estatuto epistemológico del concepto de salud. *História, Ciências, Saúde*; 4(2):287-307, 1997.

³⁸ Sinteticamente falando, a distinção estoica entre *Aiôn* e *Chronos* é retomada por Deleuze para pensar a extra-temporalidade do acontecimento. *Aiôn* seria, assim, o paradoxal intempestivo do tempo, uma dimensão que difere do tempo marcado de *Chronos*, com o qual estamos todos bem habituados. Pensamos importante não confundir *Aiôn* com a eternidade, como tomada pelos cristãos. Ao contrário da eternidade e sua transcendência, com *Aiôn* se marca a introdução do fora do tempo do acontecimento ou a

medido pelas catracas eletrônicas presentes no controle do trabalho. Interessante também, porque *Aiôn* é figurativamente representado com um O. Assim, a extração do último O de CORPO figura como que a extração da finalidade desse CORPO. Finalidade pensada aqui não como funcionalidade, mas como propósito, já que o Corpo Sem Órgãos, a rigor, seria o escorrer dos fluxos sem barreiras.

Mas o que estamos querendo dizer? Atualizemos agora nos termos de Canguilhem. O que temos insistido nessa tese é a agonística entre, por um lado, a saúde dos vivos, sendo normativos frente às infidelidades do meio e, por meio do intelecto público, retrabalhando valores e inventando formas de vencer as adversidades, entre elas a própria forma de gerência que se tornou hegemônica e que já chamamos contraproducente. Retrabalho que leva a frente a produção das riquezas, apesar dos pesares, mas também, junto com ela, a criação de mundos possíveis.

Por outro lado, assistimos a cafetinagem de uma máquina que, utilizando-se da força inventiva, a tenta prender em normalizações e normatizações que, sequestrando sua capacidade normativa, não lhe permite ir às últimas consequências, reinventando valores que modifiquem completamente a organização política do trabalho, no sentido da construção de um fator Paidéia que, como vimos em Campos, seria a própria expansão da potência, a própria capacidade de dominação sobre algumas coisas que sem as quais, como vimos com Antonin Artaud, a vida é indefensável.

Ora, colocada nestes termos, temos então no trabalho contemporâneo não só uma desrealização, como diz Clot; não só o aprisionamento da vontade e a expropriação das possibilidades de governar da maioria, como diz Campos; não só uma expropriação das forças inventivas do trabalho imaterial ou uma escravização maquínica na captura do tempo de uma vida, como dizem Alliez e Feher, mas, antes de tudo e, sobretudo, um verdadeiro embate entre promoção da saúde e fabricação da doença no trabalho, nos termos de Canguilhem. Radicalizando o conceito de normatividade, dizemos sem pestanejar que o trabalho, dada as suas atuais formas de organização política, adocece, enlouquece e mata o vivo.

relação do tempo com um fora que não lhe é mais exterior. Portanto, *Aiôn* não transcende ao tempo, convivendo com ele na imanência, mas sendo como que, para utilizar Blanchot, um colocar a dimensão temporal fora de órbita, como aliás, discutimos como o lado de fora de toda atividade laboral nessa tese.

Como diz Raimundo Fagner, cantor brasileiro, “(...) e sem o seu trabalho um homem não tem honra. E sem a sua honra, se morre, se mata. Não dá para ser feliz”, a vida torna-se mesmo indefensável desta forma. Apenas modificaríamos honra, por sua conotação moral, por potência ou conatus, porque o que mata o homem no contemporâneo não é tanto a falta de um trabalho, mas o abuso de si por si e pelos outros perpetrados e estimulados pelo trabalho, agrilhoando sua potência de vida na escravização maquínica, tornando-o uma máquina luxuosa do capital. Recursos humanos, *homos economicus*, empresa em concorrência sem fim com outras empresas nas quais a vida de todos e de qualquer um vai sendo subsumida pelo trabalho.

Ora, em seus agenciamentos, as forças livres foram inventando uma máquina expressiva da produção que, pública, se tornou a partitura através da qual se orientam no desenvolvimento das atividades laborais, cada vez mais encarnadas como sinérgica e heterogênea rede expansiva da potência, permitindo normativas diante das variabilidades da vida.

Isto feito, cada vez mais se evidencia uma larga distância entre o trabalho prescrito e o trabalho realizado, de forma que a atividade é uma pura estranheza, não se situando aonde parece estar localizada e rompendo com a temporalidade na qual é executada. Desorbitando-se e lançando-se para um lado de fora do trabalho que, no entanto, não sai dele, nem o recusa, mas o reinventa, num retrabalho que não cessa nunca.

O trabalho é assim, obra aberta, que jamais começou e nunca terá fim, porque sua orquestração se faz sempre em uma comunidade por vir, de um comum que não homogeneíza, mas tensivo e intensivo, também é uma obra aberta, jamais conclusa e exigindo normatividades sem fim.

Gestado e ao mesmo tempo gestor do CCRP (O Proletário), numa estranha relação de terceiro tipo com este comum público, mas impessoal, todo trabalhador (*médium* proletário) se transforma num fluxo de singularidades/multiplicidades que atravessa um corpo que, nem orgânico, nem organismo, nem matéria e tampouco imaterial, Corpo Sem Órgãos do Trabalho, tem a concretude de ser o maestro

translo(u)cado de uma obra que se faz no desobramento; de possíveis que só se concretizam numa relação com o impossível; numa experiência do labor que, para além de toda visibilidade e dizibilidade, não é da ordem da ciência, mas da experientiação.

Experientiação de uma experiência do labor desmedida, intempestiva que, conectada com a inteligência coletiva viva, ressignifica aquilo mesmo que faz, de tal forma que os patrimônios sociais e pessoais, já inseparáveis, ganham em potência, na normatividade de um vivo engenhoso. Assim, mais que um desenvolvimento possível, entendemos a atividade como a invenção de possíveis através da relação de terceiro tipo com o impossível. Estranheza de um trabalho que, na distância mais longínqua da proximidade, faz da experiência do labor uma possibilidade de se viver outras experiências.

Até mesmo a experiência com o saber, ‘saberes acadêmicos’ e ‘saberes laborais’, ambos com substrato na experiência, não podem mais ser diferenciados por investimentos ou formalidades, porque o *General Intellect* ou intelecto coletivo é um agregado de cooperação, linguagem e afecção que torna qualquer segmentação do vivo absurdo excesso de racionalidade abstrata. Pensamento por pensamento, a experiência nos conclama ao pensamento do fora, levando o pensamento a pensar ou se repensar, diferenciando o pensador de si mesmo, numa problematização potencializadora de expansão.

Numa espécie de reinvenção da roda, a Máquina Expressiva da Produção gira sem estar presa a um eixo central, mas como uma deriva exorbitante que, contudo, em seus desvios e turbulências consegue ser, ao mesmo tempo, uma consciência sem eu e um inconsciente maquínico que, numa infernal inteligência coletiva viva, consegue dar consistência e sentido aquilo que tinha tudo para, analisado por uma racionalidade científica, ser um verdadeiro caos.

Caos sim, mas Caosmose, diria Guattari:

As transformações tecnológicas nos obrigam a considerar simultaneamente uma tendência à homogeneização universalizante e reducionista da subjetividade e uma tendência heterogênica, quer dizer, um reforço da heterogeneidade e da singularização de seus componentes. (...) A produção maquínica da subjetividade pode trabalhar tanto para o melhor

como para o pior. Existe uma atitude anti-modernista que consiste em rejeitar maciçamente as inovações tecnológicas, em particular as que estão ligadas à revolução informática. Entretanto, tal evolução maquínica não pode ser julgada nem positiva nem negativamente; tudo depende de como for sua articulação com os agenciamentos coletivos de enunciação. O melhor é a criação, a invenção de novos Universos de referência; o pior é a mass-mídialização embrutecedora, à qual são condenados hoje em dia milhares de indivíduos. As evoluções tecnológicas, conjugadas a experimentações sociais desses novos domínios, são talvez capazes de nos fazer sair do período opressivo atual e de nos fazer entrar em uma *era pós-mídia*, caracterizada por uma reapropriação e uma re-singularização da utilização da mídia (GUATTARI, 1992, p. 15-16).

Já que o plasma cerebral da multidão que, orientada por esta inteligência coletiva, na contaminação à distância entre os cérebros, torna o virtual uma sempre possível atualização. No entanto, para além da simples expressividade, há que se efetuar agenciamentos maquínicos que modifiquem a sociedade e construam uma outra história, um espaço de estrutura pública, para além de possíveis formatados que tornam qualquer alternativa sempre a escolha do mesmo.

“assim, a saúde, mais que um estado de equilíbrio ou ausência de enfermidade, é poder ficar doente e recuperar-se, e ao “superar as enfermidades converter-se em um corpo mais válido” (CAPONI, apud RAMMINGER, 2008).

A cura, para Canguilhem, acontece quando se consegue restabelecer a normatividade, ou seja, criar para si novas normas, por vezes superiores às antigas, no sentido de que tenham maior plasticidade frente à imprevisibilidade da vida. No entanto, não se pode confundir “restauração da normatividade” com um retorno ao que se era antes: “a vida não conhece a reversibilidade”, mas “admite reparações que são inovações fisiológicas” (CANGUILHEM, 2006, p. 147, apud RAMMINGER, 2008)³⁹.

A saúde, como expressão do corpo produzido, é uma garantia vivida em duplo sentido: garantia contra o risco e audácia para corrê-lo. É o sentimento de uma capacidade de ultrapassar capacidades iniciais, capacidade de fazer com que o corpo faça o que ele parecia não prometer inicialmente (CANGUILHEM, 2005, p. 44-45).

A saúde está relacionada, ainda, com um “sentimento de seguridade”, em um duplo sentido: segurança no presente, e seguros para prevenir o futuro (RAMMINGER, 2008, p.83).

O que caracteriza a saúde é a possibilidade de ultrapassar a norma que define o normal momentâneo, a possibilidade de tolerar infrações à

³⁹ Novamente, mantivemos as referências bibliográficas da autora do texto, devido ao número das páginas, e as explicitamos aqui como: CANGUILHEM, G. O normal e o patológico. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006 [1966].

norma habitual e de instituir normas novas em situações novas. (CANGUILHEM, 1982, p. 158).

Nesta chuva de citações propositais sobre a saúde e, mais especificamente para essa tese, preocupada com a saúde no e do trabalho, para todos aqueles que nele estão envolvidos, não estaríamos tocando num elemento que nos convoca a uma certa clínica?

Não se trataria aí de se inclinar sobre desvios que não são patológicos, mas sabedoria do corpo e da vida e, com eles, redirecionar nossos esforços para que as forças livres em movimento, ao fazerem *clinamen*, não acabem rodopiando para buracos negros ou dissoluções de potência?

Não se trata, enfim, de um certo tratamento de uma catatonia fabricada? De um investimento sobre um trabalho de renormatividade e reencantamento do concreto da vida, de uma vida, sem o qual qualquer vida é indefensável?

Enfim, não estamos aqui falando da experiência com a vida e da forma de vivê-la de forma a valorá-la como potência e autonomia, ao invés de doença e apatia? Não são estas diretrizes importantes para a psicologia e, diria, para a psicologia como cuidado com a saúde mental e não como forma de controle social?

Questões que fundem de uma vez por todas o corpo e a mente, o público e o privado, exigindo que encaremos a vida de frente, mas a vida em sua integralidade. Questões que, por fim, encontraram voz na narração desse psicólogo do trabalho que ousa agora não mais separar psicologia clínica e psicologia do trabalho, afirmando que, neste usar de si, sair de si: estranha experiência, um trabalho... urge uma clínica da experiência. Mas que clínica?

6. CLÍNICA DA EXPERIÊNCIA OU AMPLIAÇÃO DA MÁQUINA EXPRESSIVA DA PRODUÇÃO OU AMPLIAÇÃO DO PODER DE AGIR NO TRABALHO: QUANDO O FOCO SÃO AS RELAÇÕES E SEUS EFEITOS SOBRE A POTÊNCIA DE AGIR NO TRABALHO.

Ora, em relação às nossas últimas questões encharcadas na chuva de citações sobre uma forma possível de entender a saúde, com Foucault (2004, p. 254), afirmamos que este é “o ronco surdo das batalhas” que precisa ser ouvido para que entendamos de uma vez por todas que todo êxito e fracasso laboral implicam em um verdadeiro rizoma, que não permite mais falar de um indivíduo que trabalha, nem de uma unidade de ação, mas de um corpo impessoal, Corpo Sem Órgãos do Trabalho, que pode nos levar para o melhor e o pior, dependendo da construção de um verdadeiro espaço de estrutura pública. Repetimos, por que vale a pena:

O *General Intellect*, ou intelecto público, se não se faz república, esfera pública, comunidade política, multiplica demencialmente as formas de submissão (...) A publicidade do intelecto, sua situação de compartilhada, se por um lado dinamiza a rígida área da divisão do trabalho, por outro, fomenta a dependência pessoal. *General Intellect*, fim da divisão do trabalho, dependência pessoal: os três aspectos estão correlacionados. A publicidade do intelecto, ali onde não se articula em uma esfera pública se traduz em uma proliferação descontrolada das hierarquias, tão infundada como poderosa (VIRNO, 2013, p. 24-25).

Vemos assim como Virno remete a certa desrealização no trabalho quando falta um espaço de estrutura pública, na mesma direção em que Clot afirma: “(...) O real em situação de trabalho, necessariamente semeado de armadilhas, é um continente abandonado pelos quadros gerenciais, cada vez mais chamados a focalizar as preocupações relativas à gestão. Se bem que o “trabalho bem feito”, quando ele é realizado, só o é em razão da eficácia, “apesar de tudo” demonstrada por aqueles que trabalham, “se virando” (CLOT, 2001, p.4).

Já discorreremos nessa narrativa acerca da eficiência, eficácia e efetividade no trabalho, quase sempre pautadas em definições gerenciais e sem levar em conta que o

trabalho ‘bem feito’, como aqui pontuamos, exige uma construção coletiva de sentido, não só para valorizar o trabalhador, mas para permitir o próprio trabalhar.

Definimos genericamente a eficácia como sendo a obtenção de resultados através da ênfase nos próprios resultados e nos objetivos a serem alcançados, com a exploração máxima do potencial dos processos. Ora, é a eficácia o que Clot enfatiza no trecho citado, quando fala do “trabalho bem feito”.

Entendemos que Clot assim o faz porque ele quer destacar a implicação total dos trabalhadores quando processando e sendo processado por suas atividades, o que para nós significa a atuação como *médium* de uma complexa rede sinérgica de relações. Desta forma, ante as infidelidades do meio e as incoerências e incongruências da organização do trabalho verticalizada, que sempre os deixa de fora em maior ou menor grau, contidas neste “apesar de tudo” dito por Clot, os trabalhadores não podem deixar de ser cogestores do trabalho porque disto depende a eficácia do trabalho realizado.

Mais ainda, quando o “trabalho bem feito” é realizado, só o pode ser com a participação do trabalhador que, integrado na construção coletiva, através do CCRP, dá sentido aquilo que está em processo, direcionando seus rumos frente aos objetivos com a exploração máxima do potencial dos processos. Portanto, para ser realizado, o “trabalho bem feito” exige o tempo para a construção coletiva; exige a concatenação de um comum possível que, mais do que uma mônada sozinha, é uma verdadeira orquestração da normatividade, frente às adversidades, abrindo possíveis de realização para o que de outro jeito seria impossível.

Sim, está certo Clot, os trabalhadores o fazem “se virando” e “apesar de tudo”, na invisibilidade do trabalho imaterial, que nem se “percebe como trabalho” (TEIXEIRA, 2008, informação verbal); que nem entra nos cálculos de valor do trabalho na equivalência do capital, mas que, contudo, é aquilo que realmente o realiza, o que o torna um possível construído metodicamente no esforço conjunto daqueles que “ralam” na linha de ponta, apesar das determinações gerenciais, muitas vezes em verdadeira catacrese, fazendo aquilo que não devem fazer para poder fazer “bem feito”.

Este retrabalho feito na sinergia e no calor do esforço, no suor do corpo e, muitas vezes, da exaustão da “alma”, inventando sentido para aquilo que faz, a fim de que isto seja vivível, é o que consideramos o “trabalho bem feito”. O vivo preza por sua saúde, vale dizer, processa, a qualquer preço, sua capacidade de normatividade. Muito injusto e cruel, portanto, culpa-lo pessoalmente quando as coisas não vão bem. Os fracassos no trabalho são tão coletivos quanto os êxitos. No trabalho acertamos juntos e erramos juntos ou nada fazemos ou fizemos.

Os desacertos, mais que soluções rápidas para a volta ao equilíbrio tanático, precisam ser trabalhados com o coletivo, a fim de que possam ser agregados ao gênero profissional, utilizando a experiência como formadora. Denegar, impedir, dificultar, obliterar, ou seja lá o que for, a vitalidade da construção coletiva é jogar sobre os ombros dos trabalhadores um responsabilidade que lhes foi negada desde o começo; é aviltar sua condição de vivo: diminuí-lo, extorqui-lo, amputa-lo, tortura-lo e, por fim, mata-lo em cruéis doses cotidianas de violência institucional.

Se querem falar a sério em assédio moral e criminaliza-lo, comecem então pela Racionalidade Gerencial Hegemônica que, conforme Campos “(...) exige que os trabalhadores renunciem a desejos e interesses, substituindo-os por objetivos, normas e objeto de trabalho, alheios (estranhos) a eles” (CAMPOS, 2000, p.23), porque, quando não o fazem, simplesmente por não poderem fazê-lo sem tornarem o trabalho invivível, são perseguidos, maltratados e mal avaliados como uma máquina que não funciona, como nossos índios que, resistindo à escravidão que os mataria, foram chamados de indolentes e preguiçosos, preconceito que ainda reina e mata no solo brasileiro.

O trabalho só é exequível, vivível, “bem feito” se for e continuar a ser obra aberta e, por assim ser, exige um tempo necessário para o desobrar e retrabalhar coletivamente, pois, queira-se ou não, disto depende a eficiência e a eficácia. No entanto, sem este tempo de construção e rearranjo coletivo, os trabalhadores são levados a ações que para eles perdem todo o sentido, de forma que o trabalho se desrealiza, levado a frente por ordenações e mesmo imposições que nada tem a ver com a forma como ele se processa. Assim, uma parte importante da efetividade laboral se perde, alienando o trabalhador e, sem que se consiga fazê-lo completamente, levando-o a

trabalhar de forma quase autômata, por não encontrar sentido e, por isto, incapaz de se sentir realizado em sua capacidade de normatizar.

Direcionamento corrente em objetivos pautados por modelos gerenciais que não só empobrecem o trabalho e o trabalhador, mas atuam principalmente, e isto o mais importante, de forma contraproducente, mutiladora e adoecedora, já que dificultar a capacidade de normatizar despotencializa, enfraquece e, em longo prazo, pode mesmo matar o vivo.

Aqueles que se preocupam com a saúde do trabalho e do trabalhador não podem se imiscuir de atenção e foco nas formas como as experiências do labor são processadas e, principalmente, de articular a necessidade de debate de valores do trabalhar entre os quadros de gerência e o quadro de trabalhadores. Não fazê-lo é corroborar com um sistema que alija o homem de sua potência e adoece o trabalhar e todos aqueles nele envolvidos, transformando em simples recurso aquele que é o motor vivo do trabalho.

No mundo do trabalho atual há uma gestão individualizante, mas há uma necessidade muito, muito forte do coletivo. E o coletivo não é simplesmente um valor que deveria ser defendido contra a corrente de uma sociedade que vai contra o coletivo. Eu creio que a questão do coletivo merece ser aprofundada como uma tendência do lado do real do trabalho. Isto quer dizer que o coletivo não é qualquer coisa que deve ser defendido, mas algo que deve ser reencontrado; ele é algo que é solicitado e, ao mesmo tempo, interdito. Eu creio que no mundo do trabalho atual, na indústria e nos serviços, o coletivo é a fonte do real. O coletivo é solicitado e, ao mesmo tempo, interdito e eu penso que é a causa profunda do sofrimento no nível pessoal (Clot, 2006a, p. 103).

Concordamos inteiramente com Clot e ousaríamos propor que o coletivo, que aqui, diferente da terminologia de Clot, apostamos como o espaço de construção de um comum não homogêneo, rebatendo com Virno (2013) como a construção de uma esfera pública, comunidade política, passe a ser índice de saúde no trabalho e preocupação constante daqueles que militam no plano da saúde do trabalhador. Trabalho sem esfera pública, trabalho sem formação de *ágoras*, ousaríamos dizer, é trabalho adoecedor, é trabalho mortificante.

Pois, sem esfera pública, a prescrição de subjetividade passa a ser uma imposição cruel, pois é o único meio possível do trabalhador realizar o seu trabalho, ‘se virando’ frente a uma aparente descodificação das normas, como se tudo fosse possível,

sem, contudo, ter meios de interferir nos modos de trabalhar e, mais ainda, naquilo que ele sente como sendo a melhor forma de trabalhar. A desterritorialização dos códigos normativos dificulta qualquer orientação das formas de agir e se conduzir e, como já dissemos, a avaliação que premia é a mesma que pune, sem que se encontre um sentido. Quando há êxitos, este é sempre remetido para a gerência, com certo grau de reconhecimento da equipe de trabalho. No entanto, os fracassos são analisados e punidos em nível pessoal, quase sempre responsabilizando os trabalhadores de linha de ponta que, apesar dos pesares, se esforçam para dar conta das incoerências do sistema.

Neste vazio de normas, cria-se um clima de desconfiança e concorrência brutal entre aqueles que trabalham, lutando por um reconhecimento e uma valorização que já não sabem bem em que se baseiam e aspirando participar de uma decisão da qual eles se veem completamente alijados. Ao final, já não se sabe mais quais são os sentidos nem das normas nem das ações laborais, reinando uma pessoalização do trabalho que, sempre coletivo, não favorece nem o tempo e nem o espaço de construção comum.

Os modismos gerenciais são impostos sem discussão, modificando as rotinas de trabalho sem nenhuma chance para o rearranjo coletivo do gênero e, desta forma, a estilização, tanto dos trabalhadores quanto dos chefes, passa a ser um ‘se virar’ para dar conta daquilo que é esperado deles, muito embora isto não esteja de maneira nenhuma dada de forma clara. Como já ouvi de uma trabalhadora ao indagar sobre o sentido de uma determinada norma: “não sei bem, é assim porque é isto que está na norma. As rotinas aqui mudam tanto de uma hora para outra, sem que saibamos o porquê, que tem horas que eu já nem sei mesmo qual a norma que está valendo”.

Força-se, assim, a implicação integral da subjetividade, produzida nas malhas da insegurança, desconfiança, falta de sentido, de reconhecimento e valorização, tornando cada qual blindado em si mesmo e em sua corporação, como meio de se defender de uma espada sobre a cabeça que pode ser acionada sem que se conheçam as razões para isto. Ao final, numa gradação, formam-se trabalhadores excessivamente implicados, como se eles fossem a própria empresa, até completamente blindados, desresponsabilizando-se completamente e exercendo sua carga horária no anseio de que ela acabe o mais rápido possível, sem que ninguém perceba sua presença.

Clot já enfatizou os perigos desta situação, repetimos pela importância do alerta:

(...) no fundo, os suicidas do trabalho, de certa forma, são pessoas que não transigem mais com a atividade profissional, não suportam mais que sua atividade profissional seja tratada como ela é tratada em muitas situações. Dito de outra forma, não são sujeitos desinvestidos, são pessoas sobreinvestidas, poderíamos talvez dizer investidas demais, que, no fundo, não chegam a instalar entre eles e a sua atividade profissional a distância que permitiria encontrar outros meios à situação que está posta. Terceira observação, essa distância e seus recursos entre eles e a sua situação é o buraco do coletivo de trabalho, o drama da falência do coletivo como instrumento de resistência à descompensação individual, à solidão simplesmente. Sabemos muito bem que o suicídio no trabalho se produz na conjunção de dois fenômenos. Primeiramente, as paixões destruídas no trabalho, a intolerância e a impossibilidade de continuar a suportar o insuportável, de suportar não se reconhecer naquilo que faz, principalmente isso: sair do trabalho no fim do dia dizendo a si mesmo “a gente não se pode olhar no espelho tendo feito aquilo que foi feito, que não é aquilo que se deveria fazer, nosso trabalho não é esse”. Primeiramente, a conjunção disso, poderíamos dizer, da atividade contrariada e da falência do coletivo é que faz com que, nessa situação, não se tenha recursos para trabalhar com os colegas. Não há ao menos uma situação em que se possa constituir pelo coletivo um distanciamento para proteger um assalariado de sua própria vontade de desaparecer. Eu penso que, se juntamos o trabalho no qual cada um não pode mais se reconhecer com a falência dos coletivos, temos todos os ingredientes para que todos os assalariados cheguem a essa situação. Quando não podemos mais mobilizar, na nossa experiência, outros recursos para introduzir esta distância, não há mais coletivo (de trabalho) e também não há mais nada” (CLOT, 2010a, p. 230).

Nesta configuração, aonde espaço para aquilo que Canguilhem aponta como normatividade, índice de saúde do vivo? Não é mesmo uma multiplicação demencial das formas de submissão, como diz Virno? Como então, enquanto psicólogos do trabalho, não nos preocuparmos com o fato de que as formas atuais de trabalhar é um atentado contra a saúde? Não é isto o que vemos, ao menos entre os trabalhadores de saúde, como um exponencial aumento do absenteísmo por licenças médicas e, entre elas, em maior número, distúrbios psiquiátricos, cardiovasculares e osteomusculares?

Adianta apenas afastar os trabalhadores por um tempo para que se recuperem, como se o problema estivesse em seus corpos, quando percebemos que é a mutilação de sua experiência do labor que os têm despontencializado, num abuso do uso de si no trabalho, como diz Rogério Costa (2008), cujos limites infinitos não temos como ponderar em termos de agravos à saúde física e mental?

Não se abre aí um espaço que justifica uma clínica que, mais do que do trabalho, mais do que da atividade, seja uma clínica da experiência do labor e de seus efeitos

sobre aqueles que laboram? Uma clínica que não postulamos como necessidade de uma nova disciplina, um novo especialismo, mas uma inflexão sobre o modo de perspectivar o trabalho seja com que cabedal teórico-metodológico for. Porém, não mais separando clínica e política; não mais separando gestão e execução; mas vendo estes como aspectos diferentes, porém inseparáveis da experiência do labor, quando é o trabalho imaterial que ganha a primazia num virtuosismo, para utilizar Virno (2013), no qual as dimensões estéticas, éticas e políticas são elementos primordiais e fundamentais para o entendimento do Corpo Sem Órgãos do Trabalho. Clínica que aposte no incremento do fator Paidéia, para utilizar Campos (2000), não como aposta metodológica, mas com o entendimento de que, sem isto, mutila-se a saúde do trabalhador.

Portanto, por tudo que argumentamos, não se trata aqui de centrar a pesquisa sobre o trabalho, a atividade ou o trabalhador, mas de interferir nas formas de relações desenvolvidas no trabalho, de intervir nesta relação de forças de forma a propiciar que ela seja construída no sentido do aumento da potência de todos. Criar, então, um espaço de estrutura pública no trabalho, tendo por objetivo a ampliação da máquina expressiva da produção, entendendo que ela insere uma dimensão de produção de sentido que, impedida ou obstaculizada, tem efeitos deletérios incalculáveis para a saúde daqueles que laboram. Uma clínica, então, que atenta à forma com a qual se estabelece a experiência do labor, atue como um desvio, uma linha de fuga à escravização maquínica e ao entendimento do trabalhador como mero recurso humano.

Estas reflexões apontaram para nossa fixação em lugares instituídos de saber/poder e de especialismos. Percebemos estar em um território onde predominam as linhas duras de estratificação que recortam práticas e indivíduos por oposição binária. Ou seja, que os conecta a identidades definidas por especialismos técnico-científicos, característicos da sociedade capitalista, e a oposições do tipo teoria/prática, sujeito/objeto. A problematização desta fixação tornou possível entendê-la não como individual ou pessoal, mas, ao contrário, como efeito de agenciamentos coletivos de enunciação, que podem produzir paralisações e cristalizações em lugares/práticas reificados e sobrecodificados (NEVES; JOSEPHSON, 2001, p.100).

Ora, se aqui defendemos que são os agenciamentos, de enunciação e maquínico, que movimentam a máquina expressiva da produção, formando um Corpo Sem Órgãos,

como intelecto público e produtivo que faz de todo trabalhador cogestor⁴⁰ de seu trabalho, é sobre as formas possíveis de se agenciar que devemos estar atentos no trabalho e de como elas tem levado ao prazer ou desprazer, este par entendido como possibilidades de agenciamentos do desejo.

Portanto, com a clínica da experiência, como aqui apostamos...

(...) recusamos que a clínica seja definida como domínio do privado, dos nossos segredos íntimos, das experiências interiores de um sujeito e que seja diferente e separada da política entendida como domínio do público (pólis), isto é, domínio onde encontramos os jogos de poder, o embate de forças dominantes e forças dominadas. E se não assumimos esta perspectiva tradicional, conseqüentemente, a clínica tem a ver com acontecimentos mais locais (...) (PASSOS, 2001, p.8).

Acontecimentos que, apostamos, são o tecido mesmo que veste e reveste o trabalho, entre a trama e a urdidura, cujo tecelão é um intelecto público como partitura de uma rede sinérgica de pontos pulsáteis, ao mesmo tempo singularidades e multiplicidades que, para dar conta das variáveis imprevisíveis, das infidelidades do meio, se investem e implicam em uma rede sinérgica na qual não há mais profundezas a buscar para conhecer e pesquisar o trabalho, não há mais possibilidades de experiências íntimas, interiores de um sujeito, porque ele não é o centro do trabalho, não é um operador de técnicas por meio das quais exterioriza um produto programado e produzido de uma vez por todas.

Tudo no trabalho está na superfície, na pele exposta de um Corpo Comum Relativamente Pertinente que se modifica e modifica as situações que encontra, vivendo uma experiência comum. O trabalho é rizoma e se a clínica, como defendemos com Passos em vários de seus escritos, não se separa da política, temos mais razão ainda para afirmar que a Psicologia do Trabalho é e tem que ser clínica, porque no trabalho as intempéries das experiências da vida, em seu aspecto trágico, estão presentes, produzindo efeitos de aumento da potência ou de paralizações doentias, no sentido de

⁴⁰ Lembramos mais uma vez que não separamos cogestão e autogestão no trabalho, por pensarmos que são fundamentais para o desenvolvimento das atividades. Assim sendo, quando falamos de cogestão não pensamos somente no relacionamento com os outros, mas também em um retrabalho sobre si mesmo, reformulando-se de acordo com a experiência e, portanto, querendo-se ou não, a autogestão do trabalhador sempre estará presente. Negá-la ou não leva-la em conta é que mutila o poder no trabalho e, como diz Clot, provoca sofrimento psíquico ou, por outra, exige a subjetivação sem permitir que ela possa interferir no plano político do trabalho.

Canguilhem. O trabalho, a despeito da Organização Científica, não é puro, neutro, asséptico, porque o que o move é o suor dos corpos, as batidas do coração e o pulsar das veias, numa relação agonística entre libertações e capturas atuando ao mesmo tempo no mesmo plano de imanência.

Partimos da convicção, então, que temos que intervir para conhecer e só conhecemos bem quando transformamos, porque a normatividade tem um aspecto inconsciente com o qual precisamos lidar. Inconsciente que, diferente de um teatro no qual se desenvolve o mesmo drama, é uma usinagem infernal de acontecimentos que se batem sobre singularidades/multiplicidades e que, por não serem corpos, nem por isto deixam de ter efeitos sobre os corpos que laboram.

Consciência sem eu e Inconsciente Maquínico são os aspectos de uma agonística com a qual temos que começar a pesquisar o trabalho, porque o que nele acontece não está localizado somente no local em que se opera, nem na dimensão temporal do tempo cronológico do trabalho e, muito menos, na dimensão de uma subjetividade pessoal ou interpessoal, mas num misto intrincado do político, do ético e do estético que, afinal, é a dimensão dos efeitos benéficos ou maléficos que incidem sobre a normatividade dos vivos.

É ao mesmo tempo consciência sem eu e inconsciente maquínico, fluxo livre de singularidades/multiplicidades formando agregados em meio ao Corpo Sem Órgãos do Trabalho, o que, de maneira nenhuma, quer dizer que aquele que trabalha é inconsciente de suas ações e possesso de forças que não pode controlar, ainda que ‘libertárias’. Não custa repetir que aquele que trabalha participa de todo processo como *médium* e, como tal, tem de usar de si e sair de si na disposição de um fora que não o anula ou aliena, mas exige dele toda sua capacidade de atenção e investimento. Capacidade que ele vive no seu corpo, nos seus afetos, nos seus pensamentos, não saindo imune da experiência do labor.

O trabalho é, assim, pura estranheza, desenvolvimento de uma relação de terceiro tipo com o Proletário, Outrem em tudo Impessoal, e se dá numa partida de jogos de dados que jamais está dada de uma vez por todas. O trabalho como obra de arte aberta, sem um autor encarnado, sem um centro que o ordene de uma vez por todas,

numa agonística entre um usar de si e sair de si, cogestão autogestiva ou vive-versa, na qual são as relações que ali se desenvolvem o que é o índice de saúde ou doença laboral, abrindo-se então um novo plano de pesquisas para explorarmos a formação e a saúde no trabalho.

O trabalho é negociação permanente, debates de valores que se fazem por meio de relações de forças, nada leves, nada técnicas, que exigem então uma determinada clínica para adentrar este enigma, não como quem busca nas profundezas o segredo e o oculto, mas que, na superfície, navega e sobrevoa numa agonística na qual a atividade do psicólogo também se implica e complica e, com isto, se “suja” (BARROS; TEIXEIRA; LOUZADA, 2008, p. 15).

Como diz Canguilhem: “Estamos longe da saúde medida por meio de aparelhos. Chamaremos essa saúde: livre, não condicionada, não contabilizada. Essa saúde livre não é um objeto para aquele que se diz ou se crê o especialista da saúde” (CANGUILHEM, 2005, p. 45).

Isto porque a saúde, como o trabalho, não pode ser da ordem de uma disciplina ou de uma especialidade e, portanto, se nos preocupamos não só com o produtivismo, mas também com a produção de ‘uma vida’ digna de ser vivida, não podemos deixar de afirmar que esta clínica da experiência proposta só pode ser transdisciplinar (PASSOS; BARROS, 2000).

Transdisciplinar porque a complexa e heterogênea rede de produção formada pela máquina expressiva envolve dimensões heterogêneas que acabam abarcando toda a vida, sem segmentações, no plano do trabalho. E se falamos de redes de produção, não esqueçamos que aqui não pensamos só em produtos com valor de uso, gerador de mais-valia, mas também e, principalmente, de bens comuns, inalienáveis e não consumíveis, cujo motor é a colaboração, a comunicação e a subjetividade que, nos termos dessa tese, foram sintetizadas no conceito de Máquina Expressiva da Produção.

Porque para nós, a subjetividade se define por uma atividade de produção. Essa produção não pode ser definida como simplesmente produção realizada por um sujeito, mas é o próprio sujeito que aparece como um produto, isto é, como o resultado de um processo de produção que é sempre da ordem do coletivo.

E se pensamos esta inseparabilidade entre o individual e o coletivo, entre o pessoal e o político, entre o privado e o público é porque entendemos a subjetividade atravessada por estes múltiplos vetores e, conseqüentemente, sendo ela mesma múltipla (PASSOS, 2000, p.8-9).

Multiplicidade, portanto, que exige que nos movamos neste plano de pesquisa em completa colaboração e comunicação que atravessa as linhas de demarcação das disciplinas e convida, então, a democratização das relações institucionais. Democratização no sentido da transversalidade que segundo Passos, como já discutimos nessa tese, é um embaralhamento dos códigos que separam os sujeitos em segmentos, buscando-se, então, a lateralização dos diferentes. Isto é, ao eixo vertical que separa os diferentes por hierarquias e ao eixo horizontal que segmenta os diferentes por corporações, propõe-se traçar uma oblíqua aonde as diferenças componham um comum possível, na negociação de uma diretriz que inclua todos os sujeitos em pé de igualdade no que tange ao planejamento e a execução do trabalho, entendendo que todos são cogestores.

Se para nós estranheza e trabalho não se separam na estranha experiência: um trabalho... é necessário que a clínica da experiência seja também uma clínica da estranheza, porque nômade, deve poder se deslocar por este plano com as forças livres da produção, equivocando o instituído em sua dureza estratificadora das relações. Necessária, então, a utilização dos analisadores sociais como forma de colocar as relações de força em evidência, contribuindo para um espaço de estrutura pública que possa conduzir a formas de relações mais democráticas, aumentando o poder de agir no trabalho.

Dessa forma, quando tomamos a clínica como eminentemente política, ou seja, como problematização de valores, sentidos fixos, universais e como possibilidade de conexão com as práticas de “invenção de si”, é que podemos afirmar o que produzimos no campo da formação “Psi”, bem como no campo da intervenção em instituições-estabelecimentos, como clínica. Ou seja, a crítica como clínica (NEVES; JOSEPHSON, 2001, p. 107).

Crítica então como desvios que procuramos produzir ali aonde a normatividade emperrou em normatização, paralisando e adoecendo a vida. Se tal é, como não dizer que a psicologia do trabalho é também clínica, já que o que constatamos nessa tese é que as formas de organização atuais mutilam a normatividade e adoecem os trabalhadores?

Neste sentido, eu penso que a ergonomia (e a Psicologia do Trabalho) também é clínica, desse ponto de vista, quer dizer, é um dispositivo de transformação da situação e de restauração da saúde. É por isto que é clínica, por buscar transformar a situação, e é clínica também em função do modelo teórico. Evidentemente, quando dizemos “clínico” em psicologia pensamos imediatamente na psicanálise, é por isto que podemos dizer que a psicodinâmica do trabalho, na tradição psicanalítica, é também uma clínica do trabalho. É verdade, eu decidi manter a ideia de “clínica” ao lado, colada, digamos assim, à de “atividade”, “clínica da atividade”, porque eu insisto que não podemos tratar da atividade sem tratar da subjetividade. De certa forma, a diferença entre a ergonomia e a “clínica da atividade” reside no fato de que atividade e subjetividade são inseparáveis e é essa dupla – atividade e subjetividade – que me interessou na situação de trabalho. Por isto que uso o termo “clínico”: clínico do ponto de vista do meu engajamento, do lado da experiência vivida, do sentido do trabalho e do não sentido do trabalho, “clínico” do ponto de vista da restauração da capacidade diminuída. A clínica médica visa restaurar a saúde, a “clínica” é a ação para restituir o poder do sujeito sobre a situação (CLOT, 2006a, p. 102, acrescentamos nosso entre parênteses).

E a Clínica da Experiência em que aqui se aposta difere, sem divergir, desta proposta, porque não vê como evidente a associação entre clínica em psicologia e psicanálise e, por isto, utiliza a palavra clínica de forma desavergonhada, sem parêntesis. Também porque, além e aquém da atividade, percebemos ambas como um processo mais amplo de uma heterogênea e sinérgica rede de relações transpessoais, trans-temporais e transespaciais por remeter a uma relação com o impossível, conforme Blanchot (2010), na qual a distância entre o prescrito e o realizado não para neles, mas remete a própria atividade e a própria subjetividade a um fora/dentro que é e continuará sendo, por mais que se o destrinche, um enigma.

Enigma que remetemos às estranhas esquizas do trabalho, navegando em meio a estranhezas tais que remetem a uma usinagem Inconsciente, que não se refere a um reprimido ou recalçado e a uma Consciência que se afasta de qualquer pretensão de um Eu pessoalizado, porque é simplesmente a-pessoal.

No entre a mão e a ferramenta, encontramos, assim, uma ampliação descomunal do conceito de atividade, uma riqueza de processo que vai além de uma simples história de possíveis e impossíveis de atividade, porque se rebate e embate, num bom combate, com a experiência viva que, não sendo saber e conhecimento, os embasam; que, não sendo individual ou coletiva, abarcam ambas as dimensões.

E as abarcam num fluxo de singularidades/multiplicidades que escorrem por e através de um Corpo Sem Órgãos que encarna impossíveis, fazendo da história mais que um desenvolvimento, mas um novelo em que trama e urdidura tecem um tecido que não envelhece, ao contrário, rejuvenesce a cada dia, em cada tecedura viva, de forma que os pais podem ser mais jovens que os filhos e os pais, sendo pais, não são propriamente os progenitores dos filhos, mas seus contemporâneos, num devir esquisito em que a própria duração deixa de durar para, na proximidade da distância mais longínqua, ser, ao mesmo tempo, um porvir.

A sublime estranheza da imanência na qual toda criação parte do nada e Deus está morto como princípio único e transcendental, mas, no entanto, nada é perdido e tudo vive desde um começo sem começo, onde também nada termina, mas se repete numa repetição que, por sê-la, não repete nada sem querer repetir de um outro jeito que não é repetição, embora sendo, e na qual Deus, Homem e Natureza ressurgem vivos em deus, homem e natureza como coengedradores de um mundo que jamais começou e jamais terminará e, no entanto, existe como matéria palpável.

Assim, como não se interessar pelos efeitos do que aqui denominamos usar de si, sair de si: estranha experiência, um trabalho... quando percebemos um certo abuso de si que subsume a vida ao trabalho, fazendo dela uma máquina de produzir, mero recurso entre outros? Enfim, como numa militância política, ética e estética, enquanto psicólogo, não afirmar que é a experiência, a experiência de uma vida, qualquer vida, que está na questão de saber com o que nos implicaremos?

Escravidão maquínica e máquina expressiva da produção, como forças livres reais, maquinam o mundo em que vivemos e produzem toda a riqueza que há, para o bem e para o mau. Somos todos parte desta multidão ambivalente que escrutina nossas vidas permanentemente através de redes e, mais que partes, somos delas partícipes e, queiramos ou não, estamos todos implicados neste jogo, fazendo parte de uma experiência de vida que na nossa época parece não nos chamar a participar, mas nos põe a nu em meio a um jogo entre agonísticas de forças em movimento sem fim.

Podemos passar por esta experiência como ovelhas conduzidas por um pastor, sem atentarmos para as intenções e os movimentos aos quais estamos sendo conduzidos

ou, por outra, podemos ser normativos e, vivendo a experiência de forma atenta, utilizá-la como meio de realizarmos outras experiências mais libertadoras, naquilo que o último Foucault chamava o cuidado de si. Não está tudo dominado, há sempre possíveis a ser efetuados na escolha da escolha, pois, não fazê-lo, já é ter escolhido.

7. ALINHAVOS DO DIÁRIO DE BORDO OU TRAÇADOS DE NOVAS ROTAS OU QUANDO FIM E COMEÇO SE IMBRICAM EM UMA OBRA ABERTA AGUARDANDO VIRTUOSISTAS.

Enfim, chegamos ao porto dessa narrativa, mas, numa outra esquiça, este porto não tem cais de desembarque e, mais estranho ainda, o único caminho que se nos abre é o mar bravio a nossa frente.

A sinfonia composta, cuja composição foi aqui narrada, toca os acordes mais altos, vinda de algum lugar no qual a orquestra parece ser o próprio vento que sopra, impulsionando as velas de volta ao mar. É como se, chegada ao fim, ela ressoasse acordes iniciais de uma nova composição que repete a mesma sem repeti-la.

Também aqui nessa narração houve várias repetições, ritornelos intensivos que ecoavam, como a exigir um pouco mais de atenção que, embora dada a cada vez, não esgotaram de todo os seus possíveis. Desta forma, perdoe-me o leitor se em algum momento pode algo ter ficado enfadonho, mas isto faz parte da atividade de todo trabalho.

O enfado nos leva a automatismos, sem dúvida, e pode mesmo estreitar nossa percepção que, no cansaço, não vê senão aquilo que já estava acostumada a perceber, quando qualquer ritornelo mostra, embora para míopes, uma riqueza de imperceptíveis no todo da percepção. Os ritornelos nos forçam a um devir imperceptível, quando vemos e somos moléculas.

Houve também um uso esquisito dos intercessores, nova esquiça. Ao mesmo tempo em que não divergíamos, também não convergíamos com suas ideias totalmente, esgarçando-as para um limite no qual, feito frangalhos de qualquer bandeira demarcatória de território, o próprio território se desmanchava, numa cartografia que longe de traçar linhas fixas, se alinhava com linhas que escorriam para outras demarcações provisórias.

Assim, sem dúvida reconhecemos, muitas linhas ficaram soltas, nem tudo conseguimos demarcar, seja porque o território era amplo de mais para nossos propósitos, seja porque os próprios territórios resistiam a nossa vaidade exploratória, mostrando porosidades, bifurcações e riquezas de sedimentos naquilo que nossa perspectiva ansiava solidez.

A narrativa se narrou e nos fez passar por onde queríamos, mas deixou em aberto convites para cartógrafos mais experientes, mais ousados ou apenas com mais tempo do que aquele que deve cumprir prazos estipulados pela Academia para a pesquisa. Como se o conhecimento e a escrita pudessem de alguma forma entrar nas catracas de *Chronos*.

Mas também não nos queixamos, é preciso claudicar na dimensão de *Aiôn*, que no seu belo círculo espiralado sem limites, tende a nos fazer crianças do sem hora. É preciso chegar, nem que seja para descobrir que ainda nem começamos a navegar.

Perdoem-me os intercessores pela pressa, pelas intensidades, pelas ousadias e, principalmente, por ter contorcido seus pensamentos de forma tal que, como uma fita de Moebius, ao final, eles, os pensamentos, acabaram por ser nem deles, nem meus, mas da própria narrativa que, adentrando um fora, encontrou um Corpo Sem Órgãos que fluía como uma menstruação, de tempos em tempos provocando tensões pré-menstruais que tornavam a narração irritada e irritante, às vezes dissimulada no seu devir mulher.

Peço perdão, mas, contudo, não o espero e, na verdade, nem o quero, porque não posso me culpar pelas minhas experiências e por me deixar engravidar pelas suas ideias. Ainda que muitas vezes pareça ter abortado intencionalmente, isto apenas refletia um parto ao avesso. Não concordo, nem discordo dos meus intercessores, muito pelo contrário, os “sujo” para compor com eles, na medida mesma em que eles “sujaram” minhas mais estabelecidas “verdades”.

Profano o uso, porque muito deles não gostariam, digo seguindo o que eles falaram, não por entender assim, de verem suas ‘verdades’ tornadas sagradas. Assim, entre o sagrado para alguns e o profano para outros, trata-se mesmo de pequenas grandes perversões. Como não ser perverso polimorfo, se as experiências nos desenham

sem formas fixas? Mudo de rosto, mudo de face, mudo de fase, “eu prefiro ser esta metamorfose ambulante”.

Desta forma, prefiro ir abrindo essa narrativa para vocês e, assim, não espere que aqui eu sintetize nenhuma ideia, como se houvesse ‘aquele quê’ que queria ser dito. No fundo, eu não queria dizer nada, queria que a minha experiência vivida se tornasse vívida e falasse por si mesma. Assim, tudo está dito na tese e ao mesmo tempo por dizer, porque ouvidos não surdos sabem bem que o escutar é também uma experiência e, por isto, não exclui outros sentidos, orgânicos ou não orgânicos.

Também não pensem que isto é uma espécie de arrogância ou pretensão do narrador, porque, creiam, ele não existe como autor dessa obra. Ele se narra nela e nela aposta como aquilo capaz de ser dito e ouvido, ainda que não agrade.

O narrador toma para si o mesmo sentido que Yves Clot refere as suas pesquisas:

(...) Eu vou fazer apenas uma coisa: falar de como eu trato de produzir um caminho nesta herança (a da tradição nos estudos do trabalho), como eu tento me apropriar dela, procurando respeitá-la, o que quer dizer fazê-la viver. Evidentemente, a análise do trabalho continuará viva depois de nós, *a última palavra não será jamais dita*, depois que eu falar, é o que eu espero. Poderemos ainda dizer outras coisas e, sobretudo, eventualmente criticar o que eu vou dizer, assim eu posso aprender alguma coisa. E ainda uma outra coisa, para deixar tudo bem claro: a terceira geração não está aqui representada na minha pessoa. Eu faço parte dela e trato de ocupar a minha parte (CLOT, 2006a, p.220, grifo e acréscimo entre parêntesis nosso).

Vou, portanto, me tornando, narrador, aquilo que sempre fui, Ninguém, Outrem Impessoal na proximidade da distância mais longínqua, apenas esperando que você, leitor, a percorra também com sua experiência.

Pouco importa o que foi dito se você não embarcar nessa viagem para, orquestrador *médium*, escorrer-se nela, não para entender, mas para utilizá-la como a sua experiência ou mesmo como nenhuma experiência válida para você.

Agradeço a companhia, porque, mesmo distante, você caminhou do meu lado o tempo todo, ou melhor, do lado daquilo que, não podendo dizer minha, diria que é a

nossa viagem, porque se a fez até aqui, creia, a culpa não é só minha, se alguma culpa há.

Fecho ela como quem abre a porta e exorciza qualquer possibilidade de fechamento. Não há chave, não há fechadura, não há porta, só o caminho...

Ela não mais me pertence, como nunca me pertenceu. Agora ela é uma estrela, diria Lispector, pois, ao atravessá-la com sua leitura, você me atravessará num atropelamento por mim desejado, para que eu morra e você se nasça também como autor dessa tese, sem isto ela não terá sido válida. É ao mesmo tempo um convite e um agradecimento, pois o que mais odiaria é que esta minha esquisita filha, por ser esquisita, se mantenha virgem.

Finalizando mesmo, digo com Ivan Lins, que percebo como um último intercessor desse fluxo...

Daquilo que eu sei
Nem tudo me deu clareza
Nem tudo foi permitido
Nem tudo me deu certeza...

Daquilo que eu sei
Nem tudo foi proibido
Nem tudo me foi possível
Nem tudo foi concebido...

Não fechei os olhos
Não tapei os ouvidos
Cheirei, toquei, provei
Ah Eu!
Usei todos os sentidos

Só não lavei as mãos
E é por isso que eu me sinto
Cada vez mais limpo!
Cada vez mais limpo!
Cada vez mais limpo!

Vamos lá, me “suje”, por favor, esta é a sua forma de também se sentir limpo....

Contato com o narrador: miguelmaia.mig@gmail.com

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer, o poder soberano e a vida nua I*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

ALLIEZ, Eric & FEHER, Michel. Os estilhaços do capital. In: *Contratempo*. Trad. Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense, 1988.

ANTUNES, José Leopoldo Ferreira. *Hospital – Instituição e História Social*. São Paulo: Editora Letras e Letras, 1991.

AMADOR, Fernanda Spanier. *Entre prisões da imagem, imagens da prisão. Um dispositivo tecno-poético para uma Clínica do Trabalho*. Programa de Pós-Graduação em Informática na Educação/UFRGS - Tese de Doutorado: Porto Alegre, 2009.

BAPTISTA, Luis Antonio. *A fábrica de interiores: a formação psi em questão*. RJ, EdUFF, 121p. 2000.

BARROS, Maria Elizabeth Barros de; LOUZADA Ana Paula; VASCONCELLOS Dani. Clínica da Atividade em uma via deleuziana: por uma Psicologia do Trabalho. *Informática na educação: teoria e prática*. Porto Alegre, vol 11, n.1, jan/jun, 2008.

BARROS, Maria Elizabeth Barros de; PASSOS, Eduardo e EIRADO, André do. Psicologia e trabalho docente: intercessões com a clínica da atividade. *Psicol. Soc.* [online]. vol.26, n.spe [cited 2015-04-08], p. 150-160 . http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010271822014000500016&lng=en&nrm=iso, 2014.

BENEVIDES, Regina; PASSOS, Eduardo. A humanização como dimensão pública das políticas de saúde. *Ciênc. saúde coletiva* [online]. Vol.10, n.3, p. 561-571, 2005.

BLANCHOT, Maurice. *O Livro por Vir*. Lisboa: Relógio d' Água Editores, 1984.

_____. *A Conversa Infinita – A palavra plural*, vol. 1. Editora Escuta – São Paulo, 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Política Nacional de Humanização. *Humaniza SUS: documento base para gestores e trabalhadores do SUS*. Brasília: Ministério da Saúde, 2008.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Congresso Nacional, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm: 10. ago.

BRUNO, Mario. O Novo Homo Economicus (do assujeitamento à servidão efetiva). O MARRARE - Revista da Pós-Graduação em Literatura Portuguesa da UERJ. Número 10, p.33-38, 2009.

CAMPOS, Gastão Wagner de Souza. *Um método para análise e cogestão de coletivos: a constituição do sujeito, a produção de valor de uso e a democracia em instituições: o método da roda*. São Paulo: Hucitec, 2000.

CANGUILHEM, G. *Escritos sobre a medicina*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

_____. *O normal e o patológico*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990.

CAPONI, Sandra. A Biopolítica da População e a Experimentação com Seres Humanos. In *Ciência e Saúde Coletiva*, vol. 9, n° 2, p. 445-455, abril/junho, 2004.

CASTRO, Edgar. *Vocabulário de Foucault – Um percurso pelos seus temas, conceitos e autores*. Tradução Ingrid Muller Xavier. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

CLOT, Yves. *Trabalho e Poder de Agir*. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira e Marlene Machado Zica Vianna – Belo Horizonte: Fabrefactum, 2010.

_____. A Psicologia do Trabalho na França e a perspectiva da Clínica da Atividade. *Fractal: Revista de Psicologia*, v. 22 – n. 1, p. 207- Jan./Abr. 2010a.

_____. Entrevista: Yves Clot. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, vol. 9, n.2, p. 99-107, 2006a.

_____. *A função psicológica do trabalho*. Tradução Adail Sobral. Vozes - Petrópolis, RJ, 2006.

_____. Clínica do Trabalho, Clínica do Real. In (traduzido para fins didáticos por Kátia Santorum e Suyanna Linhales Barker, revisado por Cláudia Osório). *Le Journal des Psyichologues*, n° 185, mars, 2001. Disponível em < <http://www.pqv.unifesp.br/clotClindotrab-tradkslb.pdf> > Acessado em 28/08/2013.

_____. Ivar Oddone: Os instrumentos de ação. In (tradução Milton Athayde e Claudia Osorio – texto de apoio – circulação restrita) *Territoires du travail* n° 3, Avril, 1999.

CLOT, Yves; FAÏTA, Daniel; FERNANDEZ, Gabriel; SCHELLER, Lívia. Entretien en autoconfrontation croisé: une méthode en clinique de l'activité. *Education Permanente*, pp: 17-27, 2001.

COSTA, Rogério da. Inteligência coletiva: comunicação, capitalismo cognitivo e micropolítica. *Revista FAMECOS*. Porto Alegre, n° 37, p. 61-68. Dezembro de 2008.

DANIELLOU, François. Introdução – Questões epistemológicas acerca da Ergonomia. In *A Ergonomia em busca dos seus princípios – Debates epistemológicos.*/ Coord. François Daniellou, Coord. da tradução Maria Irene Atocco Betiol. São Paulo: Edgar Blücher, 2004.

DELEUZE, Gilles. A imanência: uma vida. Trad. Jorge Vasconcellos, et al. In *Gilles Deleuze, imagens de um filósofo da imanência.* Vasconcellos, J. & Fragoso, Manuel A. da Rocha (organizadores). Londrina, UEL, 1977.

_____. *Kafka, Por uma literatura menor.* Rio de Janeiro: Imago, 1977.

_____. Os Intercessores. In *Conversações*, p. 151-168. São Paulo: Editora 34, 1992.

DELEUZE, Gilles & GUATTARI, Félix. *O Anti-Édipo, Capitalismo e Esquizofrenia.* Rio de Janeiro: Imago, 1972.

_____. Mil Platôs, Capitalismo e Esquizofrenia. Vols. 1-5. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

DURRIVE, Louis. Introdução I. In: *Trabalho & Ergologia. Conversas sobre a atividade humana.* SCHWARTZ, Yves e DURRIVE, Louis (Org). Tradução de Jussara Brito e Milton Athayde. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2007.

FOUCAULT, Michael. *Vigiar e punir.* Petrópolis: Vozes, 2004.

_____. A Ética do Cuidado de Si Como Prática da Liberdade. In: *Foucault, Michel. Ética, sexualidade, política.* Col. Ditos e Escritos V. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004b.

_____. Política e Ética: uma entrevista. In: *Ética, Sexualidade e Política*, p. 218-224. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004a

_____. *Em Defesa da Sociedade.* São Paulo: Martins Fontes, 2002.

_____. À propos de la généalogie de l'éthique: un aperçu du travail en cours" (entrevista com H. Dreyfus e P. Rabinow, segunda versão) in *Dits et écrits* (1980-1988), IV, Paris: Gallimard, 1994.

_____. *Microfísica do poder.* (R. Machado, Org. e Trad.) Rio de Janeiro: Graal, 1979.

GUATTARI, Félix. *Caosmose: um novo paradigma estético.* Tradução de Ana Lúcia de Oliveira e Lúcia Cláudia Leão. São Paulo: Ed. 34, 1992.

HARDT, Michael & NEGRI, Antonio. *Império.* Tradução de Berilo Vargas. Rio de Janeiro, 5ª ed. Record, 2003.

HECKERT, Ana Lucia C. Escuta como cuidado: o que se passa nos processos de formação e de escuta? In: PINHEIRO, Roseny; MATTOS, Ruben Araújo de. (Org.). *Razões públicas para a integralidade em saúde: o cuidado como valor*. 1 ed. Rio de Janeiro: ABRASCO/CEPESC, v. 1, p. 199-212, 2007.

KAFKA, Franz. *O Processo*. Lisboa: Assírio & Alvim, 1999.

LAZZARATO, Maurizio. *As Revoluções do Capitalismo, a política no império*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2006.

LAZZARATO, Maurizio & NEGRI, Antonio. *Trabalho Imaterial*. Rio de Janeiro, DP&A, 2001.

LEVY, Tatiane Salem. *A Experiência do Fora: Blanchot, Foucault e Deleuze*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2011.

LISPECTOR, Clarice. *Uma aprendizagem ou o livro dos prazeres*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1974.

_____. *A paixão segundo G.H.* Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

MAIA, Miguel Angelo Barbosa & NEVES, Claudia Elizabeth Abbês Baeta. Qual a potência do apoio institucional no campo da saúde pública? *Interface – Comunicação, Saúde, Educação/UNESP*; Botucatu, SP, p.821-842, 2014.

MAIA, Miguel Angelo Barbosa. (2006) *O corpo invisível do trabalho: cartografia dos processos de trabalho em saúde*. 181 folhas. Dissertação de Mestrado em Psicologia – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia (ICHF), Niterói, RJ.

MAIA, Miguel Angelo Barbosa & OSORIO, Claudia. Trabalho em saúde em tempos de biopoder. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 56 (1-2): p. 81-92, 2004.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política: livro 1*. 1890-1894. Tradução de Reginaldo Sant'Anna, 21ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

MELVILLE, Herma. *Bartleby, o escrivão*. Uma história de Wall Street. São Paulo: Cosac & Naif, 2005.

MERHY, Emerson Elias. *Saúde – A Cartografia do Trabalho Vivo*. São Paulo: Editora Hucitec, 2002.

MUNIZ, Hélder Pordeus. *A Gestão do Tempo de Permanência do Paciente de Neurocirurgia no Hospital Universitário Clementino Fraga Filho*. Tese de Doutorado - COPPE/UFRJ, Engenharia de Produção, 2000.

NEGRI, Antonio. *Kairòs, Alma Vênus, Multitudo – cinco lições ensinadas a mim mesmo*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

NEGRI, Antonio & HARDT, Michael. *O Trabalho de Dionísio – para a crítica ao Estado pós-moderno*. Juiz de Fora, MG. Editora UFJF – Paurilim, 2004.

NEVES, Claudia Elizabeth Abbês Baeta. Modos de interferir no contemporâneo: um olhar micropolítico. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, v.6, n.1, 2004.

_____. *Interferir entre desejo e capital*. 2002. Tese de Doutorado em Psicologia Clínica - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. 2002.

NEVES, Cláudia Abbês Baêta & JOSEPHSON, Sílvia C. A Crítica como Clínica, in *Texturas da Psicologia: subjetividade e política no contemporâneo*. Leila Domingues Machado, Maria Cristina Campello lavrador, Maria Elizabeth Barros de Barros (Orgs.). São Paulo: Casa do Psicólogo. P. 99-108. 2001.

NIETZSCHE, Frederico. *Assim Falava Zaratustra*. José Mendes de Souza (trad.) Versão para eBook, eBooksBrasil.com, 2002. Disponível em < <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/zara.pdf> > Acessado em 14/01/2015.

PASCHE, DF; PASSOS, E; HENNINGTON, EA. Cinco anos da política nacional de humanização: trajetória de uma política pública. *Ciênc. saúde coletiva* [Internet]. Nov; 16(11): 4541-4548. [capturado 10 jan. 2014], 2011. Disponível em: <http://www.scielo.org/pdf/csc/v16n11/a27v16n11.pdf>.

PASSOS, Eduardo. *Conferência de Eduardo Passos e Mesa de Abertura do 2º Seminário Nacional de Humanização*. [capturado 5 ago. 2009]. Disponível em: <http://www.redehumanizaus.net/88330-conferencia-do-edu-passos-e-mesa-de-abertura-do-seminario-5-de-agosto-de-2009>.

_____. Os dispositivos clínico-políticos e as redes no contemporâneo. *Entrelinhas do Conselho Regional de Psicologia CRP-07*, Porto Alegre, p. 8-9, 2000.

PASSOS, Eduardo & BARROS, Regina Benevides. *O que pode a clínica? A posição de um problema e de um paradoxo*, 2003. Disponível em: < <http://www.slab.uff.br> > Acessado em 03/09/2005.

_____. Clínica e biopolítica na experiência do contemporâneo. In *Psicologia Clínica Pós-Graduação e Pesquisa (PUC/RJ)*, v. 13, n. 1, p. 89-99, 2001. Disponível em: < <http://www.slab.uff.br> > Acessado em 03/09/2004.

_____. A construção do plano da clínica e o conceito de transdisciplinaridade. In *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Brasília, v. 16, n. 1, p. 71-79, 2000.

PELBART, Peter Pál. Vida nua, vida besta, uma vida. Festival de Alcantara, Lisboa. *Revista Trópico*, s. d., 2006. Disponível em: <http://p.php.uol.com.br/tropico/html/textos/2792,1.shl> Acessado em 29/12/2014.

RAMMINGER, Tatiana. Entre a normatividade e a normalidade: contribuições da G. Canguilhem e M. Foucault para as práticas de saúde. *Mnemosine*. Rio de Janeiro, v.4, n. 2, p. 68-97, 2008.

RANCIÈRE, Jacques. *A Partilha do Sensível*. Estética e Política. São Paulo: Editora 34, 2ª ed., 2009.

RODRIGUES, Heliana de Barros Conde (apresentação). *René Lourau na UERJ: análise institucional e práticas de pesquisa*. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 1993.

ROLNIK, Suely. “O ocaso da vítima para além da cafetinagem da criação e de sua separação da resistência”. In: LINS, Daniel e PELBART, Peter Pál. (Orgs.). *Nietzsche e Deleuze – Bárbaros, civilizados*. São Paulo: Annablume, 2004.

_____. Subjetividade Antropofágica. In *Texturas da Psicologia: subjetividade e política no contemporâneo*. Leila Domingues Machado, Maria Cristina Campello Lavrador, Maria Elizabeth Barros de Barros (orgs.). São Paulo, Casa do Psicólogo, 2001.

SANTOS-FILHO, Serafim Barbosa.; BARROS, Maria Elizabeth Barros de. *Trabalhador de saúde: muito prazer! Protagonismo dos trabalhadores na gestão do trabalho em saúde*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2007.

SANTOS-FILHO, Serafim Barbosa; BARROS, Regina Benevides. Câmara Técnica de Humanização como dispositivo de cogestão: experimentando o conceito de rede. IN: Santos-Filho, S.B.; Barros, M.E.B. *Trabalhador de saúde: muito prazer! Protagonismo dos trabalhadores na gestão do trabalho em saúde*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2007.

SCHÉRER, René. Homo Tantum, O Impessoal: Uma Política. In: Gilles Deleuze: uma vida filosófica/Eric Alliez (org.); coordenação da tradução de Ana Lúcia de Oliveira. São Paulo: Ed. 34, p. 21-38, 2000.

SCHWARTZ, Yves. A Experiência é Formadora? *Educação e Realidade*, 35(1): p. 35-48, jan/abr. 2010.

SCHWARTZ, Yves; DURRIVE, Louis. Orgs. *Trabalho e Ergologia: conversas sobre a atividade humana*. Coord. da tradução e revisão técnica: Jussara Brito e Milton Athayde, 2ª edição. Niterói, RJ, 2010.

TARDE, Gabriel. *A opinião e as massas*. São Paulo, Martins Fontes, 2005.

_____. *Monadologia e Sociologia*. Editora Vozes, Petrópolis, RJ, 2003.

TEIXEIRA, Ricardo. Transcrição livre de palestra proferida na Secretaria Estadual de Saúde/SP, participando do 1º Ciclo de Socialização do Conhecimento e

discorrendo sobre o que foi entendido como Trabalho Imaterial no sentido de inovação criativa das relações de trabalho, 2008. Disponível em < Disponível em < <http://vimeo.com/2319163>> Acessado em 28/08/2013.

VIRNO, Paolo. *Gramática da multidão: para uma análise das formas de vida contemporâneas*. São Paulo, Annablume, 2013.